



RELATÓRIO E CONTAS

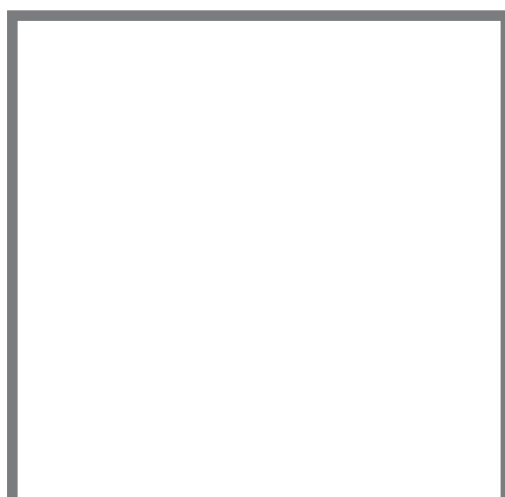
20 18

CONSOLIDADO

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO	5
PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO.....	11
PRINCIPAIS INDICADORES DO NEGÓCIO BANCÁRIO (SICAM)	12
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	14
FACTOS RELEVANTES DE 2018.....	21
I. APRESENTAÇÃO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	28
1.1 ESTRUTURA DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	28
1.2 CAIXA CENTRAL E GOVERNANCE DO GRUPO	31
1.3 VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA DO GRUPO CA.....	39
II. MODELO DE BANCA RESPONSÁVEL DO CRÉDITO AGRÍCOLA.....	44
2.1 RESPONSABILIDADE COM OS CLIENTES	45
2.2 RESPONSABILIDADE PARA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL	49
2.3 RESPONSABILIDADE COM AS COMUNIDADES	55
2.4 RESPONSABILIDADE COM OS COLABORADORES	60
III. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO.....	69
3.1 ECONOMIA INTERNACIONAL.....	69
3.2 ECONOMIA NACIONAL	72
3.3 MERCADOS FINANCEIROS	74
3.4 MERCADO BANCÁRIO NACIONAL.....	78
3.5 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2019	83
IV. ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA EM 2018	86
4.1 ACTIVIDADE BANCÁRIA	86
4.2 ACTIVIDADE SEGURADORA	97
4.3 GESTÃO DE PATRIMÓNIOS E FUNDOS DE RETALHO	102
V. ANÁLISE FINANCEIRA.....	111
5.1 GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	111
5.2 NEGÓCIO BANCÁRIO	116
VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	127
VII. ANEXOS.....	135
7.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO.....	135
Anexo 1: Inventário da Carteira de Títulos.....	290
7.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	305

VIII. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO	319
--	-----



Mensagem do
Presidente do
Conselho Geral e
de Supervisão

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Exmos. Senhores Presidentes e Administradores das Caixas Associadas,

Como o Relatório e Contas submetido à apreciação de V. Exas. devidamente evidencia, o ambiente em que se desenvolve o negócio bancário apresenta-se ainda constrangido em aspectos cruciais, nomeadamente no que se refere ao nível das taxas de juro das operações activas que continuam fortemente influenciadas quer pela negatividade das taxas Euribor em todos os prazos, quer pela acentuada concorrência interbancária, factores que pressionam as taxas praticadas no sentido da baixa. Os bancos comerciais enfrentam assim uma situação particularmente desfavorável para a obtenção de remuneração adequada nos juros do crédito, principal componente dos seus proveitos operacionais. Naturalmente que a compensação desta situação através da tentativa de incrementar outro tipo de proveitos, como comissões, susceptíveis de melhorarem a margem complementar, sendo possível, enfrenta significativas limitações e condicionalismos, desde logo na esfera da supervisão comportamental. Dadas estas condicionantes, os bancos tentaram defender a sua margem financeira através da contenção na remuneração dos depósitos dos clientes.

Apesar desta envolvente de negócio desfavorável, os principais bancos portugueses obtiveram já lucros expressivos em 2018, com a única e conhecida excepção, sendo a referida contenção nos juros dos depósitos um dos factores que para tal contribuíram, a par da racionalização nas estruturas operativas, e do saneamento entretanto efectuado na carteira de crédito.

Também o Crédito Agrícola conseguiu em 2018 um resultado consolidado acima dos 100 milhões de euros, concretamente de 112,4 milhões, que é historicamente dos mais elevados alcançados pelo Grupo, só superado pelo de 2017 (que beneficiou de mais valias de larga expressão em operações financeiras dada a evolução muito favorável dos mercados ocorrida nesse ano, e pela oportuna decisão de as realizar), e pelos resultados dos últimos dois anos anteriores à crise, a saber, 2007 e 2008, em que o lucro líquido consolidado do Grupo rondou os 120 milhões de euros.

Para este comportamento favorável dos resultados do Crédito Agrícola em 2018 contribuíram todas as áreas de negócio do Grupo, mormente a Caixa Central e as Caixas Agrícolas com um lucro de 14,0 milhões de euros na primeira e de 91,4 milhões no conjunto destas últimas, e a área seguradora, com um resultado positivo de 6,9 milhões na CA Vida e de 2,7 milhões na CA Seguros. A CA Gest, a unidade de gestão de activos do Grupo, obteve também um resultado positivo, ainda que meramente residual, face à situação ainda desfavorável dos mercados financeiros, e a CA Imóveis, à qual cabe gerir o parque imobiliário adquirido em recuperação de crédito e proceder à sua alienação, embora mantendo resultados negativos, conseguiu uma recuperação relativamente ao ano anterior.

No tocante à área de tecnologia e sistemas de informação, embora naturalmente o que se deva privilegiar é a qualidade e a fiabilidade do serviço prestado e a capacidade de resposta às cada vez mais exigentes solicitações que lhe são dirigidas, aspectos em que tem tido desempenho manifestamente positivo, é ainda

assim de destacar que também na vertente económica e financeira tem sido possível uma exploração equilibrada no conjunto da CA Informática / CA Serviços.

A evolução no conjunto das Caixas Agrícolas merece-me uma referência especial, verificando-se que no ano findo apenas 3 Caixas apresentaram prejuízo, sendo também digno de nota que perto de 30 Caixas registaram resultados acima de 1 milhão de euros.

Na apreciação do desempenho do negócio do Grupo em 2018, merece igualmente grande destaque o facto de o Crédito Agrícola, num contexto em que o volume de crédito no sistema financeiro português continuou em contracção, manteve a tendência de crescimento que tem apresentado nesta componente central do negócio, com o crédito bruto a registar um acréscimo de 5,6% relativamente ao ano anterior. Ao mesmo tempo, assinala-se uma melhoria significativa na qualidade da carteira de crédito, com o rácio de NPL (*Non-Performing Loans*) a descer em termos consolidados para 10,4%, sendo que na Caixa Central este rácio ficou nos 5,4%, e o clássico rácio de crédito vencido a mais de 90 dias ficou aquém de 3% e nas Caixas pouco acima deste valor. Como tenho referido reiteradamente em ocasiões anteriores, apesar desta situação muito positiva em termos globais, há diversas Caixas que mantêm índices de crédito vencido claramente excessivos e desalinhados das congéneres, situação que impõe a melhoria das suas práticas na concessão de crédito, mas também no acompanhamento e recuperação.

O crescimento conseguido pelo Crédito Agrícola no crédito não contribuiu, no entanto, para a melhoria do nosso rácio de transformação, que se mantém muito baixo, dado que os depósitos de clientes, espelhando a confiança que o Crédito Agrícola merece junto da população, e que se tem reforçado, têm aumentado a ritmo ainda mais expressivo que o do crédito. Com efeito, com um crescimento de 10,4%, os depósitos cresceram a uma taxa quase dupla da verificada no crédito. Esta situação, que tradicionalmente tem dado ao Grupo grande conforto em termos de liquidez (o que foi de grande importância quando eclodiu a crise financeira) penaliza no presente de modo muito significativo a rentabilidade do Grupo, sobretudo no actual contexto dos mercados financeiros, em que não é possível encontrar aplicações para os excedentes de tesouraria que proporcionem algum rendimento a risco aceitável.

O crescimento conseguido pelo Crédito Agrícola no crédito e nos depósitos reflecte o bom desempenho na frente comercial, sendo de relevar o elevado índice de cumprimento a nível global nos objectivos comerciais estabelecidos no quadro da política comercial integrada que o Grupo pôs em prática de há vários anos a esta parte. Com efeito, das 21 variáveis de negócio que integram a grelha de objectivos, apenas em duas, no crédito pessoal e nos fundos de investimento, a meta estabelecida não foi alcançada, sendo que nesta última, em que o desvio foi mais pronunciado, tal se ficou a dever em grande medida à já referida situação desfavorável nos mercados financeiros. O Grau de Realização dos Objectivos que em média se conseguiu no conjunto das variáveis seleccionadas foi de 108,6%.

Uma referência também importante deve ser feita à situação de solvabilidade do Grupo, que se mantém no topo dos bancos portugueses, com o rácio CET 1 a atingir 15,2%, bastante superior ao mínimo regulamentar, sendo o Crédito Agrícola um dos poucos bancos que não precisou de recorrer aos esquemas de apoio à recapitalização da banca que foram instituídos no quadro da assistência financeira ao nosso país. Também neste aspecto, porém, temos uma situação de marcada heterogeneidade entre as Caixas Agrícolas, havendo algumas que apresentam níveis de fundos próprios bastante inferiores à média do Grupo. É também de realçar o facto de a Caixa Central apresentar nesta altura um rácio CET 1 que se afigura



confortável, o que traduz uma significativa melhoria em relação à situação de solvabilidade da instituição que se verificava há ainda poucos anos.

No concernente aos custos de estrutura, que nos bancos cooperativos como o nosso costuma ser um indicador sujeito a alguma pressão, dada a multiplicação de alguns custos (que noutros bancos são centrais) pelas diversas entidades do Grupo, verificou-se um crescimento de 3,2% (no conjunto do SICAM), com os custos de pessoal a aumentarem 1,3% e os gastos gerais administrativos 6,6%, tendo-se apenas registado uma redução de perto de 4% nas amortizações. A necessidade de racionalização na nossa estrutura de custos mantém-se assim como prioridade, para melhorar o rácio de eficiência, tanto mais que os custos de estrutura têm vindo a ser onerados com custos de supervisão e regulação que não existiam no passado. Nalgumas Caixas a necessidade de melhorarem o seu rácio de eficiência é particularmente crítica, pois os seus custos de estrutura actuais absorvem uma fatia excessiva do produto bancário.

Complementando a análise da evolução do Grupo em 2018, o Relatório considera igualmente as perspectivas para 2019, ano em que as incertezas no plano político e financeiro a nível internacional são de monta, a que acrescem desafios específicos que se colocam ao sector bancário. Nestes há a destacar quer os decorrentes do adensamento do enquadramento regulatório, envolvendo aspectos quase completamente novos (como são os que se relacionam com o modelo de governo das instituições e escrutínio dos membros dos órgãos de gestão e de fiscalização), e custos de *compliance* consideravelmente acrescidos em múltiplos aspectos da actividade, quer os ligados à necessidade de as instituições continuarem a capacitar-se para dar cabal resposta ao processo de digitalização financeira nas suas diversas vertentes. É crucial para os bancos poderem corresponder às transformações que já se fazem sentir actualmente, sobretudo no seio das novas gerações, no modo de acesso aos serviços financeiros, privilegiando os canais digitais, tornando-se a necessidade ainda mais premente dada a concorrência de novos prestadores de serviços financeiros, que já não são apenas os bancos tradicionais.

No plano mais imediato, o negócio bancário manter-se-á muito condicionado pelo nível muito baixo das taxas de juro praticadas nas operações de crédito, continuando a fazer-se sentir o efeito das taxas de juro negativas e a pressão da concorrência interbancária, factores que não propiciam um ambiente favorável à obtenção de níveis de retorno adequados, o que tenderá ainda a ser agravado com a necessidade de os bancos reduzirem o rácio de NPL para os níveis determinados pelo regulador.

Neste enquadramento complexo, é gratificante constatar a contínua melhoria que o Grupo tem conseguido na sua imagem e na sua notoriedade, sendo de assinalar também os diversos prémios e distinções que tem recebido sobre aspectos chave da actividade.

Assim, o Crédito Agrícola obteve em 2018 pelo quinto ano consecutivo o prémio relativo ao “Melhor Banco no Serviço de Atendimento ao Cliente”, mantendo-se por outro lado, de acordo com o relatório sobre essa matéria do Banco de Portugal, entre as instituições menos reclamadas do nosso sistema bancário, e em lugar de particular destaque no cotejo com os principais bancos.

No negócio segurador, é de sublinhar que tanto a CA Vida como a CA Seguros foram em 2018 eleitas por entidade prestigiada e independente Empresas Líder no Índice Nacional de Satisfação do Cliente em Portugal, sendo que a CA Vida obteve tal distinção pelo segundo ano consecutivo. Naturalmente, como quem no negócio segurador assegura a relação directa com os clientes são as Caixas Agrícolas e a Caixa Central para os clientes das áreas que servem, cabe-lhes uma parte substancial do mérito associado a esta distinção, combinado com a capacidade de resposta das seguradoras, em que tem havido significativas



melhorias que devemos reconhecer, o que gostosamente fazemos. A CA Seguros obteve também a distinção, o que já ocorrera em 2017, de Melhor Empresa para Trabalhar no sector da banca, seguros e serviços financeiros. Tudo isto, a par da excelente performance económica e financeira das nossas companhias, permite-nos dizer que o Crédito Agrícola é hoje em dia também já uma referência de qualidade e um nome com que há que contar na área seguradora, sendo esta mais uma aposta ganha pelo Grupo.

Na área de fundos de investimento, o Fundo CA Património Crescente obteve em 2018 o prémio de Melhor Fundo Imobiliário Aberto, atribuído pela entidade associativa do sector, a APFIPP, como já ocorrera noutros anos.

Tudo isto associado à acrescida confiança que o Crédito Agrícola vem merecendo aos seus associados e clientes e ao reconhecimento que tem recebido de importantes sectores da sociedade, permitindo afirmar que o Grupo se encontra num momento alto da sua história, sendo para todos nós motivo de legítimo e saudável orgulho pertencermos a este Grupo, e em particular termos sido parte activa, nas nossas diferentes áreas, na evolução muito positiva que o Crédito Agrícola registou nos últimos anos. Soubemos dar continuidade ao trabalho de todas as gerações que nos precederam e que fizeram a grandeza do Crédito Agrícola.

Mas como referi acima, entrámos numa época de grandes mudanças, algumas que, no que ao nosso Grupo diz respeito, talvez não atendam devidamente às características inerentes ao tipo de instituição que somos, e com as quais nos elevámos ao lugar de destaque que neste momento ocupamos na sociedade, que vai muito para além do nosso lugar (que também não é despidendo) no seio do sistema bancário nacional. São os sinais dos tempos, procuremos adaptar-nos, sendo certo que os dirigentes do Crédito Agrícola enfrentam no presente um desafio talvez sem precedentes na sua complexidade e exigência.

Entre as grandes mudanças a assinalar, há que referir que o ano de 2018 fica a marcar também o fim de um ciclo no tocante ao modelo de governação do Grupo a nível central caracterizado por um Conselho Geral e de Supervisão formado integralmente por representantes de Caixas Associadas e por um Conselho de Administração Executivo, formado por gestores profissionais, oriundos ou não de Caixas Agrícolas, modelo iniciado no exercício de 2004. Se um modelo vale pelos seus resultados, podemos dizer que os méritos deste modelo ficaram amplamente atestados. O Crédito Agrícola, como refiro noutras partes desta mensagem e tem sido amplamente repetido a diversos níveis, teve na vigência deste modelo um dos seus mais brilhantes períodos. Quis porém o regulador, no contexto do novo entendimento sobre a governação bancária, a que naturalmente não é alheia a preocupação de corrigir as situações que conduziram à crise financeira e ao colapso de diversas instituições, reforçar a presença de individualidades independentes na fiscalização e supervisão interna das instituições. Nesta linha, e sendo o Conselho Geral e de Supervisão o órgão de fiscalização da Caixa Central, a nova composição desse órgão para o próximo triénio vai ter uma maioria de independentes. A função de orientação que ao Conselho Geral também assistia fica assim grandemente diminuída no escopo de actuação deste órgão, uma vez que às referidas entidades independentes incumbe sobretudo a fiscalização.

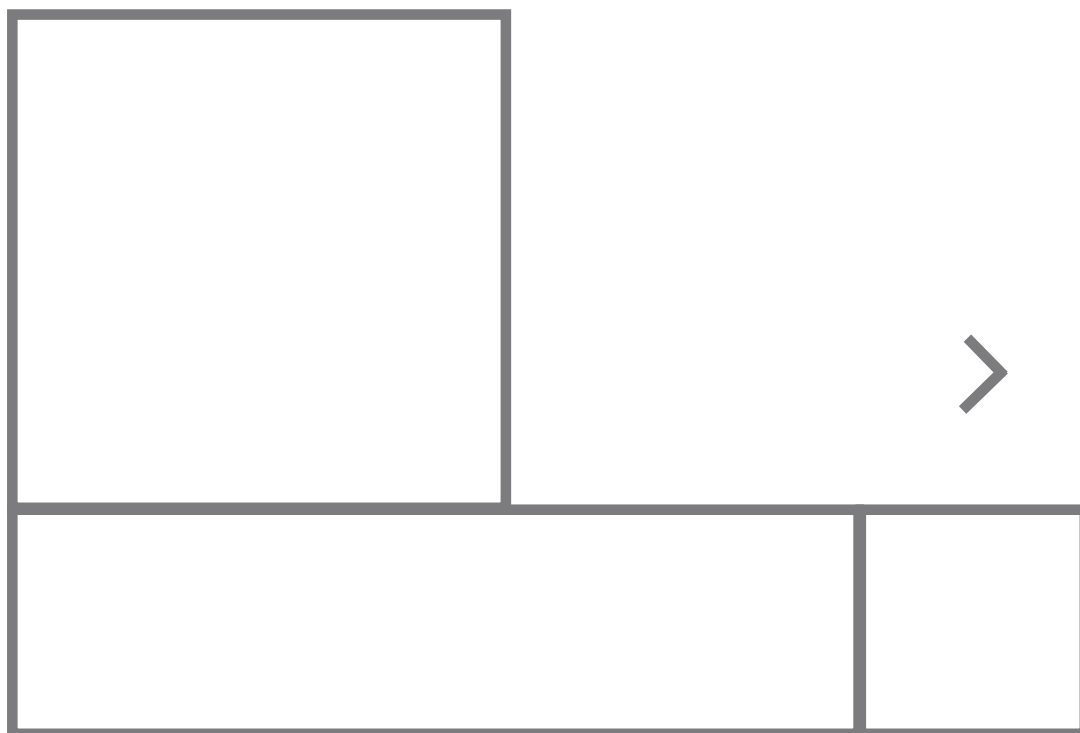
Sendo este um assunto arrumado, e que neste momento está fora de discussão, resta-me desejar aos novos membros do Conselho Geral e de Supervisão grande sucesso no exercício da sua importante missão, e fazer votos para que o Crédito Agrícola continue com o novo figurino estatutário na senda do progresso dos últimos anos, fortalecendo e consolidando a sua posição como instituição de referência no seio do sistema



financeiro nacional, com um papel inigualável no apoio ao desenvolvimento sócio-económico de múltiplas regiões no nosso país e na sustentação da qualidade de vida das suas populações.

Lisboa, 4 de Abril de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'L. Coutinho', written in a cursive style.



Principais indicadores do Grupo e do SICAM

PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO

Evolução do GCA

	Valores em milhões de euros			
	2015 Dez.	2016 Dez.	2017 Dez.	2018 Dez.
Recursos de Clientes (<i>on e off balance</i>)	13.212	14.060	14.868	15.878
dos quais depósitos	10.910	11.726	12.586	13.856
dos quais fundos e seguros de capitalização a)	2.302	2.334	2.282	2.022
Créditos sobre Clientes Bruto	8.373	8.651	9.373	9.891
Créditos sobre Clientes Líquido	7.555	7.941	8.721	9.420
Activo Líquido	14.936	16.699	17.988	18.790
Situação Líquida	1.205	1.244	1.449	1.516
Margem Financeira	310	327	330	349
Comissionamento Líquido	98	105	113	116
Margem Técnica de Seguros	20	14	9	27
Produto Bancário Recorrente b)	421	409	449	486
Produto Bancário	515	467	562	511
Resultado Líquido	54	58	152	112
Rácio de <i>Non-Performing Loans (NPL)</i>	n.a.	21,3%	15,2%	10,4%
Rácio de Cobertura por Imparidades de NPL	n.a.	39,2%	45,1%	44,0%
Common equity tier 1 - phased in	13,0%	13,6%	15,2%	15,2%
Rácio de Solvabilidade Total - GCA - %	13,5%	14,4%	16,0%	15,9%
Rácio de Eficiência - GCA - %	63,8%	73,1%	60,4%	68,4%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	4,5%	4,7%	10,5%	7,4%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	0,4%	0,3%	0,8%	0,6%
Número de colaboradores c)	4.121	4.054	4.068	4.067

Notas:

a) Os valores referem-se exclusivamente às Caixas Associadas do SICAM.

b) Produto Bancário excluindo os resultados das operações financeiras.

c) Os valores referem-se a colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo (posições de final de ano).

PRINCIPAIS INDICADORES DO NEGÓCIO BANCÁRIO (SICAM)

Evolução do Negócio Bancário

Valores em milhões de euros

	2015 Dez.	2016 Dez.	2017 Dez.	2018 Dez.
Recursos de Clientes	10 970	11 771	12 638	13 948
Créditos sobre Clientes Bruto	8 430	8 713	9 435	9 960
Créditos sobre Clientes Líquido	7 578	7 998	8 783	9 489
Activo Líquido	13 060	14 881	16 437	17 658
Situação Líquida	1 173	1 227	1 444	1 525
Margem Financeira	245	276	290	305
Comissionamento Líquido	130	138	148	152
Produto Bancário Recorrente a)	401	426	450	470
Produto Bancário	503	475	533	475
Resultado Líquido	56	72	148	108
Rácio de Transformação - % b)	69,1%	67,9%	69,5%	68,0%
Rácio de Eficiência - SICAM - %	59,8%	66,0%	59,4%	68,8%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	4,8%	5,9%	10,2%	7,1%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	0,4%	0,5%	0,9%	0,6%
Grau de Alavancagem (Leverage)	11,1	12,1	11,4	11,6
Número de CCAM	82	82	81	80
Número de Agências (Total do SICAM) c)	683	673	669	657
Activo Líquido Médio por CCAM d)	159 266	181 471	202 927	220 722
Número Médio de Agências/CCAM e)	8,2	8,1	8,1	8,1
Número de colaboradores f)	3 674	3 604	3 619	3 644

a) Produto Bancário excluindo resultados das operações financeiras.

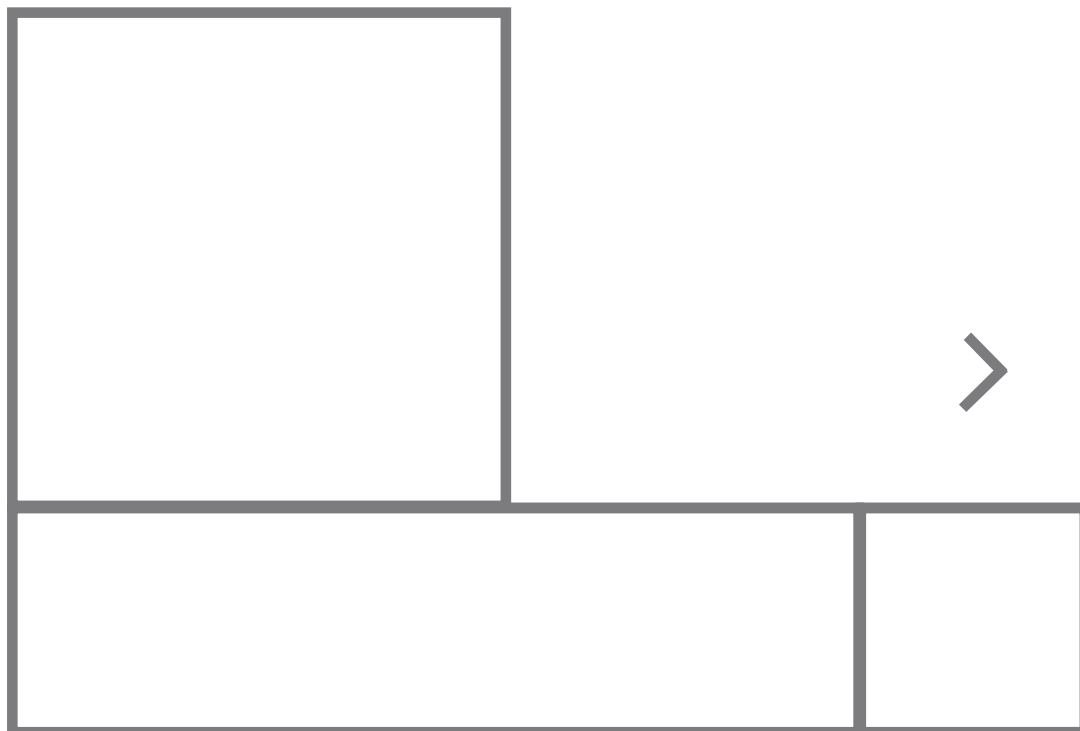
b) Rácio calculado como sendo o quociente entre crédito líquido e os recursos, de acordo com a instrução 23/2011 do Banco de Portugal.

c) Inclui agências da Caixa Central.

d) Valores em milhares de euros.

e) Refere-se apenas a agências das Caixas Associadas (SICAM).

f) Os valores referem-se a colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo (posições de final de ano).



Apresentação do
Relatório

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Enquadramento económico

O ano de 2018 registou um abrandamento de crescimento económico face ao homólogo (crescimento de 2,1% em 2018 face aos 2,8% registados em 2017¹), justificado pela redução do ritmo de crescimento das exportações e da formação bruta de capital fixo.

Em 2018, o peso das exportações no produto interno bruto nominal foi de 44%, um aumento de 17 p.p. face aos 27% registados em 2009. A menor dependência externa de Portugal face aos seus parceiros comerciais reflecte a transformação estrutural que o sector empresarial tem vindo a realizar nos últimos anos, e com efeitos positivos ao nível da evolução da balança comercial, que passou de défices recorrentes em redor de 8% do PIB, até 2010, para registar excedentes próximos de 2% do PIB desde 2013, registando em 2018 uma redução desse excedente para 1%.

Apesar da melhoria das condições no mercado de trabalho, o consumo privado manteve um comportamento mais moderado com a observação de uma taxa de variação homóloga de 2,8% no final de 2018. A melhoria das condições económicas reflectiu-se na redução da taxa de desemprego, que, no final de 2018, se situou em 6,7% da população activa. O desemprego de média e longa duração atingiu os níveis de 2004.

Pese embora o elevado endividamento da economia nacional face a congéneres europeias, as empresas têm vindo a operar um esforço de diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente reforçando a componente de capitais próprios, tendo o seu rácio de endividamento face ao PIB reduzido 43 p.p. dos 171% em 2012 para os 128% em 2018. A necessária redução dos níveis de alavancagem tem restringido os níveis de investimento que, em 2018, se situaram em cerca de 17% do PIB. Por seu lado, o sector público e o sector privado apresentaram endividamentos próximos dos 158% e dos 128% do PIB, respectivamente.

Este processo de redução de alavancagem e a respectiva retracção da procura de crédito teve, naturalmente, impacto na actividade de um grupo financeiro como é o Grupo Crédito Agrícola, que assenta a sua actividade no financiamento das famílias e das empresas para a concretização de novos projectos.

As finanças públicas portuguesas continuam a registar um excedente primário, fundamental para uma redução sustentável da dívida pública, que ainda permanece em níveis elevados. No terceiro trimestre de 2018, o rácio da dívida pública rondou os 125,0% do PIB e encerrou o ano de 2018 nos 121,5%, tendo, para tal, contribuído o acréscimo dos títulos de dívida e dos certificados do Tesouro. A dívida pública terminou 2018 nos 244,9 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 2,1 mil milhões de euros face ao registado no final de 2017. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas em 2018 fixou-se em 912,8 milhões de euros, representando 0,5% do PIB nacional, o que compara com o défice de 3,0% registado no período homólogo. O défice orçamental em 2018 fixou-se nos 0,5% do PIB, uma melhoria face



Presidente do Conselho Geral e de Supervisão
Carlos Courelas

¹ Fonte: Bloomberg, Janeiro 2019.

aos 0,7% previstos pelo Governo inicialmente, beneficiando do aumento da receita fiscal e das contribuições para a Segurança Social e reflectindo a evolução da própria actividade económica.

As taxas de juro da dívida da República Portuguesa continuam a registar níveis mínimos, fruto da redução da percepção do risco soberano por parte dos investidores, alavancada pelo bom desempenho económico e pela evolução das contas públicas, e que se materializou na subida registada no dia 15 de Março da notação de *rating* da República de “BBB-“ para “BBB” pela agência Standard and Poor’s, isto é dois níveis acima do patamar de “lixo” de que o país saiu em Setembro de 2017. A S&P passa assim a ter a mesma avaliação para a dívida soberana portuguesa que as agências Fitch e DBRS que também avaliam a dívida pública portuguesa em “BBB” com perspectiva estável. Embora o panorama geral seja de estabilidade, as agências poderão vir a ponderar um futuro “*downgrade*” se estagnar a tendência de queda do peso da dívida na economia portuguesa ou se as autoridades regredirem com reformas na flexibilização do mercado de trabalho. A taxa associada à dívida portuguesa a 10 anos tocou nos 1,73%, sendo que, na mesma data, o diferencial para a dívida alemã era inferior a 150 pontos base.

Desempenho financeiro do Grupo

O Grupo Crédito Agrícola apresentou um resultado líquido consolidado de 112,4 milhões de euros no exercício de 2018, evidenciando níveis confortáveis de liquidez e solvabilidade. A contribuir para este resultado do Grupo, um dos mais elevados a nível histórico, destaca-se, essencialmente, o negócio bancário que obteve um resultado na ordem dos 108,0 milhões de euros, bem como as empresas seguradoras do Grupo CA com um resultado agregado superior a 9 milhões de euros.

A carteira de crédito bruto a clientes ascendeu a 9,9 mil milhões de euros, traduzindo um crescimento de 5,5% face a 2017, mantendo o aumento na concessão de crédito em oposição ao verificado no mercado, onde se registou uma diminuição no *stock* de crédito concedido a clientes na ordem dos 1,5%. Tal evolução permitiu ao Grupo Crédito Agrícola reforçar a sua quota de mercado para os 5,4% do crédito concedido em Portugal. O crédito a empresas e sector público administrativo apresenta um peso relativo superior a 54% na carteira de crédito, tendo registado um crescimento de 8,4% face a 2017.

Os recursos totais de clientes totalizaram 15,9 mil milhões de euros e traduzem um crescimento homólogo de 6,8% (repartido pelos depósitos que aumentaram 10,1% e pelos fundos de investimento e seguros de capitalização que diminuíram 11,4%) face aos valores registados em final de 2017.

O produto bancário diminuiu 9,1% para os 511 milhões de euros, muito por conta da redução dos resultados de operações financeiras (-89,0 milhões de euros), na medida em que a margem financeira apresentou um desempenho positivo (+18,4 milhões de euros) e as comissões líquidas registaram um aumento de 2,9% tendo-se fixado nos 116,3 milhões de euros.

Em 2018, os custos de estrutura do Grupo registaram um aumento, face ao homólogo, de 3,0% correspondente a uma subida de 10,1 milhões de euros em termos absolutos e que, entre outros, decorre da preocupação em efectuar uma alocação adequada de recursos às funções de controlo e à gestão de riscos do Grupo, de salvaguardar a permanente segregação de funções, e de cumprir as orientações vinculativas em matéria de governo interno nas CCAM Associadas.

A carteira de crédito do GCA, em 2018, observou uma robusta redução dos níveis de crédito vencido há mais de 90 dias, em relação ao período homólogo, na ordem dos 171,8 milhões de euros (-33,7%). Para esta redução contribuiu a operação de anulação de créditos incobráveis, realizada no 2º semestre do ano, em conjunto com a melhoria do contexto socioeconómico do país e com o esforço desenvolvido pelo Grupo CA no sentido de melhorar e valorizar a importância da análise de risco de crédito, o que permitiu situar o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias nos 3,4%, evidenciando uma melhoria de 2,0 p.p. em relação ao homólogo. De salientar, ainda, que o nível de provisionamento para cobertura da carteira de crédito vencido total se situou nos 135,6%, observando critérios mais conservadores que os registados, em média, no mercado.

De igual modo, o comportamento dos *non-performing loans* (NPL) no Crédito Agrícola registou uma diminuição de 371,5 milhões de euros, o que permitiu que o rácio de NPL se fixasse nos 10,4%, observando uma redução de 4,8 p.p. em relação ao valor observado em Dezembro de 2017.

Saliente-se que, durante o ano de 2018 e no que respeita à exposição directa a activos imobiliários, foram registadas vendas de imóveis superiores a 90 milhões de euros, valor superior aos 30 milhões de euros de entradas líquidas de imóveis adquiridos por recuperação de crédito, o que demonstra que as estratégias, processos e ferramentas de suporte, aliadas a condições de mercado mais favoráveis, produziram evidentes resultados, estando todo o Grupo CA empenhado em prosseguir com o esforço de comercialização.

Os fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola ascenderam a 1.440 milhões de euros (+53 milhões de euros em relação ao período homólogo), o que representa um crescimento de 3,8% face ao período transacto. Os requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito, mercado e operacional atingiram os 9.037 milhões de euros, o que representa um crescimento de 0,3% face aos níveis de Dezembro de 2017.

Neste contexto, os rácios common equity tier 1 (CET1) e solvabilidade total, calculados para 2018 com a aplicação integral (*fully implemented*) das regras previstas no Regulamento (UE) n.º 575/2013, apresentam-se muito acima do mínimo regulamentar exigido pelo Banco de Portugal, com o rácio CET 1 a apresentar os valores de 15,2% e 15,9%, respectivamente.

A União Bancária tem também trazido desafios e novos requisitos regulamentares. Observando um enquadramento regulatório e de supervisão mais exigente, nos anos mais recentes, o sector bancário nacional realizou um processo significativo de ajustamento e de consolidação que permitiu melhorar a sua solvabilidade, reduzir os activos não produtivos (NPL e imóveis) e aumentar a sua eficiência operacional. Apesar do progresso assinalável que se está a alcançar, o peso dos NPL no balanço das instituições nacionais continua a comparar desfavoravelmente no contexto europeu, pelo que se espera que as instituições de crédito prossigam com a redução dos seus activos não produtivos, em linha com os planos submetidos às autoridades de supervisão. Para além da defesa da rentabilidade, foram intensificadas acções de supervisão e avaliação particularmente exigentes tendentes ao reforço dos mecanismos de controlo e de governo interno e à qualificação e estabilização das equipas de gestão de várias instituições de crédito e sociedades financeiras.

Importa assinalar ainda que, com a entrada em vigor da directiva PSD 2, no final de 2018, o acesso às contas bancárias deixou de ser um exclusivo dos bancos para passar a ser alargado a prestadores de serviços, nomeadamente a *fintechs* e às grandes plataformas digitais (os designados “GAFA”). Neste contexto, as principais instituições do sistema bancário nacional têm vindo a intensificar os investimentos nas áreas tecnológicas (ex. análise de dados, desenvolvimento de soluções ágeis e credíveis orientadas aos critérios

de escolha do cliente, digitalização e automatização das actividades de *back-office*, reforço da cibersegurança e da PBC/FT) e a apostar na renovação e capacitação do factor humano enquanto elemento transformador da cultura vigente no sector.

Projectos de desenvolvimento organizacional e tecnológico

No âmbito da actividade planeada de desenvolvimento tecnológico, durante o ano de 2018 e em resultado da estreita colaboração entre as áreas de negócio e de suporte e as equipas de desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação, concluíram-se 52 projectos (versus 59 em 2017) e 274 microprojectos (versus 298 em 2017), a que corresponde uma afectação de esforço de, respectivamente, 96.632 e 24.756 horas de recursos internos e recursos externos com perfil tecnológico (59.998 e 22.750 horas, respectivamente, em 2017). Complementarmente, transitaram cerca de 40 projectos de 2017 para 2018 (versus 49 em 2017) e 167 microprojectos (versus 131 em 2017) que, em 2018, totalizaram um esforço total de 95.006 horas e 22.293 horas, respectivamente (59.726 e 15.630 horas, respectivamente, em 2017).

No decurso do ano 2018, a implementação do plano de actividades foi acompanhada em fóruns mensais executivos (Comités de PMO) representados pelo Conselho de Administração da Caixa Central, por representantes do Conselho de Administração do CA Serviços e pelos líderes das 39 iniciativas sob acompanhamento.

Durante o exercício de 2018, decorrente do pedido da CCAM dos Açores para aderir à arquitectura de SI/TI do Grupo e cumpridos todos os formalismos legais e estatutários de adesão ao ACE como Agrupada, registou-se a admissão desta CCAM como membro do CA Serviços, na sequência da decisão unânime da Assembleia Geral realizada a 23 de Março.

No período referido, desenvolveu-se ainda o novo *Site* Institucional, novas aplicações do CA Online e *Mobile* Empresas, assim como novos modelos de marketing associados aos canais não presenciais.

Outro marco importante registado em 2018 coincidiu com o início do desenvolvimento da plataforma digital “i9”, através da qual se pretende mitigar o risco de desintermediação dos Bancos por via da entrada no mercado de outras soluções de pagamento, nomeadamente em contexto da directiva PSD2, permitindo, simultaneamente, conquistar a confiança dos *millenials* e aumentar a presença do Grupo nos mercados urbanos, através de um serviço transparente e perfeitamente ajustado ao contexto de mobilidade.

Foram também efectuados desenvolvimentos na plataforma multicanal “CA Flow Credit”, tendo sido possível implementar, com a segunda fase do projecto plurianual, uma plataforma para comercializar produtos de crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e crédito à habitação, tendo sido concluída com a implementação do *workflow* de crédito a Particulares.

Com o arranque do ano de 2018, foram definidas novas regras e rubricas estratégicas para o Crédito Agrícola tendo sido necessário ajustar a Informação de Gestão Comercial (IGC) e do SI às mesmas. O trabalho desenvolvido ao longo do ano permitiu a disponibilização de rúbricas IGC 2018, Sistema de Incentivos 2018, transferências, movimentos e contratos, GRO diário, visão homóloga 2017 e 2016, entre outras informações.

No domínio do negócio, é de salientar o investimento efectuado no projecto plurianual de *upgrade* da ferramenta denominada Focus ALM e na revisão do respectivo processo de alimentação de dados, permitindo, entre outros, melhorar os processos de gestão de liquidez, de planeamento, de reporte de liquidez e de determinação do preço dos fundos (FTP). Em 2018, foi possível concluir os trabalhos referentes ao módulo de reporte de liquidez, preços internos de transferência e relatórios regulamentares.

O exercício de 2017 ficou marcado pela preparação da entrada em vigor, a 01 de Janeiro de 2018, do normativo contabilístico IFRS 9 – Financial Instruments, norma essa que, após 6 anos de elaboração, apresentou uma nova abordagem à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (englobando a temática de apuramento de perdas por imparidade). Em 2018, deu-se por terminada a implementação da referida norma.

Em 2018 foi concluído o reporte de informação para a Central de Responsabilidades de Crédito, o que obrigou o Grupo CA a investir no robustecimento dos repositórios de informação do Grupo e suscitou a necessidade de criar um serviço de resposta a terceiros centralizado com a missão de coordenar e executar os reportes obrigatórios e regulamentares do SICAM.

Em Maio de 2018, procedeu-se à actualização massiva do sistema operativo dos postos de trabalho para o *Windows 10*, endereçando, desta forma, requisitos de *performance* e de segurança associados a protecção dos dados organizacionais e pessoais no contexto das normas do Regulamento Geral de Protecção de Dados. Em simultâneo, foi implementada no Grupo CA a função de Encarregado de Protecção de Dados (ou DPO, no acrónimo em inglês).

Reconhecimento no mercado

Em 2018, o Crédito Agrícola foi premiado pelo quinto ano consecutivo com o título de **“Melhor Banco no Serviço de Atendimento ao Cliente”**, encontrando-se, igualmente, referenciado no Relatório de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal de Maio de 2018 e na Sinopse de Actividades de Supervisão Comportamental de Outubro de 2018 como uma **das instituições com menor número de reclamações registadas**.

O Crédito Agrícola foi também identificado como líder de mercado em *Net Promoter Score*[®] no mercado português².

A CA Vida e a CA Seguros foram eleitas **Empresas Líder no Índice Nacional de Satisfação do Cliente** do ECSI Portugal 2018.

A CA Seguros foi ainda distinguida, pelo segundo ano consecutivo, como **Melhor Empresa para Trabalhar no sector Banca, Seguros e Serviços Financeiros**, um prémio atribuído pela Revista Exame em parceria com a consultora Everis e a AESE Business School.

² Estudo “In Search of Customers Who Love Their Bank”, 14 de Novembro de 2018, Bain.

Na área de fundos de investimento, o Fundo CA Património Crescente obteve, em 2018, o prémio de **Melhor Fundo Imobiliário Aberto**, atribuído pela entidade associativa do sector, a APFIPP, como já ocorrera noutros anos.

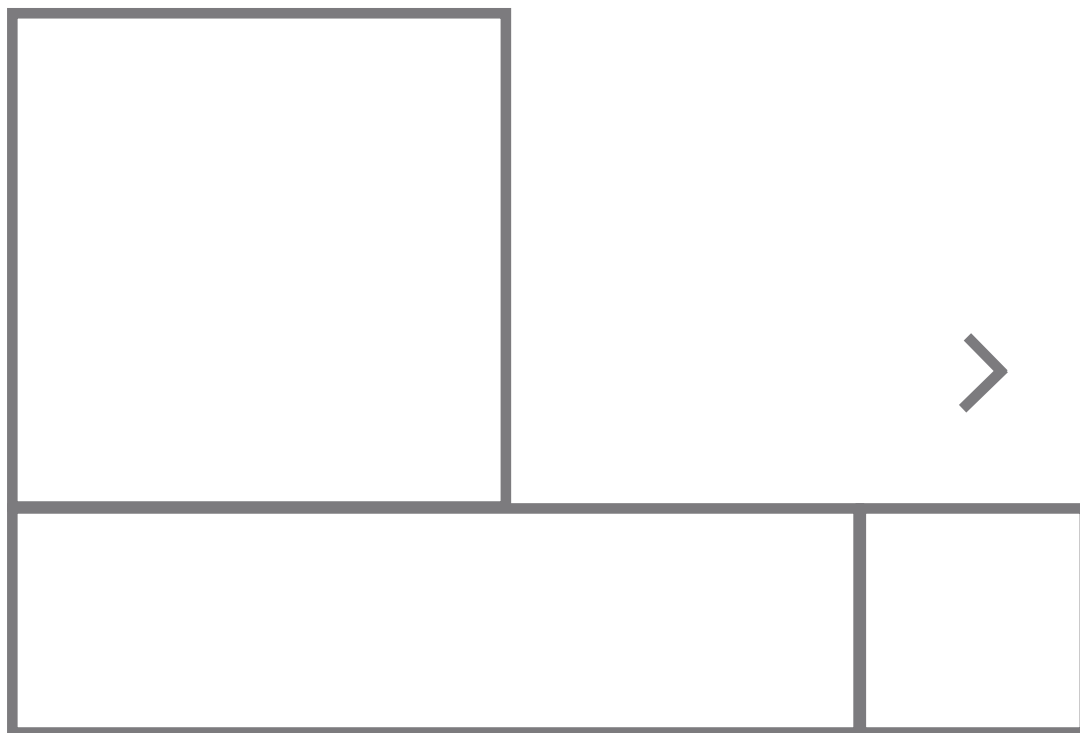
O Crédito Agrícola, assume-se como um grupo financeiro com capitais nacionais que pretende continuar a ser um parceiro de excelência dos seus actuais e futuros clientes, contribuindo para a satisfação das suas necessidades e aspirações financeiras e de protecção através de uma oferta universal, de uma rede de agências abrangente e de canais complementares ágeis e de fácil utilização. O Crédito Agrícola não esquece o seu papel fundamental no desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais onde está inserido, no investimento em projectos sustentáveis, no fomento das relações institucionais com as entidades relevantes em matéria de supervisão do sistema financeiro, e na abordagem cada vez mais proactiva e sistemática a oportunidades de negócio que apresentem perspectivas de retorno continuado de rentabilidade e de reforço dos valores cooperativos, salvaguardando o respeito pelas normas e limites prudenciais, padrões de ética comportamental e regras de *compliance*.



Conselho de Administração Executivo

Renato Feitor, Sérgio Raposo Frade, Licínio Prata Pina (presidente), Ana Paula Ramos, José Maia Alexandre (da esquerda para a direita)

Nota: O Dr. Renato Feitor cessou funções a 31.12.2018, data em que a sua renúncia ao exercício do cargo (devido a ter entrado na idade e na situação de reforma) produziu efeitos, sendo-lhe reconhecido o mérito do trabalho desenvolvido enquanto Vogal do Conselho de Administração da Caixa Central em prol da valorização do Grupo Crédito Agrícola.



Factos relevantes
de 2018

FACTOS RELEVANTES DE 2018

Distinções alcançadas pelo Crédito Agrícola

Em 2018, o Crédito Agrícola foi premiado pelo quinto ano consecutivo com o título de “O Melhor Banco no Serviço de Atendimento ao Cliente”, encontrando-se, igualmente, referenciado no Relatório de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal de Maio de 2018 e na Sinopse de Actividades de Supervisão Comportamental de Outubro de 2018 como uma das instituições com menor número de reclamações registadas.

O Crédito Agrícola foi identificado como líder de mercado em *Net Promoter Score*³ no mercado português³.

As distinções alcançadas não foram exclusivas do negócio bancário, tendo a CA Vida e a CA Seguros sido distinguidas com o 1º lugar no Índice de Satisfação do Cliente do ECSI Portugal 2018.

A CA Seguros foi ainda distinguida, pelo segundo ano consecutivo, como a “Melhor Empresa para Trabalhar” no sector Banca, Seguros e Serviços Financeiros pela Revista Exame em parceria com a consultora Everis e a AESE Business School.

DISTINGUE-NOS A CONFIANÇA.

ESCOLHA DO CONSUMIDOR PEQUENOS E MÉDIOS BANCOS
PREMIO ATRIBUÍDO POR CONSUMERCHOICE

CINCO ESTRELAS ATENDIMENTO AO CLIENTE 2019
PREMIO ATRIBUÍDO POR U-SCOOT

MELHOR BANCO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA EM PORTUGAL 2018

1º LUGAR NO SECTOR BANCA, SEGUROS E SERVIÇOS FINANCEIROS
ÍNDICE DA EXCELÊNCIA 2018
PREMIO ATRIBUÍDO POR FORRESTER

MELHOR EMPRESA PARA TRABALHAR
#18 Exame MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR 2018
PARCERIA: EVERIS, AESE

SEGURADORA LÍDER RAMO NÃO VIDA
EMPRESA LÍDER 2018
ECSI

SEGURADORA LÍDER RAMO VIDA
EMPRESA LÍDER 2018
ECSI

Estes prémios são da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuíram.

INFORMAÇÕES NA AGÊNCIA OU LINHA DIRECTA:
808 20 60 60
Atendimento: segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 19h30h
e sábado, das 10h às 14h30h
www.creditoaagricola.pt

SIGA-NOS

CA
Crédito Agrícola
O Banco nacional com presença local.
Desde 1911

PUBLICIDADE 02/2019

³ Estudo “In Search of Customers Who Love Their Bank”, 14 de Novembro de 2018, Bain.

Eventos de consolidação da marca em 2018

Janeiro

- Distinção do Crédito Agrícola, pelo quarto ano consecutivo, com o Prémio Cinco Estrelas na categoria “Banca - Atendimento ao Cliente”.
- Lançamento, pela CA Seguros, da APP CA Seguros Assistência com o objectivo de tornar o processo de pedido de assistência mais rápido e cómodo para o Cliente, tendo sido, ainda, eleita a Melhor Seguradora Não Vida pela sétima vez consecutiva.
- Lançamento da Campanha “CA Agricultura” destinada ao segmento empresarial agrícola e agro-industrial, composta por um conjunto de soluções para a gestão do dia-a-dia, financiamento e protecção.

Fevereiro

- Patrocínio oficial da 5.ª edição do “Chocolate em Lisboa”, um dos mais emblemáticos eventos do sector, onde se reúnem os mais prestigiados produtores e marcas de chocolate nacionais e internacionais.
- Parceria entre o Grupo Crédito Agrícola e a Associação Portugal Fresh que, pelo quinto ano consecutivo, marcou presença na Fruit Logística 2018, a maior feira de comércio do sector hortofrutícola do mundo, em Berlim.
- Presença do Grupo Crédito Agrícola na 23ª edição do SISAB – Salão Internacional do Sector Alimentar e Bebidas, com um *stand* de apresentação da oferta disponível para empresas com potencial de internacionalização ou já com presença noutros mercados.
- Lançamento da Campanha “CA Soluções de Crédito Pessoal” com ofertas especiais ao nível dos Seguros Vida, nomeadamente, na subscrição dos Seguros Protecção Crédito Pessoal ou CA Protecção Livre, e, dos Seguros Não Vida, na subscrição do Seguro CA Habitação.
- Lançamento de uma campanha com sorteio de um automóvel eléctrico, destinada a actuais e potenciais clientes que procedam à abertura de conta e que subscrevam ou reforcem produtos e serviços financeiros do Grupo. Esta campanha visou assinalar o Dia do Crédito Agrícola que se celebrou no dia 1 de Março.

Março

- Patrocínio do “Mercado Gourmet”, evento que junta a melhor oferta de produtos gastronómicos das várias regiões de Portugal continental e ilhas.
- Patrocínio da 36ª Volta ao Alentejo em bicicleta, como forma de apoio ao desenvolvimento da economia nacional e regional.
- Grande Encontro Nacional do Crédito Agrícola que, no seguimento da parceria com a “The Navigator Company”, veio propiciar a plantação de pinheiros em território nacional, em linha com as preocupações sociais e ambientais do Grupo.
- Divulgação dos resultados consolidados do Grupo Crédito Agrícola no exercício de 2017 (a saber: 150,2 milhões de euros).

Abril

- Lançamento da campanha “CA Solução de Protecção e Investimento”, especificamente dirigida aos clientes do segmento CA Dedicado. Os produtos em campanha incluíram o Seguro de Vida Protecção Família e o Seguro CA Saúde Particulares.
- Distinção, pelo Crédito Agrícola, dos clientes empresariais que, no ano de 2017, receberam o selo de qualidade PME Líder e PME Excelência atribuído pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal às empresas que mais contribuíram para a competitividade e desenvolvimento da economia nacional.
- Patrocínio da Ovibeja, a maior feira do sector primário a sul do país, onde se entregou o Prémio CA Ovibeja no âmbito no 8º Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra.
- Lançamento da campanha “CA Empresas” destinada aos seus Clientes Empresariais, sob o mote “Dê o passo certo para o crescimento da sua empresa”, com a apresentação de um conjunto de soluções de financiamento, de protecção e de serviços financeiros especializados.
- Lançamento da 5ª edição do “Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola 2018” em articulação com a INOVISA e a Rede Rural Nacional.
- Parceria do Crédito Agrícola com a AgriPro e a Agriloja, com vista a apoiar a agricultura através da oferta de condições especiais aos seus clientes e fornecedores empresariais.

Maio

- Patrocínio oficial do Crédito Agrícola à AGRO – 51ª Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação pelo 8º ano, tendo-se promovido a oferta universal de produtos e serviços a partir de um *stand* próprio.
- Patrocínio e participação na 55ª edição da Feira Nacional de Agricultura em Santarém, organizada sob o tema “Olival e Azeite”, tendo o Grupo Crédito Agrícola apresentado a sua oferta universal de produtos e serviços a empresários e a particulares.

Junho

- Assinatura de protocolo entre o Crédito Agrícola e a Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal (ACISTDS) visando permitir que as entidades associadas, órgãos sociais e colaboradores da ACISTDS tenham acesso a produtos e serviços financeiros em condições preferenciais.
- Oferta de bilhetes para os festivais de Verão através do lançamento do concurso “Eu vou aos festivais de Verão com o Crédito Agrícola”, destinado a clientes e não clientes.
- Lançamento da campanha “CA Soluções de Habitação” destinada a jovens com idades até aos 30 anos, na qual se apresentaram várias vantagens como alternativas de financiamento adaptadas às suas necessidades, com *spreads* competitivos e outras condições especiais.
- Assinatura de um protocolo de colaboração entre o Crédito Agrícola e o Bank of China – Macau, com vista a promover uma colaboração mais estreita no que respeita a cooperação comercial.
- Lançamento da campanha “CA Apoia o Negócio Internacional”, destinada às empresas com potencial de exportação dos produtos/serviços e que incluiu a oferta de remessas documentárias, cartões de crédito, financiamentos externos, seguros de crédito e de mercadorias transportadas e uma rede de parceiros com soluções e benefícios para apoiar os seus Clientes, na exportação e na importação.

Julho

- Lançamento de uma campanha com o mote “Se os proteger, é seguro que vão agradecer”, direccionada à protecção dos elementos da família através de dois seguros de vida (CA Mulher e CA Protecção Hospitalar) e dois produtos de protecção à saúde (CA CliniCard e o CA Saúde).
- Lançamento do passatempo “Conte-nos a sua história”, em colaboração com a Mastercard, que teve como objectivo dar visibilidade e impulsionar a actividade das empresas que utilizavam os cartões CA Corporate.
- Patrocínio, do Crédito Agrícola através do CA de Cantanhede e Mira, à Expofacil - Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Cantanhede, evento que junta gastronomia, exposições, dança, artes performativas e música. O Grupo esteve representado através de um *stand* onde deu a conhecer a sua oferta universal de produtos e serviços.

Agosto

- Patrocínio oficial da “Frutos - Feira Nacional de Hortofruticultura”, a maior feira dedicada à exibição e comercialização de fruta da Região Oeste, e da AGRIVAL, Feira Agrícola do Vale do Sousa, tendo marcado presença nos dois eventos através de um *stand* onde apresentou a sua oferta de produtos e serviços.
- Apoio à 39ª edição da FATACIL, a maior feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria do Algarve, tendo a renovação deste patrocínio integrado a estratégia de “estar ao lado do melhor que se produz em Portugal”.
- Lançamento da campanha de crédito pessoal, com o *claim* “Novos horizontes para os seus planos” que apresentou condições concorrenciais ao nível dos seguros vida e não vida.
- Divulgação dos resultados semestrais de 2018 do Grupo Crédito Agrícola (a saber: 64,2 milhões de euros).
- Disponibilização de uma linha de antecipação de ajudas aos empresários dos sectores agrícola, florestal, das pescas e agro-indústria para prestar apoio no pagamento de ajudas ao rendimento pelo IFAP – Pedido Único.

Setembro

- Patrocínio e presença do Crédito Agrícola na 6ª edição da Feira Agroglobal, em Valada do Ribatejo, concelho do Cartaxo, evento destinado aos profissionais do sector agrícola.
- Patrocínio oficial da 2ª edição do Festival Alma do Vinho, em Alenquer, onde estiveram presentes representantes de produtores regionais e nacionais inseridos na Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa.
- Lançamento de Campanha, com o mote “Acreditamos no impacto positivo do teu projecto”, que visou apostar em projectos e iniciativas de negócios geradores de impacto de Jovens Empresários Empreendedores.

Outubro

- Patrocínio da 2ª edição do festival “A Cerveja em Lisboa”, no Campo Pequeno, onde estiveram presentes produtores das melhores cervejas do mundo.

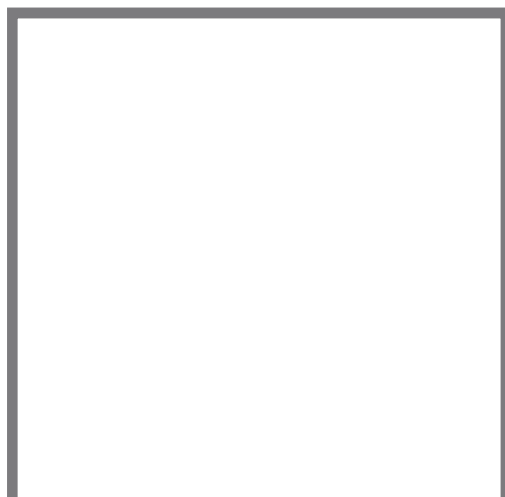
- Presença no Salão Imobiliário de Portugal (SIL), através de um *stand* onde foi possível dar a conhecer os mais de 2.000 imóveis do Grupo Crédito Agrícola em comercialização e as respectivas condições especiais de financiamento.
- Lançamento da campanha que apresentou novas soluções de financiamento, poupança, investimento e protecção às agências dos Açores, em conformidade com a actual oferta do Grupo para as agências do Continente e da Madeira.
- Patrocínio do Mercado de Vinhos na Praça do Campo Pequeno, tendo sido realizadas provas cegas dos vinhos inscritos na 5ª edição do Concurso de Vinhos Crédito Agrícola.
- Eleição da CA Vida e da CA Seguros como líderes no índice de satisfação do cliente no European Consumer Satisfaction (ECSI) Portugal 2018, no seu ramo de actividade. A CA Vida destaca-se no estudo ao ser eleita, pelo 2º ano consecutivo, empresa líder no índice da satisfação do cliente no Ramo Vida, com os seus clientes a mostrarem-se ainda mais satisfeitos face a 2017.
- Participação na Fruit Attraction, a maior feira internacional destinada aos profissionais do sector hortofrutícola, em Madrid. A presença do Banco, que decorreu da parceria estabelecida com a Associação Portugal Fresh, teve como objectivo apoiar os produtores nacionais de frutas e legumes na exportação dos seus produtos.
- Disponibilização de 200 milhões de euros, pelo Crédito Agrícola e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), para facilitar o acesso ao crédito por parte das PME e *midcaps* localizadas principalmente em Portugal.
- Cerimónia de entrega de prémios da 5ª edição do Prémio Empreendedorismo e Inovação na Cimeira Nacional de Inovação na Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural – Agro Inovação 2018.
- Atribuição de prémios a 120 alunos do 7.º ao 12.º ano de escolaridade, clientes do banco, pelos resultados escolares alcançados no ano lectivo de 2017/2018 (Programa Nota20 CA).
- Apoio à campanha de prevenção do cancro da mama, em associação ao Dia Nacional da Prevenção do Cancro da Mama que se celebrou no dia 30 de Outubro, através da doação à Liga Portuguesa Contra o Cancro de 0,50€ por cada “clique” efectuado no *banner* da campanha disponível no site institucional.

Novembro

- Distinção da CA Seguros como “Melhor Empresa para Trabalhar”, no sector da Banca, Seguros e Serviços Financeiros, pelo segundo ano consecutivo.
- Lançamento da campanha CA Comércio e Serviços, sob o mote “Seja qual for o seu negócio, a nossa porta está sempre aberta”, com a disponibilização de um conjunto de produtos para facilitar a gestão financeira das empresas (taxas de juro atractivas, desconto no preçário de comissões e seguros e apoio especializado).
- Celebração de um contrato com a DST Solar com o objectivo de disponibilizar os produtos CA mais adequados para o financiamento dos Clientes Particulares e Empresa da DST Solar na aquisição de equipamentos solar fotovoltaico e solar térmico, destinados ao mercado doméstico ou ao mercado industrial/hoteleiro.
- Disponibilização de uma linha de apoio ao desenvolvimento do negócio, pelo Crédito Agrícola em conjunto com o IAPMEI, o Turismo de Portugal, a SPGM e as SGM, com um montante global de 122 milhões de euros distribuídos por quatro linhas específicas: *Start Up*, *Curto Prazo*, *Leasing Imobiliário* e *Leasing Mobiliário*.

Dezembro

- Patrocínio, pelo sexto ano consecutivo, do Mercado de Natal do Campo Pequeno, evento que contou com mais de 140 expositores com produtos e artigos exclusivamente de origem portuguesa ou manufacturados em Portugal.
- Lançamento da campanha “CA Juniores”, sob o *claim* “Torna-te num Super-Herói da poupança e entra para o clube do Cristas” destinada às crianças até aos 12 anos e com o objectivo ensinar os mais novos a poupar e promover a poupança e a protecção de forma divertida.
- Lançamento do Desafio “School Leader VIP” destinado aos jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos, com o objectivo de promover a poupança e o aforro junto deste segmento. O vencedor deste passatempo será quem possuir maior número de visualizações do vídeo por si produzido, na rede social Instagram.
- Patrocínio à participação do piloto português Mário Patrão na edição de 2019 do Dakar.



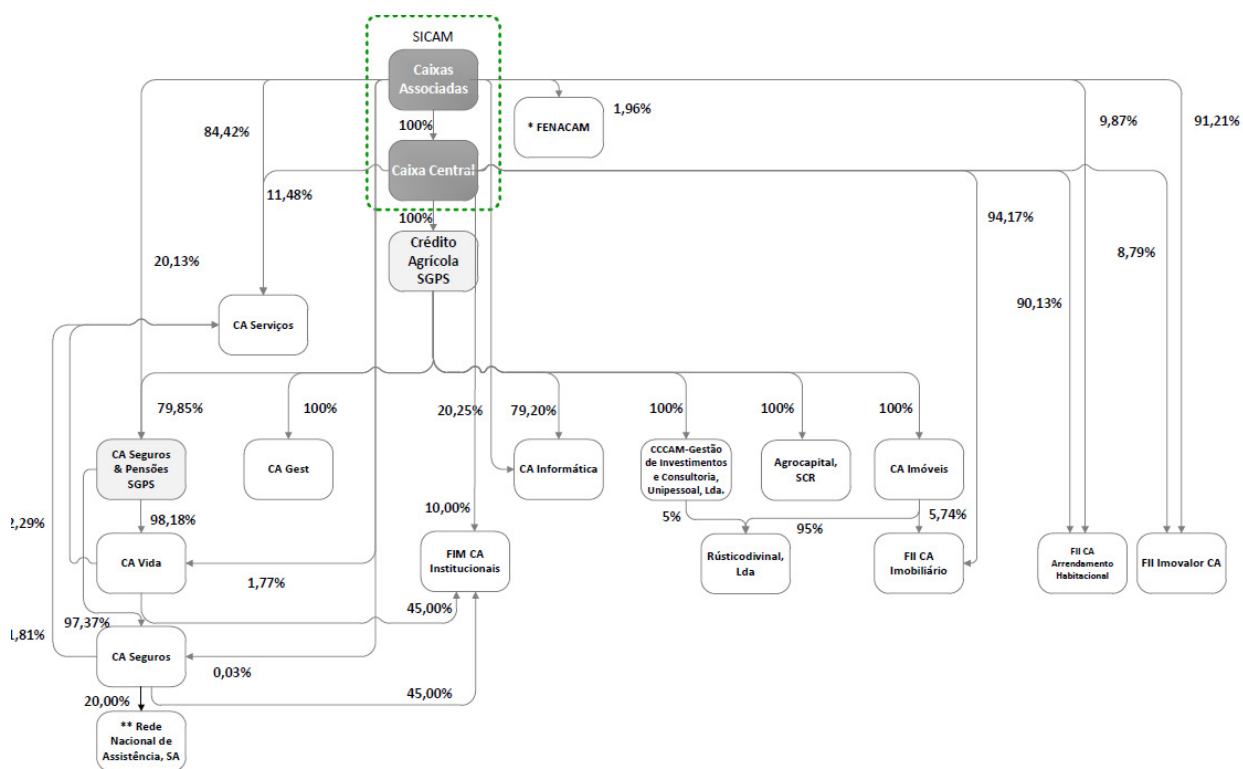
Apresentação do
Grupo Crédito
Agrícola

I. APRESENTAÇÃO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1.1 ESTRUTURA DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma organização societária orientada à sustentação e apoio à competitividade das 80 Caixas Associadas. As empresas do Grupo são detidas, directamente, pela Caixa Central e/ou Caixas Associadas ou, indirectamente, pela Crédito Agrícola SGPS (*holding* detida a 100% pela Caixa Central).

a) Estrutura societária

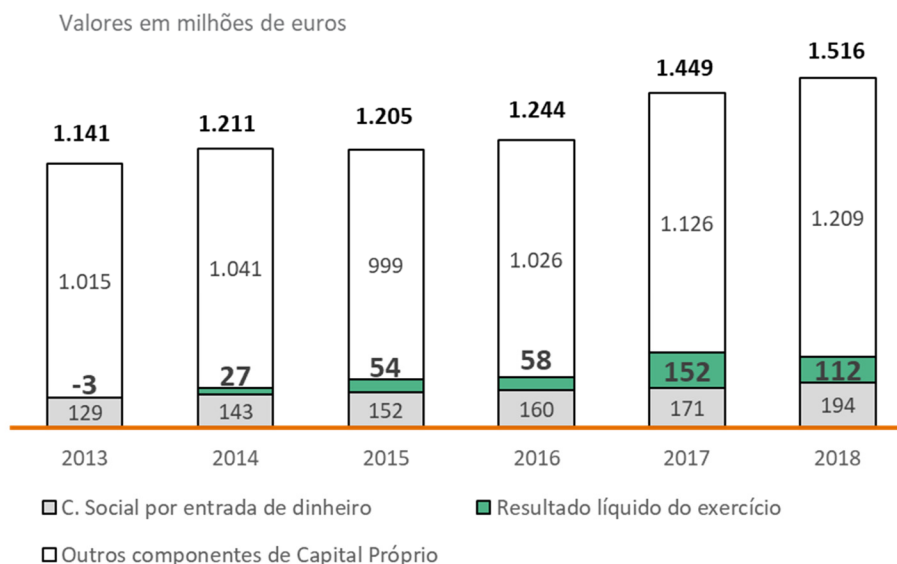


(*) A FENACAM detém 98,02% do seu próprio capital.
 (**) Consolidação por método de equivalência patrimonial.

Nota: A denominação Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., foi alterada para CA Capital, SCR, S.A. em Janeiro de 2019, no âmbito de uma alteração integral dos estatutos, que incluiu também a alteração do objecto social.

b) Estrutura de capital do Grupo CA

O Grupo Crédito Agrícola tem vindo a demonstrar, de forma consistente e ímpar no sector em Portugal, a capacidade de cumprir os níveis de capitalização exigidos no quadro dos requisitos impostos por Basileia III e decorrentes da União Bancária (Capital Requirements Directive IV), exclusivamente com o reforço da participação dos actuais Associados e a entrada de novos e, fundamentalmente, com a incorporação de resultados do exercício ao longo dos anos.



c) Modelo Cooperativo do Crédito Agrícola e do SICAM

i. Estrutura do mecanismo jurídico

O Grupo Crédito Agrícola é um grupo cooperativo, regulado por um regime jurídico específico, o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (RJCAM) e, paralelamente, pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) é o conjunto formado pela Caixa Central e pelas Caixas Agrícolas suas associadas. A Caixa Central é a “cabeça do Grupo”, actuando como organismo central, que coordena e representa o Grupo, sendo responsável pela coordenação e planeamento, fiscalização, orientação e intervenção nas Caixas Associadas, reporte às entidades de supervisão, gestão integrada da liquidez, monitorização e controlo global dos riscos e definição e acompanhamento das principais políticas e normas do Grupo, incluindo, entre outras, as relacionadas com risco de crédito, recursos humanos, sistemas de informação e marketing.

O princípio mutualista/cooperativo do SICAM assenta num mecanismo de solidariedade que quando é accionado, por um eventual desequilíbrio financeiro numa das Caixas Associadas, garante que primeiro responda a Caixa Central e, depois, as restantes Caixas Associadas. Por seu lado, a Caixa Central, numa situação de desequilíbrio financeiro, vê garantido o recurso às suas Associadas para reforço dos seus fundos próprios. Este mecanismo é vinculado juridicamente pelo RJCAM.

De acordo com o RJCAM, este sistema de solidariedade é um mecanismo formal de garantias cruzadas em que: (i) a Caixa Central garante integralmente as obrigações assumidas pelas Caixas Associadas, nos termos em que o fiador garante as obrigações do afiançado, e (ii) as Caixas Associadas, sempre que para tal solicitadas, subscrevem e realizam aumentos do capital social no montante necessário para corrigir eventuais desequilíbrios financeiros da Caixa Central, que se traduzam na redução dos fundos próprios a um nível inferior ao mínimo legal ou na inobservância dos rácios e limites prudenciais aplicáveis.

Em complemento, o Grupo dispõe, através do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM), de um reforço do mecanismo de suporte através da possibilidade da utilização de parte do montante deste fundo para garantir a solidez e sustentabilidade do SICAM.

ii. Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

O GCA dispõe de um reforço do mecanismo de solidariedade assegurado através do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM). Este fundo não garante apenas as responsabilidades perante os depositantes do GCA, mas também suporta o sistema na sua solvabilidade e liquidez, através de empréstimos às Caixas Associadas, designados por Contratos de Assistência Financeira.

O Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo é uma pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto do Banco de Portugal, e totalmente independente do Fundo de Garantia de Depósitos para o sector bancário português. Este fundo é dirigido por uma Comissão Directiva e tem como Presidente um Administrador do Banco de Portugal e dois Vogais nomeados, um em representação do Ministério das Finanças e outro em representação da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. As funções de fiscalização são da competência do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

O mecanismo de garantia dos depósitos é análogo ao que rege o Fundo de Garantia de Depósitos, aplicável à banca em geral, considerando as especificidades das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo pertencentes ao SICAM. Assim, o FGCAM garante até 100 mil euros, por titular de depósito e por instituição, o reembolso dos depósitos constituídos na Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas. Este Fundo nunca foi accionado no âmbito da garantia de depósitos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, o FGCAM apresenta um valor de recursos próprios de 348,2 milhões de euros, dos quais 199,4 milhões de euros correspondiam exclusivamente a aplicações destinadas a garantir os depósitos constituídos no SICAM.

Em conformidade com o disposto no Regime Jurídico que regula a sua actividade, o FGCAM aplica os recursos disponíveis em aplicações financeiras, mediante o plano de aplicações definido pela Comissão Directiva, sendo que 30% do seu activo deve ser aplicado em depósitos imediatamente disponíveis e em instrumentos financeiros de elevada liquidez. À data de 31 de Dezembro de 2018, as aplicações financeiras totais ascendiam a 262,4 milhões de euros.




d) Presença Internacional do GCA

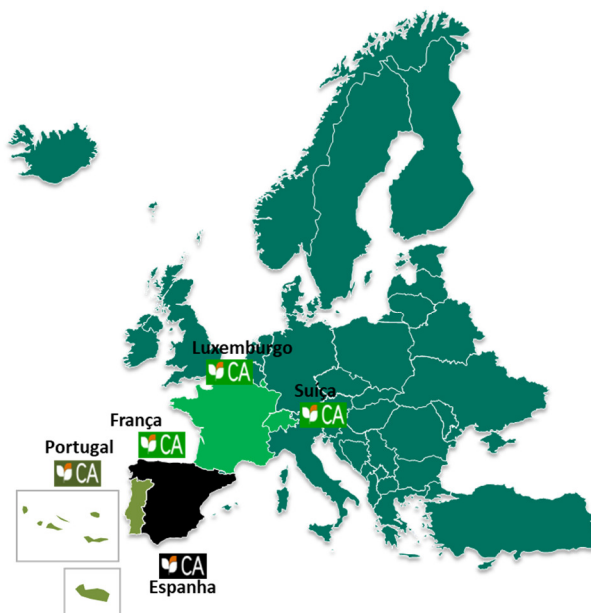
Consciente da importância do mercado internacional, o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a reforçar a sua presença internacional através de acordos comerciais e de investimento, conjuntamente com a expansão da rede de escritórios de representação e de agentes comerciais e com o alargamento da oferta de produtos e serviços destinados a apoiar a actividade internacional das empresas portuguesas.

Presença Internacional do Crédito Agrícola em 2018

Europa

França
Luxemburgo
Portugal
Suíça
Espanha

Legenda:	
	Rede doméstica
	Escritórios (ER/EI)
	Participação de capital



1.2 CAIXA CENTRAL E GOVERNANCE DO GRUPO

a) Órgãos Sociais da Caixa Central

A Caixa Central, atendendo a que é uma Cooperativa, mas que, nos termos do determinado no Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, pode dispor em sede de governação de um dos modelos estabelecidos para as sociedades anónimas no Código das Sociedades Comerciais, adopta o modelo germânico ou seja, dispõe de um Conselho Geral e de Supervisão, de um Revisor Oficial de Contas (ROC) e de um Conselho de Administração Executivo, para além de uma Mesa de Assembleia Geral e de um Conselho Consultivo, este último órgão de cariz consultivo e não executivo.

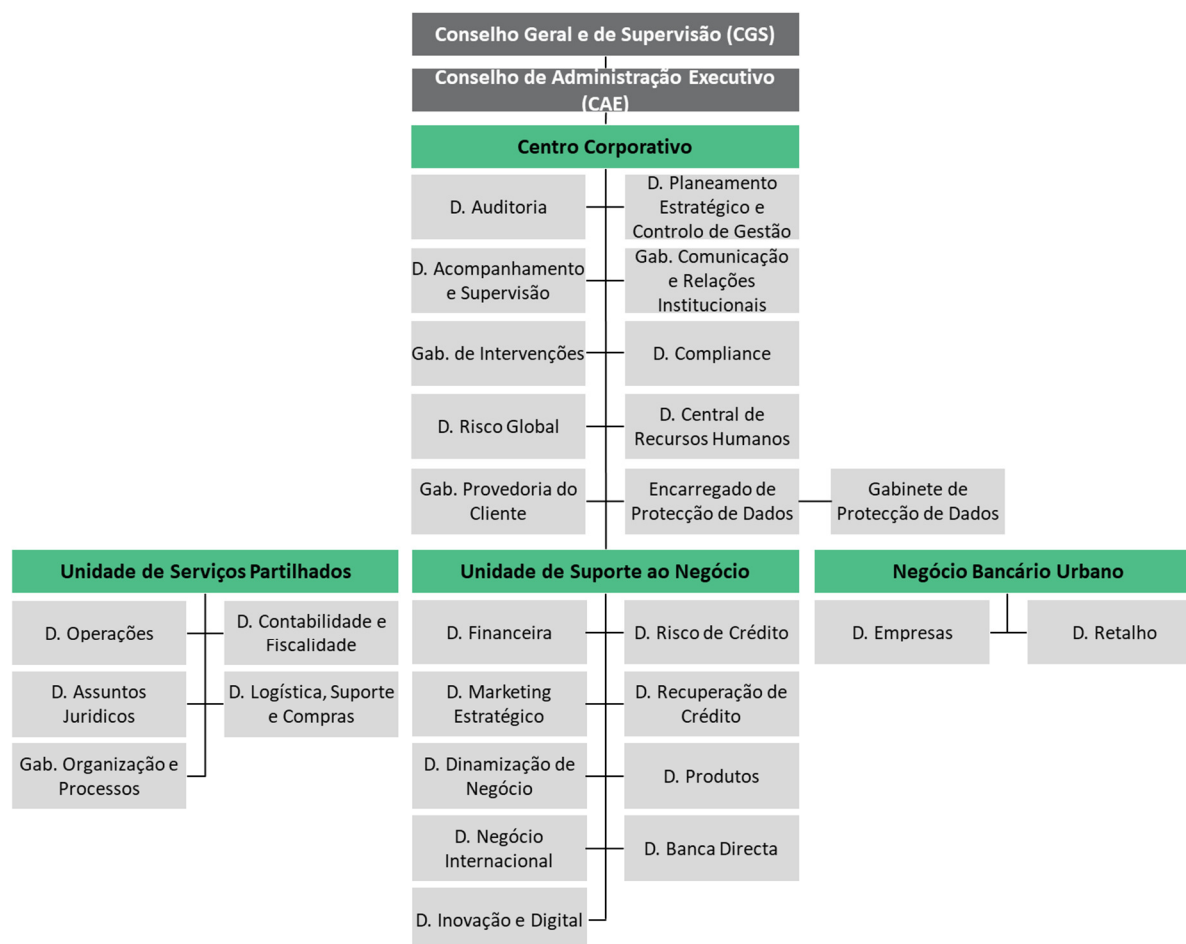
A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Consultivo são integrados exclusivamente por Associadas da Caixa Central – as actuais 80 Caixas Agrícolas que designam pessoas singulares que exercem o cargo em nome próprio – eleitas em Assembleia Geral, sendo que cada Caixa Agrícola Associada só pode pertencer a um órgão social através dos seus representantes, não podendo portanto acumular o exercício de funções em mais do que um órgão.

De acordo com a recente revisão estatutária, o Conselho de Administração Executivo é eleito em Assembleia Geral, sendo integrado por pessoas singulares, Associados ou não das Caixas Agrícolas e com ou sem ligação ao Grupo Crédito Agrícola.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO GERAL E SUPERVISÃO	CONSELHO CONSULTIVO	REVISOR OFICIAL DE CONTAS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO
Presidente Nuno Carlos Ferreira Carrilho CCAM Terras de Viriato	Presidente Carlos Alberto Courelas CCAM Pombal	Presidente Hélio José de Lemos Rosa CCAM Alenquer	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda representada por: Aurélio Adriano Rangel Amado	Presidente Licínio Manuel Prata Pina
Vice-Presidente Josué Cândido Ferreira dos Cantos CCAM Ferreira do Alentejo	António Manuel Melo Gomes de Sousa CCAM Açores	José Luís Tirapicos Nunes CCAM Alentejo Central		Vogal Renato Manuel Ferreira Feitor *
Secretário Carlos Alberto Samora Bitoque Vargas Mogo CCAM São Bartolomeu de Messines e São Marcos da Serra	Alcino Pinto dos Santos Sanfins CCAM Alto Douro	José Lopes Gonçalves Barbosa CCAM Alto Cávado e Basto		Vogal José Fernando Maia Alexandre
	António João Mota Cachulo da Trindade CCAM Baixo Mondego	Normando António Gil Xarepe CCAM Extremoz, Monforte e Arronches		Vogal Ana Paula Raposo Ramos Freitas
	Afonso de Sousa Marto CCAM Batalha	António Germano Fernandes de Sá e Abreu CCAM Médio Ave		Vogal Sérgio Manuel Raposo Frade
	Orlando José Matos Felicíssimo CCAM Aljustrel e Almodôvar	João Nascimento Canas Guerra CCAM Nordeste Alentejano		
	José Gonçalves Correia da Silva CCAM Noroeste	António Francisco Coelho Pinheiro CCAM Paredes		
	Artur Teixeira de Faria CCAM Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega	José Manuel Guerreiro Estiveira Gonçalves CCAM Silves		
	Magda Cristina Batista Antunes Santolini CCAM Zona do Pinhal	Francisco Eduardo das Neves Rebelo CCAM Vale do Távora e Douro		
		Adriano Augusto Diegues <i>Por inerência, nos termos do nº2 do artigo 35º dos estatutos da Caixa Central.</i>		

(*) O Dr. Renato Feitor cessou funções a 31.12.2018, data em que a sua renúncia ao exercício do cargo (devido a ter entrado na idade e na situação de reforma) produziu efeitos, sendo-lhe reconhecido o mérito do trabalho desenvolvido enquanto Vogal do Conselho de Administração da Caixa Central em prol da valorização do Grupo Crédito Agrícola.

b) Organograma funcional da Caixa Central



O organograma da Caixa Central, resultante do processo de reorganização interna e em linha com a visão estabelecida no Programa de Transformação do Grupo Crédito Agrícola, traduz as suas 4 funções essenciais:

- Centro Corporativo (incluindo as funções de planeamento, acompanhamento, controlo e gestão de riscos, fiscalização e supervisão do SICAM e quando necessário de intervenção na gestão das Caixas Associadas em situações de desequilíbrios);
- Unidade de Serviços Partilhados (que, numa visão mais abrangente, integra a esfera de actuação das empresas CA Serviços, CA Informática e CA Imóveis);
- Unidade de Suporte ao Negócio (incluindo a gestão de tesouraria do SICAM); e,
- Negócio Bancário Urbano da Caixa Central (retalho/agências e *corporate*).

Reconhecendo a importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, designadamente, para garantir um efectivo cumprimento das obrigações legais e regulamentares e demais deveres a que o Grupo Crédito Agrícola se encontra sujeito, as estruturas de *Compliance*, Gestão de Riscos e Auditoria têm vindo a assumir-se, cada vez mais, como funções de controlo de todo o Grupo. Complementarmente, a estrutura de Acompanhamento e Supervisão cumpre as atribuições de controlar, fiscalizar, orientar e acompanhar (local e sistematicamente) as Caixas Associadas.

Novas Estruturas Organizacionais (criadas em 2018)

Importa referir, em 2018, a criação de duas novas estruturas: o Gabinete de Protecção de Dados, no Centro Corporativo, e a Direcção de Inovação Digital, na Unidade de Suporte ao Negócio.

Protecção de Dados (e Data Protection Officer):

O ano transacto ficou ainda assinalado pela entrada em vigor, em 25 de Maio de 2018, do Regulamento nº 2016/679 do Parlamento e do Conselho Europeu, designado por Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGPD), o qual veio definir o novo regime jurídico da protecção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, tendo introduzido novos desafios organizacionais, tecnológicos e de governação das sociedades.

Para além de pretender assegurar a harmonização europeia, o RGPD, entre outros aspectos de idêntica relevância, veio conceder novos direitos aos cidadãos europeus, aprofundou os actuais processos de controlo sobre os dados pessoais e suscitou uma auto-responsabilização de todas as organizações pelo cumprimento do RGPD, designadamente obrigando à notificação da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) em caso de uma eventual quebra de confidencialidade, sendo que todas as entidades passam ainda a ser objecto de acções de fiscalização e eventuais sanções por parte desta Autoridade de Controlo.

O Grupo Crédito Agrícola, após uma fase onde se assegurou a conformidade mínima com as directrizes identificadas no RGPD e com a nomeação do seu Encarregado de Protecção de Dados (ou DPO, no acrónimo inglês) iniciou todo um processo de aprofundamento, em todo o Grupo Crédito Agrícola, das alterações que o Regulamento implica nos actuais processos e sistemas de informação, lançando um programa estrutural de iniciativas visando a adequação do Grupo Crédito Agrícola aos requisitos do RGPD.

Direcção de Inovação e Digital:

Com vista a endereçar, por um lado, os actuais desafios que a evolução tecnológica no sector bancário tem vindo a colocar e, por outro, a necessidade de rejuvenescer a base de clientes e explorar os mercados urbanos (onde a quota de mercado actual do Grupo CA tem menor expressão), o Grupo Crédito Agrícola tomou a decisão de lançar uma solução digital disruptiva no mercado português no 1º semestre de 2019, sob a forma de App, integrada na arquitectura tecnológica do Grupo e acompanhada da comunicação de uma identidade de marca distinta. Para tal, a Caixa Central concluiu a criação de uma nova Direcção (Direcção de Inovação e Digital), vocacionada para acelerar a transformação digital do Grupo, a aquisição de novas competências e o rejuvenescimento do negócio, tanto através dos meios humanos e técnicos próprios dos quais se encontra dotada, como pelo estabelecimento de parcerias estratégicas que permitirão ao Grupo CA acelerar a sua transformação digital (ex. parceria com entidade internacional na área de pagamentos e fintechs Portuguesas e estrangeiras).

c) Órgãos societários e fóruns executivos e não executivos do Grupo

Para além dos Órgãos Sociais da Caixa Central, a governação do Grupo Crédito Agrícola é ainda complementada por fóruns constituídos por membros representantes das Caixas Associadas e de empresas do Grupo. Durante o ano de 2018, exerceram funções os membros dos órgãos sociais eleitos no dia 12 de Dezembro de 2015, para o triénio 2016-2018, e que tomaram posse, após a obtenção do Banco de Portugal da respectiva autorização para o exercício de funções, o que ocorreu em 29 de Dezembro de 2015, data em que todos os órgãos tomaram posse.

Fóruns Executivos do Grupo

Assembleia Geral do Grupo CA
Comité de Gestão de Programa (PMO)
Comité de Activos, Passivos e Capital (ALCCO)
Comité de Negócio e Tecnologia de Informação (SI/TI)
Conselho de Crédito
Conselho de Recuperação de Crédito
Comité de Acompanhamento e Supervisão
Conselho Administração Executivo

Fóruns Não Executivos (não exaustivo)

Conselho Estratégico
Comité Comercial e de Marketing
Comité de Recuperação de Crédito
Comité de Gestão de Risco
Comité de Custos e Eficiência
Comité de Recursos Humanos
Comité de SI/TI
Comité de Gestão de Continuidade Negócio
Comité Controlo Interno

d) Funções de controlo interno do Grupo

i. *Compliance* e controlo interno

A Direcção de Compliance tem por missão a gestão da Função Compliance do Grupo Crédito Agrícola (GCA), garantindo o adequado cumprimento da regulamentação aplicável e a prevenção de fraude e branqueamento de capitais. Com vista a assegurar a sua missão, tem como principais actividades a gestão do risco de Compliance no SICAM, o acompanhamento e divulgação de legislação e regulamentação relevante e garantia do seu cumprimento, a emissão de orientações e recomendações, a coordenação e elaboração do reporte comportamental, a coordenação e responsabilidade sobre o Sistema de Controlo Interno da Caixa Central, a coordenação da prevenção da fraude e do branqueamento de capitais no Grupo, a gestão e acompanhamento de situações de Conflito de Interesses e a superintendência na articulação entre a função Compliance da Caixa Central e a das Caixas Associadas.

A Função Compliance, enquanto parte integrante do Sistema de Controlo Interno (SCI), tem a responsabilidade de assegurar, em conjunto com as demais áreas de controlo, a adequação, fortalecimento e funcionamento do SCI, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade dos seus negócios, bem como disseminar a cultura de controlos para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes, visando a minimização do risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras e reputacionais.

O modelo organizativo definido para esta Função no Grupo assenta numa lógica corporativa em que a Caixa Central assume a liderança do Grupo, assumindo e centralizando uma parte significativa das actividades (no que diz respeito ao SICAM), cabendo aos restantes membros do Grupo assegurar actividades específicas, com o apoio da Direcção de Compliance.

Esta estrutura articula as tarefas que lhes estão cometidas com os interlocutores de compliance – Compliance Monitors – das CCAM e empresas do Grupo, elos essenciais no desenvolvimento da cultura de *compliance* e na melhoria do SCI. Esta articulação e organização permitem a adopção de práticas uniformes no que respeita à identificação, interpretação e implementação dos requisitos legais e regulamentares bem como um adequado acompanhamento e monitorização dos riscos identificados.

ii. Gestão de riscos

A gestão de riscos visa desenvolver e apoiar, de modo global e integrado, a definição da estratégia e das políticas de gestão de risco e capital no Grupo Crédito Agrícola, assegurando o seu cumprimento e adequada capacitação organizacional através da implementação de metodologias, procedimentos e ferramentas que assegurem a determinação e planeamento de capital e a identificação, mensuração e controlo dos diversos riscos.

As actividades desenvolvidas neste domínio enquadram a função enquanto órgão de controlo interno, consubstanciam uma articulação das matérias visadas com as diferentes unidades orgânicas especializadas, em particular, os riscos de crédito, liquidez, taxa de juro, mercado, operacional e reputacional e, ainda, visam promover a relação com as entidades reguladoras.

Neste contexto, a gestão de riscos constitui um eixo de actuação prioritário para a Caixa Central e para o Grupo Crédito Agrícola, reconhecendo-se o seu impacto decisivo na criação de valor e traduzindo-se num importante factor de estabilidade.

A Caixa Central e o Grupo vêm desenvolvendo continuamente, em todas as áreas, um significativo número de iniciativas que compreendem uma forte articulação com a vertente tecnológica e exigem o desenvolvimento de competências internas e capacidades específicas, de modo a capacitar o Grupo para os desafios emergentes de um quadro regulamentar cuja frequência de actualização tem sido particularmente acentuada no passado recente, ao que acresce, o esforço exigido ao sistema bancário pelos requisitos de planeamento e controlo dos níveis de liquidez e solvabilidade. Em paralelo, constitui objectivo do Grupo continuar a desenvolver as condições necessárias para a afirmação de uma verdadeira cultura de risco assente em valores éticos e de elevado rigor profissional.

Na prossecução destes objectivos, a estratégia de negócio que vem sendo seguida aponta para o desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo e atribui particular ênfase ao controlo do risco,

definindo objectivos mensuráveis que se pretendem assumir, a par da rentabilidade que se deseja alcançar, subordinando esta a limitação dos riscos. A estratégia global de risco define objectivos relativos a qualidade, rentabilidade, alocação de fundos próprios e desenvolvimento da carteira de crédito, activos financeiros e títulos, sendo estes objectivos monitorizados regularmente como base de suporte para a revisão ou actualização da estratégia prosseguida.

iii. Auditoria interna

A função de auditoria interna tem como missão principal proteger a instituição e contribuir para o desenvolvimento sustentável das suas actividades, através da avaliação sistemática, disciplinada, independente e objectiva, baseada no risco, da estrutura de governo interno e do sistema de controlo interno, com vista a garantir a sua adequação e eficácia, nomeadamente através da identificação de deficiências e oportunidades de melhoria, quer na sua concepção, quer na sua implementação ou utilização.

As normas legais e regulamentares aplicáveis e as linhas de orientação, recomendações e determinações emanadas por entidades de supervisão e legislativas, europeias e nacionais, em matéria de governo interno e de gestão e controlo de riscos, conferem à Direcção de Auditoria da Caixa Central competências de coordenação funcional e de orientação sobre a função de auditoria interna das Caixas Associadas, consubstanciadas numa metodologia comum e em mecanismos de controlo efectivos sobre os responsáveis locais das Caixas Associadas, em prólogo de uma actividade de auditoria assente no risco dos processos e no grau de mitigação dos controlos, o que inevitavelmente impõe um alinhamento com a gestão por processos e com o modelo de gestão do risco operacional.

Assumem-se dois modelos independentes na realização da actividade de auditoria interna nas Caixas Associadas: a subcontratação do serviço de auditoria interna junto da Direcção de Auditoria da Caixa Central (54 CCAM) ou a existência de recursos internos locais nas CCAM (26 CCAM), responsáveis pelo exercício da função de auditoria interna, reportando funcionalmente à Direcção de Auditoria da Caixa Central, actuando em articulação e sob uma metodologia comum do SICAM.

Em 2018, as actividades de auditoria desenvolvidas na Caixa Central respeitaram o plano de actividades de auditoria interna comum proposto ao SICAM e compreenderam um conjunto alargado de exercícios específicos de carácter corporativo que decorrem do enquadramento regulamentar e operacional da Caixa Central.

Nas Caixas Associadas foi globalmente assegurada a execução do plano de actividades de auditoria interna proposto pela Caixa Central ao SICAM para 2018, embora algumas das missões de auditoria previstas tenham sido prorrogadas para 2019 decorrente da implementação de nova ferramenta de apoio à função, enquadrada na plataforma informática de GRC, a qual endereça, numa visão integrada, as necessidades das funções de controlo do SICAM.

No exercício das suas competências, a função de auditoria interna foi objectiva e independente, constituindo a terceira linha de defesa na gestão e controlo do risco, tendo examinado e avaliado a adequação e a eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno da instituição, emitindo recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas e acompanhando a mitigação das deficiências detectadas nas acções de controlo.

iv. Fiscalização, orientação e acompanhamento das Caixas Associadas

A actividade das Caixas Associadas continua a ser exercida num quadro económico cada vez mais complexo, competitivo e de baixa rentabilidade, ao qual acrescem maiores exigências regulamentares e de supervisão.

As alterações significativas que se têm verificado no quadro legislativo e regulatório das Instituições de Crédito têm conduzido a um sucessivo agravamento das exigências, obrigando a que as metodologias utilizadas para garantir uma correcta e atempada supervisão tenham de estar suportadas em processos que garantam uma operacionalidade adequada à evolução organizativa e ao negócio das Caixas Associadas.

Na sequência do referido e em cumprimento do disposto nos artigos 75º e 76º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, a Caixa Central, através da Direcção de Acompanhamento e Supervisão (DAS) continua a ter como missão a supervisão prudencial e o acompanhamento da actuação das Caixas Associadas, incluindo as intervencionadas ao abrigo dos artigos 77º e 77º - A do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, no cumprimento das disposições legais, das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Portugal e das orientações definidas pela Caixa Central, com vista a assegurar a sustentabilidade do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo e o cumprimento das normas prudenciais por parte das Caixas Associadas, em concordância com as orientações estratégicas do Grupo Crédito Agrícola.

Durante o ano de 2018 a Direcção de Acompanhamento e Supervisão, implementou alterações na sua estrutura orgânica e no seu funcionamento, reflectindo a visão estratégica da Caixa Central para a função de acompanhamento das Caixas Associadas, tendo subjacente uma lógica de orientação para o risco (*risk-based approach*), com diferentes níveis de exigência e controlo em função do nível de risco apurado.

Neste âmbito, encontra-se em curso a implementação de um conjunto de medidas, que implicam a revisão e actualização dos Normativos, a serem efectuadas e implementadas de forma faseada ao longo do tempo.

O Modelo Quantitativo de Acompanhamento das Caixas Associadas, aprovado em Outubro de 2017, o qual se baseia no comportamento de um conjunto de indicadores de risco, alinhados com os definidos no âmbito da Função de Gestão de Riscos para o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo, continua a permitir o enquadramento das Caixas Associadas em diferentes patamares de risco, aos quais correspondem diferentes regimes / tipologias de supervisão, a adoptar por parte da Direcção de Acompanhamento e Supervisão no cumprimento da sua missão.

No quadro da nova regulamentação e alterações em matéria de supervisão, a que se deve associar a consolidação do Grupo Crédito Agrícola, visto como uma entidade sujeita a uma supervisão em base consolidada, com todas as exigências e responsabilidades daí decorrentes, nomeadamente para a Caixa Central, a Direcção de Acompanhamento e Supervisão tem um papel determinante como primeira linha de actuação, tanto na óptica de supervisão como na óptica da promoção das orientações necessárias ao cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo.

1.3 VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA DO GRUPO CA

a) Marcos históricos

Em Portugal a banca cooperativa é representada pelo Grupo Crédito Agrícola que regista uma marcante história secular de contributo para a sociedade e a economia nacional e que diariamente se renova para cumprir a sua missão, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais e da diáspora portuguesa.



b) Grupo Crédito Agrícola em 2018

O Crédito Agrícola é um grupo financeiro com oferta universal com cerca de 18,8 mil milhões de euros de activos líquidos, 15,9 mil milhões de euros de recursos de clientes e uma base de cerca de 1,2 milhões de Clientes. Com uma situação líquida de cerca de 1,5 mil milhões de euros, o Grupo relaciona-se com os seus Clientes e Associados através das 657 agências que possui por todo o país (e que lhe asseguram o lugar cimeiro em matéria de presença física através de agências bancárias) e da sua oferta de canais não presenciais e digitais.



c) Missão, Visão e Valores do Grupo Crédito Agrícola

Sendo um Grupo de cariz cooperativo e centenário e não estando sujeito aos regulamentos e à pressão do mercado de capitais, o Crédito Agrícola aposta numa estratégia de reinvestimento dos resultados gerados e de maximização do valor a longo prazo.

Missão e Visão do Grupo CA

O Grupo Crédito Agrícola (e as Caixas Associadas que o compõem) tem como objectivo:

Missão

Ser o **motor de desenvolvimento das comunidades locais** através da relação de proximidade com os clientes, contribuindo para dar resposta às suas ambições e projectos financeiros; e

Visão

Ser reconhecido como o **“Melhor Grupo Financeiro” nos mercados em que opera.**

O Grupo Crédito Agrícola foca-se nas relações de proximidade para dar resposta às ambições e projectos financeiros dos clientes e das comunidades e distingue-se da concorrência por reinvestir o lucro gerado por cada Caixa Associada na própria região (os casos de distribuição de resultados são inexpressivos), por aplicar os depósitos captados no financiamento de projectos da região dos depositantes, por contribuir para a redução dos níveis de desemprego das regiões onde actua (recrutamento local) e por descentralizar as tomadas de decisão de financiamento atentos os limites de exposição e as políticas de Grupo em vigor.

A origem dos princípios de solidariedade e responsabilidade social do Grupo Crédito Agrícola, que norteiam a sua missão e valores, remontam ao século XV, aquando da fundação das Santas Casas da Misericórdia em Portugal. Estas entidades foram pioneiras na concessão de crédito aos agricultores, a partir de meados do século XVIII, lançando as bases para a criação das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Ao longo dos séculos este sistema foi evoluindo, tornando-se cada vez mais relevante no contexto social e económico do país, o que conduziu ao seu actual enquadramento legal e prudencial e ao progresso registado em matéria de modelo de governo corporativo e de integração.

Valores do Grupo CA



d) Princípios de reforço da sustentabilidade

Para manter a sustentabilidade do actual modelo de negócio, o GCA tem vindo a demonstrar capacidades de adaptação à mudança e de responder agilmente, ombreando com os maiores bancos do sistema bancário nacional.

Princípios orientadores para a sustentabilidade do modelo de negócio do CA

- **Acompanhamento das tendências sociais de urbanização e digitalização.**
- **Modernização da marca** fazendo evoluir a marca para um conceito de **banco universal**.
- **Orientação de toda a organização para o conhecimento do Cliente.**
- **Manutenção e incentivo de uma disciplina de rigor e contenção de custos.**
- **Fomento de uma cultura de avaliação criteriosa de tomada de riscos de crédito.**

e) Estratégia de marketing e comercial integrada (*bancassurance*)

Com a definição de uma estratégia comum focada no Cliente e com o patrocínio da gestão de topo, o Crédito Agrícola tem vindo a colher os resultados da implementação de uma gestão integrada dos negócios bancário, segurador e de gestão de activos que passa pela:

- Definição de objectivos comerciais com vista a focar a rede de agências nos segmentos / produtos mais rentáveis e vinculadores (estratégia comum);
- Orçamentação e atribuição de incentivos aos colaboradores comerciais das agências para estímulo do desempenho individual no cumprimento dos objectivos do Grupo;
- Planeamento e realização de campanhas, protocolos e outras acções de marketing e comunicação orientadas a segmentos de clientes;
- Investimento em ferramentas de simplificação do processo de interacção comercial;
- Implementação de ciclos de formação formatados em função dos resultados da avaliação individual de conhecimentos;

- Acompanhamento regular no terreno do cumprimento de objectivos;
- Preparação das visitas comerciais a clientes e não clientes (quando necessário, com o apoio de especialistas de produto).

O programa de transformação centrou, com sucesso, a estratégia de marketing e comercial num modelo de Grupo (banca-seguros). Com esta dinâmica, tem sido possível às actividades de seguros e gestão de activos aumentar a sua participação na geração de valor para o Grupo.



02

Modelo de banca responsável do Crédito Agrícola

II. MODELO DE BANCA RESPONSÁVEL DO CRÉDITO AGRÍCOLA

Matriz cooperativa e sustentabilidade

A matriz cooperativa confere ao Grupo CA uma natureza ímpar no sistema financeiro português, alicerçada em valores fulcrais como a solidez, ética, solidariedade e modernidade.

Dessa matriz cooperativa decorre uma forma de actuação diferenciada das outras instituições financeiras, relacionada com os princípios da sustentabilidade, uma vez que:

- Contribui para o desenvolvimento de todas as regiões de Portugal, ao dar resposta às ambições e projectos de empreendedores das localidades onde as 80 CCAM desenvolvem a sua actividade;
- Promove o tecido económico local, ao aplicar os depósitos captados no financiamento de projectos da região dos depositantes;
- Distribui ou reinveste o lucro gerado por cada Caixa Associada na própria região, potenciando o seu desenvolvimento contínuo e o bem-estar da sua comunidade;
- Contribui para a redução dos níveis de desemprego das regiões onde actua, através de uma estratégia de recrutamento local dos seus Colaboradores;
- Tem descentralizada a tomada de decisão de financiamento, dentro dos limites de exposição e das políticas do Grupo em vigor;
- Promove o bem-estar das comunidades onde está situado, através de uma estratégia de responsabilidade social que alia, a iniciativas nacionais, projectos de âmbito local, que respondem de forma efectiva às necessidades nas áreas da cultura, desporto, educação e social.

A sustentabilidade do CA fica ainda expressa pela criação e distribuição de riqueza pelas diferentes partes interessadas:

(milhares de euros)	2016	2017	2018
Valor económico gerado	467.203	562.423	511.204
Produto Bancário	466.899	562.111	510.753
Resultados de participações em associadas (equivalência patrimonial)	304	312	451
Valor económico distribuído	408.645	410.278	398.852
Salários e benefícios de colaboradores	201.091	203.328	210.851
Gastos gerais administrativos	112.685	109.893	113.253
Amortizações	27.567	26.184	25.358
Provisões e imparidades	30.999	8.091	5.753
Pagamentos ao Estado	36.420	62.723	43.561
Interesses minoritários	-117	59	76
Valor económico retido	58.325	152.145	112.353
Resultado Líquido	58.325	152.145	112.353

2.1 RESPONSABILIDADE COM OS CLIENTES

Somos o motor de desenvolvimento das comunidades locais através da relação de proximidade com os clientes, contribuindo para dar resposta às suas ambições e projectos financeiros.

a) Produtos com Benefícios Sociais e Ambientais

O compromisso com a sustentabilidade no Grupo CA traduz-se na disponibilização de uma oferta de serviços financeiros, indutores de benefícios sociais e ambientais. A oferta sustentável para Clientes empresariais, promotora do desenvolvimento do tecido empresarial português e, conseqüentemente, da empregabilidade incluiu, em 2018: linhas de financiamento para micro e pequenas empresas, apoio a empresários em nome individual (ENI), microcrédito, apoio a empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa e financiamento a projetos de energias renováveis. O apoio à competitividade das micro e pequenas empresas foi de 1.209 milhões de euros, mais 11% que no ano anterior. É ainda de realçar o crescimento de 152% no crédito a energias renováveis. O apoio concedido pelo CA a empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa, no valor total de 460 milhões de euros, registou uma redução de 13%.

Oferta sustentável CA para Clientes Particulares

	2016	2017	2018
Apoio à competitividade das micro e pequenas empresas (milhões euros)	979	1.092	1.209
Apoio a ENI (milhões euros)	ND	ND	135
Microcrédito (mil euros)	720	526	954
Apoio a empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa (milhões euros)	450	527	460
Crédito a Energias Renováveis (mil euros)	242	198	498

No segmento particulares, a oferta de produtos disponibilizados pelo CA promove a inclusão financeira, o ecocrédito e o apoio ao ensino. O CA tem ainda soluções para potenciar junto das famílias a criação de hábitos de poupança, numa óptica de gestão financeira responsável. Em 2018, o ecocrédito concedido aumentou 38% face a 2017, evidenciando a atenção crescente dos portugueses pela aquisição de produtos ecológicos. O crédito concedido para apoio ao ensino registou um aumento menos expressivo de 5% face a 2017.

Oferta sustentável CA para Clientes Empresariais

	2016	2017	2018
Inclusão financeira N.º de contas de serviços mínimos bancários	329	352	480
Eco crédito (mil euros)	94	113	156
Apoio ao ensino (mil euros)	735	911	960

b) Acessibilidade Financeira: mapa de Agências e Parque ATM

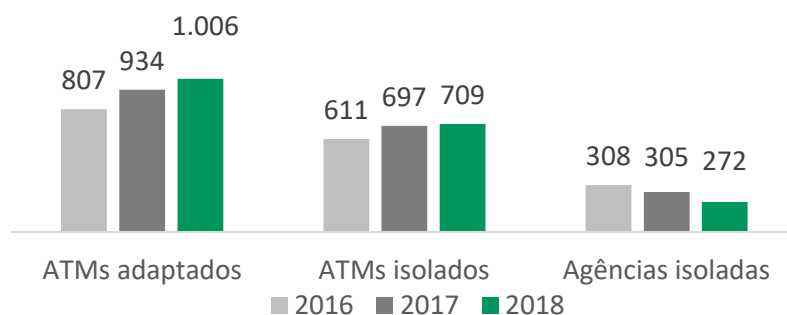
O Crédito Agrícola é detentor da maior rede de Agências no mercado português. Em 2018 o CA disponibilizou aos seus Clientes uma rede 657 Agências, garantindo o acesso a serviços financeiros em exclusivo em 981 pontos de contacto: disponibiliza 709 ATM em localidades onde não existem ATM de outras instituições; 272 das suas agências são a única agência de serviços financeiros na localidade.



Crédito Agrícola: Um Banco Privado com Funções Públicas

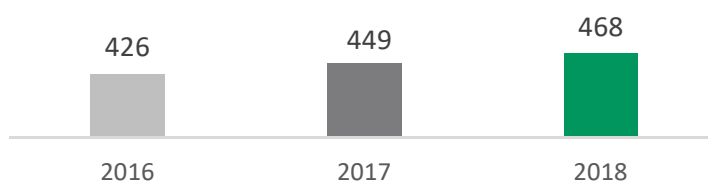
Com a maior rede de Agências do país, marcada pela elevada capilaridade e presença no interior do país, o CA continuou, em 2018, a garantir a acessibilidade aos serviços financeiros em localidades do interior, e de menor densidade populacional.

ATM adaptados para utilizadores de cadeiras de rodas e ATM e Agências isoladas na localidade, 2016 a 2018⁴



Em 2018, 468 Agências estavam adaptadas para serem utilizadas por pessoas com mobilidade reduzida.

Agências adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida, 2016 a 2018⁵



c) Reclamações

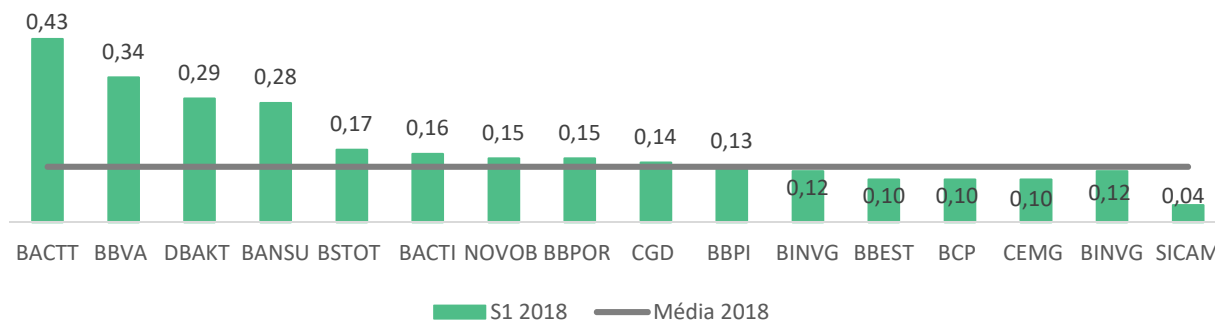
As reclamações dos Clientes são um indicador que expressa a qualidade de serviço e satisfação dos Clientes. Analisando os dados do sector financeiro, integrados no Relatório de Supervisão Comportamental, referentes ao 1.º semestre de 2018, e publicados pelo Banco de Portugal, o Crédito Agrícola (SICAM) é a instituição menos reclamada ao Banco de Portugal no que se refere a contas de depósito à ordem,

⁴ Com base em respostas de 80 CCAM e Caixa Central

⁵ Com base em respostas de 78 CCAM e Caixa Central

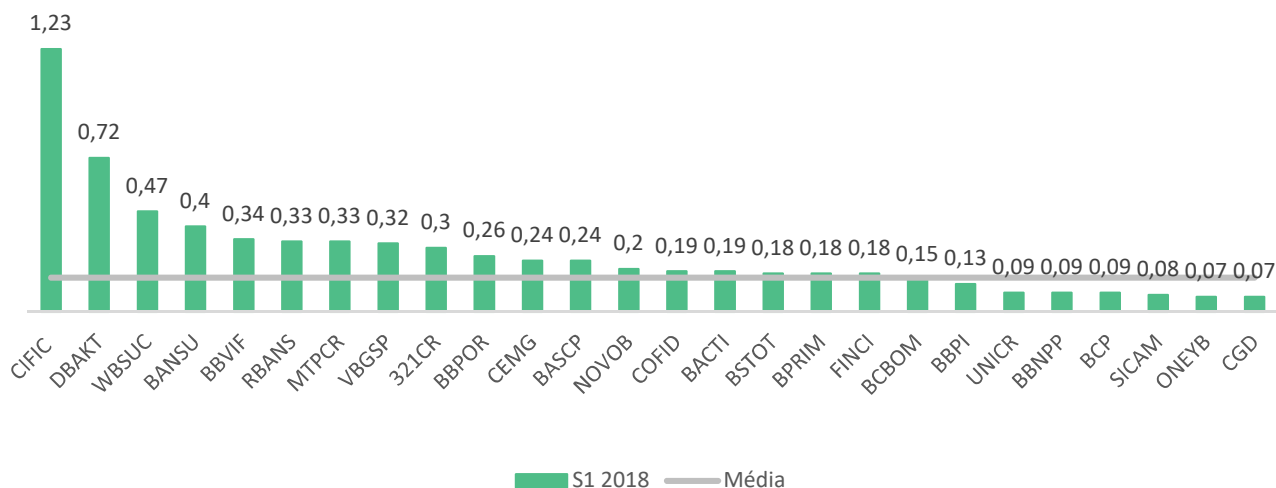
registando um valor de 0,04 por 1.000 contas de depósito à ordem, valor inferior à média do sector, de 0,13.

Evolução do número de reclamações por 1.000 contas de depósitos à ordem⁶



O desempenho do Crédito Agrícola é também o melhor do seu sector no que se refere ao número de reclamações por 1000 contratos de crédito aos consumidores, no 1º semestre de 2018, segundo o relatório do Banco de Portugal, onde tem um desempenho de 0,08, inferior à média, de 0,16.

Evolução do número de reclamações por 1.000 contratos de crédito aos consumidores



Internamente, o Grupo CA dispõe de um Gabinete de Provedoria do Cliente que tem, como uma das suas funções, a recepção e tratamento das reclamações recebidas. No ano de 2018, registaram-se 798 reclamações, o que representa uma diminuição de 7,5% face ao ano anterior.

Evolução do número de Reclamações



⁶ Fonte: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/sinopse_de_atividades_de_supervisao_comportamental_2018.pdf; BACTT: Banco CTT SA; BBVA: BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S. A.; DBAKT: DEUTSCHE BANK EUROPE GMBH – SUCURSAL EM PORTUGAL; BANSU: BANKINTER, S.A. – SUCURSAL EM PORTUGAL; BSTOT: BANCO SANTANDER TOTTA, S. A.; BACTI: BANCO ACTIVOBANK (PORTUGAL), S. A.; NOVOB: NOVO BANCO, S. A.; BBPOR: BANCO BIC PORTUGUÊS, S. A.; CGD: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S. A.; BINVG: BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, S.A.; BBEST: BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL SA; BCP: BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.; CEMG: CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL; BINVG: BANCO INVESTIMENTO GLOBAL SA; SICAM: CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO INTEGRADAS NO SICAM.

No que respeita à distribuição das reclamações por canal de entrada, o Gabinete do Provedor do Cliente continua a ser o canal com maior peso em 2018, seguido da Linha Directa, com 29% e 23%, respectivamente.

Origem/Canal de Entrada das Reclamações	2016	Peso	2017	Peso	2018	Peso
Gabinete Provedor do Cliente	254	34%	258	30%	233	29%
Linha Directa/CCCAM	197	26%	208	24%	183	23%
Livro de Reclamações (RCL)	162	22%	191	22%	193	24%
Banco de Portugal (RCO)	108	14%	161	19%	141	18%
Outros	25	3%	45	5%	48	6%
Total	746	100%	863	100%	798	100%

A análise à distribuição dos temas das reclamações evidencia que, em 2018, se mantém o padrão dos anos anteriores, verificando-se que “contas de depósito”, “comissões e despesas”, “atendimento e instalações” são os temas prioritários do total de reclamações recebidas, com um peso de 24%, 14% e 10%, respectivamente. Os maiores aumentos no número de reclamações recebidas em 2018 face a 2017 foram relacionadas com as infra-estruturas (ATM) e transferências.

Evolução do número de Reclamações por Temas

Assunto da Reclamação	2016	2017	2018
Contas de Depósito	168	171	190
Comissões e Despesas	135	154	108
Cartões	71	70	58
Atendimento e Instalações	49	68	80
Central de Responsabilidades de Crédito	26	48	31
Crédito ao Consumo (e outros créditos)	27	48	35
Crédito	N/A	N/A	11
Crédito à Habitação	30	42	34
Títulos de Capital	38	42	40
Outros Assuntos	45	38	33
Cheques	26	25	30
Crédito a Empresas	27	25	25
Seguros - ISP	25	24	19
Operações com Numerário	26	19	5
Solicitações Comerciais	8	17	11
Débitos Directos/Cobranças	8	13	13
Infra-estruturas (ATM)	11	13	18
Folhas Inutilizadas	8	12	10
Folhas Anuladas	N/A	N/A	10
Infra-estruturas	1	12	5
Transferências	11	12	22
Infra-estruturas (Redes POS outros)	7	6	6
Valores mobiliários - CMVM	2	4	4
Total	746	863	798

O CA executa semestralmente estudos de cliente mistério para aferir o nível de satisfação dos seus clientes nas 80 Caixas e identificar áreas de melhoria, tendo os resultados sido consistentes desde 2016.

Estudos de satisfação de Clientes

1S 2016	2S 2016	1S 2017	2S 2017	1S 2018	2S 2018
81,78%	80,73%	81,28%	84,00%	83,53%	82,28%

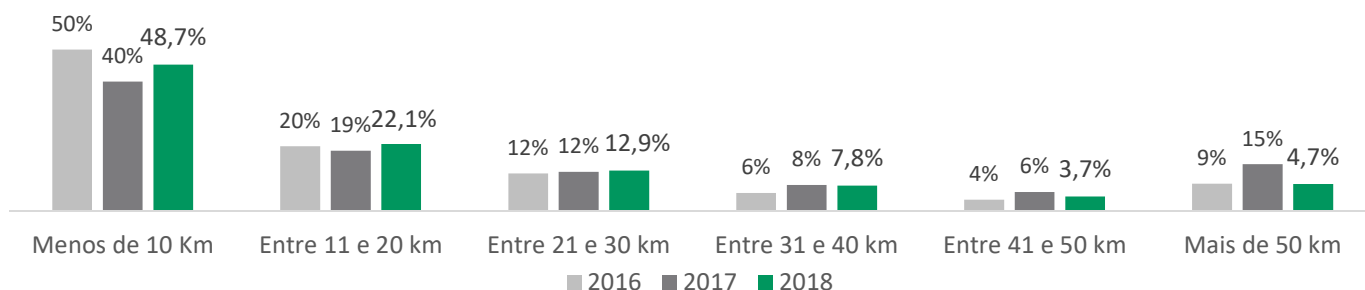
2.2 RESPONSABILIDADE PARA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Contribuímos para o desenvolvimento das comunidades onde operamos através de uma política de empregabilidade regional, das compras realizadas a fornecedores locais e da promoção e apoio a iniciativas que fomentam a competitividade e o empreendedorismo.

a) Empregabilidade Local

Um dos impactos do modelo organizacional do CA é a criação de emprego directo, sobretudo no interior e em zonas rurais do país, onde o Grupo mantém maior presença relativa. Com base nas respostas do inquérito à mobilidade, 48,7% dos Colaboradores das CCAM percorreu menos de 10 Km no trajeto trabalho-casa-trabalho em 2018, o que evidencia a forte componente de trabalho local.

Distância casa-trabalho-casa percorrida pelos Colaboradores das CCAM: 2016-2018⁷

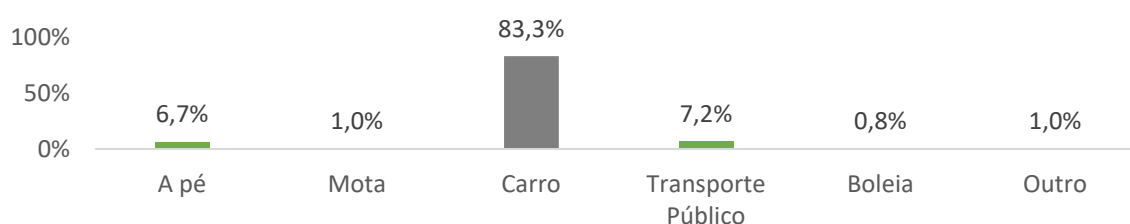


O inquérito de mobilidade permitiu ainda aferir o *mix* de meios de transporte utilizados pelos Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola: 83,3% dos Colaboradores fazem o seu percurso casa-trabalho de carro, 7% de transportes públicos e 7% realiza o percurso a pé⁸.

⁷ Resultados extrapolados com base numa amostra de 2.404 e 1.980 Colaboradores das CCAM para 2017 e 2018, respectivamente.

⁸ Estes indicadores foram calculados com base numa extrapolação, a partir de uma amostra de 3.035 respostas do inquérito de mobilidade.

Meio de transporte utilizado pelos Colaboradores do Grupo CA em 2018



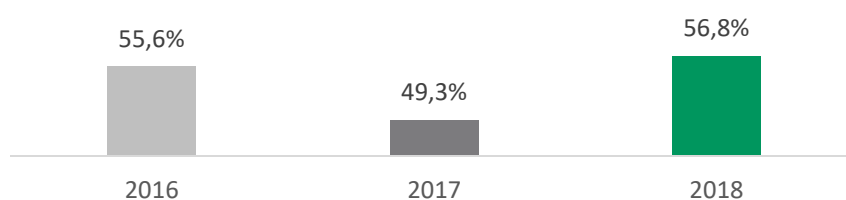
b) Compras Locais

A aquisição de produtos e serviços a fornecedores locais é um indicador relevante de sustentabilidade, não apenas porque constitui um factor de redução dos impactos ambientais, nomeadamente os custos energéticos, associados ao transporte de bens ou pessoas, mas também pelo estímulo que dá à economia local, com a criação de emprego, e, conseqüentemente, maiores níveis de bem-estar da comunidade de cada região.

Em 2018, mais de 50% dos fornecedores de serviços contratados pelas CCAM são locais, estando excluídos deste número os fornecedores de electricidade, água e gás.

Peso das compras de serviços a fornecedores locais do Grupo Crédito Agrícola:

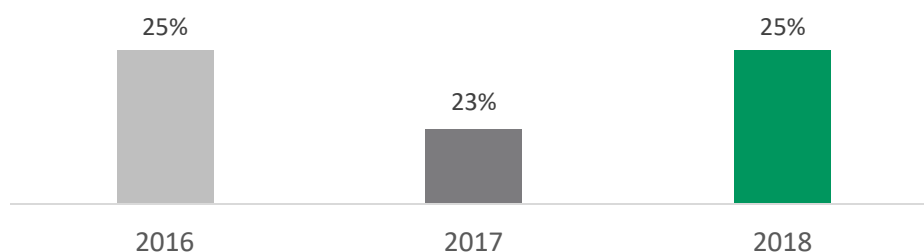
% do número de fornecedores de serviços exceptuando água, electricidade e gás; 2016-2018⁹



Considerando os valores das compras de serviços a fornecedores locais realizadas pelas CCAM, estas assumem um peso de 25% em comparação com 23% do ano anterior.

Peso das compras de serviços a fornecedores locais das CCAM do Grupo Crédito Agrícola:

% do total de compras de serviços exceptuando água, electricidade e gás; 2016-2018¹⁰



⁹ Valores calculados com base em respostas completas dadas pelas CCAM: 59 em 2016, 64 em 2017 e 67 em 2018.

¹⁰ Valores calculados com base em respostas completas dadas pelas CCAM: 51 em 2016, 57 em 2017 e 61 em 2018.

c) Ajuda mútua no desenvolvimento

Na qualidade de parceiro do desenvolvimento da economia local, o CA continuou a investir, durante 2018, num conjunto de actividades promotoras do empreendedorismo e dinamização dos sectores económicos estratégicos para a sua actividade financeira e economia do país, e que, no seu conjunto, materializam a Política de Sustentabilidade do CA em matéria de ajuda mútua ao desenvolvimento:

- 5.ª edição do Prémio Empreendedorismo e Inovação CA
- “V Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola”.
- Viabilização, através do seu apoio/patrocínio, de um vasto conjunto de feiras e seminários, que desempenham um papel importante na disseminação de inovações, no debate das oportunidades futuras e na promoção do *network* entre os principais *players*.

Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola

O Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola tem por objectivo reconhecer o mérito e a excelência, contribuindo de forma efectiva para a disseminação de uma cultura de empreendedorismo e inovação nos sectores agrícola, agro-industrial e florestal.

Na sua 5ª edição, o prémio resulta da parceria renovada entre o Crédito Agrícola, a INOVISA e a Rede Rural Nacional, contando com o apoio da Presidência da República Portuguesa. O júri elegeu, entre os 5 finalistas, os projectos mais inovadores do nosso país, nas seguintes categorias: Produção e Transformação; Comercialização e Internacionalização; Desenvolvimento Rural; Inovação em Consórcio: Grupos Operacionais; Projecto de Elevado Potencial promovidos por Associados do Crédito Agrícola. Nesta edição foi ainda atribuída a distinção *Born from Knowledge – BfK Awards*, ao projecto finalista considerado o “melhor exemplo de projecto nascido do conhecimento”, pela ANI – Agência Nacional de Inovação, parceira da iniciativa. Para além do grau de inovação, os projetos concorrentes foram avaliados pelo seu potencial de mercado e pelo nível de sustentabilidade das inovações.



Na edição de 2018 foram vencedores os seguintes projectos, que poderão ser conhecidos com maior detalhe em <http://www.premioinovacao.pt/>.

Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola	
Categorias	Projectos vencedores em 2018
Produção e Transformação	SOILIFE: processo sustentável para reduzir a fitotoxicidade do bagaço de azeitona.
Comercialização e Internacionalização	Noocity: vaso sub-irrigado com sistema de rega e fertilização automática.
Desenvolvimento Rural	INFORMAT: robôs semiautónomos para limpeza do mato e criação de faixas de gestão biocombustível.

Inovação em Consórcio: Grupos Operacionais	MaisSolo: desenvolvimento e aplicação de tecnologias alternativas à luta química
Projecto promovido por Associados CA	Lhana: sabonetes esfoliantes 100% naturais e biológicos, revestidos com lã.
Distinção BORN FROM KNOWLEDGE	SOILIFE: processo sustentável para reduzir a fitotoxicidade do bagaço de azeitona.

Aos projectos vencedores de cada uma das 4 categorias foi atribuído um prémio monetário no valor de 5.000,00 euros, tendo sido ainda atribuído um prémio de reconhecimento especial para a candidatura promovida por Associado do CA, no mesmo valor. Para além do valor monetário foi atribuído, após aprovação comercial e de risco, condições preferenciais em linhas de financiamento, e outros produtos e serviços financeiros do Crédito Agrícola.

Indicadores	2016	2017	2018
Candidaturas recebidas	72	80	86
Elementos	14	13	11
Prémios	10	6	5
Euros de investimento nos prémios atribuídos	40.000	30.000	25.000
Financiamentos com condições vantajosas aos projectos vencedores	10	6	5

Concurso de Vinhos

O CA promoveu, em parceria com a Associação dos Escanções de Portugal, a 5.ª edição do “Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola”. Com este concurso, que coloca à prova a qualidade dos vinhos nacionais, o Crédito Agrícola pretende apoiar o sector vitivinícola e o desenvolvimento das economias locais, especialmente as Cooperativas e os Produtores.

Dos 240 vinhos brancos, tintos e espumantes colocados à prova por 143 produtores nacionais das várias regiões vitivinícolas do País, o júri distinguiu, durante as provas cegas realizadas no Mercado de Vinhos do Campo Pequeno, 71 vinhos com a Tambuladeira dos Escanções de Portugal, 40 com Medalhas de Ouro e 31 com Medalhas de Prata. No total das quatro edições anteriores o Concurso de Vinhos registou a inscrição de mais de 800 vinhos.

Patrocínios e Apoios a Feiras

Em 2018, o Crédito Agrícola voltou a ser parceiro de um conjunto de eventos que desempenham um papel relevante na dinamização das fileiras do sector primário e na promoção do empreendedorismo. A relevância do apoio dado pelo Crédito Agrícola é ainda justificada pelas parcerias que tem vindo a estabelecer nestes eventos ao longo dos últimos anos. Merecem destaque os patrocínios e apoios dados em 2018 aos eventos em seguida enumerados.

Principais patrocínios e apoios a Feiras
Festival Alma do Vinho
Agrival
Feira Agrícola do Vale de Sousa
Agronegócios
Feira Nacional de Agricultura
Ovibeja
Mercados do Campo Pequeno (Natal, Gourmet, Vinhos, Cerveja e Chocolate)
Concurso de Azeites
AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação
SISAB
Fruit Attraction e Fruit logistic
Fatacil

Conferência combate à desertificação do interior

Promovida por CCAM do Vale do Távora e Douro

“O Papel das Instituições no Desenvolvimento Regional nos Concelhos de Baixa Densidade Populacional” foi o tema central do colóquio realizado em Trancoso, numa organização do CCAM do Vale do Távora e Douro, com o apoio da Câmara Municipal de Trancoso. O encontro debateu a dicotomia Litoral/Interior e as estratégias possíveis par amenizar a médio prazo a desertificação do interior.

Protocolos Empresariais

O apoio à tesouraria e ao investimento de médio e longo prazo, a gestão do dia-a-dia e a protecção de riscos com os produtos de seguros, com condições especiais, são exemplo de alguns dos benefícios para os associados das instituições com quem o CA estabelece parcerias. São de destacar, pelo papel que representam na história do Grupo, os protocolos com associações empresariais, nomeadamente as dos principais sectores económicos que estruturam a carteira de crédito do CA, e que atribuem condições especiais de subscrição de produtos e serviços financeiros aos seus Associados/membros. Em 2018, o CA celebrou 2 novos protocolos com entidades promotoras do empreendedorismo e competitividade, tendo renovado ainda 16 protocolos com associações empresariais.

Protocolos com Associações Empresariais	N.º de Protocolos em 2016	N.º de Protocolos em 2017	N.º de Protocolos em 2018
Novos Protocolos	5	4	2
Renovação de protocolos	12	14	16

Renovações de parcerias em 2018 com entidades promotoras do empreendedorismo e competitividade

PORTUGAL FRESH
 MINHA TERRA - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
 LUSIAVES - Projecto Lusiterra
 CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
 CPPME - Confederação Portuguesa das Pequenas e Médias Empresas
 ACADEMIA DO CENTRO DE FRUTOLOGIA COMPAL
 ACBM - Associação de Criadores de Bovinos
 ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo

AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém
FPAS - Federação Portuguesa das Associações de Suinicultores
GRUPO AGRINDA
CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L.

Novas parcerias estabelecidas em 2018 com entidades promotoras do empreendedorismo e competitividade

ACISTDS - Associação do comércio, indústria, serviços e turismo do distrito de Setúbal;
DST SOLAR

Renovações de parcerias em 2018 com outras Associações empresariais

ARAN - Associação Nacional do Ramo Automóvel
APImpresa - Associação Portuguesa de Imprensa
CPCCRD - Confederação das Colectividades, Cultura, Recreio e Desporto

Parceria com DST Solar promove energia renovável

O Grupo Crédito Agrícola associa-se à DST Solar através da celebração de um protocolo que tem como objectivo disponibilizar os produtos CA mais adequados para o financiamento dos Clientes Particulares e Clientes Empresa da DST Solar na aquisição de equipamentos solar fotovoltaico e solar térmico, destinados ao mercado doméstico ou ao mercado industrial/hoteleiro.

O protocolo permite que os clientes desta empresa beneficiem de uma oferta específica para financiamento de Clientes Particulares (Ecocrédito) e Clientes ENI e Empresas (Linha de Crédito Energias Renováveis), bem como de seguros disponibilizados pelo Crédito Agrícola. Aos Clientes e Associados do Crédito Agrícola são igualmente apresentadas condições preferenciais na aquisição de produtos comercializados pela DST Solar, através de um desconto especial para Clientes Particulares e Clientes Empresa.

A DST Solar é uma empresa especializada na prestação de serviços de engenharia no âmbito da produção de energia com base em fontes renováveis, no caso energia solar. Com esta nova parceria, o Grupo Crédito Agrícola procura apoiar novos negócios no sector da energia e contribuir para o desenvolvimento de um planeta mais sustentável.

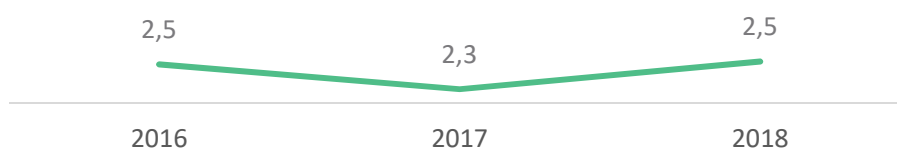
2.3 RESPONSABILIDADE COM AS COMUNIDADES

O modelo de cidadania do CA caracteriza-se pela actuação cirúrgica de cada CCAM em resposta às principais problemáticas e desafios que cada comunidade local apresenta. Este modelo garante uma forma de intervenção diferenciada de formatos mais uniformizados, garantindo que o CA seja um agente que contribui para a resolução de problemas e necessidades concretas da comunidade local onde desenvolve a sua actividade, em articulação com as principais instituições do tecido social local. Em termos organizacionais os apoios são realizados pelas CCAM e pelas 5 Fundações, em funcionamento em 2018, como instituição veículo dos apoios à comunidade.

Através da sua política de responsabilidade social, o Crédito Agrícola apoia iniciativas e instituições que desenvolvem a sua actividade em cinco áreas: cultura, desporto, solidariedade social, seniores e educação. Dada a intervenção local da responsabilidade do Crédito Agrícola, é identificada ainda uma 6.ª categoria, denominada “outras” que, em 2018, continua a ser bastante relevante em termos do número de instituições apoiadas e do valor total investido. Relativamente às tipologias dos apoios concedidos, estão segmentadas em donativo monetário e patrocínios, e/ou donativos em bens e equipamentos.

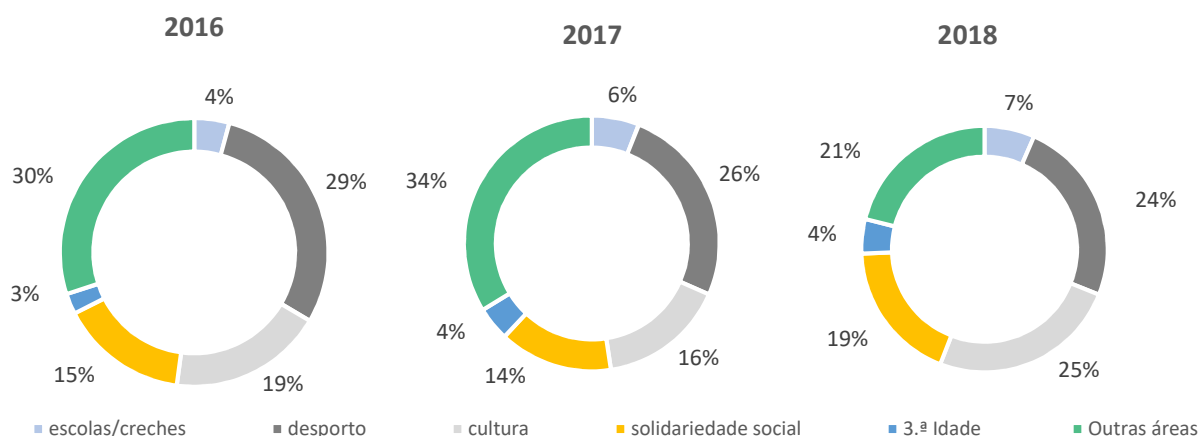
O investimento em responsabilidade social em 2018 foi de 2,5 milhões de euros, crescendo cerca de 11% em comparação com 2017. Neste valor estão contemplados donativos e patrocínios realizados.

Investimento em responsabilidade social em 2016 a 2018 (milhões de euros)



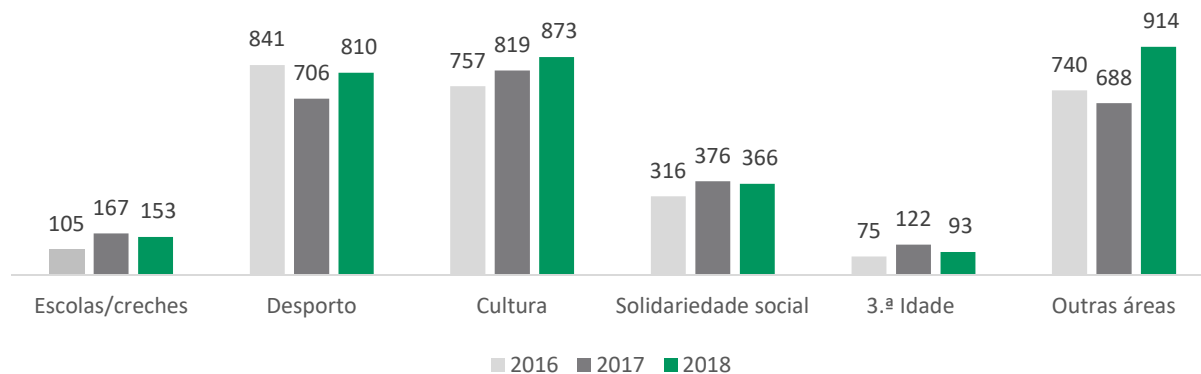
A distribuição do investimento em responsabilidade social do Crédito Agrícola em 2018 continua similar ao período homólogo, tendo havido um aumento da representatividade dos apoios à cultura neste ano em quase 10 pontos percentuais. Não menos importante é o peso da categoria “outras áreas”, que representa 21% do valor total do investimento social, por traduzir um investimento social em causas e necessidades específicas de cada localidade.

Distribuição do investimento em responsabilidade social em % do total, 2016 a 2018



Em 2018 foram apoiadas um total de 3.209 instituições, mais 11% que em 2017. Nas áreas de cidadania estratégicas, o maior aumento do número de instituições apoiadas verificou-se nas áreas de desporto e cultura, com mais 15% e 7%, respectivamente.

Número de instituições apoiadas de 2016 a 2018



Uma componente adicional dos apoios concedidos em 2018 foi feita através de compra e doação de equipamentos para bombeiros, hospitais, entre outras instituições. A maior fatia destas contribuições foi, neste ano, para centros sociais, valorizada em mais de 180 mil euros.

a) Iniciativas de Apoio à Cultura

O Grupo CA apoia manifestações culturais em diversas áreas artísticas. Das iniciativas culturais apoiadas em 2018 salientamos as seguintes:

- Apoio a uma acção conjunta com o Município de Ovar - "Mais e Melhores Leitores", destinada a promover a leitura, pela CCAM Costa Verde. Direccionada a estudantes desde o 1º ao 9º Ano, a CCAM atribuiu prémios monetários aos melhores classificados.
- Patrocínio para recuperação dos painéis de azulejos da igreja matriz de Alcanhões pela CCAM Pernes e Alcanhões.
- Apoio ao Conservatório de Música da Jobra – Branca pela CCAM Albergaria e Sever.
- Apoio do Município do Crato para a realização do Festival do Crato pelo CCAM Norte Alentejano.
- Patrocínio da comemoração do centenário do compositor António Lima Fragoso pelo CCAM Cantanhede e Mira.

b) Iniciativas de Apoio à Educação

O CA tem desempenhado um papel importante na atribuição de prémios aos alunos com melhor desempenho escolar. Estas iniciativas, que decorrem por todo o país, são relevantes dado que estimulam a adesão, junto dos mais jovens, de valores que irão determinar a qualidade e bem-estar da sua vida futura e da comunidade onde estão inseridos.

- No 5º ano consecutivo em que a fundação do CA do Vale do Távora e Douro atribuiu bolsas de estudo a jovens carenciados e prémios a melhores alunos, a acção foi alargada a um total de 19 bolsas de estudo, de entre os sete concelhos da sua área de acção. Foi ainda aumentado o valor do prémio a conceder no âmbito das bolsas de mérito.
- Na sequência do protocolo de colaboração celebrado entre o CA de Coimbra e a Fundação para Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional (ADFP), o CA de Coimbra entregou prémios aos 20 alunos que mais se destacaram no projecto “Mentes Brillhantes”. Este projecto visa possibilitar à comunidade escolar o acesso a programas de estudos avançados, para incentivar o desenvolvimento intelectual das crianças, levando dessa forma à detecção de crianças com talentos especiais nas diversas áreas abordadas.
- Pelo 15º ano o CA de Cantanhede e Mira voltou a promover o Prémio CA “O Melhor Aluno”. No valor de 250,00 euros numa Conta Poupança Futuro, é destinado aos alunos do último ano escolar de cada Instituição de ensino da região. Ao longo dos anos, o Prémio CA “O Melhor Aluno” seleccionou e premiou mais de uma centena de jovens pelos bons resultados escolares.
- Entrega de prémios aos melhores alunos do Agrupamento de Escolas de Salvaterra de Magos e aos melhores alunos do Agrupamento de escolas de Marinhais pela CCAM de Salvaterra de Magos.
- Em 2018, foram atribuídos prémios aos melhores alunos do agrupamento de escolas de Montemor-o-Velho e aos melhores alunos filhos dos elementos da corporação de bombeiros voluntários da Figueira da Foz pela CCAM Baixo Mondego.
- A CCAM de Beja e Mértola atribuiu prémios de 2.000,00 euros a cada escola dos concelhos de Beja e Mértola para premiar os alunos com melhores notas.
- A CCAM de Lafões voltou a premiar em 2018 os melhores alunos de todos os agrupamentos de escolas existentes nos 3 concelhos onde a CCAM desenvolve a sua atividade.
- A CCAM de Silves promoveu uma gala, no Teatro Mascarenhas Gregório, para entrega dos prémios de meritocracia a alunos do agrupamento de escolas da sua zona de influência.

Na área do apoio à educação destacam-se ainda as seguintes iniciativas:

CA Ribatejo Norte e Tramagal sensibiliza crianças para a importância da floresta

O CA do Ribatejo Norte e Tramagal levou mais de uma centena de crianças do 1.º ciclo, a 21 de Março, Dia Mundial da Árvore, a participar numa acção que juntou alunos, professores, Colaboradores do CA, Autarcas, membros da Protecção Civil do concelho e Guarda Nacional Republicana. A iniciativa teve lugar na localidade de Cabeça das Mós – Sardoal incluiu um programa com diversas actividades, designadamente a sensibilização para a importância da preservação da natureza, pintura de um mural colectivo simbolizando a recuperação de uma área ardida e reflorestação de uma parcela ardida com a plantação de 125 medronheiros.

CA Alto Douro

A instituição estabeleceu uma parceria com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) para o desenvolvimento de um simulador empresarial: uma aplicação informática que funciona na internet, e que tem por objetivo promover a simulação empresarial em ambiente virtual. É aplicada em disciplinas dos cursos das áreas de gestão e contabilidade do IPB. A aplicação foi reconhecida no âmbito do projecto ValorTICE, e divulgada a nível nacional.

c) Iniciativas de Apoio à Poupança e Literacia Financeira

School leader vid: sensibilização de jovens para a poupança

Através do concurso de vídeo a partir do tema “O melhor investimento é a poupança”, a campanha CA Jovens sensibilizou os mais novos para a importância dos hábitos de poupar. A sensibilização foi feita através das redes sociais, utilizando os vídeos concorrentes. Os 10 vídeos mais visualizados nas redes sociais passaram à grande final, tendo sido vencedora Sofia Ramalho, com o vídeo “Poupar agora é aprender a poupar no futuro”, eleito pelo júri do concurso.

Patrocínio CA a programa de TV contribui para melhorar educação financeira dos portugueses

Em 2018, o CA continuou o seu patrocínio ao programa “Minuto de Economia”, que passou a integrar a rubrica “Economia com quem sabe”, assinada por João Duque, economista e professor universitário do ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão. Transmitida, a nova rubrica trata de conceitos de Economia e Finanças úteis para os portugueses, num contexto de educação financeira.

CA Alto Douro promove concurso e ações de sensibilização de literacia financeira

O concurso “Vem Investir na Bolsa!”, dirigido aos alunos do ensino secundário e profissional, visa combater a iliteracia financeira através da disponibilização de uma plataforma informática em que os utilizadores podem negociar ações em bolsa de forma a maximizar a rentabilidade do seu portefólio. São considerados vencedores os três candidatos que obtiverem maior rentabilidade. No âmbito do Protocolo existente com a Escolinha de Futsal Arnaldo Pereira, de Bragança, são realizadas ações de literacia financeira junto dos atletas, fomentando os hábitos de poupança e de gestão do dinheiro. A Escolinha tem 66 atletas inscritos, distribuídos por cinco escalões, com idades entre os 5 e os 14 anos.

d) Desporto

O apoio aos valores desportivos e ao bem-estar que a estes estão associados tem sido um dos traços da cultura de responsabilidade do CA. Neste âmbito, o Grupo tem possibilitado que diversas instituições desportivas cumpram com a sua missão, estimulando milhares de jovens para a prática desportiva.

Em 2018, manteve a sua política de continuidade de patrocínios nas seguintes áreas: motociclismo – todo-o-terreno, automobilismo – rali, *surf*, *bodyboard*, ciclismo em várias classes, *rugby*, entre outros. Esta política de proximidade que caracteriza o Grupo foi também aplicada ao nível dos patrocínios e apoios concedidos a nível nacional, incidindo nos sectores desportivos e sócio/culturais.

Principais atletas/eventos/modalidades desportivas apoiadas	
Motociclismo	Mário Patrão
Automobilismo	Paulo Ramalho, Rui Ramalho e Rafael Lobato
Ciclismo	36.ª Volta ao Alentejo em Bicicleta, Alcobaça Clube de Ciclismo
Surf e Bodyboard	Teresa Almeida, Kathleen Barrigão, Crédito Agrícola Júnior Cup
Rugby	Agronomia e CDUL
Outras modalidades apoiadas	Triatlo, Kart, Atletismo, Hóquei

CCAM Pernes e Alcanhões

Patrocínio à equipa de futebol local e à equipa feminina de *rugby* de Santarém.

e) Solidariedade Social

O apoio do Crédito Agrícola a iniciativas e instituições de solidariedade social é evidenciado, em 2018, pelos seguintes apoios:

- **CCAM de Albufeira oferece ambulância com plataforma elevatória:** Os Bombeiros Voluntários de Albufeira reforçaram, em Junho, a sua frota com uma ambulância para transporte de doentes equipada com plataforma elevatória. O novo veículo, no valor de 50.245,50 euros, é uma oferta do CCAM de Albufeira que, desta forma, reafirma a sua dimensão cívica e solidária no contexto da cultura de cidadania do Grupo Crédito Agrícola.
- **CA Vida:** Promoveu, entre todas as empresas do Grupo CA, residentes do Edifício Bloom, uma campanha de Recolha Solidária de bens necessários nas casas de acolhimento. Os produtos alimentares, produtos de higiene, de limpeza, roupa, roupa de cama e material escolar foram doados à Associação Crescer Ser, uma instituição solidária que acolhe, em sete casas de apoio distribuídas de norte a sul do País, crianças dos 0 aos 18 anos em perigo, privadas do meio familiar.
- **CCAM Bairrada e Aguireira:** Apoiou com 5.000 euros os Bombeiros Voluntários da Mealhada na compra de um carro de combate a incêndios.
- **CCAM Beja e Mértola:** Realização de um protocolo com o Município de Mértola, com a atribuição de 400 euros a cada bebé nascido e residente neste concelho.
- **CCAM Costa Azul:** Apoio financeiro a cliente com doença oncológica de extrema gravidade e abertura de conta solidária para apoio colectivo da população em geral.
- **CCAM Vale do Sousa e Baixo Tâmega:** Donativo de 5.000,00 euros para aquisição de um mini *bus* para a Associação para o Desenvolvimento da Portela.

2.4 RESPONSABILIDADE COM OS COLABORADORES

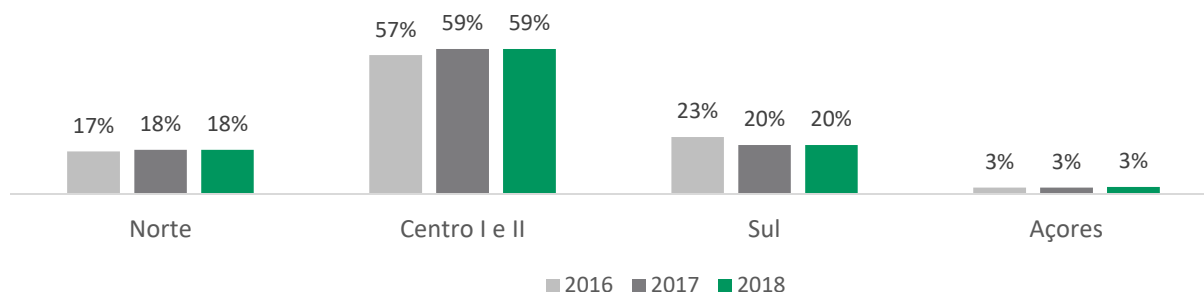
a) Caracterização da Equipa de Colaboradores

Em 2018, a equipa do Grupo CA contava com um total de 4.067 Colaboradores, sendo 90% Colaboradores do SICAM. Relativamente à sua distribuição geográfica mantém-se análoga aos anos anteriores, com 59% a trabalhar no Centro I e II. Dos 4.067 Colaboradores, 34 têm alguma incapacidade.

Distribuição dos Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola

	2016	2017	2018
SICAM	3.607	3.618	3.644
CA Seguros	160	175	165
CA Serviços	172	176	168
CA Informática	9	9	6
CA Vida	43	43	40
CA Gest	15	10	10
Ca Consult	10	2	0
FENACAM	38	35	34
Total	4.054	4.068	4.067

Distribuição geográfica dos Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola

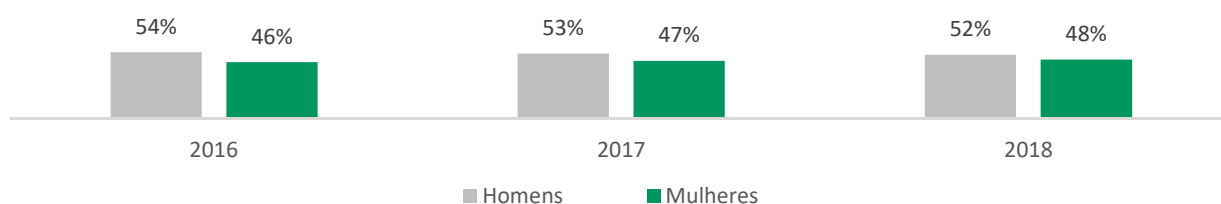


N.º de Colaboradores com alguma incapacidade

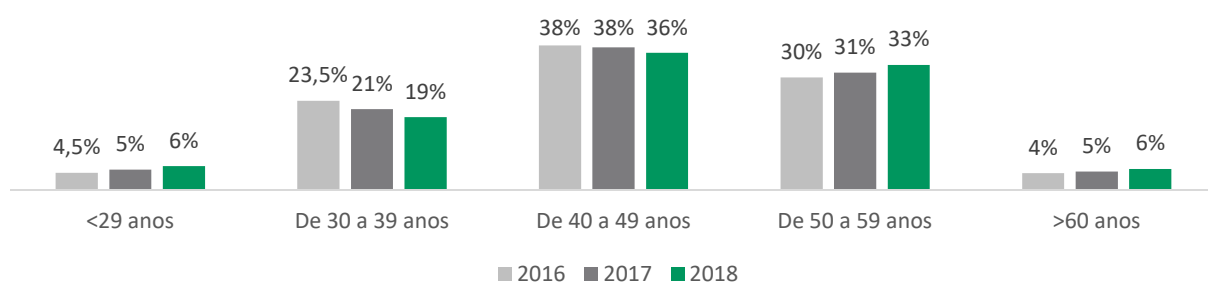
2016	2017	2018
32	35	34

A caracterização da equipa por género, faixa etária e tipo de contrato mantém-se também homóloga a 2017, com as faixas dos 40 aos 59 anos a apresentarem o maior peso, de 36% e 33%, respectivamente. 94% dos Colaboradores têm contrato por tempo indeterminado e 67% dos colaboradores estão há mais de 15 anos no Crédito Agrícola.

Distribuição dos Colaboradores por género



Distribuição dos Colaboradores por faixa etária



Caracterização dos Colaboradores por tipo de contrato

	2016	2017	2018
Tempo Indeterminado	94,7%	93,6%	94%
Termo Certo	5,2%	6,30%	5,9%
Termo Incerto	0,1%	0,1%	0,1%

Caracterização dos Colaboradores por antiguidade

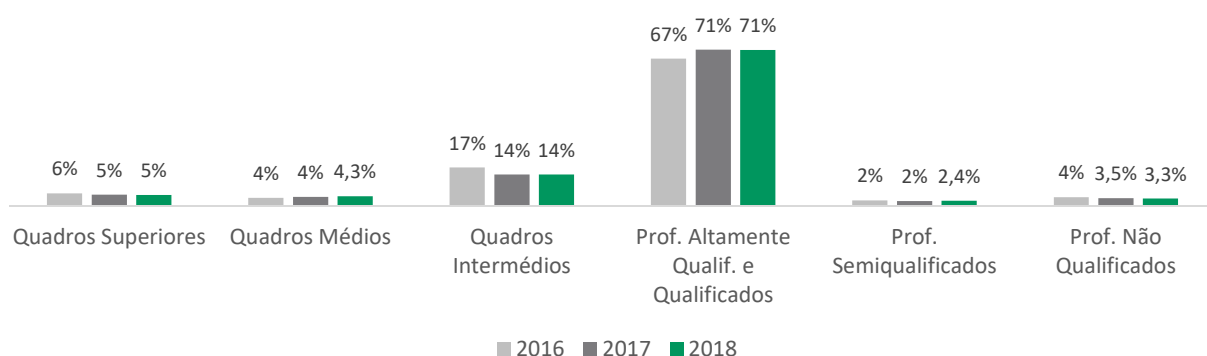


Relativamente à distribuição funcional, 71% dos Colaboradores estão enquadrados na categoria altamente qualificados e qualificados. 45% dos Colaboradores tem o ensino secundário e 42% possui uma licenciatura, mestrado ou doutoramento. 7,45% das chefias são mulheres e 2,58% das chefias são jovens (até 39 anos).

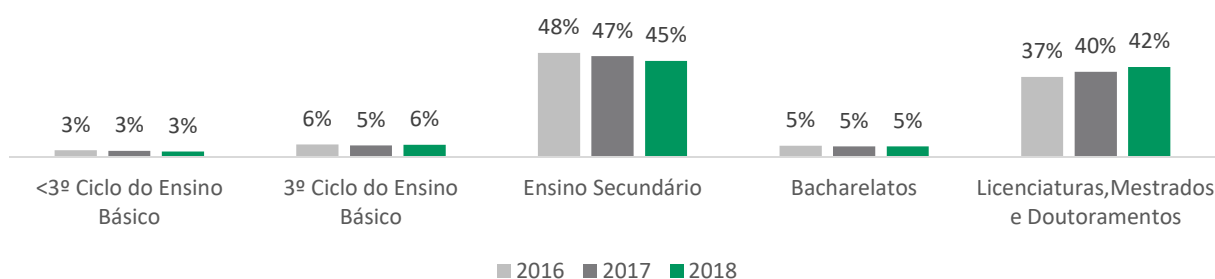
A 31 de Dezembro de 2018, 3.814 colaboradores do Grupo CA¹¹ estavam sindicalizados pelos sindicatos referidos na tabela:

Sindicato	2016	2017	2018
SBSI	1.427	1.408	1.394
SBC	426	410	401
SBN	367	352	303
SNQTB	1.105	1.184	1.288
SIB	433	426	418
STAS	10	10	10

Caracterização dos Colaboradores por distribuição funcional



Colaboradores por habilitações literárias

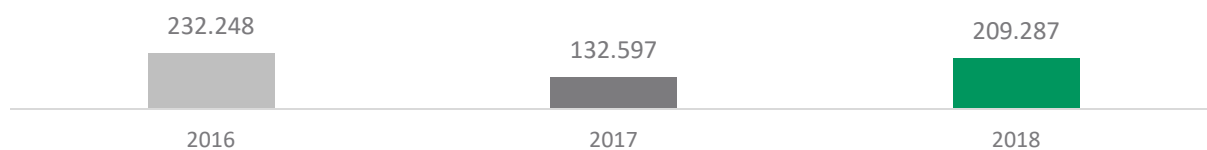


b) Formação

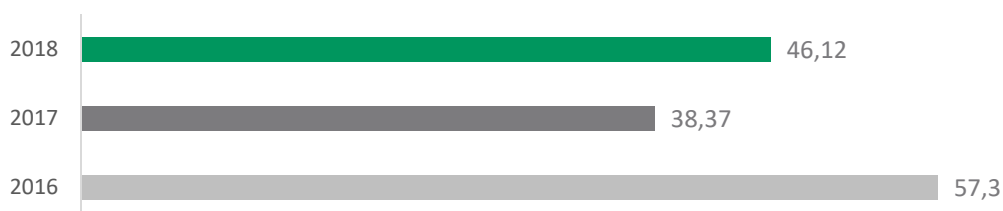
Com um total de 209.287 horas de formação, a média de horas formativas por Colaborador foi de 46,12, mais 20% que em 2017. A área formativa com maior peso em número de horas foi o marketing, produtos, serviços e técnicas bancárias.

¹¹ Referente a Colaboradores do SICAM, FENACAM e apenas às seguintes Empresas Participadas: CA Serviços, CA Informática, CA Seguros e CA Vida.

Número de horas de formação



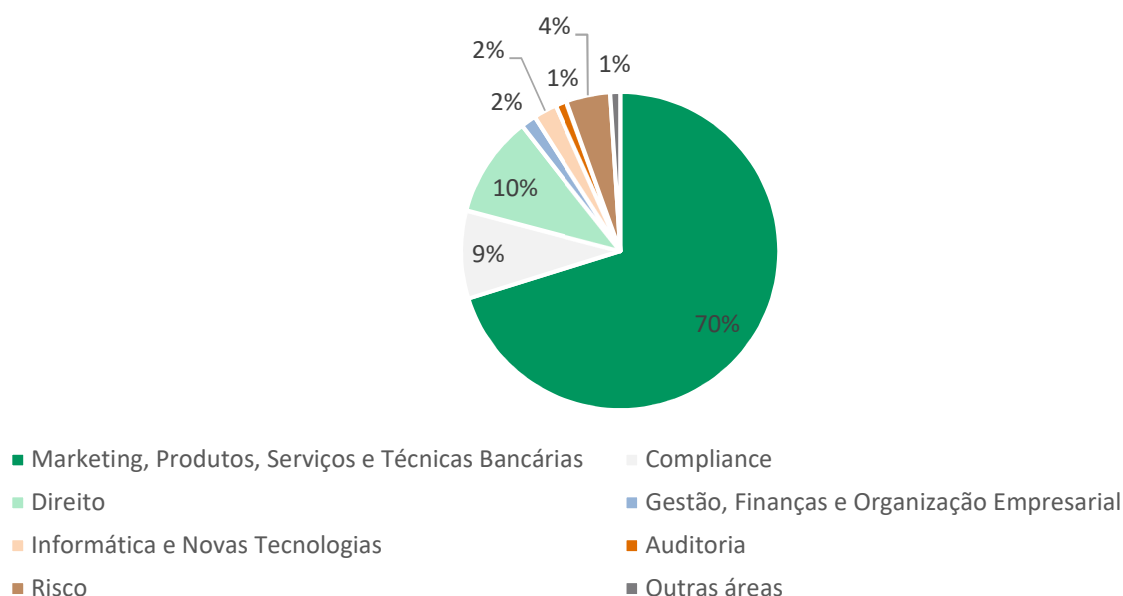
Média de horas de formação por Colaborador



Chefias por género e faixa etária

	2016	2017	2018
% lugares de chefia ocupados por mulheres	7,55%	7,55%	7,45%
% lugares de chefia ocupados por jovens	3,92%	3,29%	2,58%

% de horas de formação por área formativa



Num contexto em que o autodesenvolvimento assume uma importância fulcral nas instituições, a plataforma de *e-learning* do Grupo CA, recentemente desenvolvida, permitiu que em 2018 fossem executadas ações de formação simultâneas com grupos de formandos diferentes. Com um total de 209.287 horas de formação, a média de horas formativas por Colaborador foi de 46,12, mais 20% que em 2017. 70% dos formandos estiveram presentes em regime de *e-learning*.

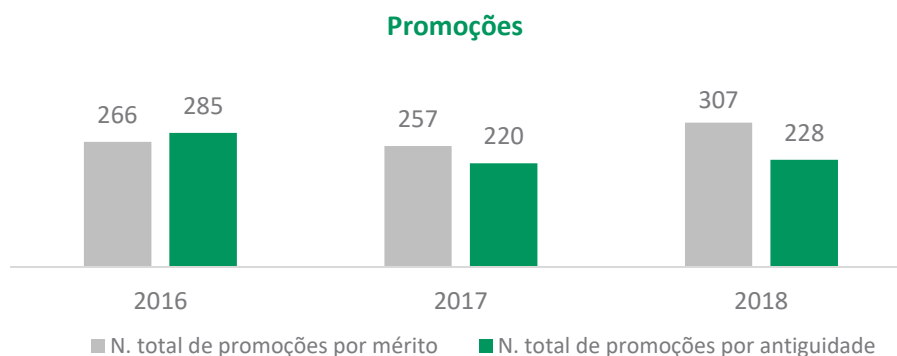
N.º participantes e horas formação por tipologia

	2016	2017	2018
número de participantes			
Presencial	5.959	7.710	5.811
<i>E-learning</i>	3.571	3.192	13.258
À distância	76	0	0
número de horas			
Presencial	84.898	105.145	47.121
<i>E-learning</i>	132.073	27.452	162.166
À distância	15.277	0	0

Nota: O mesmo colaborador pode ter frequentado diversas formações

c) Promoções e Benefícios

Em 2018 foram atribuídas mais 19% de promoções por mérito do que no ano anterior, representando 57% do total de promoções. O valor dos prémios pagos em 2018 representavam 6% da massa salarial total.



Benefícios

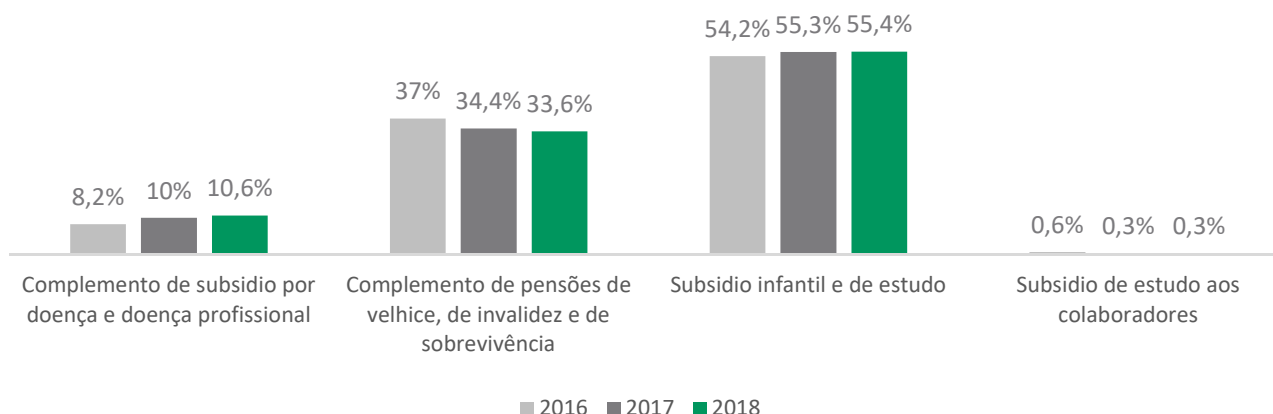
Os benefícios atribuídos aos Colaboradores estão segmentados nas seguintes 3 áreas, sendo ainda referenciado no final deste subcapítulo os encargos de protecção social assumidos pelo Crédito Agrícola:

- Encargos sociais directamente suportados pelo CA
- Crédito
- Cultura, Desporto e Bem-estar.

Encargos sociais

Em 2018, o Grupo Crédito Agrícola suportou 1.392.378 euros em encargos sociais. Deste valor total, 55,4% foi para pagamento de subsídio infantil e de estudo e 33,6% para complementar pensões de invalidez, velhice e sobrevivência. De salientar que o CA pagou, em 2018, cerca de 30 milhões de euros à segurança social associados com os seus Colaboradores.

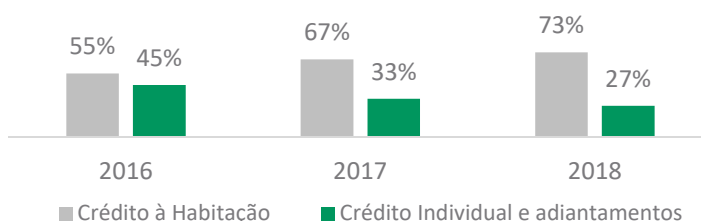
Encargos de protecção social directamente suportados pelo CA



Crédito concedido aos Colaboradores

O apoio ao crédito habitação e pessoal é um dos benefícios atribuídos aos Colaboradores. Em 2018, o valor total destes apoios foi de 20,8 milhões de euros, 73% dos quais para o crédito à compra de casa.

Crédito concedido aos Colaboradores



Cultura, Desporto e Bem-estar

A responsabilidade social integra os valores e o posicionamento do Credito Agrícola, o que se reflecte não só ao nível da comunidade, mas também num vasto conjunto de iniciativas dirigidas aos Colaboradores do Grupo, sendo de destacar a acção do Centro de Cultura e Desporto do Crédito Agrícola. O Centro de Cultura e Desporto do CA nasceu do intuito de promover o desenvolvimento cultural, intelectual, físico e cívico dos Colaboradores do Crédito Agrícola Mútuo, visando promover o bem-estar e o relacionamento interpessoal. Esta associação tem vindo, ano após ano, a recolher uma crescente adesão a iniciativas de âmbito diversificado:

- Núcleos de actividades desportivas: Atletismo, Ciclismo, Passeios pedestres, Golfe, Bilhar, *Motard*, Pesca desportiva e Triatlo;
- Núcleos de actividades culturais: realização de protocolos com descontos para aquisição de bilhetes para o jardim zoológico, espectáculos, exposições e diversas instituições de cariz cultural;
- Promoção de trabalhos realizados pelos Colaboradores, nomeadamente de pintura, livros e artesanato;

- Organização de passeios, viagens e visitas a diversificados locais de interesse nacionais e internacionais, e, uma competição anual de *Rally Paper*;
- Biblioteca com um diversificado leque de obras, visando a promoção da leitura no seio dos trabalhadores do Grupo Crédito Agrícola;
- Realização de protocolos com diferentes entidades, tendo em vista a obtenção de descontos e prestação de serviços, em áreas como a saúde, a estética, a restauração, o ensino, o estacionamento, combustíveis e comunicações.

d) Absentismo e Acidentes de Trabalho

Em 2018, o absentismo conheceu um ligeiro aumento de 0,21 p.p.% face a 2017, tendo um peso mais elevado nas mulheres do que nos homens. O maior peso foi o absentismo por doença, representando 43% das ausências em 2018.

	2016	2017	2018
Taxa absentismo	5,77%	6,01%	6,23%
Taxa absentismo mulheres	7,45%	7,54%	7,76%
Taxa absentismo homens	4,29%	4,64%	4,84%

Ausência ao trabalho / Ano / N.º de horas	2016	2017	2018
Por doença	125.251	138.677	152.997
Por maternidade / paternidade	67.489	65.188	63.908
Por outras causas	71.036	72.800	72.401
Por assistência inadiável	49.728	47.775	50.764
Por acidente de trabalho	9.170	9.394	12.173
Por suspensões disciplinares	3.262	2.940	3.969
Total	325.936	336.774	356.212

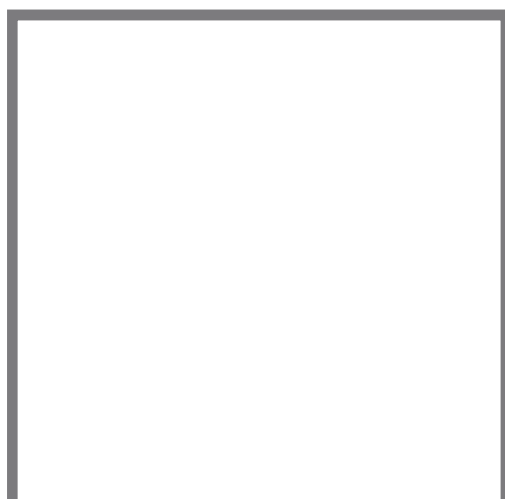
Em 2018, registou-se um total de 104 acidentes de trabalho, mais 55% que em 2017. O número de dias perdidos com baixa por acidentes de trabalho aumentou 28%.

	2016	2017	2018
N.º total acidentes trabalho	112	67	104

e) Encontro Anual de Colaboradores

A par do apoio e relacionamento com a comunidade, a responsabilidade social interna representa uma dimensão importante da Política de Sustentabilidade do Grupo CA. Neste âmbito são implementadas iniciativas dirigidas aos Colaboradores do Grupo, que nalguns casos se estendem aos seus familiares. Para além de actividades da área da cultura, desporto e bem-estar, merece destaque o Encontro Anual, o grande momento anual de reunião de todos os Colaboradores e das suas famílias.

O Crédito Agrícola reuniu, a 24 de março mais de 3.200 colaboradores e familiares, provenientes de todo o país, no Grande Encontro Nacional, na FIL, Parque das Nações, em Lisboa. Este evento teve o selo “Carbon Free”, no seguimento da parceria do Banco com a *“The Navigator Company”*. Todas as emissões de dióxido de carbono que foram emitidas durante o Encontro (incluindo deslocação dos participantes) foram compensadas com a plantação de pinheiros, em território nacional que, num prazo de 35 anos, transformarão dióxido de carbono em oxigénio.



03

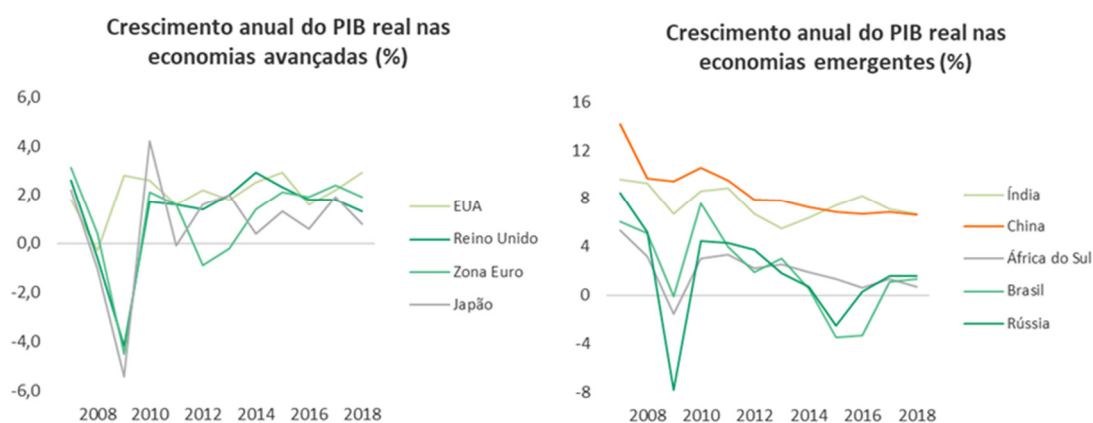
Enquadramento
económico

III. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

3.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

Após dois anos de robustos crescimentos económicos em praticamente todas as geografias, 2018 provou ser um ano desafiante, em particular na recta final do ano.

Este ano de 2018 ficou marcado pelas guerras comerciais iniciadas pelos EUA contra vários dos seus parceiros económicos mais relevantes (China, Europa, Canadá e México), incertezas relativamente ao ritmo de crescimento da China, instabilidade política na Europa, a prossecução da normalização da política monetária por parte da Reserva Federal Americana e a continuação do ambiente de incerteza em torno do processo do Brexit. O Banco Mundial estima que o crescimento global tenha permanecido nos 3% em 2018, sem alteração face a 2017.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2019

A fricção entre os EUA e a China, colocando obstáculos ao regular funcionamento das cadeias de fornecimento globais, aumentou a incerteza quanto à evolução do comércio internacional e afectou particularmente a economia global em 2018. Com os cortes fiscais promovidos pelo Presidente Donald Trump a fornecerem ainda um impulso à economia americana em 2018, os EUA continuam a acreditar que estão bem posicionados para enfrentar a China. A guerra comercial entre os dois países, com efeitos imediatos no comportamento dos mercados financeiros, iniciou-se em Março, com os EUA a anunciarem tarifas alfandegárias de 25% e 10% sobre importações de aço e de alumínio, respectivamente. A China retaliou, facto que desencadeou uma escalada das sanções ao longo do ano por ambas as partes e um aumento do número de produtos sujeitos a tarifas. O final do ano trouxe alguma esperança, na sequência da reunião do G-20, com os líderes dos EUA e da China a indicarem que haveria um acordo em mira.

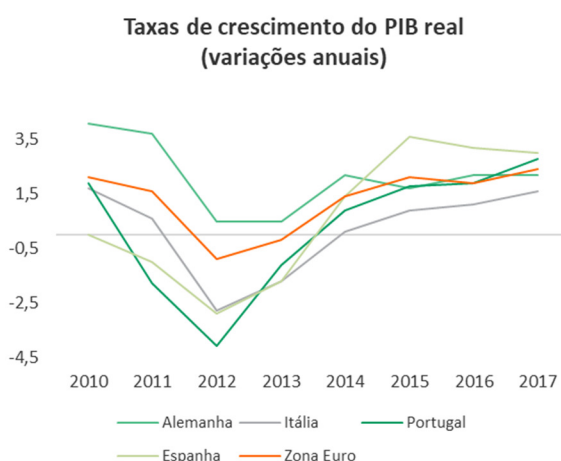
O ano ficou também marcado pelo encontro histórico entre Trump e o líder da Coreia do Norte. A reunião, que teve lugar em Singapura, trouxe esperanças sobre um acordo entre os EUA e a Coreia do Norte e também sobre a possibilidade de se reforçar o papel da diplomacia a nível global.

Ainda nos EUA, em Novembro, as eleições intercalares deram o controlo da Câmara dos Representantes aos Democratas, tendo os Republicanos reforçado a maioria no Senado. O Presidente americano acabou

por sair assim um pouco mais fragilizado com este resultado, na medida em que a Câmara tem o potencial de moderar ou bloquear os planos e políticas de Trump.

Em termos de política monetária, a Reserva Federal Americana subiu a sua taxa de juro quatro vezes ao longo de 2018, com a taxa dos fundos federais a encerrar o ano entre 2,25% e 2,50%. Não obstante, na sequência da forte correcção dos mercados no quarto trimestre, a FED terminou o ano num tom mais “*dovish*”, dando sinais que o nível de neutralidade das taxas poderá ser alcançado com mais duas subidas em 2019, em vez das 3 apontadas anteriormente. Esta redução de expectativas traduz ainda a preocupação com a generalidade dos indicadores económicos divulgados ao longo do 4º trimestre, que permitem antecipar de uma forma consistente que o pico do crescimento económico poderá já ter sido ultrapassado.

Ainda assim, é esperado que o ritmo de crescimento do PIB norte-americano tenha acelerado, devendo ter crescido, em 2018, cerca de 2,9%. O mercado de trabalho americano permaneceu robusto, continuando a taxa de desemprego perto de níveis historicamente baixos, sendo que em Dezembro terá ficado nos 3,9%. A inflação permaneceu consistentemente em níveis próximos 2,0% e fechou o ano a 1,9%.

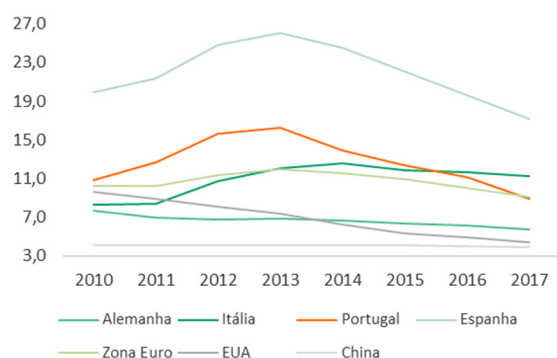


Fonte: Bloomberg, Janeiro 2019

No entanto, noutras zonas económicas, o crescimento económico desacelerou e o crescimento global tornou-se menos sincronizado.

Na Zona Euro, o abrandamento económico foi transversal. O Banco Central Europeu permaneceu cautelosamente optimista e anunciou o fim do seu programa de compra de activos. Este último terminou no final de 2018, e será, ainda assim, seguido por uma fase de reinvestimento integral dos montantes investidos em emissões que atinjam a maturidade. Durante o ano, o banco central manteve as suas taxas inalteradas e sinalizou que o início de uma hipotética subida das taxas de juro não ocorreria antes do final do Verão de 2019. O primeiro movimento será previsivelmente realizado através da subida da taxa de depósito.

Taxas de Desemprego (% população total)



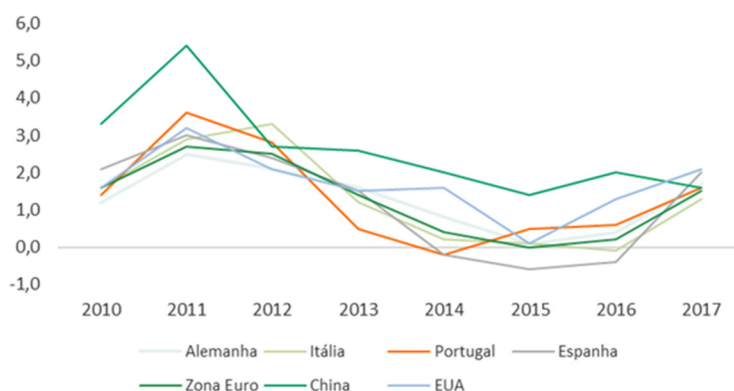
Fonte: Bloomberg, Janeiro 2019

Em termos políticos, os partidos populistas ganharam força em 2018, com Itália a eleger um governo suportado por uma coligação pouco natural, liderado por Matteo Salvini, líder da Liga Norte, partido de direita nacionalista, e Luigi Di Maio, líder do Movimento 5 Estrelas, movimento de protesto com cariz ideológico pouco definido. Este governo italiano de coligação esteve em constante confronto com a União Europeia, quer devido ao aumento da despesa previsto no programa de governo, quer pela quantificação dos seus efeitos no aumento do crescimento económico. Não obstante este facto e após um processo negocial que implicou a rejeição da versão inicial do orçamento por parte da Comissão Europeia no final do ano, a UE e a Itália chegaram a acordo. O governo italiano acordou em baixar para 2,04% do PIB o valor do défice orçamental, número que compara com a meta original de 2,4%.

Ainda na Europa, a situação política e económica deteriorou-se também em França. No final do ano, os protestos do movimento dos “coletes amarelos” após o anúncio de novas subidas dos impostos, bloquearam estradas e interromperam a actividade económica corrente, prejudicando significativamente o crescimento. Num esforço para acalmar a situação, Emmanuel Macron cancelou várias iniciativas de reformas da economia e anunciou o aumento do salário mínimo no próximo ano, situação que sugere que o Presidente francês não irá conseguir continuar com os seus planos reformistas.

Na Alemanha, Angela Merkel, informou que não irá recandidatar-se nas próximas eleições. A CDU elegeu uma aliada de Merkel para líder do partido, reduzindo a probabilidade de a Chanceler sair antes do final do actual mandato ou encontrar resistências às suas políticas.

Preços do Consumidor (variações anuais)



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2019

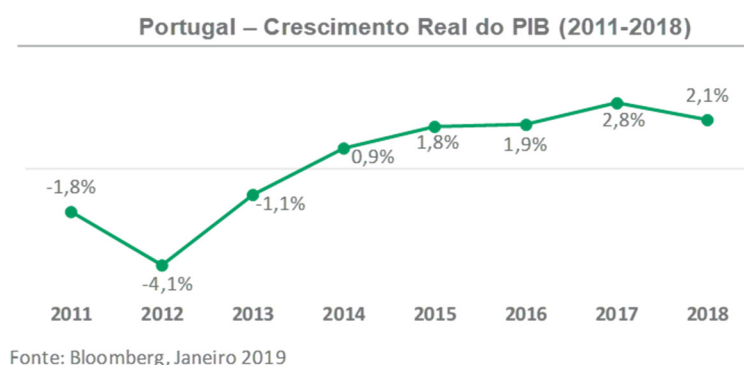
No Reino Unido, o processo do Brexit permaneceu, ao longo de todo o ano de 2018, marcado por um elevado grau de incerteza, evidenciando as dificuldades demonstradas pelo governo britânico na sua gestão. A negociação com a União Europeia foi sendo marcada por avanços e recuos, tendo sido, ainda assim, possível chegar, em Novembro, a um acordo de saída. No entanto, este acordo que teria de ser ratificado pelo parlamento britânico, acabou por ser rejeitado por larga maioria em votação realizada já em Janeiro de 2019. As dificuldades negociais com a EU reflectem em grande medida as grandes divisões internas vividas no Reino Unido. Ao nível do Governo de Theresa May, destaca-se a demissão de inúmeros ministros ao longo do ano, com destaque para Boris Johnson e para os ministros do Brexit, interlocutores directos com a União Europeia, ao longo do processo de negociação (David Davis) e logo após a assinatura do acordo (Dominic Raab). Os principais pontos de discórdia têm sido a definição da fronteira da Irlanda do Norte, a sujeição à legislação europeia (Tribunal Europeu de Justiça), a contrapartida monetária pela saída, e a capacidade de negociação de acordos de comércio livre sem interferência da União Europeia.

Neste contexto, prevê-se que a Zona Euro tenha crescido 1,9%, uma queda face aos 2,4% de 2017. A taxa de desemprego manteve ainda a tendência de descida, caindo para os 8,2%. A inflação permanece abaixo da meta de 2% do BCE e fechou o ano nos 1,7%.

Na China, a economia deverá ter registado uma taxa de crescimento de 6,5% em 2018, o ritmo mais baixo desde 1990. A China enfrenta níveis de endividamento altos, desaceleração na construção, uma demografia pobre e ainda a já referida guerra comercial com os EUA. Nas duas últimas desacelerações, em 2009 e 2015, a China respondeu com estímulos fiscais e de crédito massivos. Estes esforços tiveram um preço: o rácio da dívida face ao PIB subiu de 140% em 2008 para mais de 250% no final de 2017, criando preocupações acerca da estabilidade financeira. Estão previstos novos estímulos mas é pouco provável que sejam tão significativos e eficazes como no passado. No entanto, deverão ser suficientes para manter o crescimento perto dos 6% em 2019.

3.2 ECONOMIA NACIONAL

Portugal sofreu um abrandamento em termos homólogos no primeiro semestre de 2018 devido à redução do ritmo de crescimento das exportações e da formação bruta de capital fixo. Esta tendência deverá verificar-se também no segundo semestre. Segundo o INE, no terceiro trimestre de 2018, o PIB português tinha subido 2,1% em termos homólogos, representando um abrandamento da actividade face ao trimestre anterior. Em 2018 é estimado que Portugal tenha crescido 2,1%, valor abaixo dos 2,8% verificado em 2017.



Indicadores macroeconómicos (2016-2018)

		2016	2017	2018
Procura Externa	tav	2,0	4,6	3,4
EUR/USD Taxa de Câmbio (%)	tav	-3,18	14,50	-4,48
Preço do Petróleo (%)	tav	52,4	17,7	-19,6
Produto Interno Bruto	tav	1,5	2,8	2,1
Consumo Privado	tav	2,1	2,3	2,3
Consumo Público	tav	0,6	0,2	0,7
Formação Bruta de Capital Fixo	tav	1,6	9,2	3,9
Exportações	tav	4,1	7,8	3,6
Importações	tav	4,1	8,1	4,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	tav	0,6	1,6	0,6
Taxa de Poupança (%)	vma	5,0	4,7	4,4
Taxa de Emprego	%	59,1	61,3	61,9
Taxa de Desemprego	%	11,0	8,9	7,0
Remunerações por Trabalhador (sector privado)	tav	2,1	2,0	1,1
Balança Corrente e de Capital (%PIB)	tav	1,7	1,4	1,3
Balança de Bens e Serviços (%PIB)	tav	2,2	1,8	1,5
Taxa de referência do BCE (média)	%	0,00	0,00	0,00
Euribor 3 meses (média)	%	-0,30	-0,30	-0,32
Yield das OT Alemãs 10 anos (média)	%	0,20	0,35	0,46
Yield das OT Portuguesas 10 anos (média)	%	3,76	1,83	1,84

Fonte: Banco de Portugal (Dezembro 2018), Banco Central Europeu (Dezembro 2018) e Bloomberg (Janeiro 2019)

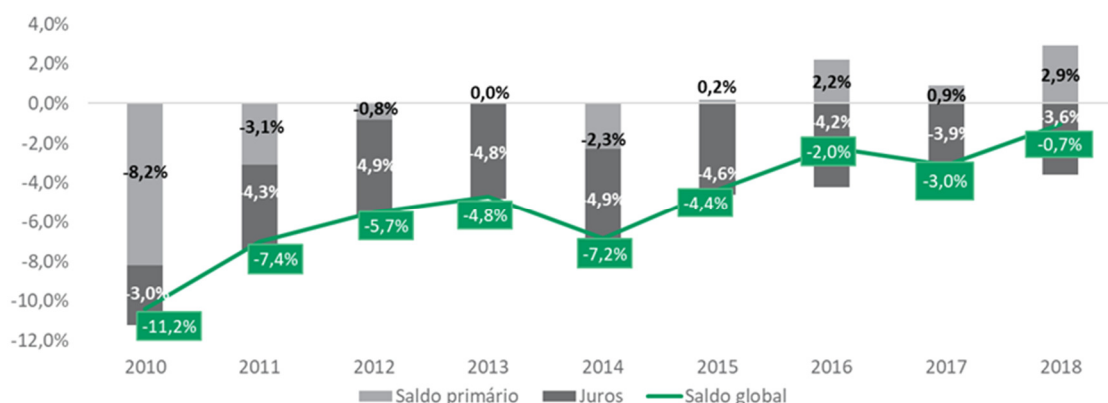
tav: Taxa anual de variação; vma: variação média anual

A desaceleração das exportações na primeira metade do ano foi comum à Zona Euro, num contexto de abrandamento económico global e de tensões comerciais associadas a políticas proteccionistas. No segundo semestre é expectável que tenham voltado a desacelerar.

Não obstante a desaceleração do crescimento, assistiu-se a um aumento da taxa de emprego. Este aumento reflecte essencialmente a evolução registada no sector privado. A taxa de desemprego estabilizou em Setembro, Outubro e Novembro nos 6,6%, um mínimo de Setembro de 2002, ficando abaixo da média dos países da UE durante 3 meses consecutivos.

A taxa de inflação permanece baixa em Portugal, tendo em Dezembro, ficado nos 0,7%, seguindo a tendência de abrandamento da Zona Euro. Já a inflação subjacente terminou o ano a 0,6%.

Saldo orçamental do Estado Português: Saldo global e primário (% PIB)



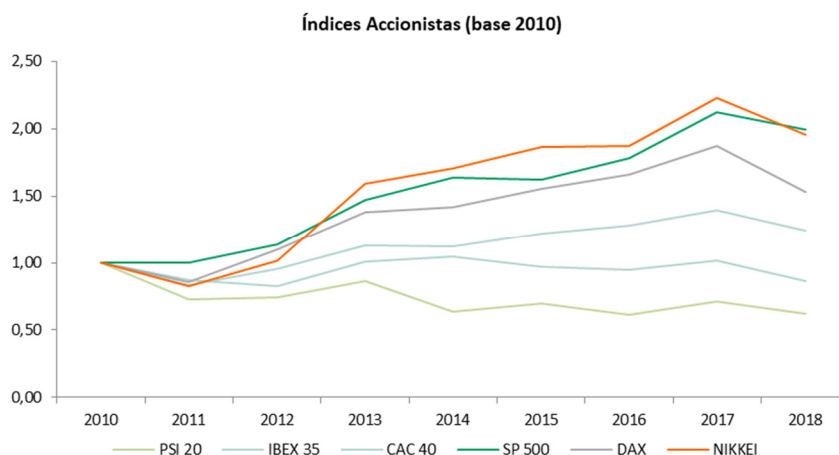
Fonte: Banco de Portugal, Janeiro 2019

Em termos de contas públicas, o saldo orçamental global fixou-se em 1.111,2 milhões de euros nos primeiros três trimestres de 2018, representando 0,7% do PIB, que compara com o valor de -3,2% em igual período do ano anterior. No Programa de Estabilidade, o governo prevê um défice de 0,7% para final de 2018, valor que não deverá ser ultrapassado.

3.3 MERCADOS FINANCEIROS

Mercados accionistas

Os mercados accionistas foram particularmente penalizados em 2018. O ano ficou marcado por dois momentos de aumento abrupto de volatilidade, com o índice VIX a ultrapassar os 35%. O primeiro ocorreu em Fevereiro, num contexto de subida das taxas da dívida pública nos EUA para valores em torno dos 2,9% devido ao bom desempenho da economia e à perspectiva de uma normalização da política monetária a um ritmo mais acentuado. O segundo momento ocorreu no final de Dezembro por razões quase diametralmente opostas. Neste caso, a conjuntura era de forte aversão ao risco, com quedas pronunciadas nas bolsas mundiais provocadas por um conjunto de indicadores económicos divulgados ao longo do último trimestre que se revelaram desafortunados. A persistência da guerra económica entre os EUA e a China, com efeitos potencialmente nocivos no comércio internacional, foi também decisiva para acentuar o contexto negativo.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2019

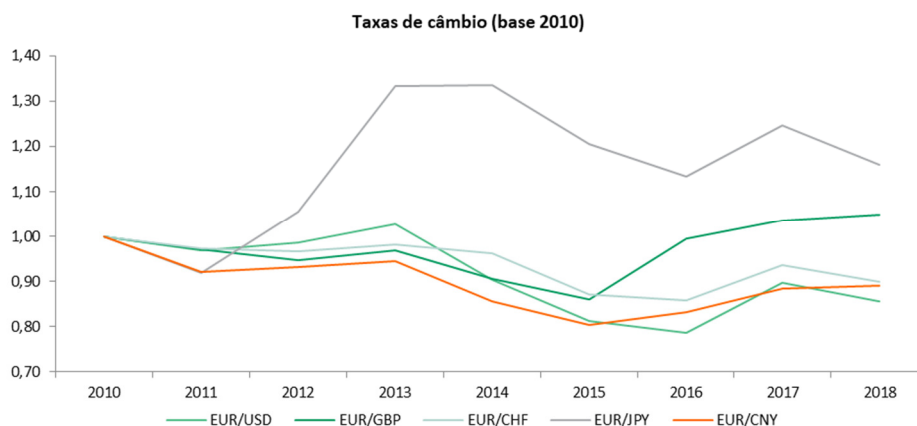
A nível global, de acordo com o Índice MSCI World, as acções caíram 10,4% em 2018. Os ganhos dos primeiros 9 meses foram revertidos, passando para terreno negativo. Efectivamente, as acções globais que haviam valorizado 3,8% nos três primeiros trimestres de 2018, caíram mais de 13% no quarto trimestre.

Regionalmente, para o conjunto de 2018, o S&P 500 recuou 6,24%, o Nikkei caiu 10,35%, o FTSE 100 e o EuroStoxx 600 desvalorizaram 13,41% e 13,24%, respectivamente. Em Portugal, o PSI 20 também não escapou a esta tendência, encerrando o ano a perder 12,19%.

Mercados monetários - Taxas de câmbio e taxas de juro de referência

Ao longo de 2018, o dólar americano seguiu uma tendência de apreciação face às suas congéneres. Este movimento assentou no dinamismo relativo revelado pela economia dos EUA na sequência dos estímulos fiscais da administração Trump e no movimento de subidas de taxas por parte da Fed. No entanto, no último trimestre do ano registou-se uma tendência de desvalorização do dólar perante o efeito da guerra comercial com a China no crescimento económico, a inversão da curva de rendimentos na zona curta e intermédia e, finalmente, a redução das expectativas de subidas de taxas em 2019 por parte da FED.

O desempenho da libra esterlina esteve ligado aos desenvolvimentos do Brexit ao longo do ano. A data marcada para a saída do Reino Unido da UE é 29 de Março de 2019, mas com tanto ainda a ter de ser acordado durante o período de transição, é improvável que as preocupações desapareçam após essa data. Embora a maioria da cobertura dos impactos do Brexit se foque no negativo, declarações positivas do comité do Banco de Inglaterra têm dado algum suporte à libra face ao dólar e ao euro. O banco central britânico tem examinado cuidadosamente os efeitos possíveis do Brexit, efectuando múltiplos testes de stress que demonstraram que os bancos sobreviveriam em qualquer cenário, mas notando uma possível recessão da economia em alguns dos casos.



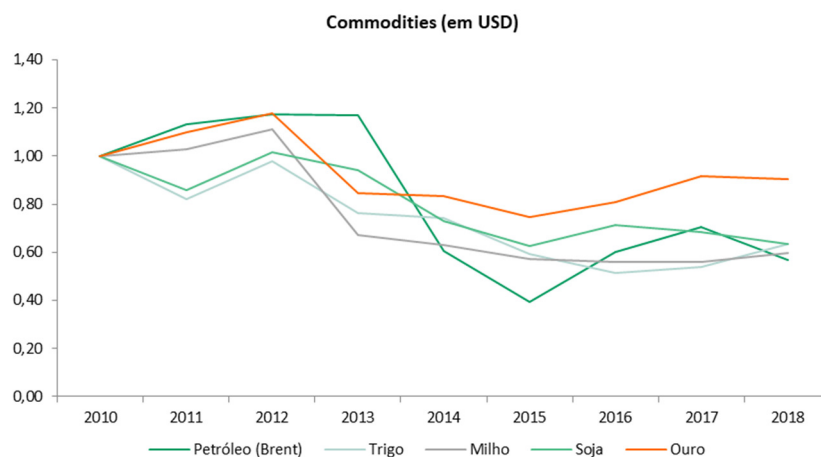
Fonte: Bloomberg, Janeiro 2019

O euro enfrentou mais um ano volátil, destacando-se, no 2º trimestre, a resposta à queda dos preços ao consumidor na Zona Euro e a subida abrupta dos custos de financiamento italiano na sequência da aprovação do programa de governo. Como notado em ponto anterior, a UE foi expressando as suas preocupações acerca dos planos orçamentais italianos e suas implicações nos níveis de endividamento público do país. Apenas no final do ano houve sinais de inversão, com Itália a reconhecer parcialmente as preocupações europeias. Este assunto influenciou decisivamente o nível do euro durante grande parte de 2018. Pelo lado positivo, de salientar o acordo alcançado em Junho pelos líderes europeus acerca da migração – que se tornou um tema importante nos últimos anos – o que deu então um impulso ao euro.

No final do Verão, outros assuntos ganharam foco. Os dados de Agosto mostraram claramente a perda de *momentum* da economia da Zona Euro. Apesar de ter sido um ano desafiante para a moeda única, Jean-Claude Juncker convocou a UE para defender o euro como uma moeda global para rivalizar com o dólar, exigindo mais poderes a Bruxelas. No conjunto do ano o par EUR/USD perdeu 4,48% e o par EUR/GBP avançou 1,22%.

No mercado monetário as taxas Euribor estiveram a subir. Estas subidas foram mais acentuadas na segunda metade do ano. A Euribor a 6 meses avançou de -0,271% para -0,237% no ano e a Euribor a 12 meses avançou de -0,186% para -0,117%.

Matérias-primas



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2019

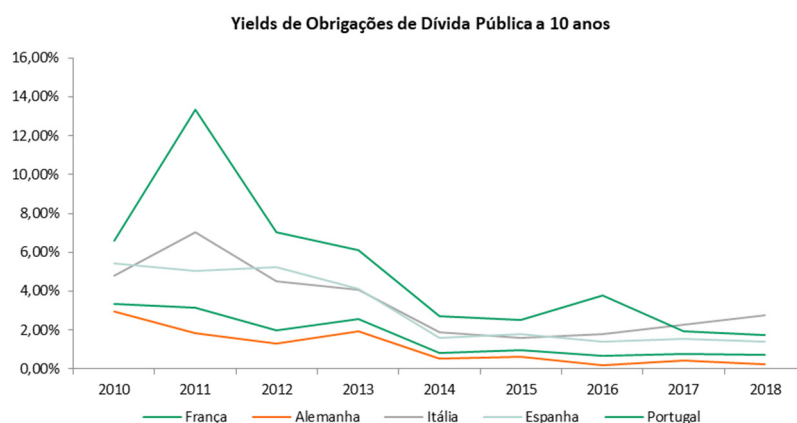
O petróleo apresentou alguma volatilidade em 2018. Nos primeiros 9 meses do ano, o Brent, apresentou uma tendência ascendente, atingindo o seu nível anual mais elevado no início de Outubro, aproximadamente nos 86 dólares por barril. Esta evolução foi impulsionada pelo colapso da produção na Venezuela e pela reintrodução de sanções sobre o Irão. No entanto, no final do ano, factores como o crescimento continuado e muito significativo da produção americana, a revisão em baixa das perspectivas de crescimento global e a verificação de um nível elevado de *stocks*, conduziram a quedas significativas, tendo em Novembro registado uma desvalorização superior a 20%. O Brent encerrou o ano nos 53,8 dólares o barril, valor que reflecte uma desvalorização de 19,55% no acumulado do ano.

Nos metais preciosos, o preço do ouro sofreu algumas oscilações ao longo de 2018. Na maior parte do ano o ouro foi penalizado pela força do dólar, a normalização da política monetária por parte da Fed e o acelerar da economia americana. Estes factores alimentaram o sentimento positivo por parte dos investidores, que por sua vez, impulsionaram outras classes de activos, como as acções. No entanto, à medida que os riscos geopolíticos e macroeconómicos subiram, os investidores começaram a refugiar-se no ouro, com os preços a subirem no final do ano para 1.282,49 dólares. Em termos acumulados, o ouro desvalorizou-se 1,56% em 2018. De acordo com o Conselho Mundial do Ouro, as compras por parte dos bancos centrais de todo o mundo aumentaram em 2018, atingindo um máximo de 2015.

O mercado de matérias-primas agrícolas apresentou, na sua globalidade, um desempenho negativo. O índice compósito *Bloomberg Agriculture Total Return* registou uma desvalorização anual de 10,79%. A análise dos seus componentes revela uma elevada dispersão das rendibilidades anuais, que oscilam entre a valorização de 17,86% do Trigo e as quedas de -20,65% no Açúcar.

Mercado obrigacionista

O mercado obrigacionista em 2018 foi largamente influenciado por dados económicos mais fortes nos EUA versus factores específicos, particularmente políticos, de outros países.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2019

O retorno negativo das obrigações americanas nos 10 anos, reflecte o aumento da *yield* de 2,41% para 2,69% entre o início e o fim do ano.

Crescimento forte, inflação elevada, aumentos salariais, subidas das taxas de juro e um Presidente da Reserva Federal aparentemente mais *hawkish* contribuíram para a persistente pressão ascendente sobre as *yields* americanas. A barreira dos 3% foi quebrada em Setembro e manteve-se acima desse nível até finais de Novembro, quando a aversão ao risco regressou.

Nos últimos 60 anos a curva de *yields* americana tem sido um bom indicador para prever recessões futuras, com uma antecedência média de 18 meses. Em particular, os investidores analisam o momento em que as curvas de *yield* invertem. Recentemente a curva inverteu. A *yield* das obrigações americanas a 5 anos situou-se abaixo da *yield* das obrigações a 3 e 2 anos. Embora seja um sinal, tal não indica necessariamente que irá haver uma recessão. Normalmente, os economistas olham mais firmemente para este indicador quando a *yield* inverte durante um trimestre completo, uma vez que este é o período de tempo necessário para o crescimento ser reportado, juntamente com outros indicadores.

Na Europa, factores como o abrandamento do crescimento económico e a vitória dos partidos populistas em Itália fizeram com que a *yield* do *Bund* a 10 anos caísse de 0,42% para 0,24%, mesmo com o Banco Central Europeu a anunciar o fim do seu programa de compras. A *yield* de Itália nos 10 anos subiu de 2% para níveis superiores a 3% quando a coligação anunciou a sua proposta de orçamento que levou ao confronto com a UE. O acordo que se verificou em Dezembro permitiu a não aplicação do procedimento por défice excessivo, tendo por consequência a queda das *yields* italianas para 2,74% no final do ano, mantendo-se mesmo assim elevadas face a outros países periféricos da Zona Euro. As *yields* das obrigações portuguesas nos 10 anos recuaram de 1,91% para 1,71%. Embora se tenha verificado algum contágio decorrente do forte aumento dos prémios de risco da dívida italiana às dívidas de Portugal e Espanha, observou-se que este acabou por ter um efeito limitado quer em termos de materialidade, quer em termos da duração do período temporal de alargamento.

As *yields* das obrigações de dívida pública do Reino Unido a 10 anos subiram de 1,19% para 1,28%. Os maiores factores foram a inflação, que se manteve acima da meta, uma consequência da libra mais fraca devido ao *Brexit*, e expectativas de aumentos das taxas de juro. O Banco de Inglaterra aumentou as taxas em Agosto de 0,50% para 0,75%.

3.4 MERCADO BANCÁRIO NACIONAL

a) Factos relevantes

O ano de 2018 ficou marcado pelo regresso aos lucros por parte do sistema bancário, sabendo que 3 bancos já divulgaram resultados anuais consolidados (no conjunto, CGD, BPI e Santander Totta somaram lucros de 1.487 mil milhões de euros). Os resultados alcançados resultam, em geral, da redução da remuneração dos depósitos de clientes, do agravamento das comissões cobradas por serviços bancários num ambiente de reduzidas taxas de juro (resultantes das políticas do BCE), da redução significativa de custos de estrutura (ainda que, em alguns casos, se verifique a constituição de provisões extraordinárias para a saída de trabalhadores), da alienação de carteiras de crédito malparado e de imóveis e, especificamente no caso do BPI, da alienação de participações na Viacer e na BPI Gestão de Ativos, e dos negócios de cartões de crédito.

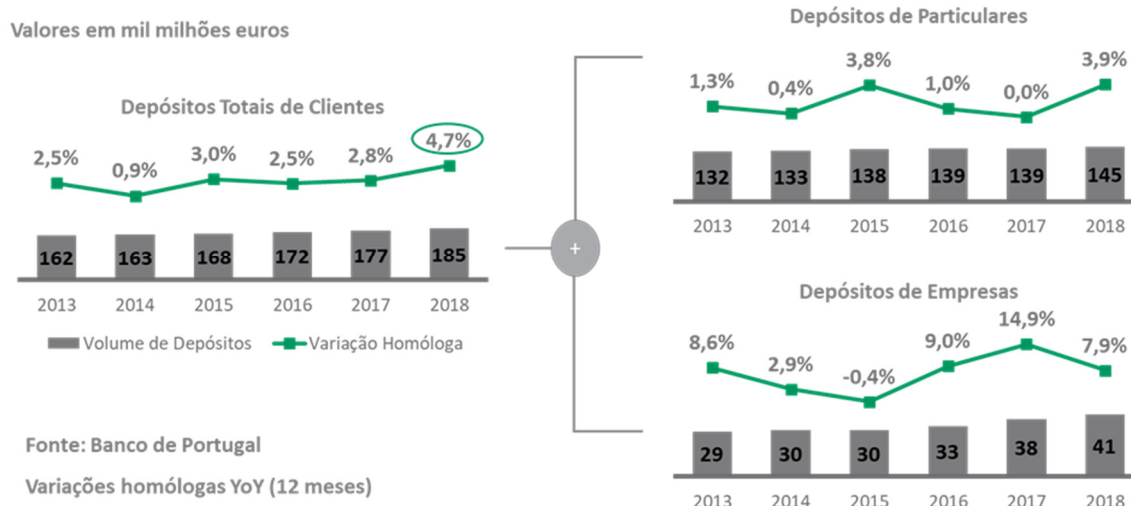
Em matéria de supervisão prudencial bancária, o ano de 2018 assinalou o reforço das preocupações quanto aos rácios de capital e liquidez, à sustentabilidade dos modelos de negócio, à adequação dos factores

geradores de rentabilidade, ao controlo de risco de crédito, à eficácia da execução dos planos de desinvestimento em exposições não produtivas, e ao governo interno (neste domínio, importa que as disposições internas de governo sejam compatíveis com o perfil de risco e o modelo de negócio, nomeadamente no que respeita à complexidade das actividades, de cada instituição).

Importa ainda assinalar que, com a entrada em vigor da directiva PSD 2, no final de 2018, o acesso às contas bancárias deixou de ser um exclusivo dos bancos para passar a ser alargado a prestadores de serviços. As ameaças não têm surgido tanto das fintechs (a cooperação entre fintechs e bancos é visível) mas essencialmente dos operadores das grandes plataformas digitais (os designados GAFAs) e prova disso é que o operador Google está em condições de processar pagamentos e transferências, remessas internacionais, e depósitos após ter obtido licença bancária na Lituânia. A mesma licença com alcance europeu foi obtida pela Amazon no Luxemburgo e pelo Facebook na Irlanda. Neste contexto, em prol do desempenho futuro, as principais instituições do sistema bancário nacional têm vindo a intensificar os investimentos nas áreas tecnológicas (ex. análise de dados, desenvolvimento de soluções ágeis e credíveis orientadas aos critérios de escolha do cliente, digitalização e automatização das actividades de *back-office*, reforço da cibersegurança e da PBC/FT) e a apostar na renovação e capacitação do factor humano enquanto elemento transformador da cultura vigente no sector (os novos modelos de negócio implicam encontrar formas de monetizar a inovação em prol do cliente).

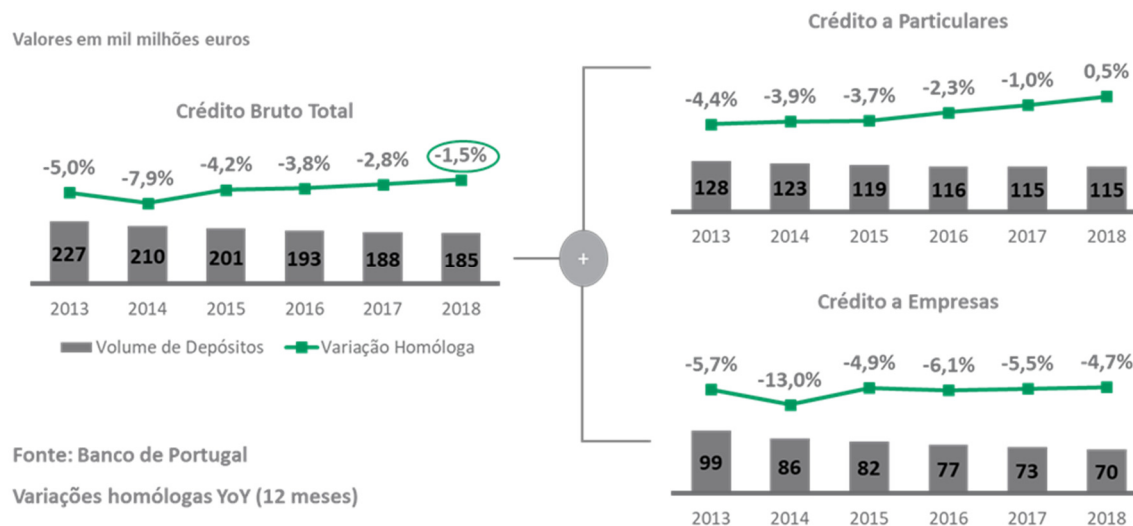
b) Evolução do mercado nacional de depósitos (2013 –2018)

Segundo a informação mais recente disponibilizada pelo Banco de Portugal, o volume de depósitos aumentou 4,7% em 2018 face a Dezembro de 2017. Para essa evolução contribuiu o crescimento verificado quer nos depósitos de empresas em 7,9% (ainda assim, inferior em 7,0 p.p. ao crescimento verificado em 2017), quer nos depósitos dos particulares em 3,9% (+3,9 p.p. que em 2017).



c) Evolução do mercado nacional de crédito (2013 –2018)

Ao invés, o crédito bruto total concedido a clientes registou um decréscimo de 1,5% em Dezembro de 2018 face ao registado no final de 2017, em parte justificado pela alienação de carteiras de crédito não produtivo (NPL) verificada em várias instituições do sector bancário. A quebra verificou-se somente no crédito a empresas (-4,7%), tendo sido assinalado um crescimento no crédito a particulares (+0,5%), ambos face a Dezembro de 2017.



De acordo com a informação divulgada pelo Banco de Portugal, entre Dez.2017 e Dez.2018, o crédito total aumentou 0,3%, com um crescimento percentual mais expressivo (de dois dígitos) no segmento das empresas nos distritos de Évora e Viana do Castelo.

Os distritos de Lisboa e Porto representam, em 2018, mais de metade do crédito concedido no país (57,9%). Se a este mercado, se adicionar os 4 distritos de Setúbal, Braga, Aveiro e Faro, é possível chegar a mais de 3/4 do crédito total (77,3%).

As maiores quedas observadas no crédito a empresas assinalam-se nos distritos de Lisboa (-3,1 mil milhões de euros i.e. -8,1%) e do Porto (-0,8 mil milhões de euros i.e. -5,8%).

Evolução do Crédito Total por Região - Dez.2018

	Crédito			Peso Total %	Variação Homóloga		
	Particulares	Empresas	Total		Particulares	Empresas	Total
Aveiro	5.624	2.915	8.539	4,6%	0,6%	3,5%	0,4%
Beja	1.343	407	1.750	0,9%	0,6%	-0,5%	0,5%
Braga	6.423	3.523	9.946	5,4%	2,4%	2,7%	1,5%
Bragança	971	237	1.208	0,7%	1,9%	0,0%	1,5%
Castelo Branco	1.446	276	1.722	0,9%	-0,3%	-6,8%	-0,3%
Coimbra	3.867	1.279	5.146	2,8%	0,3%	3,8%	0,2%
Évora	1.698	1.055	2.753	1,5%	-1,6%	10,0%	-1,0%
Faro	4.740	1.846	6.586	3,6%	0,8%	1,7%	0,6%
Guarda	914	190	1.104	0,6%	-0,2%	-0,5%	-0,2%
Leiria	4.064	2.427	6.491	3,5%	-0,3%	1,4%	-0,2%
Lisboa	41.924	35.646	77.570	42,0%	1,2%	-8,1%	0,7%
Portalegre	865	198	1.063	0,6%	-1,0%	0,0%	-0,8%
Porto	17.290	12.162	29.452	15,9%	1,1%	-5,8%	0,6%
Santarém	3.976	1.500	5.476	3,0%	-1,0%	-1,9%	-0,7%
Setúbal	9.143	1.641	10.784	5,8%	-0,9%	-5,7%	-0,8%
Viana do Castelo	1.665	589	2.254	1,2%	-0,5%	12,4%	-0,4%
Vila Real	1.314	302	1.616	0,9%	-0,3%	0,3%	-0,2%
Viseu	2.589	1.088	3.677	2,0%	0,3%	-2,5%	0,2%
Reg. Autónoma Açores	2.640	1.039	3.679	2,0%	-3,0%	-0,5%	-2,2%
Reg. Autónoma Madeira	2.819	1.253	4.072	2,2%	-1,9%	4,8%	-1,3%
Total	115.314	69.572	184.886	100,0%	0,5%	-4,9%	0,3%

Fonte: Banco de Portugal

Analisando detalhadamente o crédito a particulares, verifica-se que o crescimento se deveu essencialmente ao aumento do crédito ao consumo (+10,5% em Dezembro de 2018 face a Dezembro de 2017) que representa 13,3% do total do crédito a particulares. Relativamente ao crédito vencido de clientes particulares, este situou-se nos 2,8%, agravado, principalmente, pelo crédito a outros fins que, ainda assim, tem vindo a perder peso no agregado de crédito (-3,1 p.p. em Dezembro de 2018 face a Dezembro de 2017).

Evolução do Mercado de Crédito a Particulares por Tipologia - Dez.2018

Tipologia	Volume de Crédito (M€)	Peso Total %	Var. Homóloga	Crédito Vencido %
Habituação	93.012	80,7%	-0,2%	1,5%
Consumo	15.310	13,3%	10,5%	3,7%
Outros fins	6.991	6,1%	-8,2%	19,0%
Total	115.314	100,0%	0,5%	2,8%

Fonte: Banco de Portugal

No caso do crédito a empresas, o decréscimo de 4,9% deveu-se principalmente à redução do crédito a empresas do sector das actividades imobiliárias, energia, comércio e construção. Nos sectores das indústrias extractivas, água e saneamento, transportes e saúde e apoio social verifica-se um aumento do crédito concedido (36,7%, 254,8%, 47,2% e 31,9%, respectivamente).

Relativamente ao crédito vencido a empresas, este situou-se nos 7,8%, sendo que os sectores com maior incumprimento continuam a ser o da construção, das indústrias extractivas e do comércio, que no seu conjunto possuem elevada representatividade no total do crédito a empresas.

Evolução do Mercado de Crédito a Empresas por CAE - Dez.2018

Actividade Económica	Total Crédito	Peso %	Var. Homóloga	% Crédito Vencido
Agricultura e Pescas	2.330	3,3%	-1,3%	4,9%
Indústrias Extractivas	380	0,5%	36,7%	9,2%
Indústrias Transformadoras	11.975	17,2%	-3,4%	4,4%
Energia	170	0,2%	-94,1%	5,3%
Água e Saneamento	3.952	5,7%	254,8%	0,3%
Construção	7.630	11,0%	-24,0%	24,0%
Comércio	8.567	12,3%	-27,2%	8,4%
Transporte e Armazenagem	8.810	12,7%	47,2%	3,5%
Alojamento e Restauração	4.145	6,0%	-10,6%	6,5%
Actividades Imobiliárias	2	0,0%	-100,0%	0,0%
Saúde e Apoio Social	1.728	2,5%	31,9%	2,5%
Outros	19.883	28,6%	84,9%	7,8%
Total	69.572	100,0%	-4,9%	7,8%

Fonte: Banco de Portugal

Em 2018, as Microempresas foram as empresas que registaram maior valor de crédito contraído (21,5 mil milhões de euros), representando a principal aposta comercial das instituições bancárias não só em termos de valor, mas também pelo seu peso relativo (30,9% do total das empresas) e pela maior incidência de crédito vencido (16,7%).

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

Evolução do Mercado de Crédito a Empresas por Dimensão - Dez.2018

	Valor	Peso %	% Crédito Vencido
Microempresas	21.477	30,9%	16,7%
Pequenas Empresas	18.202	26,2%	8,5%
Médias Empresas	15.739	22,6%	3,8%
Grandes Empresas	10.245	14,7%	4,0%
Total de Empresas Segmentadas	65.663	94,4%	9,4%
Empresas Não Segmentadas	3.909	5,6%	n.d.
Total	69.572	100,0%	8,8%

Fonte: Banco de Portugal

Da análise ao número de empresas, destaca-se a variação positiva do nascimento de novas empresas, o que, combinado com a variação do número de empresas encerradas e insolventes, resulta na criação líquida de empresas de 2.2x em 2018 (i.e. revitalização empresarial), 11,9% acima do verificado em 2017.

Evolução do Número de Empresas - Dez.2018

	2016	2017	2018	Varição 17/18
Nascimentos	37.034	40.326	45.191	12,1%
Encerramentos	15.505	14.165	18.111	27,9%
Insolvências	3.256	2.670	2.350	-12,0%
Revitalização Empresarial *	2,0	2,4	2,2	11,9%

Fonte: Barómetro Informa DB

* Nascimentos/(Encerramentos + Insolvências)

3.5 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2019

Em termos sintéticos, os maiores factores de risco económico incluem: (i) a intensificação das políticas proteccionistas, o agravamento das tensões geopolíticas e o aumento da incerteza política a nível global; (ii) tensões nos mercados financeiros decorrentes de um ajustamento abrupto nos mercados de dívida soberana na área do euro; e (iii) as incertezas associadas ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia.

Durante o período de recuperação iniciado em 2013, a economia portuguesa evidenciou traços que permitem actualmente perspectivar um crescimento mais sustentado da actividade. O investimento privado produtivo cresceu a um ritmo muito superior ao da actividade, mas, simultaneamente potenciou a redução dos níveis de endividamento das empresas não financeiras.

O grau de abertura da economia aumentou, beneficiando do comportamento das exportações, com destaque para o aumento da relevância do turismo. Esta alteração estrutural da economia potenciou a exposição da economia aos desenvolvimentos internacionais, em particular da área do euro. De facto, parte da desaceleração da actividade projectada para Portugal resulta da evolução esperada das exportações, num contexto de maturação do ciclo económico também na área do euro e nas economias avançadas em geral, acompanhada por uma progressiva redução dos estímulos de política monetária. A elevada sincronia cíclica entre Portugal e a área do euro deve persistir em 2018-21, traduzindo progressos ligeiros do processo de convergência do crescimento per capita da economia portuguesa.

O processo de redireccionamento dos recursos para sectores mais expostos à concorrência internacional, por natureza mais permeáveis à inovação, deverá prosseguir, potenciando efeitos de composição favoráveis à evolução da produtividade total dos factores. Por seu lado, o envelhecimento da população cria limitações ao contributo do factor trabalho para o crescimento e, apesar da evolução dos fluxos migratórios poder vir a compensar esta dinâmica negativa, a aposta no capital humano afigura-se essencial para promover o crescimento no longo prazo do país.

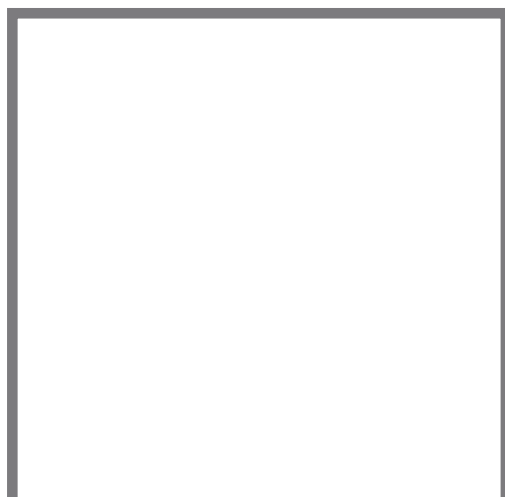
Observando um enquadramento regulatório e de supervisão mais exigente, nos anos mais recentes, o sector bancário nacional realizou um processo significativo de ajustamento e de consolidação que permitiu melhorar a sua solvabilidade, reduzir os activos não produtivos (NPL e imóveis) e aumentar a sua eficiência operacional. Para além da defesa da rentabilidade, foram intensificadas acções de supervisão e avaliação particularmente exigentes tendentes ao reforço dos mecanismos de controlo e de governo interno e à qualificação e estabilização das equipas de gestão de várias instituições de crédito e sociedades financeiras.

Este processo, conjugado com o percurso de consolidação orçamental portuguesa e a recuperação da actividade económica, contribuiu para a melhoria da percepção dos investidores internacionais relativamente ao sector bancário e ao soberano português, o que se tem consubstanciado numa redução nos prémios de risco e na melhoria de *ratings*. O reforço da solvabilidade dos principais bancos, a melhoria da actividade económica e a evolução dos preços no mercado imobiliário têm também criado um contexto favorável para a redução dos activos não produtivos. Não obstante o progresso assinalável que se está a alcançar, o peso dos NPL no balanço das instituições nacionais continua a comparar desfavoravelmente no contexto europeu. Neste enquadramento, é esperado que as instituições de crédito prossigam com a redução dos seus activos não produtivos, em linha com os planos submetidos às autoridades de supervisão, e que reforcem as suas capacidades para acomodar um eventual agravamento das exigências de supervisão

e prudenciais, atento o contínuo enfoque da EBA, da Comissão Europeia e do MUS nesta temática. Perante a expectativa de abrandamento económico, o progresso registado em relação ao saldo de NPL poderá alterar a tendência registada de redução do fluxo de imparidades.

Para 2019, os desafios do Crédito Agrícola, e da generalidade da banca nacional, estão relacionados com:

- i. a adaptação dos modelos de governo e controlo interno às *guidelines* da EBA (EBA GL/2017/11);
- ii. a mudança cultural operada através da reestruturação geracional de colaboradores e parceiros, da constante procura de talento e diversidade, e da tomada de decisão baseada na análise de dados;
- iii. a revisão dos modelos de negócio como resultado da análise de dados focados no cliente e assente nas alterações de contexto (ex. *open banking*);
- iv. a melhoria da rentabilidade do negócio bancário, por via:
 - (i) do ajustamento do preço em função dos atributos valorizados pelos clientes;
 - (ii) do aumento da eficiência operacional e controlo de custos, nomeadamente através da digitalização e robotização de operações bancárias;
 - (iii) da resolução adequada dos *stocks* de crédito não produtivo; e,
 - (iv) da revisão das propostas de valor, numa lógica de jornadas, em função das preferências dos clientes.
- v. a pressão sobre o capital e liquidez, por via:
 - (i) da dificuldade na captação de capital privado (apesar dos resultados positivos apresentados pela banca nacional e a capacidade de geração de resultados via capital interno) e da dificuldade de implementar, com sucesso, os investimentos e parcerias necessárias para operar numa indústria em permanente mutação (ex. digital); e,
 - (ii) de *compliance*, com novas exigências relacionadas com os requisitos de absorção de risco (ex. Basel IV, MREL), de alavancagem e de liquidez (ex. LCR, NSFR).
- vi. a adaptação às novas exigências regulatórias e assegurar a sua observância, os demais requisitos requeridos às instituições financeiras visam não só a maior defesa dos direitos do consumidor (ex. GDPR, PSD2, DMIF2), como também assegurar maior prudência e segurança na condução da actividade bancária.



04

Actividade do
Grupo Crédito
Agrícola em 2018

IV. ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA EM 2018

4.1 ACTIVIDADE BANCÁRIA

a) Evolução do crédito

Em 2018, a carteira de crédito registou um acréscimo de 5,6% face ao ano anterior, tendo passado de 9.435 milhões de euros em 2017 para 9.960 milhões em 2018.

Este crescimento ocorreu em contraciclo com a média do sector bancário em Portugal, que apresentou um decréscimo do crédito bruto de 4,7%¹² a empresas e um crescimento de 0,5% a particulares. Por sua vez no negócio bancário do Crédito Agrícola, o crédito concedido a empresas aumentou 8,4% e o crédito concedido a particulares 2,4%.

Crédito a Clientes	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
<i>Valores em milhões de euros, excepto %</i>						
Crédito a Clientes bruto	8.147	8.430	8.713	9.435	9.960	5,6%
Empresas	4.079	4.286	4.451	4.965	5.382	8,4%
Particulares	4.068	4.144	4.263	4.470	4.578	2,4%
do qual crédito vencido há mais de 90 dias	644	650	533	520	347	-33,1%
Rácio de Crédito Vencido + 90 dias	8,0%	7,8%	6,2%	5,4%	3,4%	-2,1 p.p.
Compromissos perante terceiros	1.194	1.000	1.015	1.202	1.323	10,1%
Linhas de crédito irrevogáveis	536	599	644	791	895	13,1%
Linhas de crédito revogáveis	296	301	243	304	340	11,8%
Outros	363	101	128	107	89	-17,1%
Garantias Prestadas *	225	203	197	199	221	11,0%

* Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema

O crédito vencido há mais de 90 dias alcançou os 347 milhões de euros no final de 2018, representando uma variação de -33,1% face ao ano transacto e uma melhoria do rácio de crédito vencido há mais de 90 dias de -2,1 p.p. Esta redução do crédito vencido é em grande parte explicada pela operação de anulação de créditos incobráveis realizada durante o 2º semestre de 2018, bem como pelo esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de melhorar a análise de risco de crédito e pelo investimento realizado em iniciativas e ferramentas tecnológicas visando a normalização dos processos de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, no âmbito do Grupo Crédito Agrícola.

¹² Em Portugal, no segmento de crédito a sociedades não financeiras, a concessão de crédito à construção continua a contribuir para a quebra do crédito bruto do mercado, realçando-se também as quebras nos sectores das actividades imobiliárias, energia e comércio. Em sentido oposto, verifica-se uma recuperação na concessão de crédito aos sectores das indústrias extractivas, , água e saneamento, transportes e saúde e apoio social. Fonte: BPStat Fev.2019

Os compromissos perante terceiros aumentaram 121 milhões de euros face à situação no ano transacto e as garantias prestadas relacionadas com operações com clientes registaram um acréscimo de 11,0% para os 221 milhões de euros.

Para o crescimento do crédito concedido registado em 2018 contribuiu, com principal destaque, o crédito ao investimento (+491 milhões de euros, +27,8%), crédito à habitação (+129 milhões de euros, +4,6%) e o crédito à tesouraria/actividade (+78 milhões de euros, +6,2%).

Evolução do Crédito por Tipo de Operação	2016	2017	2018	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %				
Crédito à habitação	2.577	2.777	2.905	4,6%
Crédito ao investimento	1.325	1.768	2.259	27,8%
Crédito à tesouraria / actividade	1.127	1.248	1.326	6,2%
Crédito pessoal	334	426	479	12,2%
Papel comercial	268	291	273	-6,2%
Leasing	151	179	214	19,1%
Cartões de crédito	36	36	40	10,2%
Descobertos bancários	23	21	22	3,4%
Outros créditos	2.872	2.688	2.443	-9,1%
Crédito a clientes bruto (1)	8.713	9.435	9.960	5,6%
Compromissos perante Terceiros (2)	1.015	1.202	1.323	10,1%
Linhas de Crédito Irrevogáveis	644	791	895	13,1%
Linhas de Crédito Revogáveis	243	304	340	11,8%
Outros	128	107	89	-17,1%
Garantias prestadas (3) *	197	199	221	11,0%
Subtotal (2+3)	1.212	1.401	1.544	10,2%
Total (1+2+3)	9.925	10.836	11.504	6,2%

* Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema.

A remuneração da carteira de crédito a clientes, medida em termos de taxa média ponderada com saldos de fim de período, reduziu 0,2 p.p. para os 2,7%. Esta redução é explicada não apenas pelo aumento da concorrência por operações com binómio qualidade/risco aceitável mas também pela redução registada nas taxas de referência (Euribor).

Evolução das taxas médias do crédito	2017	2018	Δ %
Crédito Habitação	1,6%	1,5%	-0,1 p.p.
Crédito Pessoal	5,4%	4,4%	-1 p.p.
Crédito à Tesouraria	3,8%	2,2%	-1,5 p.p.
Crédito ao Investimento	3,1%	2,7%	-0,4 p.p.
Total	2,9%	2,7%	-0,2 p.p.

À semelhança do decréscimo verificado em 2017, as taxas médias do crédito concedido registaram, em 2018, uma quebra em todos os produtos, sendo de referir que a maior quebra ocorreu no crédito à tesouraria (-1,5 p.p.).

i. Empresas

No segmento de empresas, como referido anteriormente, verificou-se um crescimento de 8,4% (+417 milhões de euros), valor que compara com o decréscimo de 4,7% verificado no sector. Esta situação permitiu ao Crédito Agrícola reforçar em 2018 a sua quota de mercado no crédito a empresas e evidenciar a aposta estratégica do Grupo neste segmento de clientes.

A taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas regista quebras desde 2014, fixando-se, em 2018, nos 2,70%. Esta situação é explicada, em grande medida, pela redução das taxas Euribor que atingiram níveis historicamente baixos em 2018 e pela intensidade concorrencial.

EMPRESAS	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Crédito a Empresas	4.079	4.286	4.451	4.965	5.382	8,4%
Contas Correntes Caucionadas	380	402	403	409	450	10,1%
Descontos Comerciais	25	24	19	19	18	-2,1%
Leasing	115	110	123	145	176	21,3%
Financiamentos	3.558	3.750	3.905	4.393	4.737	7,9%
do qual Papel Comercial	226	229	259	291	273	-6,2%
Taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas	4,88%	4,09%	3,52%	3,16%	2,70%	-0,5 p.p.

Com excepção dos sectores da agroindústria, energia e comércio, o crédito concedido pelo Crédito Agrícola em 2018 aumentou em todos os sectores, em especial nos sectores da administração pública (+49,9%), da água e saneamento (+11,4%), da agricultura e pescas (+10,8%) e do transporte e armazenamento (+9,1%).

Valores em milhões de euros

Evolução do crédito a empresas por CAE - Dez.2018

Actividade económica	Var. Homóloga	Total Crédito	Peso %	% Crédito Vencido
Agricultura e Pescas	10,8%	698	13,0%	4,3%
Indústrias Extractivas	2,9%	21	0,4%	3,3%
Indústrias Transformadoras	0,6%	667	12,4%	5,1%
dos quais: Agroindústria	-4,3%	335	6,2%	4,3%
Energia	-15,8%	20	0,4%	0,0%
Água e Saneamento	11,4%	79	1,5%	0,9%
Construção	1,0%	418	7,8%	11,8%
Comércio	-1,9%	752	14,0%	5,4%
Transporte e Armazenagem	9,1%	111	2,1%	3,8%
Alojamento e Restauração	5,1%	342	6,4%	2,7%
Actividades Imobiliárias	5,3%	691	12,8%	3,3%
Saúde e Apoio Social	1,0%	250	4,6%	0,8%
Outros	27,4%	1.333	24,8%	1,6%
dos quais: Administração Pública	49,9%	523	9,7%	0,0%
Total	8,4%	5.382	100,0%	4,0%

Fonte: Pin Mercado

No que respeita à concentração de crédito, verifica-se que os sectores da agricultura e pescas, indústrias transformadoras, comércio e actividades imobiliárias, representam aproximadamente 52% do crédito concedido a empresas. O sector agrícola destaca-se pela sua relevância no Crédito Agrícola, tendo a quota

de mercado neste segmento atingido os 29,9% em 2018. Em contraposição, o peso no crédito a empresas do sector da construção do Crédito Agrícola é inferior ao registado no mercado (7,8% versus 11,0%).

ii. Particulares

Em 2018, a diminuição dos níveis de desemprego em Portugal contribuíram para o aumento do consumo privado. O crédito a particulares no SICAM registou um aumento de 2,4% em 2018, apresentando um desempenho mais favorável do que a média deste segmento no total do sector bancário nacional que aumentou apenas 0,5%.

PARTICULARES e ENIs	2014	2015	2016	2017	2018	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Crédito a Particulares	4.068	4.144	4.263	4.470	4.578	2,4%
Crédito à Habitação	2.375	2.451	2.577	2.777	2.905	4,6%
Crédito ao Consumo	225	244	320	409	458	11,9%
Cartões de Crédito	22	22	31	31	34	9,1%
Leasing	18	22	28	34	37	9,9%
Outro Crédito por Desembolso de Fundos *	1.428	1.404	1.307	1.219	1.144	-6,2%

* Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas

A evolução do crédito a este segmento é justificada maioritariamente pelo crescimento de 129 milhões de euros verificados no crédito à habitação. O crédito ao consumo reforçou o aumento registado em 2017, tendo apresentado um crescimento em 2018 de 11,9% para os 458 milhões de euros (+49 milhões de euros face a 2017).

iii. Locação Financeira

O valor da carteira de crédito em locação financeira do Crédito Agrícola ascende a um valor global de 214 milhões de euros, tendo aumentado cerca de 19% face aos níveis registados em 2017.

Activo das operações leasing	2015	2016	2017	2018	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
							2017	2018
unidade: milhares de euros, excepto %								
Caixa Central	108.826	116.568	134.294	158.285	23.991	17,9%	74,9%	74,1%
Caixas Associadas	23.974	34.235	45.032	55.288	10.256	22,8%	25,1%	25,9%
Total	132.800	150.803	179.326	213.573	34.247	19,1%	100%	100%

Em 2018, o sector empresarial não financeiro representou cerca de 81,7% do valor da carteira de crédito nesta área de negócio, tendo registado ainda um assinalável crescimento de 21,3% face ao homólogo, enquanto os particulares e pequenos negócios representam cerca de 17,5%.

Tipo de locatário	2015	2016	2017	2018	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
							2017	2018
unidade: milhares de euros, excepto %								
Particulares e pequenos negócios	22.409	28.049	34.085	37.465	3.380	9,9%	19,0%	17,5%
Sector público estatal	638	694	790	1169	379	48,0%	0,4%	0,5%
Sector financeiro	603	551	471	362	-109	-23,1%	0,3%	0,2%
Sector não financeiro	109.150	121.509	143.980	174.577	30.597	21,3%	80,3%	81,7%
Total	132.800	150.803	179.326	213.573	34.247	19,1%	100,0%	100,0%

Relativamente ao bem locado é de destacar o crescimento de 29,9% na carteira de viaturas e de 12,6% na carteira de imóveis que beneficiaram da recuperação verificada no sector automóvel e do aumento da procura no mercado imobiliário em 2018. De registar ainda a evolução positiva de 10,5% na carteira de equipamentos, registando uma inversão da tendência negativa de anos recentes (nomeadamente de 2013 a 2016).

Tipo de bem locado	2015	2016	2017	2018	Varição Abs.	Varição %	Estrutura da carteira 2017	2018
unidade: milhares de euros, excepto %								
Viaturas	46.041	55.553	70.642	91.792	21.150	29,9%	39,4%	43,0%
Equipamentos	31.790	29.134	29.928	33.066	3.138	10,5%	16,7%	15,5%
Imóveis	54.969	66.116	78.756	88.715	9.959	12,6%	43,9%	41,5%
Total	132.800	150.803	179.326	213.573	34.247	19,1%	100,0%	100,0%

b) Evolução dos depósitos e outros recursos

Num panorama de reduzidos e decrescentes níveis de poupança em Portugal, o Crédito Agrícola consolidou a sua posição de banco aforrador e de confiança dos portugueses, conquistando quota de mercado ao registar um crescimento dos recursos de 10,4% que compara com os 4,7% registados pelo total do sistema bancário nacional.

Em relação à sua repartição, os depósitos à ordem aumentaram 1.121 milhões de euros (+24,8%), enquanto que os depósitos a prazo cresceram 188 milhões de euros. Esta decisão dos aforradores em alocar os seus recursos em produtos com maior liquidez, é explicada pelas reduzidas taxas de juro de remuneração dos depósitos a prazo praticadas pelo mercado bancário em geral.

Depósitos de Clientes	2015	2016	2017	2018	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Depósitos à Ordem	3.419	4.036	4.530	5.651	1.121	24,8%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.551	7.734	8.108	8.296	188	2,3%
TOTAL	10.970	11.771	12.638	13.948	1.310	10,4%

No que concerne à angariação de recursos fora de balanço, o Crédito Agrícola registou um decréscimo de 11,4% para os 2.022 milhões de euros em 2018, motivado pelo decréscimo de 24,5% registado nos seguros de capitalização.

Recursos Fora do Balanço do Grupo	2014	2015	2016	2017	2018	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %							
Fundos de Investimento	645	689	785	983	1.041	58	5,9%
Mobiliários (FIM e FEI)	396	382	408	478	412	-67	-13,9%
Imobiliários	249	307	377	505	629	124	24,6%
dos quais: Retalho	210	289	357	485	613	128	26,3%
dos quais: institucionais	39	19	21	20	17	-3	-16,3%
Seguros de Capitalização*	1.473	1.613	1.548	1.299	981	-318	-24,5%
TOTAL	2.118	2.302	2.333	2.282	2.022	-261	-11,4%

* inclui valor das provisões matemáticas e passivos financeiros de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos contratos de investimento, referentes às CCAM do SICAM.

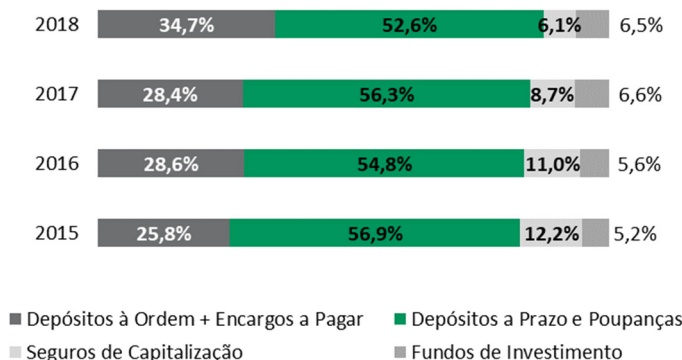
Relativamente à comercialização de fundos de investimento, destaca-se o crescimento de 124 milhões de euros nos fundos de investimento imobiliários e a redução de 67 milhões de euros dos fundos de investimento mobiliários (+24,6% e -13,9 face a 2017, respectivamente). No que respeita aos seguros de capitalização, estes variaram negativamente 24,5% (-318 milhões de euros) fixando-se nos 981 milhões de euros em 2018.

Na estrutura de recursos de clientes manteve-se, naturalmente, o peso dominante dos depósitos, os quais representaram 87,3% dos recursos totais confiados ao Grupo no final de 2018, peso superior ao ano transacto essencialmente por ausência de condições de mercado (taxas) para promover produtos de capital garantido (ex. PPR).

Recursos de Clientes sob Gestão do Crédito Agrícola					Estrutura (% total)				
	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018
Valores em milhões de euros, excepto %									
Depósitos à Ordem + Encargos a Pagar	3.419	4.036	4.530	5.651	23,1%	25,8%	28,6%	30,4%	35,4%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.551	7.734	8.108	8.296	60,3%	56,9%	54,8%	54,3%	52,0%
Total Depósitos	10.970	11.771	12.638	13.948	83,4%	82,7%	83,5%	84,7%	87,3%
Seguros de Capitalização	1.613	1.548	1.299	981	11,6%	12,2%	11,0%	8,7%	6,1%
Fundos de Investimento	689	785	983	1.041	5,1%	5,2%	5,6%	6,6%	6,5%
Total Recursos Fora do Balanço	2.302	2.333	2.282	2.022	16,6%	17,3%	16,5%	15,3%	12,7%
TOTAL	13.271	14.104	14.920	15.969	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Dada a evolução positiva, em particular nos depósitos tradicionais, o valor total dos recursos de clientes geridos pelo Crédito Agrícola registou um acréscimo face ao período homólogo de 7,0%, tendo atingido os 16,0 mil milhões de euros em Dezembro de 2018.

Estrutura dos Recursos de Clientes



c) Canais de distribuição

O Grupo Crédito Agrícola disponibiliza aos seus clientes, empresariais e particulares, uma ampla rede de agências e uma equipa de gestores comerciais que, complementados com especialistas de produto, estão disponíveis para encontrar as soluções de investimento e protecção (pessoas e bens) mais adequadas às necessidades específicas e aspirações de cada Cliente. O acréscimo verificado na adesão aos canais digitais e não presenciais tem permitido ao Crédito Agrícola servir, numa base 24x7, as necessidades transaccionais e focar a relação da rede comercial nas actividades de maior valor acrescentado (ex. aconselhamento).



Rede de agências

Entre Dezembro de 2017 e Dezembro de 2018 encerraram 275 agências bancárias em Portugal, tendo o Crédito Agrícola aproveitado para reforçar a presença física junto das comunidades locais, nomeadamente com aberturas e deslocalizações pontuais, o que resultou na liderança enquanto banco com o maior número de agências a operar em Portugal.

Banco	Dez.2017	Dez.2018	Var.
CA	669	657	-12
A	587	522	-65
B	681	572	-109
C	578	546	-32
D	448	402	-46
E	431	421	-10
F	325	324	-1
Total	3.719	3.444	-275

Canais de banca directa

A adopção dos Canais Digitais pelos clientes bancários nacionais no contacto com o banco e em particular na realização de transacções financeiras tem evoluído muito positivamente. De acordo com o estudo do Basef Banca da Marktest, mais de 3,5 milhões de portugueses utilizaram *internet banking* entre Janeiro e Outubro de 2018 (comparando com os 2,7 milhões de portugueses em 2017), representando uma taxa de penetração de 38,8% (em 2003, a taxa de penetração de internet banking era de 10,4%).

Assim, em linha com o que tem vindo a ser adoptado pelos nossos principais concorrentes, o Grupo Crédito Agrícola tem apostado fortemente na melhoria continua dos serviços à distância, adoptando estratégias modernas e inovadoras que reforcem a fidelização dos Clientes à instituição, que permitam aumentar a transaccionalidade nos serviços, capaz de responder às suas necessidades e com uma experiência de

utilização positiva. Das acções desenvolvidas em 2018 nesta área, destaca-se o reforço da oferta do serviço On-Line e CA Mobile, em especial do CA Mobile Particulares por conta da plataforma de abertura de conta e actualização de informação do Cliente Particular - CA Express.

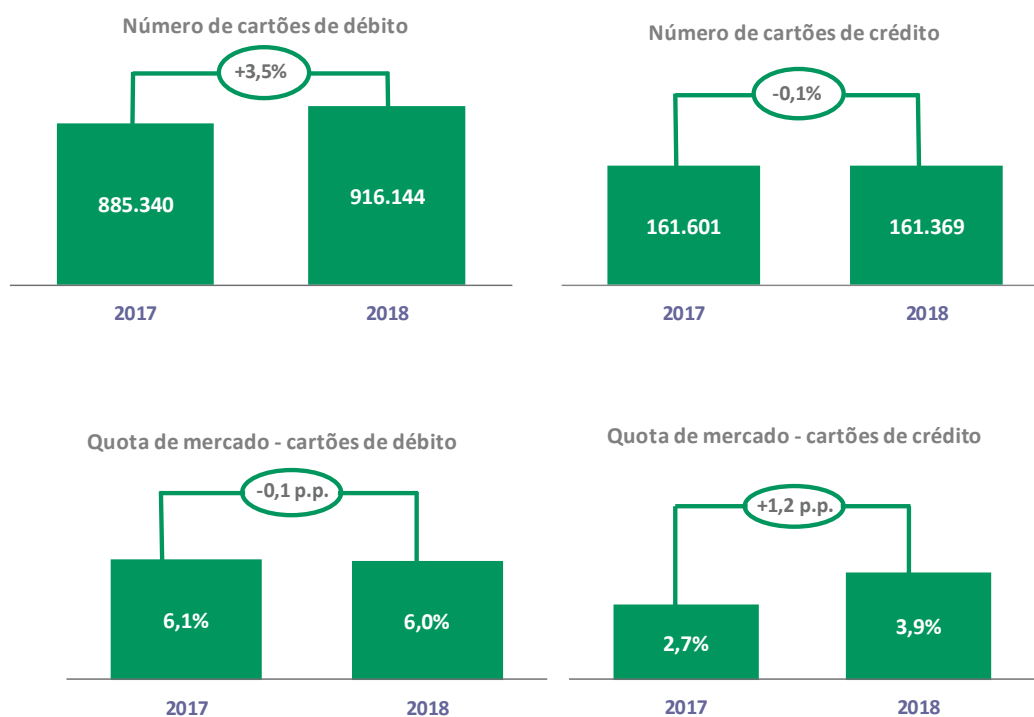
d) Meios electrónicos de pagamento

O ano 2018 pautou-se por um crescimento da imagem do Crédito Agrícola como uma entidade de referência no negócio dos meios de pagamento electrónicos, nomeadamente na actividade de aceitação.

Foram seleccionados alguns indicadores de referência para a avaliação do desempenho, procurando-se evidenciar aqueles que medem efectivamente a actividade de emissão e aceitação e que resultam na sustentabilidade económica do negócio.

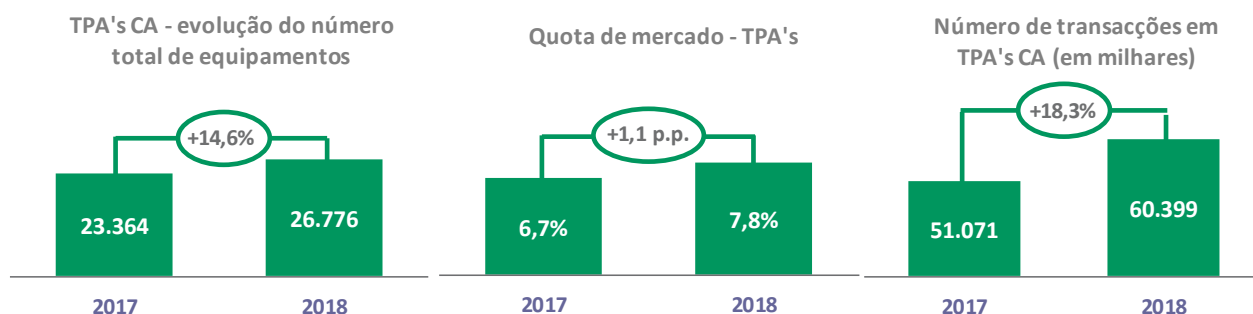
O crescimento da carteira total de cartões em 2018 originou um crescimento da quota de mercado da actividade de emissão, apresentando, em Dezembro de 2018, um valor histórico na actividade de 8,2%.

Em 2018, a utilização dos cartões de pagamento pelos portugueses continuou em crescimento, o que se deveu ao aumento da carteira de cartões de pagamento a débito do Crédito Agrícola em 3,5% e à diminuta redução da carteira de cartões de pagamento a crédito do Crédito Agrícola (-0,1%). Esta evolução pode ser reflectida também no crescimento do número de transacções com cartões CA, registando-se mais 3,5 milhões de transacções comparativamente com o período homólogo.



Apesar do crescimento do uso do cartão de pagamento, o Cliente CA continua a privilegiar o uso da ATM, contrariando as preferências dos Clientes dos restantes Bancos, que privilegiam uma utilização em TPA.

No que respeita à actividade de aceitação, o ano 2018 produziu resultados afirmativos da vontade do Crédito Agrícola em ser uma referência na actividade:



O crescimento do parque de terminais culminou num crescimento da quota de mercado, apresentando em Dezembro de 2018 um valor histórico na actividade de 7,8%. Sendo cada vez mais importante a aceitação de multimarcas, importa ainda referir que 72% do parque de equipamentos do Crédito Agrícola aceita marcas internacionais.

e) Negócio internacional

A génese cooperativa do Grupo Crédito Agrícola tem também reflexos e é o fio condutor da actividade do Grupo no que concerne à actividade internacional, nomeadamente aquela que se relaciona com o apoio aos seus Clientes, particulares e empresas.

Desta forma, é de destacar a estratégia de dinamização da actividade internacional que o Crédito Agrícola desenvolve, não se limitando à comercialização de produtos bancários especializados, mas prestando sobretudo um verdadeiro suporte na procura e concretização de negócios além-fronteiras, que concorram para o crescimento e diversificação de mercados dos seus Clientes, nunca descurando a preocupação última de mitigação dos riscos inerentes à actividade de negócio internacional.

Nesse sentido, durante o ano de 2018, foram celebrados mais dois acordos com Instituições Multilaterais de desenvolvimento – Inter-American Development Bank e Asian Development Bank - os quais permitiram que o Crédito Agrícola confirmasse aos seus Clientes operações de exportação para países de risco mais elevado, localizados respectivamente na América do Sul e Ásia.

Ainda com o objectivo de proporcionar condições financeiras mais competitivas, o Grupo Crédito Agrícola contratou uma linha de crédito com o Banco Europeu de investimento de 100 milhões de euros, destinados ao financiamento de projectos de investimento das Pequenas e Médias Empresas.

Destaque ainda para a participação do Crédito Agrícola na 23ª Feira Internacional de Macau. O Crédito Agrícola não só foi o único banco português oficialmente presente com um stand, como organizou uma Missão Empresarial, composta por Clientes representativos do espectro de actividades económicas da carteira corporativa do Grupo Crédito Agrícola.

Banca de Correspondência e Comércio Internacional

Durante 2018, continuou-se a assistir a uma crescente exigência na prestação de informações e reportes de cariz regulamentar, relacionadas com as matérias de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, *know your customer* e de Compliance, as quais têm significativos impactos ao nível da forma como as instituições financeiras se relacionam.

Efectivamente, esta complexidade regulamentar e respectivos custos associados (resultantes de avultados investimentos em ferramentas de controlo cada vez mais sofisticadas e em recursos humanos dedicados), não são acompanhadas, em igual medida, pelo crescimento das receitas advindas do negócio, obrigando a uma cada vez maior concentração e selectividade nas relações de banca de correspondência.

Apesar destas adversidades, o conjunto de bancos correspondentes da Caixa Central manteve-se relativamente estável ao longo do ano, verificando-se alguma concentração de negócio em determinados correspondentes de forma a melhor aproveitar sinergias. A alteração mais assinalável coincidiu com o início de mais um relacionamento com um banco chinês, em resposta à enorme importância daquele mercado e permitindo aos nossos Clientes negociarem as suas operações em Renmimbi.

O Grupo Crédito Agrícola, através da Caixa Central, tem-se afirmado na oferta de serviços enquanto banco respondente, resultando desse facto a abertura de contas *Vostro*, as quais contribuem para o aumento do volume das transacções internacionais com o respectivo retorno financeiro.

Proseguiu-se ainda uma estratégia de dinamização do negócio internacional junto das pequenas e médias empresas, consubstanciada num acompanhamento e aconselhamento da negociação e montagem das operações, com especial ênfase na atenuação dos riscos associados, tendo como corolário o aumento de cerca de 35% do montante de operações de *trade finance*.

Escritórios de Representação

Durante o ano de 2018 consolidámos a nossa estratégia de internacionalização não só nos diversos mercados em que estamos presentes, mas também noutros territórios adjacentes.

A nossa presença no cenário internacional assenta numa estratégia que oferece um suporte efectivo e de qualidade aos Clientes e Associados do Grupo Crédito Agrícola, contribuindo para que, as empresas diversifiquem os negócios e os particulares tenham as suas necessidades financeiras mais facilitadas.

Neste sentido estabeleceram-se sinergias e parcerias estratégicas que têm permitido a captação de investimento e a dinamização do negócio internacional das empresas Clientes do Grupo Crédito Agrícola.

Organizaram-se diversas Missões Empresarias e dezenas de reuniões B2B, em que os Escritórios de Representação prestaram um acompanhamento personalizado e permanente às empresas, disponibilizando as ferramentas e o aconselhamento necessário, de modo a garantir que estas iniciativas fossem efectivamente um valor acrescentado para os Clientes do Grupo Crédito Agrícola, apoiando-os nas suas reais necessidades de consolidação, expansão e diversificação do seu negócio. Realça-se ainda a participação em diversos eventos de reconhecido impacto empresarial e comunitário, e ainda a realização de diversos encontros Empresariais em Feiras, Seminários e Salões onde marcaram presença Empresas Portuguesas.

A presença do Crédito Agrícola nos mercados externos onde está representado tem também contribuído para a divulgação do Grupo, dos seus produtos e dos seus serviços, tendo permitido sobretudo comunicar o dinamismo, a solidez, a forte presença no mercado Português, a dimensão e a modernidade do Grupo, a um público mais vasto, mormente a estrangeiros interessados em investir e/ou residir em Portugal, assim como posicionar os Produtos e Serviços do Grupo como uma excelente alternativa aos produtos da concorrência.

Serviço de Money Transfer

O Grupo Crédito Agrícola complementa a sua actividade de transferência de fundos através da sua função de agente da empresa Western Union. Este serviço de transferências de dinheiro tem registado um incremento apreciável nos últimos anos, dadas as suas características de rapidez e segurança na movimentação dos fundos. Assim, em 2018, verificou-se um crescimento superior a 30% no número de operações realizadas.

Estando o serviço disponível e distribuído por todo o território nacional, em mais de 600 balcões, tem contribuído para o incremento do produto bancário das Caixas Associadas, mantendo um elevado potencial em face do mercado disponível.

4.2ACTIVIDADE SEGURADORA

a) Seguros Vida

O ano de 2018 foi novamente um ano desafiante para a CA Vida, tendo o objectivo estratégico de crescimento em seguros de vida risco pautado a actividade durante o ano. De facto, estes seguros registaram um crescimento de 10,6% no último ano, valor que ultrapassou largamente a variação de cerca de 1% registada no mercado Segurador Vida. Pelo segundo ano consecutivo, o peso dos produtos de risco quer em volume de prémios, quer em número de contratos, superou o dos produtos de capitalização.

De salientar também o crescimento da actividade de gestão de fundos de pensões, negócio este que, de uma forma gradual e sustentada, tem vindo a assumir um papel relevante e expressivo, com um volume sob gestão a crescer 12% em 2018, totalizando 152,4 milhões de euros.

Em 2018, os mercados financeiros não apresentaram condições para que a CA Vida pudesse, novamente, comercializar produtos de capitalização. Não obstante, de forma consolidada a dinâmica comercial que o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a desenvolver com a CA Vida traduziu-se num crescimento na produção de 3%.

Em ano de comemoração do vigésimo aniversário, a CA Vida alcançou o melhor resultado líquido desde a sua fundação, no valor de 6.823.382 euros, reiterando uma vez mais o valor da CA Vida para o Grupo Crédito Agrícola.

No final de 2018, a Companhia detinha 289.645 apólices de seguros de vida em vigor e 19.663 contratos de fundos de pensões.

	2016	2017	2018	Δ %
Nº de Apólices	291	298	290	-3%
Nº de Contratos de Fundos de Pensões	14	17	20	16%

Unidade: milhares, excepto %

O considerável contributo financeiro e de negócio que a actividade de Seguros de Vida transporta para o Grupo Crédito Agrícola, resulta em retornos expressivos, quer por via da gestão de activos financeiros geridos no seio do Grupo, cujo volume de carteira afecto ao negócio Vida se cifrou em 1,2 mil milhões de euros, quer por via das comissões de mediação, a totalizarem 10,6 milhões de euros em 2018.

Remunerações de Mediação de Seguros pagas às CCAM

	2016	2017	2018	Δ %
CA Vida	12	10	11	4%

Unidade: milhões de euros

Tendo em consideração os resultados obtidos e sendo esta uma prática de anos anteriores, a CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos seus Accionistas, no montante de 1.750.000 euros.

O número de Colaboradores da Companhia tem-se mantido estável ao longo dos anos, sendo este de 40 no final do exercício (em 2017, totalizavam 43 colaboradores), continuando a Seguradora a gerir a sua política de admissões de forma controlada e focada em manter recursos com elevadas competências e conhecimento do negócio.

CA Vida - Principais Indicadores

Unidade: milhares de euros, excepto n.º de Colaboradores

	2016	2017	2018
Prémios brutos emitidos e entregas em contratos de Investimento	168.379	54.644	56.306
Contribuições para fundos de pensões	21.176	17.246	24.985
Activo	1.834.750	1.607.062	1.224.513
Activos financeiros	1.827.213	1.599.216	1.217.214
Capital próprio	91.916	110.017	100.961
Resultado líquido	4.236	6.653	6.823
Número de Colaboradores no final do ano	44	43	40

Pela relevância que tem na actividade do sector segurador, no ano de 2018, no que diz respeito ao regime de Solvência II, a Companhia manteve como objectivo continuar a adoptar uma política de rácios de solvabilidade robustos demonstrativos de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base mensal, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. De acordo com a estimativa realizada para o final do exercício, o rácio de solvência ter-se-á situado em 210%.

Tanto a nível mundial, como nacional, prevê-se um abrandamento no crescimento económico, não sendo expectável que este abrandamento possa assumir constrangimentos na evolução do negócio da CA Vida, particularmente, porque a taxa de penetração do negócio de risco vida assume ao nível do Crédito Agrícola valores que deixam antever um potencial de crescimento muito significativo.

No próximo ano, integra os objectivos da CA Vida dar continuidade ao seu processo de transformação Digital e de simplificação/desmaterialização dos procedimentos internos relativos essencialmente à subscrição/aceitação dos contratos, o que passará por um processo de maior delegação de responsabilidades nas Agências CA.

Ao nível regulamentar, 2019 será essencialmente o ano da implementação da regulamentação relativa à distribuição de seguros, particularmente no que respeitará ao processo de formação contínua exigida. Será também o ano para aferir, em base analítica, as implicações quanto ao processo de implementação e transformação dos processos, dos recursos técnicos e a informação de gestão necessários, para que em 2021 a CA Vida reúna as necessárias condições para responder às novas normas contabilísticas, designadamente a IFRS 9 – Instrumentos Financeiro e a IRFR 17 – Contratos de Seguros.

b) Seguros de Ramos Reais

O desempenho económico e financeiro da Companhia foi novamente positivo em 2018, não obstante o impacto da tempestade Leslie, em Outubro, e dos dias de calor excessivo no Verão, que provocaram avultados custos com sinistros na cultura da vinha, no âmbito do Seguro de Colheitas.

Ao nível comercial, as Caixas Agrícolas registaram uma evolução muito positiva, traduzida num aumento de 9% no valor da produção nova realizada, comparativamente com o ano anterior. Este crescimento foi potenciado pelo desenvolvimento da ferramenta informática Sistema de Apoio à Venda e Emissão de Seguros (SAVE), que reduziu o trabalho administrativo na venda e emissão de apólices e o tornou mais fácil e intuitivo, contribuindo para o alargamento do número de Colaboradores das Caixas Agrícolas com uma actividade comercial relevante nos seguros não vida. Em 2018, alargámos o leque de produtos disponíveis no SAVE, introduzimos melhorias em vários produtos e desenvolvemos diversas novas funcionalidades, incluindo de *workflow*.

A carteira de apólices em vigor registou um crescimento de 21 mil apólices (+3%) e de 14,4 milhões de euros (+14%). Para esta evolução, contribuíram as medidas que implementámos para aumentar os prémios médios, particularmente nos ramos Automóvel e Acidentes de trabalho. No final do ano, atingimos 117,4 milhões de euros em Prémios brutos emitidos e alcançámos o décimo lugar no ranking da actividade de seguros não vida.

De salientar que, no ramo Acidentes de trabalho, o rácio combinado voltou a situar-se abaixo de 100% em 2018, evidenciando o sucesso das medidas implementadas para a correcção da insuficiência de prémios neste ramo.

À semelhança do que já tem acontecido nos últimos anos, o agravamento e alteração das condições climáticas trouxe este ano a ocorrência de fenómenos atmosféricos, como foi o caso da tempestade Leslie, que assolou sobretudo a zona centro do país, em distritos como Coimbra, Leiria e Aveiro, em meados do mês de Outubro, e os dias de calor excessivo no Verão, que provocaram elevada sinistralidade no Seguro Vitícola de Colheitas.

A CA Seguros aumentou o número de Clientes com Apólices em vigor de 383 mil para 394 mil, prosseguindo proactivamente a sua Visão de “Ser a Seguradora Não Vida em que confiam todos os Associados e Clientes do Crédito Agrícola”. O número de Apólices em vigor aumentou de 686 mil para 707 mil, ou seja, um aumento de 3%, o que deve ser considerado muito positivo.

Unidade: milhares, excepto %

	2016	2017	2018	Δ %
Nº de Clientes	342	383	394	3%
Nº de Apólices	624	686	707	3%

Ao nível dos custos, é de salientar a evolução contida dos custos operacionais, onde melhoraram os índices de eficiência e produtividade, e o efeito positivo de um maior diferimento dos custos de aquisição, de acordo com a evolução das regras contabilísticas aplicáveis.

Esta redução nos custos permitiu aumentar significativamente as remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas, de 22,4 milhões de euros em 2017, para 23,7 milhões de euros em 2018, excedendo as

nossas expectativas iniciais e o valor orçamentado em quase um milhão de euros. É importante assinalar que as remunerações de mediação têm crescido todos os anos e mais do que duplicaram, desde 2013.

Remunerações de Mediação de Seguros Pagos à CCAM

Unidade: milhões de euros, excepto %

	2016	2017	2018	Δ %
CA Seguros	18,6	22,4	23,7	6%

A Companhia recebeu diversas distinções em 2018. Ao nível das práticas de gestão de recursos humanos e de clima organizacional, a Companhia foi duas vezes reconhecida como a melhor empresa do sector da banca, seguros e serviços financeiros, nos estudos MEPT 2018 (Revista Exame) e Índice da Excelência 2018 (Revista Human Resources Portugal). Ficou também classificada no Top 10 das melhores entre as mais de 200 empresas que participaram em cada um destes estudos. Fomos ainda distinguidos pela Associação Women in Business com o Friendly Company Award para a melhor média empresa em Portugal.

A Companhia foi distinguida com o prémio de Seguradora Líder na Satisfação do Cliente no Ramo Não Vida, de acordo com o European Consumer Satisfaction Index (ECSI Portugal 2018), que mede o grau de satisfação dos Clientes em vários sectores de actividade, incluindo nos seguros. Sendo esta a primeira vez que a CA Seguros participa no estudo ECSI, foi com orgulho que se atingiu UPo mais elevado nível de satisfação entre todas as Seguradoras do mercado português, com um score de 8,05 (numa escala de 0 a 10).

Os inquéritos de satisfação realizados em 2018 a Clientes, com e sem sinistros, a Colaboradores das Caixas Agrícolas e aos nossos próprios Colaboradores revelam elevados níveis de satisfação com evolução favorável em relação ao ano anterior. Os Clientes estão muito satisfeitos com os nossos produtos e serviços e especialmente satisfeitos com o nível de atendimento prestado pelos Colaboradores nas Agências do Crédito Agrícola.

Neste contexto, é importante reconhecer o contributo decisivo das Caixas Agrícolas e dos seus Colaboradores, que intermedeiam a venda dos nossos Seguros aos Clientes do Crédito Agrícola, e lhes asseguram uma elevada qualidade nos serviços prestados, na venda e pós-venda.

A Companhia cumpre com todos os requisitos do regime Solvência II, ao nível dos processos, modelos de quantificação de capital, sistemas de governação e obrigações de reporte e apresenta uma situação de elevada robustez ao nível do seu rácio de solvência, que se situa acima do patamar de 140%, definido no nosso apetite ao risco.

Neste contexto, é de assinalar o facto de a Companhia ter registado mais um ano zero incumprimentos ao nível dos prazos e datas limite impostos pela lei, na gestão dos sinistros Automóvel, uma situação ímpar no mercado português.

Os Prémios brutos emitidos ascenderam a 117,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 9,3% face ao ano anterior, com um crescimento acima do mercado não vida, que apresentou uma taxa de crescimento de 6,4%.

CA Seguros - Principais Indicadores

Unidade: milhares de de euros, excepto % e nº de Colaboradores

	2016	2017	2018
Prémios Brutos Emitidos	95.890	107.457	117.411
Activo	208.834	214.757	214.205
Capitais Próprios	45.955	45.235	44.109
Resultado Líquido	3.903	2.031	2.715
Nº Colaboradores no final do ano	161	176	166

O Resultado líquido apurado foi de 2.715 mil euros, reflectindo a aumento da Margem técnica e do Resultado financeiro e a manutenção dos Custos operacionais.

Foi deliberado na Assembleia-Geral da CA Seguros efectuar o pagamento de dividendos aos Accionistas, pelo montante de 900 mil euros, a que corresponde a um dividendo de 0,125 euros por acção e uma remuneração de 5% do capital social da Companhia.

A situação patrimonial da CA Seguros manteve-se estável em 2018. No Activo, os Investimentos financeiros diminuíram aproximadamente 8 milhões de euros. O peso desta rubrica no total do Activo diminuiu de 85,5%, para 81,9% em 2018.

A CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as Provisões técnicas situaram-se, em 31 de Dezembro de 2018, no valor de 137 milhões de euros.

As responsabilidades relativas aos Segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2018 quer ao nível da representação das provisões técnicas quer ao nível da solvência II. Em 31 de Dezembro de 2018, os activos elegíveis para a representação das Provisões técnicas asseguravam um grau de cobertura de 131%.

4.3 GESTÃO DE PATRIMÓNIOS E FUNDOS DE RETALHO

a) Gestão de patrimónios e fundos de investimento mobiliários

Desenvolvimento Estratégico

O ano de 2018 foi o primeiro exercício completo da Crédito Agrícola Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (“CA GEST”) a observar os impactos das duas decisões estratégicas registadas no ano anterior:

- a cessão da actividade de gestão de Fundos de Investimento Mobiliário (“FIM”) distribuídos a retalho; e
- o alargamento do âmbito da actividade à gestão de Fundos de Investimento Imobiliário (“FII”).

A cessão da actividade de gestão de FIM ocorreu ainda em 2017 pelo que este negócio já não gerou quaisquer proveitos no exercício de 2018. Anote-se que essa cessão respeitou à gestão de FIM distribuídos a retalho pelo que, atento o objectivo de preservar no seio da Sociedade a actividade de Gestão de FIM, rentabilizando as competências existentes e permitindo diversificar as oportunidades de investimento dos Clientes Institucionais, a CA GEST lançou, em Outubro de 2018, o primeiro fundo nacional de Investimento Mobiliário Alternativo de Obrigações Fechado de Subscrição Particular, com a designação “CA Institucionais”, tendo a sua subscrição atingido de 20 milhões de euros.

Já no que respeita ao alargamento do âmbito da actividade à gestão de FII, a CA GEST enfrentou um processo com vicissitudes e, sobretudo, com uma expressão temporal que não era possível antecipar. Tal alargamento, que nos termos legais carece de autorização por parte dos reguladores (Banco de Portugal e CMVM), foi a estes requerida ainda em Julho de 2017, mas apenas foi concedida, pelo primeiro, em Janeiro passado e, pela segunda, no corrente mês de Fevereiro.

Activos sob gestão

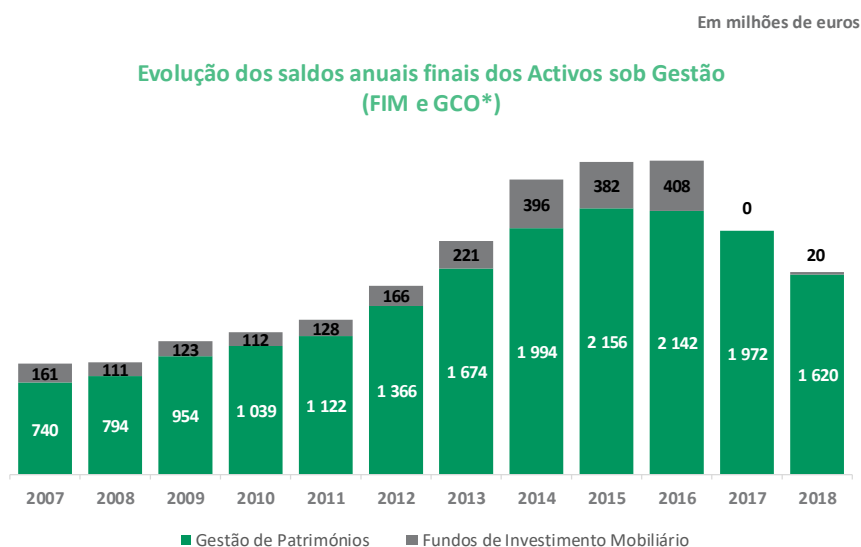
Em 2018, o mercado português de Fundos de Investimento Mobiliário registou um decréscimo de cerca de 8,7% para os 11,2 mil milhões de euros, interrompendo a recuperação do último ano.

A CA GEST que esteve fora deste mercado até ao lançamento do fundo CA Institucionais encerrou o ano no décimo segundo posto com uma quota residual de 0,2%.

O mercado nacional de Gestão de Patrimónios registou em 2018 um acréscimo ligeiro de 2,1%, equivalente a cerca de 1,2 mil milhões de euros para um total de 58,4 mil milhões de euros.

No entanto, a actividade de gestão de patrimónios da CA GEST registou uma redução de 17,8% para 1.620 milhões de euros, facto que se traduziu numa queda da quota de mercado dos anteriores 3,4% para os 2,8%. Tal decorreu da descontinuação da comercialização, pela Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A. (“CA Vida”), de soluções abertas e ao vencimento de produtos de capital e rendimento garantidos de duração determinada, da mesma seguradora.

Inversamente o segmento de gestão de carteiras de Dívida Pública dirigido às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo registou um crescimento expressivo quer do volume sob gestão, que cresceu 35,4% para 72,5 milhões de euros, quer do número de carteiras que atingiu 28.



(*) GCO - Gestão por conta de outrem.

Desempenho Económico-Financeiro da CA Gest

Em 2018 os Rendimentos de Serviços e Comissões da CA GEST atingiram 2,2 milhões de euros, traduzindo uma redução face ao ano anterior de 1,5 milhões de euros, sendo que, com excepção das comissões originadas no serviço de gestão de carteiras detidas por Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, todas as demais fontes de rendimentos da Sociedade registaram uma diminuição.

Tendo a CA GEST cessado a actividade de gestão de FIM distribuídos a retalho ainda em 2017, no ano de 2018 não se verificou qualquer proveito neste segmento, justificando uma redução de 1.481 mil euros nas comissões auferidas, sendo que as comissões cobradas ao Fundo de Investimento Mobiliário Alternativo Fechado de Subscrição Particular “CA Institucionais” se quedaram por 21 mil euros.

A estrutura de comissões do negócio de Gestão de Patrimónios manteve o padrão de anos anteriores com o segmento Institucional, constituído pelas Seguradoras e Fundos de Pensões, a explicar a quase totalidade dos rendimentos contabilizados. Como atrás referido, a descontinuação da comercialização pela CA Vida de soluções abertas e o vencimento de produtos de duração determinada oferecidos por esta seguradora determinaram uma redução sensível dos activos sob gestão e a consequente quebra de comissões. Desconsiderando as comissões decorrentes da gestão das carteiras de fundos de pensões, a diminuição de proveitos originados junto da CA Vida atingiu 141 mil euros, ou seja, menos 8% que no ano anterior, ao passo que os proveitos auferidos junto da CA Seguros se mantiveram análogos aos do período homólogo.

De assinalar, no entanto, que a dinamização do serviço de gestão de carteiras de dívida pública da Zona Euro dirigido às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo permitiu incrementar este serviço para 28 Clientes, tendo os proveitos desta actividade crescido para 99 mil euros. Inversamente, a reestruturação operada na actividade de gestão de carteiras de particulares e empresas conduziu a que os respectivos proveitos tivessem expressão residual.

A Margem Financeira aumentou em 15,1% para 4,1 mil euros, resultado dos elevados excedentes de liquidez, em particular, dos mantidos até à distribuição de dividendos, bem como facto de, durante o primeiro trimestre, as aplicações em activos financeiros terem sido bastante superiores às verificadas no ano anterior.

Não tendo, em 2018, sido desenvolvida a actividade de gestão de FIM distribuídos a retalho, deixaram de ser devidas comissões de colocação à Caixa Central e às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, o que explica uma quebra de 779 mil euros nas comissões pagas. Também as comissões de angariação devidas às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à actividade de gestão de carteiras detidas por particulares se reduziram a menos de metade, para 3 mil euros, dada a acentuada quebra dos volumes sob gestão nesta área. No entanto, o principal aspecto a destacar ao nível dos Encargos com Serviços e Comissões suportados é o valor pago a título de Taxas de Supervisão devidas à CMVM que, no ano, representaram 10,4% dos proveitos totais da CA GEST, e 40% das despesas – salários e encargos sociais - da Sociedade com todos os seus colaboradores e com os seus órgãos de fiscalização.

Neste contexto, o Produto Bancário de natureza recorrente registou uma queda anual de 23%, para 2,02 milhões de euros, desconsiderando, portanto, o resultado originado em 2017 na operação de cessão da actividade de gestão e FIM distribuídos a retalho.

As despesas com pessoal atingiram 1,03 milhões de euros, revelando uma redução de 36,4% face a 2017, ano em que estas despesas foram, no entanto, influenciadas pelo pagamento de encargos não recorrentes associadas à execução da rescisão de contrato de trabalho. Desconsiderando tal evento, os Custos com Pessoal diminuiriam 18,2%, reflectindo as economias decorrentes da redução do número de Colaboradores verificada ainda em 2017.

Os Gastos Gerais Administrativos diminuíram 31,6% para 0,83 milhões de euros (que incluem 56 mil euros de encargos não recorrentes), em resultado, essencialmente, das economias operadas em despesas de marketing, da redução dos custos com acesso a informação junto de agências de notação financeira e das poupanças induzidas pela alteração do quadro de pessoal, que excederam o agravamento de encargos com assessores e auditores, bem como os decorrentes do aumento da área arrendada.

As Amortizações do Exercício apresentam um crescimento de 29% para 58 mil euros face ao ano anterior, também em razão, essencialmente, dos investimentos realizados em obras e mobiliário decorrentes do aumento de área das instalações, operado no âmbito da preparação do alargamento da actividade à gestão de FII.

O resultado contabilístico antes de impostos não é comparável com o verificado em 2017 que foi decisivamente marcado por proveitos não recorrentes associados à operação de cessão da actividade de gestão e FIM. Desconsiderando esse facto, anota-se que o resultado antes de impostos de natureza recorrente verificou, em 2018, um crescimento de 74% face ao ano anterior, atingindo 157 mil euros.

O Resultado Líquido do exercício foi superior ao resultado antes de impostos em razão de correções de impostos relativas a exercícios anteriores decorrentes do regime de tributação da Sociedade e atingiu 220 mil euros, o que representa um retorno de 22% sobre o capital social.

Em 2018, o valor do Activo da CA GEST diminuiu 2,4 milhões de euros para 3,1 milhões de euros, devido essencialmente ao pagamento de dividendos no valor de 1,7 milhões de euros e à melhoria das condições

de cobrança junto dos principais Clientes, registando-se o aumento dos activos tangíveis por força dos investimentos realizados essencialmente em obras e mobiliário decorrentes do aumento de área das instalações. O Passivo diminuiu em 1,0 milhão de euros para cerca de 0,5 milhões de euros, reflectindo essencialmente a redução da escala de actividade.

No final de 2018, os Capitais Próprios atingiram 2,7 milhões de euros revelando uma redução, no ano, de 1,5 milhões de euros decorrente da referida distribuição de dividendos no valor de 1,7 milhões de euros, parcialmente compensada pelo resultado líquido de 0,2 milhões de euros gerado no ano.

	Dez. 2018	Dez. 2017	Variação	Δ (%)
Produto Bancário recorrente	2.023.785	2.616.394	-592.609	-22,6%
Custos recorrentes	1.866.831	2.526.019	-659.189	-26,1%
Resultados antes de impostos recorrentes	156.954	90.374	66.580	73,7%
Resultados antes de impostos não recorrentes	-56.802	2.490.453	-2.547.255	-102,3%
Resultado líquido	219.733	2.026.283	-1.806.549	-89,2%
Activo líquido	3.144.213	5.558.351	-2.414.138	-43,4%
Capitais Próprios	2.683.244	4.164.018	-1.480.774	-35,6%
Número de Colaboradores no final do ano	11	10	1	10,0%

b) Fundos de investimentos imobiliários de retalho

Fundo de Investimento Imobiliário Aberto CA Património Crescente

O Fundo CA Património Crescente (“CAPC”) iniciou a sua actividade em Julho de 2005 e tem vindo ao longo dos anos a captar pequenas e médias poupanças de clientes do Grupo CA que pretendem um rendimento estável e solido.

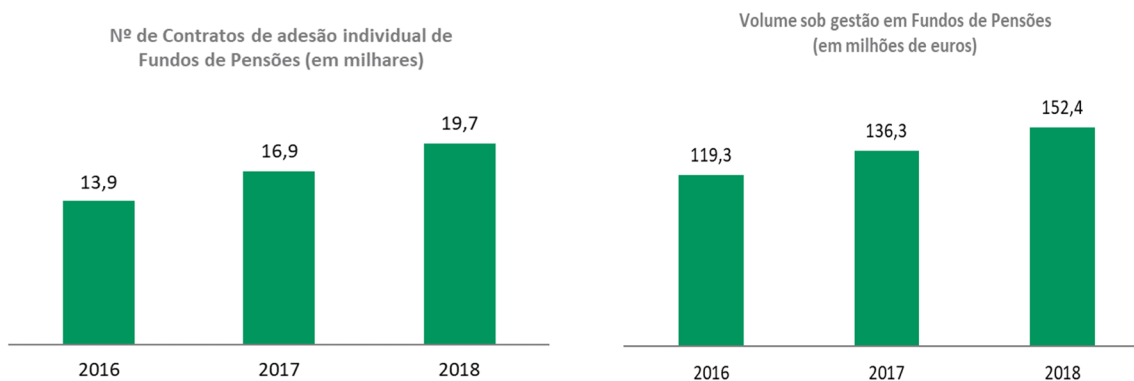
O Fundo tem como depositário a Caixa Central de Credito Agrícola Mutuo, CRL e as entidades do SICAM atuaram como agentes comercializadores. Actualmente, o Fundo é detido por mais de 21 mil subscritores.

No final de Dezembro de 2018, o valor líquido global do fundo CAPC era de cerca de 629 milhões de euros. A rentabilidade anual líquida (a Dezembro de 2018) foi de 5,24% a 1 ano, de 4,14% a 3 anos e 3,68% desde a data de constituição do fundo.

A 31 de Dezembro de 2018, o Fundo era composto por 114 imóveis distribuídos pelos mercados de Escritórios, Retalho, Hotelaria, Industria, Logística, Saúde, Serviços e Terrenos.

c) Fundos de pensões

Os fundos de pensões geridos pela CA Vida registaram em 2018 uma evolução positiva, com o valor dos montantes sob gestão a registar um crescimento de 12%.



Face a 2017, a variação registada no montante sob gestão mantém a tendência crescente que vem já de 2011. Os fundos de pensões abertos, que têm como objectivo financiar planos de pensões individuais ou colectivos, diferenciam-se pela política de investimento que adoptam, de acordo com o nível de risco tolerado e do horizonte temporal de investimento.

O CA Reforma Segura destina-se a investidores com reduzida tolerância ao risco, investindo sobretudo em títulos de rendimento fixo; o CA Reforma Tranquila, para investidores com uma moderada tolerância ao risco, possui uma carteira diversificada de títulos de rendimento fixo e variável; finalmente, o CA Reforma Mais, com um perfil menos avesso ao risco, apresenta uma política de investimento mais dinâmica, com mais exposição ao mercado de acções.

d) Exposição imobiliária e fundos de investimento imobiliário de recuperação

O mercado imobiliário manteve em 2018 o seu dinamismo, com o nível médio de preços da habitação a aumentar 8,5% em termos homólogos. Esta atividade teve reflexo na alienação de imóveis em balanço, permitindo alienar cerca de 92,3 milhões de euros, de um total de 816 imóveis.

Os Fundos de investimento imobiliário cujo acervo é constituído maioritariamente por activos provenientes de processos de recuperação de crédito do Grupo Crédito Agrícola são: o ImovalorCA – FEIF, dirigido principalmente às CCAM, o CA Arrendamento Habitacional – FIIF direccionado para o arrendamento habitacional e o CA Imobiliário – FEIIA.

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto CA Imobiliário

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto
- Entidade Gestora: Square Asset Management Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 01/09/2005
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2018: 154.108.533 euros

- Património/política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos e rústicos, não privilegiando nenhuma área em particular da atividade imobiliária, nem de tipologia de imóveis. A 31 de Dezembro 2018, o Fundo detinha 452 imóveis.
- O seu património tem sido aplicado predominantemente na aquisição de bens imóveis adquiridos por Instituições de Crédito em reembolso de crédito próprio
- Rendibilidade líquida anualizada desde o início do fundo: -5,56%
- Rendibilidade líquida a 1 ano (2018): -5,42%

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado CA Arrendamento Habitacional

- Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional
- Entidade Gestora: Square Asset Management Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 23/10/2009
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2018: 62.949.381 euros
- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos destinados ao arrendamento habitacional. A 31 de Dezembro 2018, o Fundo detinha 320 imóveis com um valor global de 59.103.468 euros. A *yield* da carteira arrendada é de 3,66%.
- Rendibilidade líquida anualizada desde o início do fundo: -1,65%
- Rendibilidade líquida 1 ano (2018): -0,66%

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado IMOVALOR CA

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário
- Entidade Gestora: Selecta Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 31/07/2013
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2018: 36.600.650 euros
- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos e rústicos provenientes das Caixas Agrícolas e a Caixa Central ou adquiridos no âmbito de operações extrajudiciais de recuperação de crédito.
- Rendibilidade anualizada desde o início do fundo: -2,87%
- Rendibilidade líquida a 1 ano (2017): -4,31%

e) Capital de risco, assessoria financeira e serviços

Os principais eventos a destacar em 2018 foram os seguintes:

CCCAM GI

- Em Dezembro de 2018, incorporou por fusão a Crédito Agrícola Consult – Assessoria Financeira e de Gestão, S.A. (CA Consult), continuando a ter como accionista única a CA SGPS, que era também a accionista única da CA Consult;
- A escritura de fusão incluiu também a alteração do objecto social, por forma a abranger actividades que eram desenvolvidas pela CA Consult, e a alteração da firma de CCCAM, Gestão

de Investimentos, Unipessoal, Lda. para CCCAM - Gestão de Investimentos e Consultoria, Unipessoal, Lda. (CCCAM GI);

- O seu objecto social consiste actualmente na prestação, exclusivamente às instituições participantes no seu capital social, a quem com elas esteja em relação de domínio ou de grupo e, em geral, às instituições pertencentes ao Grupo, de serviços acessórios aos respectivos objectos principais, nomeadamente a detenção e ou gestão de valores mobiliários de qualquer natureza, incluindo unidades de participação (UP) em organismos de investimento colectivo e fundos de qualquer natureza e participações sociais, bem como a prestação, em geral, de serviços de assessoria económico-financeira ou estratégica especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas e a elaboração de estudos económico-financeiros;
- Em Outubro de 2018, os colaboradores que mantinham contrato de trabalho com a CA Consult e que eram objecto de cedência à CA SGPS passaram a integrar o quadro de pessoal da Direcção de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão da Caixa Central (DPEC). Por esta via, a DPEC reuniu as competências para, directamente ou por cedência a empresa(s) do Grupo, assegurar:
 - Assessoria em Capital de Risco;
 - Assessoria na gestão de participações, mas também em projectos específicos; e acessoriamente,
 - Assessoria financeira e de gestão a entidades exteriores ao Grupo Crédito Agrícola.

Agrocapital

- A CA SGPS reforçou a sua participação no capital social desta participada de 66,67% para 100,00%, em Agosto de 2018, através da aquisição da participação detida pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.;
- A denominação Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., foi alterada para CA Capital, SCR, S.A. em Janeiro de 2019, no âmbito de uma alteração integral dos estatutos, que incluiu também a alteração do objecto social, alargando o âmbito sectorial dos investimentos, que deixaram de estar limitados a sociedades da fileira agro-florestal, a alteração da sede social para o edifício da Rua Castilho, e outras alterações estatutárias, destinadas a alinhar esses estatutos com os das demais sociedades controladas pela CA SGPS, bem como a reflectir alterações verificadas no regime jurídico que regula a sua actividade.

No âmbito desta área de actividade e na sequência da referida fusão, a CCCAM GI:

- Assegura integralmente o apoio à gestão corrente e aos respectivos órgãos sociais, bem como todas as tarefas de natureza administrativa e de tesouraria, da CA SGPS, da Crédito Agrícola – Seguros e Pensões, SGPS, SA (CA SeP), da Agrocapital (actual CA Capital) e da própria CCCAM GI;
- A CCCAM GI passou a assegurar a actividade de acompanhamento e reporte dos eventos, nomeadamente societários ou similares, de entidades em que a Caixa Central, a CA SGPS e a própria CCCAM GI participam, onde se incluem:

Entidades domiciliadas em Portugal

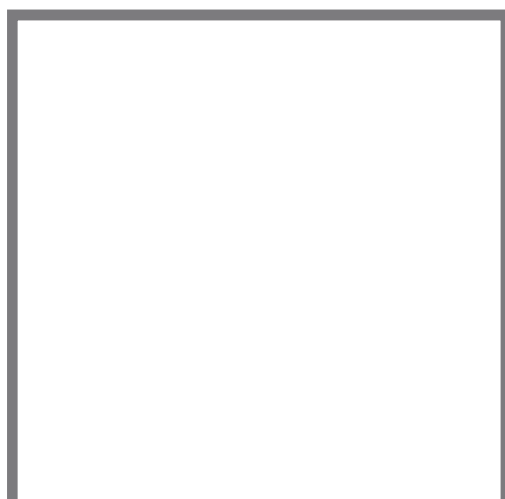
- Sociedades de garantia mútua;

- Sociedades de gestão de patrimónios imobiliários;
- Sociedades financeiras de gestão de pagamentos;
- Fundo de investimento florestal e respectiva entidade gestora;
- Fundos de capital de risco;
- Associações empresariais e de carácter sectorial.

Entidades com operações no seio da União Europeia

- Entidade bancária; e
- Grupo de sociedades financeiras.

Por fim assinala-se que, como ainda não foi possível executar o acordo entre a CA SGPS e outros accionistas da Floresta Atlântica para o desinvestimento nesta participada, a CCCAM GI assegurou a continuidade do envolvimento na gestão desta participada, anteriormente atribuído à CA Consult. Tal decorreu num contexto que se manteve particularmente exigente quer pela situação económico-financeira do fundo gerido por esta participada - nomeadamente após os incêndios havidos – quer por vicissitudes ao nível da governação.



Análise financeira

V. ANÁLISE FINANCEIRA

5.1 GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

As contas consolidadas do Grupo Crédito Agrícola reflectem a situação patrimonial do SICAM (Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas Associadas, que com as restantes empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo.

a) Evolução dos principais indicadores

Evolução do GCA

Valores em milhões de euros

	2016 Dez.	2017 Dez.	2018 Dez.
Recursos de Clientes (<i>on e off balance</i>)	14.060	14.868	15.878
dos quais depósitos	11.726	12.586	13.856
dos quais fundos e seguros de capitalização a)	2.334	2.282	2.022
Créditos sobre Clientes Bruto	8.651	9.373	9.891
Créditos sobre Clientes Líquido	7.941	8.721	9.420
Activo Líquido	16.699	17.988	18.790
Situação Líquida	1.244	1.449	1.516
Margem Financeira	327	330	349
Comissionamento Líquido	105	113	116
Margem Técnica de Seguros	14	9	27
Produto Bancário Recorrente b)	409	449	486
Produto Bancário	467	562	511
Resultado Líquido	58	152	112
Rácio de <i>Non-Performing Loans</i> (NPL)	21,3%	15,2%	10,4%
Rácio de Cobertura por Imparidades de NPL	39,2%	45,1%	44,0%
Common equity tier 1 - phased in	13,6%	15,2%	15,2%
Rácio de Solvabilidade Total - GCA - %	14,4%	16,0%	15,9%
Rácio de Eficiência - GCA - %	73,1%	60,4%	68,4%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	4,7%	10,5%	7,4%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	0,3%	0,8%	0,6%
Número de colaboradores c)	4.054	4.068	4.067

Notas:

a) Os valores referem-se exclusivamente às Caixas Associadas do SICAM.

b) Produto Bancário excluindo os resultados das operações financeiras.

c) Os valores referem-se a colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo (posições de final de ano).

O activo líquido consolidado do Grupo Crédito Agrícola registou, em 2018, um valor de 18.790 milhões de euros, representando um crescimento de 4,5% face aos 17.988 milhões de euros alcançados em 2017,

essencialmente como resultado do aumento do crédito líquido a clientes no valor de 699 milhões de euros e disponibilidades, que aumentaram cerca de 316 milhões de euros em 2018.

Relativamente ao passivo total consolidado, este registou um aumento de 4,4%, passando de 16.539 milhões de euros em 2017 para 17.274 milhões de euros em 2018, sendo de assinalar, neste contexto, o crescimento homólogo registado nos recursos de clientes em balanço de 1.270 milhões de euros em 2018.

O capital próprio consolidado do Grupo Crédito Agrícola atingiu os 1.516 milhões de euros em 2018, o que representou um acréscimo de 66,0 milhões de euros (+4,6%), justificado particularmente pelo aumento de outras reservas e resultados transitados em 80,3 milhões de euros (+48,6%), destacando-se ainda o aumento do capital social em 73,3 milhões de euros (+6,7%).

Em termos de resultado líquido, o Grupo Crédito Agrícola atingiu os 112,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 39,8 milhões de euros face a 2017. Para esta diminuição contribuíram, fundamentalmente, a redução do resultado de operações financeiras em 88,9 milhões de euros (-78,5%) e um aumento dos custos de estrutura que se cifraram em 349,5 milhões de euros, ou seja, mais 10,1 milhões de euros do que o valor registado no período homólogo de 2017.

b) Rácios de capital

Em Dezembro de 2018, os fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola ascenderam a 1.440 milhões de euros, o que representou um reforço de 53 milhões de euros em relação ao período homólogo. Os requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito (que incluem requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito e posição cambial) e do risco operacional cresceram globalmente 0,3% quando comparados com a posição no final de 2017.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

<i>Em milhões de euros</i>	2015	2016	2017	2018	Δ 18/17
Fundos Próprios totais^(a)	1.142	1.227	1.387	1.440	3,8%
Common equity tier 1	1.105	1.163	1.322	1.371	3,7%
Fundos Próprios de Nível 1 (<i>Tier 1</i>)	1.105	1.163	1.322	1.371	3,7%
Posição em risco de activos e equivalentes	14.245	17.203	16.938	18.187	7,4%
Requisitos de fundos próprios	8.476	8.544	9.008	9.037	0,3%
Crédito ^(b)	7.377	7.426	7.908	7.866	-0,5%
Mercado				85	
Operacional	1.099	1.118	1.100	1.086	-1,3%
Rácios de solvabilidade					
<i>Common equity tier 1</i>	13,0%	13,6%	14,7%	15,2%	0,49 p.p.
<i>Tier 1</i>	13,0%	13,6%	14,7%	15,2%	0,49 p.p.
<i>Total</i>	13,5%	14,4%	15,4%	15,9%	0,53 p.p.

(a) Incluindo os resultados líquidos do final do exercício em fundos próprios.

(b) Incluindo os requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito (requisitos para risco cambial incluídos até 2017).

Os rácios common equity tier 1 (CET1) e solvabilidade total fixaram-se em 15,2% e 15,9%, respectivamente.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

<i>Em milhões de euros</i>	CRD IV
Capital Common equity tier 1	1.371
Fundos próprios totais	1.440
Requisitos de fundos próprios	18.187

Rácios de solvabilidade

<i>Common equity tier 1</i>	15,2%
<i>Total</i>	15,9%

c) Demonstração de Resultados

Num contexto em que o sector financeiro permaneceu sob pressão devido às taxas Euribor historicamente baixas, ao processo de desalavancagem dos agentes económicos e às crescentes exigências regulatórias, o Grupo Crédito Agrícola apresentou um resultado de 112,4 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição de 26,2% face a 2017, explicado pela variação homóloga do resultado de operações financeiras (-88,9 milhões de euros) e por um aumento dos custos de estrutura (+10,1 milhões de euros) face a 2017, relacionado essencialmente pela aposta tecnológicas e de capacitação do Grupo CA.

Demonstração de Resultados

<i>Em milhares de euros</i>	2016	2017	2018	Variação	
				Abs.	%
Juros e rendimentos similares	496.551	492.787	597.614	104.826	21,3%
Juros e encargos similares	169.168	162.453	248.863	86.410	53,2%
Margem Financeira	327.383	330.334	348.750	18.416	5,6%
Margem técnica da actividade de seguros	13.855	9.102	26.546	17.444	191,7%
Comissões líquidas	105.143	112.958	116.259	3.301	2,9%
Result. de op. Financeiras*	57.652	113.266	24.333	-88.933	-78,5%
Outros result. de exploração:	-37.134	-3.549	-5.135	-1.586	n.a.
Result. de alienação de outros activos	-21.255	-2.563	2.283	4.846	n.a.
Outros result. de exploração	-15.879	-986	-7.418	-6.432	n.a.
Produto Bancário	466.899	562.111	510.753	-51.358	-9,1%
Custos de Estrutura	341.343	339.405	349.461	10.056	3,0%
Custos de pessoal	201.091	203.328	210.851	7.523	3,7%
Gastos gerais administrativos	112.685	109.893	113.253	3.359	3,1%
Amortizações	27.567	26.184	25.358	-827	-3,2%
Provisões e imparidades	30.999	8.091	5.753	-2.338	-28,9%
Resultados de participações em associadas (equivalência patrimonial)	304	312	451	139	44,7%
Resultado antes de impostos	94.861	214.926	155.990	-58.936	-27,4%
Impostos	36.420	62.723	43.561	-19.162	-30,5%
Interesses que não controlam	117	59	76	17	28,9%
Resultado Líquido	58.325	152.145	112.353	-39.792	-26,2%

* Somatório de Rendimentos de instrumentos de capital, de Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, de resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de reavaliação cambial.

d) Estrutura do Balanço

O activo líquido registou o valor de 18,8 mil milhões de euros, apresentando um crescimento de 0,8 mil milhões de euros face a 2017, em resultado essencialmente do aumento do crédito a clientes (+699 milhões de euros) e das disponibilidades do Grupo (+316 milhões de euros).

Relativamente ao passivo total consolidado, este registou um aumento de 4,4%, passando de 16.539 milhões de euros em 2017 para 17.274 milhões de euros em 2018, sendo de assinalar, neste contexto, o crescimento homólogo registado nos recursos de clientes em balanço de 1.270 milhões de euros em 2018.

O capital próprio consolidado do Grupo Crédito Agrícola atingiu os 1.516 milhões de euros em 2018, o que representou um acréscimo de 66,3 milhões de euros (+4,6%), justificado particularmente pelo aumento de outras reservas e resultados transitados em 80,3 milhões de euros (+48,6%), destacando-se ainda o aumento do capital social em 73,3 milhões de euros (+6,7%) que mais do que compensou a redução de 37,0 milhões de euros (-84,3%) das reservas de reavaliação essencialmente relacionado com obrigações do tesouro.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de euros	2016	2017	2018	Variação	
				Abs.	%
Activo					
Caixa e Disponibilidades	415.873	480.516	796.521	316.005	65,8%
Aplicações em Instituições de Crédito	6.035	6.957	31	-6.926	-99,6%
Crédito a Clientes (líquido)	7.940.905	8.720.954	9.419.577	698.623	8,0%
Aplicações em Títulos (líquido)	3.371.613	7.518.860	2.523.485	-4.995.376	-66,4%
Investimentos detidos até à maturidade	3.663.616	0	0	0	n.a.
Títulos de dívida ao custo amortizado	0	0	4.800.451	4.800.451	n.a.
Activos não correntes detidos para venda	619.506	552.764	475.335	-77.429	-14,0%
Propriedades de investimento	69.946	63.511	57.619	-5.892	-9,3%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	309.835	300.960	313.289	12.329	4,1%
Activos por impostos diferidos	161.966	141.522	136.507	-5.015	-3,5%
Outros Activos*	140.096	202.395	267.051	64.656	31,9%
Total Activo	16.699.391	17.988.440	18.789.866	801.426	4,5%
Passivo					
Recursos de bancos centrais e OIC's	1.578.903	1.935.086	1.838.565	-96.521	-5,0%
Recursos de Clientes	11.726.366	12.585.685	13.855.889	1.270.204	10,1%
Provisões técnicas de contratos de seguros	1.573.475	1.346.109	1.120.211	-225.898	-16,8%
Passivos Subordinados	116.534	106.782	96.100	-10.682	-10,0%
Outros Passivos	459.849	565.414	363.399	-202.015	-35,7%
Total Passivo	15.455.126	16.539.075	17.274.163	735.088	4,4%
Capitais Próprios	1.244.266	1.449.365	1.515.702	66.337	4,6%
Total do Capital Próprio + Passivo	16.699.391	17.988.440	18.789.866	801.426	4,5%

(*) Inclui Derivados de cobertura, Activos por impostos correntes e Outros activos

e) Qualidade da Carteira de Crédito

No final de 2018, a carteira de crédito do GCA observou uma redução dos níveis de crédito vencido há mais de 90 dias, em relação ao período homólogo, na ordem dos 171,8 milhões de euros (-33,7%), confirmando a tendência de desagravamento da sinistralidade observada nos últimos anos. Para esta redução tem

contribuído a melhoria do contexto sócio-económico do país mas também o esforço desenvolvido pelo Grupo CA no sentido de melhorar a análise de risco de crédito e o investimento em iniciativas e ferramentas tecnológicas de apoio à normalização dos processos de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, o que permite situar o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias nos 3,4%, evidenciando uma melhoria de 2,0 p.p. em relação ao homólogo.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VENCIDO

<i>Em milhões de euros</i>	2016	2017	2018	Δ 18/17	Δ % 18/17
Crédito vencido < 90 dias	13,9	9,3	9,1	-0,2	-2,2%
Crédito vencido > 90 dias	533,3	510,2	338,4	-171,8	-33,7%
Crédito vencido total	547,2	519,5	347,5	-172,0	-33,1%
Rácio crédito vencido > 90 dias	6,2%	5,4%	3,4%		-2,0 p.p.

O nível de provisionamento para cobertura da carteira de crédito vencido total situou-se nos 135,6%, observando critérios mais conservadores que os registados, em média, no mercado.

CRÉDITO VENCIDO E IMPARIDADES EM 31.DEZ.2018

Em milhões de euros

	Crédito total bruto	Crédito vencido	Crédito vencido / Crédito total	Imparidade	Grau de cobertura
Empresas e Administração Pública	5317	215	4,0%	326	151,8%
Particulares	4578	133	2,9%	145	109,3%
Habituação	2.905	29	1,0%	35	120,6%
Consumo e outras finalidades	1.673	104	6,2%	110	106,1%
Total	9895	347	3,5%	471	135,6%

O segmento de Empresas e Administração Pública registou uma redução do crédito vencido com o rácio de crédito vencido a situar-se nos 4,0% em Dezembro de 2018 (6,5% em 2017). O crédito concedido a clientes particulares também acompanhou a redução do rácio de crédito vencido, situando-se nos 2,9% em 2018, ou seja 1,5 p.p. abaixo dos 4,4% registados em 2017.

O rácio de *Non-Performing Loans* do Grupo CA reduziu 4,8 p.p. em relação ao homólogo, fixando-se nos 10,4%. O mesmo sucedeu com o rácio de crédito reestruturado, calculado nos termos da Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal, situando-se nos 8,2% (uma redução de 4,3 p.p. face a 2017).

RÁCIOS NON-PERFORMING LOANS e CRÉDITO REESTRUTURADO (*)

Em milhões de euros

	2016	2017	2018	Δ 18/17
<i>Non-Performing Loans (NPL)</i>	1.787,3	1.441,5	1.070,0	-371,5
Rácio de <i>Non-Performing Loans</i>	21,3%	15,2%	10,4%	-4,8 p.p.
Rácio de Cobertura por imparidades de <i>Non-Performing Loans</i>	39,2%	45,1%	44,0%	-1,1 p.p.
Crédito reestruturado/Crédito total	13,8%	12,5%	8,2%	-4,3 p.p.

(*) Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução n.º 32/2013.

5.2 NEGÓCIO BANCÁRIO

a) Evolução dos principais indicadores

O Crédito Agrícola apresentou, no final de Dezembro de 2018, uma diminuição homóloga do resultado líquido do negócio bancário (SICAM) de 40 milhões de euros (108,0 milhões de euros versus 147,6 milhões de euros), uma evolução para a qual contribuiu, fundamentalmente, o decréscimo do produto bancário (-10,9%), fruto da redução dos resultados obtidos em operações financeiras (-94,2%) parcialmente compensado pela redução das provisões e imparidades do exercício face a 2017 (-95,6%). Excluindo o resultado das operações financeiras, o produto bancário (recorrente) aumenta 4,4% face ao período homólogo.

PRINCIPAIS INDICADORES

Em milhares de euros

	2016	2017	2018	Var. 18/17	
				Abs.	%
Activo total	14.880.614	16.437.110	17.657.787	1.220.676	7,4%
Aplicações Financeiras (Líquido)	5.311.976	6.031.113	6.251.824	220.710	3,7%
Crédito a clientes (bruto)	8.713.284	9.435.024	9.959.804	524.780	5,6%
Passivo total	13.653.239	14.992.916	16.133.030	1.140.114	7,6%
Recursos de clientes	11.770.738	12.638.189	13.947.821	1.309.632	10,4%
Recursos de OIC/BCE	1.578.903	1.935.086	1.838.565	-96.521	-5,0%
Capitais próprios	1.227.375	1.444.194	1.524.756	80.562	5,6%
Margem financeira	276.013	289.679	305.308	15.628	5,4%
Produto bancário Recorrente*	426.023	449.786	469.787	20.001	4,4%
Produto bancário	474.532	532.655	474.582	-58.073	-10,9%
Custos de estrutura	313.331	316.435	326.599	10.164	3,2%
Provisões / imparidades	56.123	14.563	634	-13.929	-95,6%
Resultado Líquido	72.057	147.631	108.023	-39.608	-26,8%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	5,9%	10,2%	7,1%	n.a.	-3,1 p.p.
Rácio de eficiência	66,0%	59,4%	68,8%	n.a.	9,4 p.p.

(*) Produto Bancário excluindo resultados das operações financeiras.

b) Demonstração de Resultados

Depois do ano de 2017 ter confirmado a fase de recuperação e crescimento iniciada em 2013, o ano de 2018 ficou marcado pela solidificação e reforço desta trajetória ascendente da economia portuguesa. Contudo, deu-se conta de um abrandamento do crescimento em termos homólogos (crescimento do PIB de 2,1%, em 2018, comparável com o crescimento de 2,8% registado em 2017), justificado pela redução do ritmo de crescimento das exportações e da formação bruta de capital fixo. Além da dinâmica verificada na balança comercial e na procura interna, assistiu-se ainda a uma redução do nível de alavancagem dos agentes económicos, em particular, das empresas não financeiras, com tradução directa na redução do crédito (volume de liquidações não compensado pelas novas operações de crédito) em cerca de 1,5%, fruto da variação de -4,7% na concessão de crédito a empresas, tendo o crédito a particulares crescido 0,5%. A redução verificada não foi alheia às operações de alienação de carteiras de créditos não produtivos.

De forma assinalável, a actividade bancária do Grupo Crédito Agrícola, que inclui a Caixa Central e as Caixas Associadas (SICAM), destacou-se da tendência do mercado, registando um aumento homólogo no crédito bruto concedido a clientes de 5,6%, sustentado num crescimento de 8,4% no crédito a empresas e administração pública e de 2,4% no crédito a particulares.

O Crédito Agrícola apresentou, no final de Dezembro de 2018, um resultado líquido do negócio bancário (SICAM) de 108,0 milhões de euros, que se traduzem numa variação negativa de 39,6 milhões de euros face a 2017. Globalmente, o resultado líquido resulta de: i) redução dos resultados de operações financeiras em 94,2% proveniente dos resultados obtidos com a carteira de títulos; ii) o aumento dos custos de estrutura em 3,2% e iii) a redução das provisões e imparidades constituídas no exercício que passaram de 14,6 milhões de euros em 2017 para 0,6 milhões de euros (-95,6%) em 2018.

Demonstração de Resultados

Em milhares de euros	2016	2017	2018	Variação	
				Abs.	%
Juros e rendimentos similares	396.270	407.803	407.206	-598	-0,1%
Juros e encargos similares	120.256	118.124	101.898	-16.226	-13,7%
Margem Financeira	276.013	289.679	305.308	15.628	5,4%
Comissões líquidas	138.192	148.122	152.443	4.321	2,9%
Result. de operações financeiras	48.509	82.869	4.795	-78.074	-94,2%
Outros resultados de exploração	11.818	11.985	12.036	51	0,4%
Produto Bancário	474.532	532.655	474.582	-58.073	-10,9%
Custos de Estrutura	313.331	316.435	326.599	10.164	3,2%
Custos de pessoal	175.410	176.753	179.004	2.251	1,3%
<i>dos quais não recorrentes*</i>	<i>2.204</i>	<i>2.012</i>	<i>2.053</i>	<i>41</i>	<i>2,1%</i>
Gastos gerais administrativos	124.682	127.193	135.599	8.406	6,6%
<i>dos quais não recorrentes*</i>	<i>116</i>	<i>43</i>	<i>46</i>	<i>4</i>	<i>8,4%</i>
Amortizações	13.238	12.488	11.996	-493	-3,9%
Provisões e imparidades	56.123	14.563	634	-13.929	-95,6%
Resultado antes de impostos	105.078	201.658	147.349	-54.309	-26,9%
Impostos, após correc. e diferidos	33.020	54.027	39.326	-14.701	-27,2%
Resultado Líquido	72.057	147.631	108.023	-39.608	-26,8%

(*) Custos com indemnizações e consultoria (reorganização da função Compliance).

i. Margem Financeira

A margem financeira do SICAM registou um aumento de 5,4%, passando de 290 milhões de euros em 2017 para 305 milhões de euros em 2018.

MARGEM FINANCEIRA

em milhares de euros

Variáveis	2017			2018		
	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos/Custos	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos/Custos
Crédito a clientes	9.074.154	2,9%	260.685	9.697.414	2,7%	262.208
Títulos e outras aplicações *	6.157.652	0,8%	49.265	6.738.491	0,9%	58.211
Activos financeiros	15.231.806	2,0%	309.951	16.435.904	1,9%	320.418
Depósitos de clientes	12.204.463	0,1%	18.117	13.293.005	0,1%	13.509
Recursos de Bancos Centrais e outros passivos	1.868.652	0,1%	2.154	1.988.266	0,1%	1.602
Passivo financeiro	14.073.116	0,1%	20.271	15.281.271	0,1%	15.111
Margem financeira		1,9%	289.679		1,9%	305.308
Margem de intermediação**		2,7%			2,6%	
Taxa euribor média (6 meses)		-0,3%			-0,3%	

(*) Proveitos líquidos de encargos com amortizações de prémios

(**) taxa média crédito a clientes - depósitos a clientes

Para o aumento da margem financeira contribuiu em larga escala: i) o efeito volume, por via do aumento do crédito concedido a clientes e das aplicações em títulos que foi superior ao aumento dos depósitos de clientes, pese embora o efeito da quebra da taxa de juro média e ii) o efeito preço, por via da redução da taxa de juro média de depósitos de 0,15% para 0,10%.

ii. Produto Bancário

Apesar do aumento da margem financeira, é na redução do produto bancário que a evolução do resultado líquido está alicerçada (um decréscimo de 10,9%), sendo esta variação explicada pelo menor contributo dos resultados de operações financeiras (-78,1 milhões de euros face a 2017, dos quais -58,1 milhões de euros de menos-valias geradas pela gestão da carteira de dívida pública soberana).

iii. Comissões Líquidas

Em 2018, as comissões líquidas alcançaram os 152,4 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 2,9% face aos 148,1 milhões de euros registados em 2017. Este efeito resultou:

- do aumento das comissões relativas a transferência de valores em 18,8% (+0,5 milhões);
- do aumento das comissões de colocação e comercialização relacionadas com as áreas dos seguros e dos fundos de investimento em 9,2% (+3,5 milhões de euros), em resultado da aposta do Grupo em reforçar a venda cruzada de produtos complementares ao negócio bancário;
- do aumento das comissões relacionadas com cartões de crédito e débito (ex. anuidades) e com comissões interbancárias em 8,2% (+2,3 milhões de euros).

COMISSÕES

Em milhares de euros

	2016	2017	2018	Variação	
				Abs.	%
Comissões recebidas	149.219	159.760	165.300	5.540	3,5%
Garantias prestadas	4.213	4.084	4.090	6	0,2%
Créditos documentários abertos	65	80	69	-11	-13,8%
Compromissos assumidos perante terceiros	8.221	7.392	7.500	108	1,5%
Depósito e guarda de valores	3.621	4.220	3.807	-413	-9,8%
Cobrança de valores	793	807	825	18	2,3%
Transferências de valores	2.321	2.556	3.037	481	18,8%
Operações de crédito	28.343	30.195	30.891	696	2,3%
Cartões e interbancárias	26.324	27.997	30.285	2.288	8,2%
Colocação e comercialização	35.507	38.130	41.651	3.521	9,2%
Outras comissões recebidas	39.811	44.298	43.145	-1.153	-2,6%
Comissões pagas	11.028	11.638	12.857	1.219	10,5%
Total de comissões líquidas	138.192	148.122	152.443	4.321	2,9%

O aumento da actividade das empresas participadas traduziu-se numa maior remuneração da Caixa Central e das Caixas Associadas (+2,9%). Este aumento foi particularmente visível no caso da CA Seguros que pagou comissões na ordem dos 23,3 milhões de euros, o que representou um aumento de 6,5% face ao verificado em 2017.

COMISSÕES DE COLOCAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Em milhares de euros

	2016	2017	2018	Variação	
				Abs.	%
CA Gest	763	852	6	-846	-99,3%
CA Seguros	17.945	21.893	23.309	1.416	6,5%
CA Vida	11.903	10.119	10.481	362	3,6%
Sub-total	30.612	32.864	33.796	932	2,8%
Outras comissões de colocação/comercialização	4.895	5.266	7.855	2.588	49,2%
Total	35.507	38.130	41.651	3.521	9,2%

iv. Resultados de Operações Financeiras

Os resultados de operações financeiras atingiram os 4,8 milhões de euros em 2018, o que reflecte um decréscimo de 78,1 milhões de euros face a 2017 (-94%).

RESULTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS					
<i>Em milhares de euros</i>	2016	2017	2018	Variação	
				Abs.	%
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	38.643	79.189	15.813	-63.376	-80%
<i>Dívida pública soberana</i>	<i>26.067</i>	<i>73.674</i>	<i>15.598</i>	<i>-58.076</i>	<i>-79%</i>
<i>Outros instrumentos de dívida</i>	<i>422</i>	<i>5.896</i>	<i>215</i>	<i>-5.681</i>	<i>-96%</i>
<i>Instrumentos de capital</i>	<i>12.154</i>	<i>-381</i>	<i>0</i>	<i>381</i>	<i>-100%</i>
Rendimento de instrumentos de capital	8.181	2.155	727	-1.428	-66%
Resultados de reavaliação cambial	1.768	1.333	2.017	684	51%
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-82	193	-13.762	-13.955	n.a.
Total de resultado de operações financeiras	48.509	82.869	4.795	-78.074	-94%

A evolução dos mercados obrigacionistas deu origem à redução de mais valias geradas pela carteira de títulos de dívida pública soberana que alcançaram os 15,6 milhões de euros em 2018, representando uma redução de 79% face a 2017 (-58,1 milhões de euros).

v. Custos de Estrutura

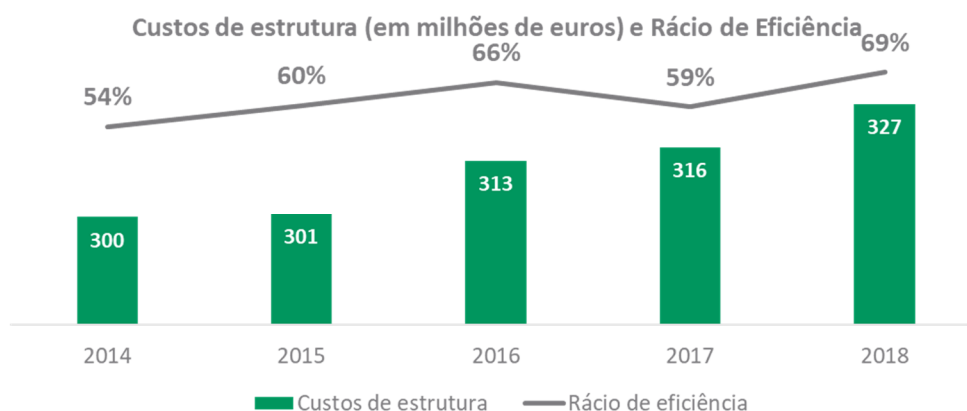
Verificou-se um crescimento nos custos de estrutura de cerca de 10,2 milhões de euros para os 327 milhões de euros. Esta evolução é explicada pelo aumento dos custos com pessoal que passaram de 177 milhões de euros em 2017 para 179 milhões de euros em 2019, sendo esta variação (+2,3 milhões de euros) explicada, essencialmente, (i) pelo aumento dos encargos sociais (+3,5 milhões de euros), maioritariamente fundos de pensões (+3,8 milhões de euros) e (ii) pelo aumento das remunerações dos órgãos sociais (+0,5 milhões de euros). Por sua vez, os gastos gerais e administrativos aumentaram 8,4 milhões de euros devido particularmente ao reconhecimento de: (i) gastos com informática prestados pelo CA Serviços (+3,3 milhões de euros), (ii) +4,0 milhões de euros em gastos com serviços de suporte ao negócio (que integram os serviços do catálogo prestados pelo CA Serviços) e (iii) gastos com gastos gerais administrativos de exercícios anteriores (+0,8 milhões de euros). Verificou-se ainda uma redução das amortizações do exercício na ordem dos 3,9%.

Custos de estrutura

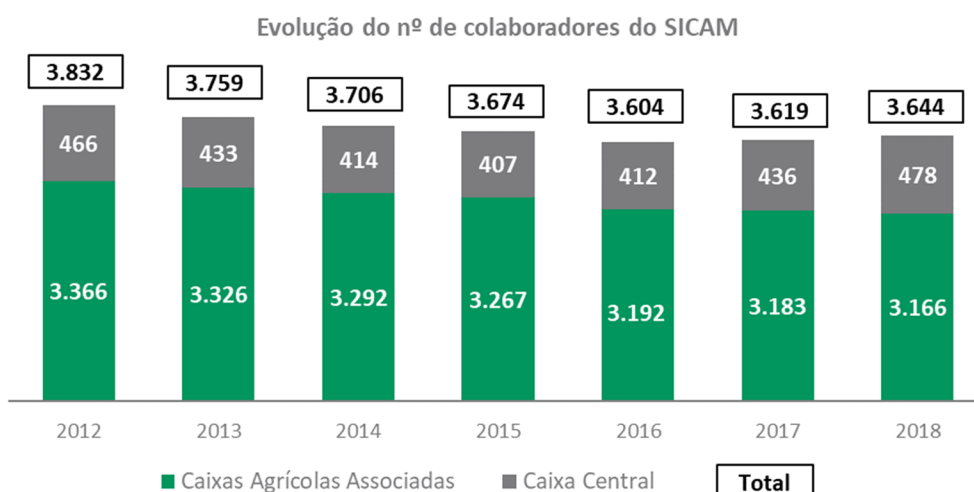
Em milhares de euros	2015	2016	2017	2018	Variação	
					Absoluta	Relativa
Custos de funcionamento	287.668	300.093	303.946	314.603	10.657	3,5%
Custos com o pessoal	166.516	175.410	176.753	179.004	2.251	1,3%
<i>dos quais não recorrentes*</i>	3.386	2.204	2.012	2.053	41	2,1%
Gastos gerais administrativos	121.152	124.682	127.193	135.599	8.406	6,6%
<i>dos quais não recorrentes*</i>	0	116	43	46	4	8,4%
Amortizações	13.170	13.238	12.488	11.996	-493	-3,9%
Custos de estrutura	300.838	313.331	316.435	326.599	10.164	3,2%
Custos não recorrentes*	3.386	2.320	2.054	2.099	45	2,2%
Custos de estrutura excl. custos não recorrentes	297.452	311.011	314.381	324.500	10.119	3,2%
Rácio de eficiência	60%	66%	59%	69%	0,09	15,8%

(*) Custos com indemnizações e consultoria (reorganização da função Compliance).

Relativamente ao rácio de eficiência, este aumentou de 59% em 2017 para 69% em 2018, em resultado do decréscimo do produto bancário superior ao aumento dos custos de estrutura.



vi. Evolução dos Colaboradores do SICAM



Em 2018, o SICAM aumentou o número de colaboradores de 3.619 para 3.644 (+25 colaboradores), por força do acréscimo de colaboradores na Caixa Central (+42 colaboradores).

vii. Níveis de Provisões / Imparidades

Em 2018, o volume de imparidades no SICAM ascendeu a 0,6 milhões de euros, o que representa um reforço do abrandamento verificado no ano de 2017. Relativamente à repartição das provisões e imparidades do exercício verificou-se que:

- i) as imparidades de outros activos financeiros, em particular das unidades de participação e fundos de investimento imobiliário, registaram uma redução de 11,5 milhões de euros face a 2017 (de +12,1 milhões de euros em 2017 para 0,6 milhões de euros em 2018);
- ii) as imparidades de outros activos diminuíram 4,3 milhões de euros face a 2017 (de +5,7 milhões de euros em 2017 para 1,3 milhões de euros em 2018);
- iii) as imparidades de crédito reduziram em 0,6 milhões de euros (de +2,3 milhões de euros em 2017 para +1,7 milhões de euros em 2018).

Esta variação justifica-se sobretudo pela redução do crédito vencido de 5,6% em 2017 para 3,5% (-2,03 p.p.) em 2018, em virtude de uma melhor análise de risco na concessão e na renovação de créditos, sustentada na crescente normalização de processos e numa análise de risco mais enriquecida e criteriosa. Em relação ao rácio de cobertura do crédito vencido, este situou-se nos 134%, tendo o Crédito Agrícola prosseguido com uma gestão sã e prudente no que respeita a esta matéria.

Adicionalmente, no que respeita aos imóveis recebidos em dação por incumprimento, o reforço de imparidades teve uma redução significativa de 3,8 milhões de euros verificados em 2017 para -0,5 milhões de euros registados em 2018.

PROVISÕES / IMPARIDADES

<i>Em milhares de euros</i>	2016	2017	2018	Variação	
				Abs.	%
Imparidade do crédito	-8.033	2.300	1.736	-564	-24,5%
Imparidade de outros activos financeiros	31.553	12.131	645	-11.486	-94,7%
Imparidade de outros activos	32.155	5.655	1.346	-4.309	-76,2%
<i>dos quais imóveis por recuperação de crédito</i>	<i>21.501</i>	<i>3.770</i>	<i>-464</i>	<i>-4.234</i>	<i>n.a.</i>
Outras provisões / imparidades	449	-5.524	-3.094	2.430	n.a.
Total	56.123	14.563	634	-13.929	-95,6%

viii. Rendibilidade

A actividade bancária, espelhada na margem comercial bruta, verificou uma ligeira redução de 0,09 p.p. em 2018 face a 2017, em resultado da menor rendibilidade média da margem financeira (-0,04 p.p.).

DECOMPOSIÇÃO DA RENDIBILIDADE

	2016	2017	2018	Varição
+ Taxa activos financeiros	2,31%	2,03%	1,95%	-0,09 p.p.
- Taxa passivos financeiros	0,28%	0,13%	0,09%	-0,04 p.p.
= Margem financeira	2,03%	1,90%	1,86%	-0,04 p.p.
+ Rendibilidade de comissões	1,02%	0,97%	0,93%	-0,04 p.p.
= Margem Comercial Bruta	3,05%	2,87%	2,79%	-0,09 p.p.
+ Resultado de operações financeiras e outros	0,44%	0,62%	0,10%	-0,52 p.p.
= Margem de Negócio	3,50%	3,50%	2,89%	-0,61 p.p.
- Efeito dos custos de estrutura	2,31%	2,08%	1,99%	-0,09 p.p.
- Efeito de provisões e impostos	0,66%	0,45%	0,24%	-0,21 p.p.
= Rendibilidade dos activos financeiros	0,53%	0,97%	0,66%	-0,31 p.p.
x Activos financeiros / Activo líquido	0,91	0,93	0,93	
= Rendibilidade do activo (ROA)	0,48%	0,90%	0,61%	-0,29 p.p.
x Activo líquido / Capital próprio	12,12	11,38	11,58	
= Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	5,87%	10,22%	7,08%	-3,14 p.p.

A rendibilidade alcançada com as operações financeiras diminuiu 0,52 p.p. face a 2017, o que, conjugado com o efeito negativo do aumento dos custos de estrutura (-0,09 p.p.) e o efeito das provisões e impostos do exercício (-0,21 p.p.), resultou numa redução da rentabilidade dos capitais próprios em 3,14 p.p., passando dos 10,2% em 2017 para os 7,08% em 2018.

c) Estrutura do Balanço**Balanço a 31 de Dezembro**

Em milhares de euros

	2016	2017	2018	Variação	
				Abs.	%
Activo					
Disponibilidades	415.824	480.485	796.044	315.559	65,7%
Aplicações em Instituições de Crédito	6.035	6.957	31	-6.926	-99,6%
Crédito a Clientes (líquido)	7.997.636	8.782.890	9.488.702	705.812	8,0%
<i>Crédito a Clientes (bruto)</i>	<i>8.713.284</i>	<i>9.435.024</i>	<i>9.959.804</i>	<i>524.780</i>	<i>5,6%</i>
<i>Imparidades</i>	<i>715.648</i>	<i>652.134</i>	<i>471.102</i>	<i>-181.032</i>	<i>-27,8%</i>
Aplicações em Títulos (líquido)	5.311.976	6.031.113	6.251.824	220.710	3,7%
Activos não correntes detidos para venda	395.045	334.274	280.023	-54.251	-16,2%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	320.780	314.505	313.339	-1.166	-0,4%
Outros Activos	433.319	486.886	527.823	40.937	8,4%
Total Activo	14.880.614	16.437.110	17.657.787	1.220.676	7,4%
Passivo					
Recursos de bancos centrais e OIC's	1.578.903	1.935.086	1.838.565	-96.521	-5,0%
Recursos de Clientes	11.770.738	12.638.189	13.947.821	1.309.632	10,4%
Passivos Subordinados	116.534	106.782	96.100	-10.682	-10,0%
Outros Passivos	187.064	312.860	250.545	-62.315	-19,9%
Total Passivo	13.653.239	14.992.916	16.133.030	1.140.114	7,6%
Capitais Próprios	1.227.375	1.444.194	1.524.756	80.562	5,6%
Total do Capital Próprio + Passivo	14.880.614	16.437.110	17.657.787	1.220.676	7,4%

Em 2018, o activo total situou-se nos 17.658 milhões de euros, o que representa um crescimento de 7,4% face a 2017, tendo para o efeito contribuído:

- o acréscimo nas disponibilidades de 65,7% (+315,6 milhões de euros), em função do aumento das disponibilidades em bancos centrais;
- o acréscimo do crédito a clientes líquido de 8,0% (+705,8 milhões de euros), em função do desempenho comercial do SICAM e da melhoria da qualidade da carteira de crédito;

O passivo total acompanhou a tendência do activo total com um aumento de 7,6%, cifrando-se nos 16.133 milhões de euros, o que representa um aumento de 1.140 milhões de euros. Este aumento do passivo está relacionado com o aumento dos recursos de clientes (+1.310 milhões de euros).

Importa referir que, não obstante o crescimento do crédito verificado, o rácio de transformação de depósitos em crédito líquido situou-se nos 68,0%, significativamente abaixo do limiar máximo de transformação recomendado (120%) e dos valores registados no sistema bancário como um todo.

Capitais próprios					
<i>Em milhares de euros</i>					
	2016	2017	2018	Variação	
				Abs.	%
Capital	1.033.901	1.086.404	1.159.706	73.302	6,7%
Reservas	267.053	345.054	338.484	-6.570	-1,9%
Resultados transitados	-145.636	-134.894	-81.457	53.438	n.a.
Resultados do exercício	72.057	147.631	108.023	-39.608	-26,8%
Total	1.227.375	1.444.194	1.524.756	80.562	5,6%

Quanto aos capitais próprios, estes registaram um crescimento de 80,6 milhões de euros (+5,6%), fixando-se em 1.525 milhões de euros, em função:

- do aumento do capital social em 73,3 milhões de euros através de novos associados e do reforço de títulos de capital dos associados já existentes;
- do reforço dos resultados transitados em 53,4 milhões de euros.

i. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

A carteira de activos financeiros é gerida pela Caixa Central enquanto responsável pela tesouraria e gestão de liquidez do Grupo Crédito Agrícola. É de salientar uma alteração no mix da carteira de investimentos com a reclassificação dos activos financeiros disponíveis para venda em activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Importa referir neste contexto que:

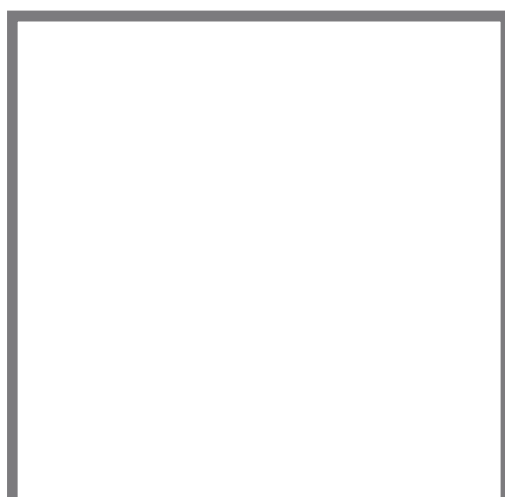
- os títulos de dívida pública portuguesa continuaram a ter um peso superior a 40% na carteira de activos financeiros, apesar da pequena diminuição verificada (46,2% em 2018 face a 48,3% em 2017);
- os títulos de dívida pública de emissores estrangeiros continuaram a ter um peso significativo na carteira de activos financeiros (44,2%), tendo este peso incrementado face ao período anterior.

No cômputo geral, a carteira de activos financeiros cresceu situando-se no final de 2018 em 6.252 milhões de euros face aos 6.031 milhões de euros registados no final de 2017 (+13,5%).

Activos financeiros disponíveis para venda, detidos até à maturidade e para negociação

Em milhares de euros

	2016		2017		2018		Δ 2018/ 2017
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total	
Carteira de activos							
Activos financeiros disponíveis para venda	1.647.949	31,0%	6.008.046	99,6%	1.038.462	16,6%	-82,7%
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	614.559	11,6%	2.915.914	48,3%	276.425	4,4%	-90,5%
Obrigações de outros emissores residentes	109.466	2,1%	105.854	1,8%	61.862	1,0%	-41,6%
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	559.540	10,5%	2.565.224	42,5%	677.413	10,8%	-73,6%
Obrigações de outros emissores estrangeiros	60.408	1,1%	128.514	2,1%	22.762	0,4%	-82,3%
Acções de empresas nacionais e UP's	291.435	5,5%	278.958	4,6%	0	0,0%	-100,0%
Acções de empresas estrangeiras e UP's	12.541	0,2%	13.581	0,2%	0	0,0%	-100,0%
Investimentos detidos até à maturidade	3.663.616	69,0%	0	0,0%	4.832.411	77,3%	n.a.
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	1.580.766	29,8%	0	0,0%	2.614.208	41,8%	n.a.
Obrigações de outros emissores públicos nacionais	0	0,0%	0	0,0%	8.924	0,1%	n.a.
Obrigações de outros emissores residentes	82.361	1,6%	0	0,0%	51.934	0,8%	n.a.
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1.852.343	34,9%	0	0,0%	2.082.941	33,3%	n.a.
Obrigações de outros emissores estrangeiros	81.779	1,5%	0	0,0%	23.952	0,4%	n.a.
Outros não discriminados	66.366	1,2%	0	0,0%	50.453	0,8%	n.a.
Activos financeiros detidos para negociação	411	0,0%	23.068	0,4%	380.951	6,1%	1551,4%
Total	5.311.976	100,0%	6.031.113	100,0%	6.251.824	100,0%	13,5%



Demonstrações
Financeiras
Consolidadas

VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31-dez-18			31-dez-17			PASSIVO E CAPITAL	Notas	31-dez-18	31-dez-17
		Activo Bruto	Provisões, Imparidades e amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido	Activo Líquido	Activo Líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	731.425.300	-	731.425.300	400.143.843	Recursos de bancos centrais	24	1.677.120.398	1.693.380.693		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	65.095.861	-	65.095.861	80.372.528	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	8 / 13	1.178	141.781		
Activos financeiros detidos para negociação	8	29.255.527	-	29.255.527	51.264.812	Recursos de outras instituições de crédito	24	161.444.173	241.704.988		
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	9	218.884.866	-	218.884.866	88.186.422	Recursos de clientes e outros empréstimos	25	13.855.889.040	12.585.684.620		
Activos financeiros disponíveis para venda	10	1.244.928.318	-	1.244.928.318	7.379.409.261	Derivados de cobertura	16	45.399.348	-		
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11	1.030.415.840	-	1.030.415.840	-	Provisões	26	24.784.056	27.357.142		
Aplicações em instituições de crédito	12	31.021	-	31.021	6.956.989	Provisões técnicas de contratos de seguros	27	1.120.210.746	1.346.108.600		
Crédito a clientes	14	9.890.630.513	(471.053.055)	9.419.577.458	8.720.954.205	Passivos por impostos correntes	22	7.336.966	27.687.297		
Títulos de dívida ao custo amortizado	15	4.803.952.661	(3.502.025)	4.800.450.636	-	Passivos por impostos diferidos	22	7.945.125	18.068.687		
Derivados de cobertura	16	40.723.495	-	40.723.495	-	Instrumentos representativos de capital	28	958.410	1.394.945		
Activos não correntes detidos para venda	17	646.463.995	(171.129.006)	475.334.989	552.763.867	Outros passivos subordinados	29	96.100.064	106.781.646		
Propriedades de investimento	18	57.618.835	-	57.618.835	63.510.583	Outros passivos	30	276.973.866	490.764.518		
Outros activos tangíveis	19	543.954.859	(307.350.850)	236.604.009	237.497.995	Total do Passivo		17.274.163.370	16.539.074.917		
Activos intangíveis	20	258.714.998	(183.447.005)	75.267.993	62.469.064	Capital	32	1.159.706.041	1.086.403.846		
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	21	1.417.137	-	1.417.137	992.950	Variação de justo valor de activos financeiros ao JVAORI	33	(10.030.393)	-		
Activos por impostos correntes	22	17.752.471	-	17.752.471	5.648.259	Reservas de reavaliação	33	6.891.470	43.933.052		
Activos por impostos diferidos	22	136.507.094	-	136.507.094	141.522.276	Outras reservas e resultados transitados	33	245.516.377	165.243.151		
Outros activos	23	243.421.160	(34.846.298)	208.574.862	196.746.742	Lucro do exercício	34	112.352.571	152.144.641		
						Interesses que não controlam	35	1.266.276	1.640.188		
						Total dos Capitais Próprios		1.515.702.342	1.449.364.878		
Total do Activo		19.961.193.951	(1.171.328.239)	18.789.865.712	17.988.439.795	Total do Passivo e dos Capitais Próprios		18.789.865.712	17.988.439.795		

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinaturas]
AARAMOS

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

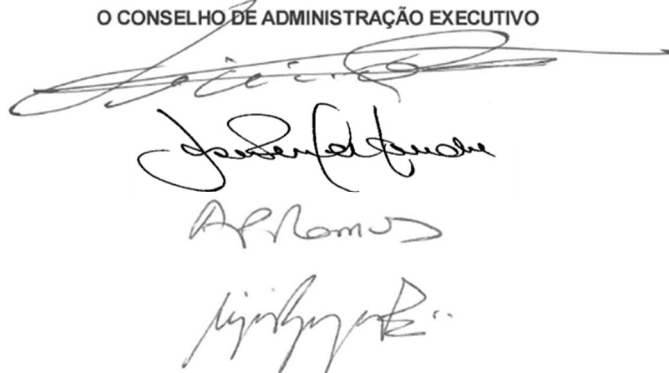
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-dez-18	31-dez-17
Juros e rendimentos similares	36	597.613.844	492.787.366
Juros e encargos similares	37	(248.863.422)	(162.453.213)
Margem financeira		348.750.422	330.334.153
Margem técnica da actividade de seguros	38	26.545.896	9.101.733
Rendimentos de instrumentos de capital	39	906.767	1.106.495
Rendimentos de serviços e comissões	40	135.765.182	131.007.270
Encargos com serviços e comissões	41	(19.506.392)	(18.049.713)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	42	(9.497.649)	4.521.442
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	43	15.094.299	27.117.996
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	44	15.813.578	79.188.584
Resultados de reavaliação cambial	45	2.016.223	1.331.716
Resultados de alienação de outros activos	46	2.283.277	(2.562.697)
Outros resultados de exploração	47	(7.418.354)	(985.956)
Produto bancário		510.753.249	562.111.024
Custos com pessoal	48	(210.851.256)	(203.328.084)
Gastos gerais administrativos	49	(113.252.603)	(109.893.129)
Depreciações e amortizações do exercício	19 / 20	(25.357.636)	(26.184.149)
Provisões líquidas de reposições e anulações	26	833.195	5.646.261
Imparidade do crédito a clientes (líquida de reposições e anulações)	26	(1.736.047)	(2.454.418)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito	26	(703.827)	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	26	(645.510)	(1.468.651)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26	(3.500.746)	(9.814.237)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	21	451.171	311.815
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		155.989.990	214.926.431
Impostos correntes	22	(30.563.586)	(46.226.082)
diferidos	22	(12.997.426)	(16.496.448)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		112.428.978	152.203.901
Interesses que não controlam	35	(76.407)	(59.260)
Resultado consolidado do exercício		112.352.571	152.144.641

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

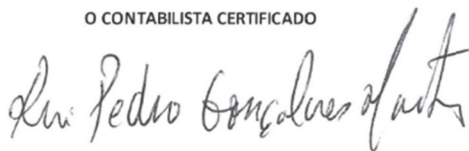
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

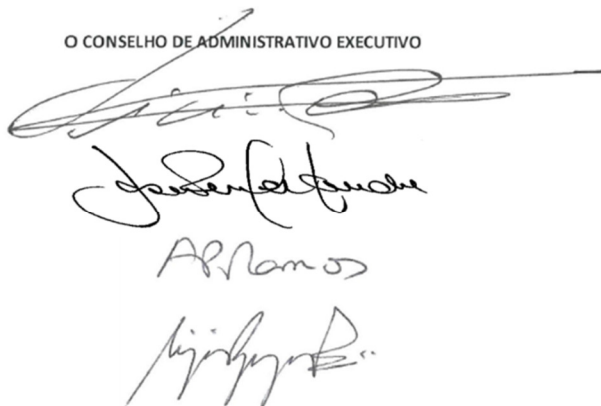
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-dez-2018	31-dez-2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	36 / 40	666.520.058	691.593.799
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	37 / 41	(264.744.408)	(185.349.008)
Pagamentos a empregados e fornecedores	30 / 46 / 49	(316.937.548)	(311.577.273)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões		(6.378.977)	(2.218.949)
(Pagamentos)/recebimentos de imposto sobre o rendimento	22	(63.903.257)	(16.996.184)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional	47	(178.491.204)	(205.345.829)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais		(163.935.338)	(29.893.444)
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:			
Crédito a clientes	14	712.404.490	784.131.405
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	9	118.186.808	24.575.045
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11	(4.673.768.332)	
Activos financeiros disponíveis para venda	10	(401.222.961)	3.954.011.590
Aplicações em instituições de crédito		(6.918.587)	917.514
Títulos ao custo amortizado	15	4.751.315.408	
Investimentos detidos até à maturidade			(3.597.249.998)
Outros activos		(63.141.914)	(12.831.328)
		436.854.912	1.153.554.228
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:			
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	24	(83.399.336)	356.524.461
Recursos de clientes e outros empréstimos	25	1.271.027.161	863.822.634
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	13 / 16	4.535.250	(92.222)
Outros passivos	30	(243.151.930)	51.589.173
		949.011.144	1.271.844.046
Caixa líquida das actividades operacionais		348.220.895	88.396.374
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Dividendos		906.767	1.106.495
Alienações (aquisições) de associadas, líquidas de alienações		(424.187)	1.550.787
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações		(38.223.885)	(22.861.051)
Caixa líquida das actividades de investimento		(37.741.305)	(20.203.768)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	29	(11.107.535)	(9.751.507)
Interesses que não controlam	35	(450.318)	(57.839)
Aumento (diminuição) de capital	32	17.083.659	6.260.045
Caixa líquida das actividades de financiamento		5.525.806	(3.549.301)
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes		305.941.103	53.557.253
Variação de caixa e seus equivalentes		10.064.293	11.086.052
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		480.516.372	415.873.067
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6/7	796.521.161	480.516.372
A Caixa e seus equivalentes no fim do exercício integra:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	731.425.300	400.143.843
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	65.095.861	80.372.528
		796.521.161	480.516.372

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRATIVO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital	Reservas de reavaliação	Variação de JV de activos ao JVAORI	Outras reservas e resultados transitados			Resultado consolidado do exercício	Interesses que não controlam	Total	
				Outras reservas	Resultados transitados	Total				
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.033.901.361	(1.953.106)	-	312.806.203	(160.452.406)	152.353.797	58.324.971	1.242.627.022	1.638.767	1.244.265.789
Aplicação do resultado do exercício de 2016:										
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	69.947.220	(11.622.249)	58.324.971	(58.324.971)	0	-	0
Distribuição de resultados a sócios	1.684.270	-	-	(2.337.781)	-	(2.337.781)	-	(653.511)	-	(653.511)
Aumento de capital por incorporação de reservas	32 40.943.450	-	-	(40.943.450)	-	(40.943.450)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	32 14.208.930	-	-	-	-	-	-	14.208.930	-	14.208.930
Diminuição de capital por reembolso a sócios	32 (4.316.165)	-	-	(148.675)	-	(148.675)	-	(4.464.840)	-	(4.464.840)
Aumento de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.839)	(57.839)
Outras Variações em Capital Próprio	(18.000)	-	-	(293.070)	(1.712.641)	(2.005.711)	-	(2.023.711)	-	(2.023.711)
Resultado Líquido	34 -	-	-	-	-	-	152.144.641	152.144.641	59.260	152.203.901
Rendimento integral consolidado do exercício de 2017	-	45.886.158	-	-	-	-	-	45.886.158	-	45.886.158
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.086.403.846	43.933.052	-	339.030.447	(173.787.296)	165.243.151	152.144.641	1.447.724.690	1.640.188	1.449.364.878
Impacto da aplicação da IFRS 9 (01/Jan/2018)	-	(19.133.133)	18.566.610	-	(14.619.204)	(14.619.204)	-	(15.185.727)	-	(15.185.727)
Saldos em 1 de Janeiro de 2018	1.086.403.846	24.799.919	18.566.610	339.030.447	(188.406.500)	150.623.947	152.144.641	1.432.538.963	1.640.188	1.434.179.151
Aplicação do resultado do exercício de 2017:										
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	83.066.438	69.078.203	152.144.641	(152.144.641)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	2.469.980	-	-	(3.062.180)	-	(3.062.180)	-	(592.200)	-	(592.200)
Aumento de capital por incorporação de reservas	32 48.476.845	-	-	(48.397.354)	-	(48.397.354)	-	79.491	-	79.491
Aumento de capital por entrada de novos sócios	32 25.179.672	-	-	-	-	-	-	25.179.672	-	25.179.672
Diminuição de capital por reembolso a sócios	32 (3.141.302)	-	-	(172.464)	-	(172.464)	-	(3.313.767)	-	(3,313.767)
Diminuição de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	(450.319)	(450.319)
Outras Variações em Capital Próprio	317.000	-	-	(463.499)	(5.156.714)	(5.620.213)	-	(5.303.213)	-	(5,303.213)
Resultado Líquido	34 -	-	-	-	-	-	112.352.571	112.352.571	76.407	112.428.978
Rendimento integral consolidado do exercício de 2018	-	(17.908.449)	(28.597.003)	-	-	-	-	(46.505.452)	-	(46,505.452)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.159.706.041	6.891.470	(10.030.393)	370.001.388	(124.485.011)	245.516.377	112.352.571	1.514.436.066	1.266.276	1.515.702.342

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-dez-18	31-dez-17
Resultado consolidado do exercício		112.352.571	152.144.641
<i>Itens que poderão ser reclassificados por resultados no futuro:</i>			
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido (actividade seguradora)	10 / 22	(6.971.818)	11.400.572
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido (actividade não seguradora)	10 / 22		8.919.482
Reavaliação de activos financeiros ao JVAORI, líquido	11 / 22	(14.962.822)	
<i>Itens que não serão reclassificados por resultados no futuro:</i>			
Remensurações de responsabilidades com benefícios definidos	51	2.927.880	3.153.766
Transferência para resultados por alienação		(26.468.160)	23.219.160
Depreciações de activos tangíveis reavaliados		3.144	
Outras reservas de reavaliação		(1.033.675)	(806.822)
Outros rendimentos integrais totais		(46.505.452)	45.886.159
Impacto da IFRS 9		(566.523)	-
Tota do rendimento integral consolidado do período		65.280.596	198.030.800
Atribuível ao grupo		64.926.320	198.461.033
Atribuível aos interesses que não controlam		141.056	(430.233)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinatura]
[Assinatura]
 AP Ramos
[Assinatura]

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	31-dez-18			31-dez-17		PASSIVO E CAPITAL	31-dez-18	31-dez-17
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	731.419.332	-	731.419.332	400.139.291	Recurso de bancos centrais	1.677.120.398	1.693.380.693	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.625.050	-	64.625.050	80.345.631	Passivos financeiros detidos para negociação	1.178	141.781	
Activos financeiros detidos para negociação				23.067.678	Recursos de outras instituições de crédito	161.444.173	241.704.988	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	380.950.823	-	380.950.823	-	Recursos de clientes e outros empréstimos	13.947.820.832	12.638.189.020	
Activos financeiros disponíveis para venda				6.008.045.778	Derivados de cobertura	45.399.348	0	
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.038.461.700	-	1.038.461.700		Provisões	21.260.527	26.506.322	
Aplicações em instituições de crédito	31.020	-	31.020	6.956.989	Passivos por impostos correntes	6.102.177	26.245.703	
Crédito a clientes	9.959.803.986	(471.102.055)	9.488.701.931	8.782.890.105	Passivos por impostos diferidos	1.566.569	9.881.509	
Títulos ao custo amortizado	4.835.913.307	(3.502.025)	4.832.411.283		Instrumentos representativos de capital	958.410	1.394.945	
Derivados de cobertura	40.723.495	-	40.723.495	334.274.074	Outros passivos subordinados	96.100.064	106.781.646	
Activos não correntes detidos para venda	353.053.843	(73.030.359)	280.023.483	0	Outros passivos	175.256.635	248.689.259	
Outros activos tangíveis	480.670.734	(258.414.784)	222.255.950	223.249.013	Total do Passivo	16.133.030.311	14.992.915.866	
Activos intangíveis	14.499.885	(14.290.994)	208.891	383.249	Capital	1.159.706.041	1.086.403.846	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	90.981.396	(107.475)	90.873.920	90.872.617	Variação de justo valor de activos financeiros ao JVAORI	(9.246.884)		
Activos por impostos correntes	17.383.135	-	17.383.135	3.788.889	Reservas de reavaliação	5.677.522	31.709.694	
Activos por impostos diferidos	132.641.383	-	132.641.383	138.361.211	Outras reservas e resultados transitados	260.596.543	178.449.554	
Outros activos	368.036.190	(30.961.030)	337.075.160	344.735.579	Lucro do exercício	108.023.023	147.631.144	
					Total do Capital	1.524.756.245	1.444.194.238	
Total do Activo	18.509.195.277	(851.408.721)	17.657.786.556	16.437.110.104	Total do Passivo e do Capital	17.657.786.556	16.437.110.104	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinaturas do Conselho de Administração Executivo]

Demonstrações Financeiras não auditadas.

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	31-dez-18	31-dez-17
Juros e rendimentos similares	407.205.631	407.803.371
Juros e encargos similares	(101.898.064)	(118.124.258)
Margem financeira	305.307.566	289.679.113
Rendimentos de instrumentos de capital	726.619	2.154.555
Rendimentos de serviços e comissões	165.299.816	159.759.716
Encargos com serviços e comissões	(12.856.765)	(11.638.124)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(13.761.596)	193.029
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15.813.081	79.188.933
Resultados de reavaliação cambial	2.016.994	1.332.732
Resultados de alienação de outros activos	4.517.580	2.134.312
Outros resultados de exploração	7.518.597	9.850.905
Produto bancário	474.581.892	532.655.171
Custos com pessoal	(179.004.446)	(176.753.376)
Gastos gerais administrativos	(135.598.941)	(127.193.017)
Depreciações e amortizações do exercício	(11.995.938)	(12.488.471)
Provisões líquidas de reposições e anulações	3.797.972	5.523.879
Imparidade do crédito a clientes (líquida de reposições e anulações)	(1.736.047)	(2.300.418)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito	(703.827)	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(645.490)	(12.131.207)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.346.117)	(5.654.839)
Resultado antes de impostos	147.349.058	201.657.722
Impostos		
correntes	(27.247.389)	(42.738.812)
diferidos	(12.078.646)	(11.287.766)
Resultado líquido do exercício	108.023.023	147.631.144

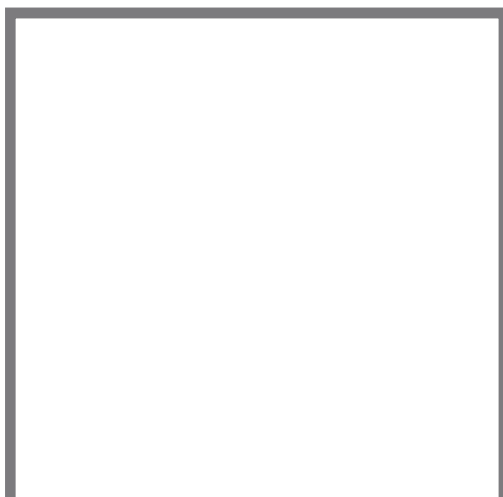
O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinatura]
José António
 Ramos
[Assinatura]

Demonstrações Financeiras não auditadas.



Anexos

VII. ANEXOS

7.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), composto pela Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (Caixa Central) e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhantes às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas que, com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – “GCA”), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, do Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

O Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central, instituição de crédito dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade consolidada do Grupo Crédito Agrícola, tendo sido elaboradas para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas do Banco de Portugal.

O Conselho de Administração Executivo da Caixa Central aprovou em 14 de Fevereiro de 2019, as demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de Dezembro de 2018. As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Associados a realizar no dia 25 de Maio de 2019.

A Assembleia Geral pode recusar a proposta dos membros do Conselho de Administração relativa à aprovação das contas e deliberar a elaboração de novas contas ou a alteração, em pontos concretos, dos apresentados.

No decorrer do exercício de 2018 mantiveram-se as actividades relacionadas com os reportes de natureza contabilística e prudencial sustentados em modelos de informação harmonizados no contexto europeu (FINREP/ COREP), bem como a realização periódica de diversos exercícios que, além de elementos de gestão interna do GCA, representam instrumentos de supervisão

prudencial por parte do regulador. Destacam-se a este nível o Plano de Financiamento e de Capital (*Funding and Capital Plan*), que visa a projecção dos principais agregados financeiros e prudenciais com o propósito principal de salientar as necessidades potenciais de capital e liquidez num teor vincadamente prospectivo, o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), que pretende avaliar e quantificar os principais riscos a que a instituição se encontra exposta, o processo de Auto-Avaliação de Adequação da liquidez interna (ICAAP) que compreendeu uma avaliação de risco em termos de liquidez, e o Plano de Recuperação com o objectivo de planificar previamente as medidas susceptíveis de serem adoptadas para evitar ou corrigir de forma tempestiva uma eventual situação de desequilíbrio financeiro.

No ano de 2018, verificou-se uma alteração no âmbito do SICAM decorrente da fusão entre a CCAM de Pernes, CRL e a CCAM de Alcanhões, CRL, ocorrida a 1 de Janeiro, originando a CCAM de Pernes e Alcanhões, CRL.

Assim, à data de 31 de Dezembro de 2018, as contas consolidadas integram as contas das 80 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas que com a Caixa Central, constituem o SICAM. O objecto destas entidades é a concessão de crédito e a prática dos demais actos inerentes à actividade bancária.

Fazem ainda parte do Grupo Crédito Agrícolas as entidades:

- Crédito Agrícola Imóveis Unipessoal, Lda que tem por objecto a detenção, gestão e administração de imóveis e ainda a compra de imóveis para revenda;
- CCAM Gestão de Investimentos e Consultoria, Unipessoal, Lda a prestação, em geral, de serviços de assessoria económica-financeira ou estratégica especializadas, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção ou gestão de empresas e a elaboração de estudos económico-financeiros;
- Seguradoras Crédito Agrícola Seguros, S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. dedicam-se à actividade de seguros para todos os ramos técnicos não vida (com excepção dos ramos aéreo, crédito e cauções) e ramo vida, respectivamente;
- A Crédito Agrícola S.G.P.S., S.A. e a Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S têm como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades do GCA;
- CA Informática – Serviços de Informática, S.A. que tem como objecto essencialmente a prestação de serviços de informática, incluindo a consultoria em matéria de selecção de software e hardware, o desenvolvimento e apoio ao desenvolvimento de aplicações, processamento de dados, formação de pessoal e prestação de serviços de consultoria em organização e gestão, bem como a comercialização e gestão de equipamentos e produtos informáticos;
- CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão – ACE tendo como objecto a prestação de serviços informáticos, operacionais, técnicos e de gestão de forma a complementar as actividades individuais e de grupo dos seus Agrupados;
- FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, em que o seu objecto social consiste na representação e no desenvolvimento do Crédito Agrícola Mútuo, no reforço do espírito de solidariedade e de cooperação entre as associadas, bem como na promoção, coordenação e realização de actividades de interesse comum para as mesmas, e, em

especial: i) representação das Caixas Agrícolas e das uniões regionais suas associadas perante quaisquer entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais na realização e defesa dos direitos e interesses das associadas; ii) promoção do cooperativismo no seio do Grupo;

- Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. que como sociedade de capital de risco tem como objecto principal a realização de investimentos em capital de risco traduzidos na aquisição de instrumentos de capital próprio e de instrumentos de capital alheio em sociedade com elevado potencial de desenvolvimento.

Fazem ainda parte do GCA os Fundos FEIIA CA Imobiliário, o FIIF CA Arrendamento Habitacional são fundos de investimento imobiliário cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, o FEIIF Imovalor CA é um fundo de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Selecta – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A.

Durante o ano de 2018 foi constituído uma nova empresa, a Rústicodivinal, Lda e subscrito o Fundo de Investimento Mobiliário Alternativo de Obrigações Fechado de Subscrição Particular “CA Institucionais”, detidos a 100% pelo Grupo Crédito Agrícola. Estas entidades passaram a integrar o perímetro de consolidação do GCA.

No final de 2018 ocorreu a fusão por incorporação da CA Consult na CCCAM GI, sem impacto no perímetro de consolidação, uma vez que estas entidades já consolidavam integralmente.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, do Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março e do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido acima, as entidades do Grupo Crédito Agrícola utilizam as Normas e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e que se encontram aprovadas pela União Europeia, efectivas para os períodos iniciados em 1 de Janeiro de 2018.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o GCA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor, como é o caso dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, instrumentos financeiros derivados,

propriedades de investimento e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo GCA, o que pode ter um impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na Nota 3.

Os montantes indicados encontram-se apresentados em Euros (excepto quando expressamente indicado), arredondados ao euro mais próximo.

2.2. Alterações às políticas contabilísticas e informação comparativa

A norma internacional de relato financeiro IFRS 9, publicada pelo International Accounting Standards Board (IASB), a vigorar desde 1 de Janeiro de 2018, abrange matérias relacionadas com a contabilização de instrumentos financeiros, em particular a sua classificação e mensuração e, portanto, o apuramento de perdas por imparidade. Os novos requisitos estabelecidos pela norma e remanescentes orientações regulamentares (e.g. Cartas Circulares do Banco de Portugal) resultaram em alterações às políticas contabilísticas do GCA sobre reconhecimento, classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros e de imparidade de activos financeiros. O GCA optou pelo diferimento da aplicação da IFRS 9 às entidades com actividade predominantemente seguradora, conforme previsto na alteração introduzida à IFRS 4, mantendo a aplicação dos princípios da IAS 39. De acordo com o “*carve-in*” efectuado pela União Europeia à extensão deste regime, à preparação das demonstrações financeiras de um conglomerado financeiro com entidades que operam no sector segurador, este diferimento também se aplicou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do GCA.

A iniciativa de implementação da IFRS 9 no GCA compreendeu as fases de análise de gaps, quantificação de impactos, desenho, construção e testes para os diversos vectores, incluindo a classificação e mensuração dos activos financeiros e a modelação na quantificação da imparidade, assim como, a gestão de dados e tecnologia, alterações de processos, a definição do modelo de governação e especificação do reporte. No âmbito da gestão da iniciativa, o GCA criou um comité com a responsabilidade de acompanhar o projecto e assegurar que o envolvimento de todas as áreas relevantes para o seu sucesso. Na sequência da especificação de requisitos funcional, foi concluída a primeira etapa de implementação, incluindo as matérias relacionadas com a política de investimento, testes de SPPI, modelização e quantificação da imparidade. Durante o primeiro semestre de 2018, o GCA concretizou a etapa de orquestração que visou ampliar a automatização do processo e a monitorização na gestão do modelo de apuramento da imparidade, com recurso a uma aplicação dedicada.

O GCA adoptou a IFRS 9 tal como emitida pelo IASB em 2014, em 1 de Janeiro de 2018, o que resultou na alteração das políticas contabilísticas e no ajustamento dos montantes

anteriormente reconhecidos nas demonstrações financeiras, com referência a 1 de Janeiro de 2018, não tendo havido lugar à reexpressão do período comparativo.

Acresce ainda que, tal como previsto nas alterações efectuadas pelo IASB à IFRS 4 – Contratos de Seguros, e endossada pela União Europeia em 3 de Novembro de 2018, com alterações respeitantes a seguradoras que consolidem em grupos financeiros, o Grupo optou por consolidar a informação respeitantes a CA Vida e CA Seguros de acordo com a IAS 39.

Para diferir a adopção da IFRS 9, as entidades de seguros devem garantir que os passivos relacionados com a actividade de seguros representam pelo menos 90% do total dos passivos da entidade de seguros. Tendo base a análise efectuada pelo GCA, tanto a CA Seguros como a CA Vida são elegíveis para diferir a adopção da IFRS 9, conforme tabela que se apresenta:

	31-dez-15	31-dez-18
Total de Passivo	1.957.866.117	1.293.648.047
Dos quais relacionados com a actividade seguradora:		
Mensurado de acordo com a IFRS 4;	1.624.585.110	1.142.273.982
Contratos de investimento mensurados ao justo valor através de resultados	252.277.846	66.557.902
Outros passivos relacionados com a actividade seguradora	14.028.968	19.280.822
<i>Rácio de predominância</i>	<u>96,6%</u>	<u>94,9%</u>

A adopção da IFRS 9, nas condições supramencionadas, resultou em alterações nas políticas contabilísticas quando comparado com a IAS 39 no que respeita: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

Tal como permitido pelas disposições transitórias da IFRS 9 os ajustamentos às quantias escrituradas dos activos e passivos financeiros em 1 de Janeiro de 2018, foram reconhecidos em resultados transitados e, por essa via, no capital próprio reportado.

De seguida apresenta-se os principais impactos provenientes da adopção da IFRS 9.

a) Reconciliação da demonstração da posição financeira

Conforme referido o GCA adoptou pela primeira vez em 1 de Janeiro de 2018 a IFRS 9 (com excepção da actividade seguradora) não reexpressando os comparativos. As alterações na classificação e mensuração dos activos relevam os seguintes impactos:

ACTIVO	31-dez-17	Classificação	Mensuração	01-jan-18
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	400.143.843			400.143.843
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80.372.528			80.372.528
Activos financeiros detidos para negociação (actividade seguradora)	26.584.581			26.584.581
Activos financeiros detidos para negociação (actividade não seguradora)	24.680.231	(24.680.231)		-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados (act seguradora)	88.159.652			88.159.652
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados (act não seguradora)	26.770	1.187.713.892	734.470	1.188.475.132
Activos financeiros disponíveis para venda (actividade seguradora)	1.653.281.005			1.653.281.005
Activos financeiros disponíveis para venda (actividade não seguradora)	5.726.128.256	(5.726.128.256)		-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		2.015.419.829	1.866.244	2.017.286.073
Aplicações em instituições de crédito	6.956.989			6.956.989
Crédito a clientes	8.720.954.205		(18.131.765)	8.702.822.440
Títulos de dívida ao custo amortizado		2.545.460.198	(1.260.901)	2.544.199.296
Activos não correntes detidos para venda	552.763.867			552.763.867
Propriedades de investimento	63.510.583			63.510.583
Outros activos tangíveis	237.497.995			237.497.995
Activos intangíveis	62.469.064			62.469.064
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	992.950			992.950
Activos por impostos correntes	5.648.259			5.648.259
Activos por impostos diferidos	141.522.276		3.068.225	144.590.501
Outros activos	196.746.742			196.746.742
	17.988.439.795	(2.214.569)	(13.723.727)	17.972.501.499

PASSIVO E CAPITAL	31-dez-17	Classificação	Mensuração	01-jan-18
Recursos de bancos centrais	1.693.380.693			1.693.380.693
Passivos financeiros detidos para negociação	141.781			141.781
Recursos de outras instituições de crédito	241.704.988			241.704.988
Recursos de clientes e outros empréstimos	12.585.684.620			12.585.684.620
Provisões	27.357.142		(752.568)	26.604.574
Provisões técnicas de contratos de seguros	1.346.108.600			1.346.108.600
Passivos por impostos correntes	27.687.297			27.687.297
Passivos por impostos diferidos	18.068.687			18.068.687
Instrumentos representativos de capital	1.394.945			1.394.945
Outros passivos subordinados	106.781.646			106.781.646
Outros passivos	490.764.518			490.764.518
Total do Passivo	16.539.074.917	-	(752.568)	16.538.322.349
Capital	1.086.403.846			1.086.403.846
Varição JV de activos financeiros ao JVAORI		16.160.666	2.405.944	18.566.610
Reservas de reavaliação	43.933.052	(19.893.534)	760.401	24.799.919
Outras reservas e resultados transitados	165.243.151	1.518.300	(16.137.504)	150.623.947
Lucro do exercício	152.144.641			152.144.641
Interesses que não controlam	1.640.188			1.640.188
Total dos Capitais Próprios	1.449.364.878	(2.214.568)	(12.971.159)	1.434.179.151
	17.988.439.795	(2.214.568)	(13.723.727)	17.972.501.500

Os impactos da implementação da IFRS 9 resultam essencialmente da reclassificação dos activos financeiros para as carteiras definidas de acordo com os modelos de negócios aprovados pelos Conselhos de Administração e do reconhecimento de perdas de imparidade esperadas de activos financeiros (crédito e carteira de títulos).

Na coluna da classificação encontram-se 50.661.341 Euros de classificação obrigatória sendo o remanescente de classificação voluntária. A classificação obrigatória deriva de instrumentos de capital, em que obrigatoriamente terão de ser contabilizados ao justo valor através de resultados. As reclassificações voluntárias dizem respeito a alocações dos títulos entre carteiras conforme os modelos de negócio definidos, existindo no momento da transição, a opção de diversos modelos de negócio.

b) Reconciliação de imparidade reconhecida em IAS 39 e IFRS 9

A tabela que se apresenta reconcilia o valor reportado de imparidade em IAS 39 com referência a 31 de Dezembro de 2017 e o valor de imparidade calculado tendo por base a IFRS 9, com referência a 1 de Janeiro de 2018, nomeadamente:

Imparidades	31-dez-17	Reclassificação para activos JVAR	Reclassificação para activos JVAORI	Remensuração de acordo com o modelo ECL	01-jan-18
Activos financeiros disponíveis para venda	3.438.324	(3.438.324)	-	-	3.438.324
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	1.866.244	1.866.244
Títulos de dívida ao custo amortizado	-	-	-	1.260.901	1.260.901
Imparidade para Crédito a Clientes	652.084.727	-	-	18.131.765	670.216.492
Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis	20.075.402	-	-	(752.568)	19.322.834
	675.598.454	(3.438.324)	-	20.506.342	696.104.796

As demonstrações financeiras de 2018 são em todos os aspectos materialmente relevantes comparáveis com as demonstrações financeiras que se apresentam no presente documento referentes ao período anterior, com excepção das alterações normativas que entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2018.

Adicionalmente, ocorreram em 2018 um conjunto de alterações às IAS/IFRS, as quais apresentamos de seguida, que não tiveram impacto significativo nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2018.

Impacto da adopção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2018:

- a) **IFRS 15** (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Não ocorreram impactos significativos no GCA.
- b) **Alterações à IFRS 15**, ‘Rédito de contratos com clientes’. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não ocorreram impactos significativos no GCA.
- c) **IFRS 4** (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja actividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e aplica-se às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. O GCA utilizou esta isenção relativamente às entidades seguradoras consolidadas.
- d) **IFRS 2** (alteração), ‘Classificação e mensuração de transacções de pagamentos baseados em acções’. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transacções de pagamentos baseados em acções liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em acções, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma excepção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em acções seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
- e) **IAS 40** (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.

- f) **Melhorias às normas 2014 – 2016.** Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.
- g) **IFRIC 22** (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da "data da transacção" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transacção” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transacções em moeda estrangeira.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 16** (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação reflectindo futuros pagamentos da locação e um activo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, excepto certas locações de curto prazo e de activos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um activo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. O GCA encontra-se a analisar e a avaliar o impacto da implementação desta norma.
- b) **IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta alteração introduz a possibilidade de classificar activos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados.
- c) **IFRIC 23** (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transacção específica, a entidade deverá efectuar a sua melhor estimativa e registar os activos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos contingentes e activos contingentes’, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. O GCA encontra-se a analisar e a avaliar o impacto da implementação desta norma, contudo não se estima um impacto significativo.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 19** (alteração), ‘Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos actualizados para determinar o custo do serviço actual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.
- b) **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade.
- c) **IFRS 3** (alteração), ‘Definição de negócio’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de actividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os accionistas. Passam a ser permitidos ‘testes de concentração’ para determinar se uma transacção se refere à aquisição de um activo ou de um negócio.
- d) **IAS 1 e IAS 8** (alteração), ‘Definição de material’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo ‘principais utilizadores das demonstrações financeiras’, sendo estes definidos como ‘actuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
- e) **Melhorias às normas 2015 – 2017** (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela

União Europeia. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.

- f) Estrutura conceptual**, ‘Alterações na referência a outras IFRS’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas a aprovação pela União Europeia. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de activo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, excepto se impraticáveis.
- g) IFRS 17** (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Apesar de algumas destas normas e interpretações já terem sido aprovadas/endossadas pela União Europeia, as mesmas ainda não foram adoptadas pelo GCA na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2018, dado que a sua aplicabilidade não é ainda obrigatória.

Os impactos da adopção futura destas normas estão ainda a ser avaliados e estimados pela gestão, contudo não se estimam impactos significativos nas demonstrações financeiras do GCA.

2.3. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho);
- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março (com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 188/2007, de 11 de Maio); e
- Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas. Regra geral qualificam como empresas subsidiárias aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital ou nas empresas onde a Caixa Central exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Consideram-se empresas associadas aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

a) Empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pela Caixa Central (Nota 4).

Ao nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o GCA exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, existe controlo quando o Grupo detém mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha controlo (empresas subsidiárias ou filiais), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As empresas subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método de consolidação integral, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos, assim como quaisquer instrumentos de capital emitidos, em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida. Os custos directamente atribuíveis à operação são registados como custo quando incorridos. Na data de aquisição os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

Quando a aquisição do controlo é efectuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transacção. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

Transacções subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transacção e o valor contabilístico da participação transaccionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% (mas inferior a 50% com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Os investimentos em associadas são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras consolidadas. As participações financeiras em empresas associadas são registadas subsequentemente pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos activos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro na Associada. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da Associada adquirida, a diferença é reconhecida como um ganho directamente na Demonstração do rendimento integral consolidado.

Caso a participação financeira numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a Demonstração dos resultados.

Na aplicação do método da equivalência patrimonial os ganhos ou perdas não realizadas em transacções entre o Grupo e as das Associadas são eliminados.

As políticas contabilísticas das Associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando a quota-parte das perdas de uma Associada excede o investimento na Associada, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da Associada.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

c) Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos, instrumentos de capital próprio emitidos, deduzido dos custos directamente atribuíveis à emissão. O goodwill refere-se à diferença apurada entre o justo valor do preço de aquisição de investimentos em subsidiárias, associadas, ou negócios, e o justo valor dos activos e passivos dessas empresas ou negócios à data da sua aquisição. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade, de acordo com o IAS 36, pelo menos uma vez por ano, não sendo amortizado. As perdas de imparidade de Goodwill não são reversíveis. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos líquidos

adquiridos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de caixa a que pertence, para efeitos de realização dos testes de imparidade. Quando o Grupo reorganiza a sua estrutura societária, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado goodwill, o processo de reorganização deverá envolver a realocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efectuada através de uma abordagem de valor relativo, face às novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

2.4. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os gastos e os rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço indicada pelo Banco de Portugal.

Os rendimentos e gastos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas.

Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de “fixing” indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;
- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

Os activos e passivos não monetários mensurados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado, sendo as diferenças cambiais resultantes apresentadas em resultados. As diferenças cambiais de activos financeiros disponíveis para venda são, no entanto, reconhecidas em outros rendimentos integrais, tais como as diferenças cambiais respeitantes a relações de cobertura de fluxos de caixa.

No quadro abaixo estão indicados os câmbios à data de balanço:

Moeda	Descrição da moeda	Taxa de Câmbio
AUD	Dólar Australiano	1,62277
BRL	Real do Brasil	4,44580
CAD	Dólar Canadano	1,56147
CHF	Franco Suiço	1,12700
CNY	Yuan Renmimbi da China	7,87780
CVE	Escudo de Cabo Verde	110,26500
DKK	Coroa Dinamarquesa	7,46750
GBP	Libra Esterlina	0,89418
JPY	Iene Japonês	125,92000
MOP	Pataca de Macau	8,45810
NOK	Coroa Norueguesa	9,94940
RUB	Rublo	79,74030
SCP	Libra Escocesa	0,89418
SEK	Coroa Sueca	10,24990
USD	Dólar Americano	1,14535
ZAR	Rand África do Sul	16,49080

c) Crédito a clientes

O crédito a clientes abrange os empréstimos concedidos a clientes, incluindo empréstimos titulados (ex. papel comercial), cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do empréstimo é adiantado ao cliente, sendo reconhecidos pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, seguindo o método da taxa de juro efectiva.

O GCA classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida a totalidade da dívida.

O crédito a clientes é desreconhecido de balanço quando (i) os direitos contratuais do GCA relativos aos respectivos fluxos financeiros se encontrem expirados, (ii) a Caixa Central transfira substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao crédito, ou (iii) mesmo que o GCA retenha uma parte dos riscos e benefícios associados aos créditos, o controlo sobre os mesmos tenha sido transferido.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros ganhos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade do crédito

O presente quadro regulamentar introduziu um conjunto significativo de alterações no modelo de quantificação da imparidade, com particular ênfase nos seguintes aspectos:

- i. Conceito de perda económica esperada no ciclo de gestão do risco da carteira de activos financeiros, determinada a partir de cenários macroeconómicos;
- ii. Definição de 'incumprimento' de acordo com o Artigo 178 da CRR, introduzida de forma faseada até 2021;
- iii. Quantificação da imparidade para empréstimos a Instituições de Crédito;
- iv. Revisão e introdução de novos parâmetros de risco (e.g. probabilidade de incumprimento, perda dado o incumprimento, factor de conversão de crédito, maturidade comportamental, pré-pagamento);
- v. Ajustamento dos principais segmentos da carteira de crédito com o objectivo de caracterizar os activos numa óptica de risco, de acordo com padrões homogéneos, em função da sua natureza (e.g. finalidade, comportamento), além de integrarem o resultado de modelos analíticos de scoring e rating.

Para a determinação das perdas por imparidade dos activos financeiros, em conformidade com o disposto na IFRS 9, recorre-se a metodologias de cálculo próprias que cumprem os requisitos regulamentares, ajustadas aos dados históricos e às características da carteira do Grupo Crédito Agrícola.

Um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade (e incorre em perdas por imparidade) quando o valor actual dos cash-flows esperados é inferior ao respectivo valor de exposição. Esta situação verifica-se quando:

- Existe evidência objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que ocorrem após o reconhecimento inicial do activo (evento de perda);
- Esses eventos têm impacto nos cash-flows futuros esperados, podendo ser estimados de forma fiável.

De acordo com a norma de relato financeiro IFRS 9, a avaliação de imparidade pode ter por base dois tipos de análise:

- i. Análise individual

Análise dos clientes com exposição significativa, através das fichas de avaliação (questionários) residentes na aplicação MOAI – Módulo de Análise Individual de Imparidade, sendo que os dados das análises individuais são validados e utilizados para o cálculo da imparidade em base individual.

Os critérios de selecção de clientes alvo de análise individual são os seguintes:

- a. Todos os clientes/ Grupo económico (GER) com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros e/ou crédito vencido (há mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.
- b. Cliente/ GER com classificação igual ou superior a nível 2 e responsabilidades superiores a 500.000 Euros;
- c. Cliente/ GER com exposição da conta corrente ou descoberto superior a 500.000 Euros e igual ou superior a 90% do limite contratado nos últimos 18 meses;
- d. Cliente/ GER com responsabilidades superiores a 500.000 Euros sem garantia real associada ou com LTV (*Loan-To-Value*) superior a 80%;

- e. Cliente/ GER com créditos reestruturados e com exposição de créditos reestruturados superior a 500.000 Euros.

- ii. Análise colectiva

Análise dos clientes/ GER que não se enquadram nos critérios de submissão ao processo de análise individual, sendo estes analisados em grupos homogéneos de risco através de métodos estatísticos. O modelo adoptado para o cálculo de imparidade tem por base um modelo de perda esperada, determinada a partir de cenários macroeconómicos, enquadrando necessariamente os activos em 3 níveis, consoante a evolução do seu risco de crédito face ao reconhecimento inicial.

Determinação do aumento significativo do crédito

Em cada período de referência o aumento significativo de risco de crédito é avaliado, comparando o risco actual de ocorrer um incumprimento ao longo da vida remanescente de um determinado contrato com a mesma medida de risco à data de originação da operação.

A determinação de aumento significativo de risco de crédito resulta da degradação da notação de risco, em particular a probabilidade de incumprimento associada, incluindo situações de crédito vencido entre 30 e 90 dias e créditos reestruturados não classificados em incumprimento.

Adicionalmente, considera-se exposições com baixo risco de crédito, sempre que o risco de crédito de um determinado instrumento financeiro não aumente significativamente desde o reconhecimento inicial nos casos em que se determine um baixo risco de crédito à data de relato. Deve acompanhar-se a evolução do risco de crédito destes instrumentos financeiros, quando estes sejam classificados como tendo baixo risco de crédito, de modo a identificar tempestivamente aumento significativo de risco de crédito e garantir que os mesmos mantêm as premissas de baixo risco de crédito em cada período de reporte.

Definição de incumprimento

A EBA emitiu orientações em 'Guidelines on the application of the definition of default under Article 178 of Regulation (EU) No 575/2013' que pretendem harmonizar a definição de incumprimento em todas as abordagens prudenciais da União Europeia. Neste sentido, contém um esclarecimento detalhado sobre a definição de incumprimento e a sua forma de aplicação, esclarece nomeadamente o método de contagem dos dias em atraso, indícios de incumprimento e condições de saída de incumprimento. A orientação é aplicável na sua totalidade a partir de 1 de Janeiro de 2021, pelo que as instituições devem incorporar os respectivos requisitos das nos seus procedimentos internos e sistemas até essa data de forma faseada e assegurar a consonância com os modelos internos de capital e gestão do risco.

A definição de incumprimento inclui o crédito vencido há mais de 90 dias, os reestruturados com mais do que uma reestruturação e a exposição onde existe previsibilidade de incumprimento (improbabilidade de pagamento) do devedor, que contempla critérios quantitativos e qualitativos, sobretudo no que se refere aos valores de referência considerados na sua activação, encontrando-se em sintonia com as orientações regulamentares para a identificação e marcação das dificuldades financeiras do cliente. Adicionalmente, existe efeito de contágio de incumprimento ('*cross default*') para a exposição de clientes empresariais.

Os critérios de saída de incumprimento respeitam períodos de quarentena.

Incorporação de informação *forward looking*

De acordo com a IFRS 9, devem ser definidos diversos cenários macroeconómicos por forma a obter um valor de perda esperada que reflecta uma visão não enviesada e ponderada da realidade. Neste sentido, foram definidos 3 cenários macroeconómicos (base, pessimista e optimista) cujas projecções e respectivas probabilidades se encontram estabelecidas por uma das principais Agências de Notação Externa (ECAI).

Por contrato, foram calculados valores de imparidade para cada um dos três cenários macroeconómicos configurados. O cálculo das perdas tem por base os correspondentes factores de risco por cenário. Adicionalmente, e de forma a obter uma estimativa de perda final, cada um dos cenários foi devidamente ponderado segundo a sua probabilidade de ocorrência.

Expected lifetime

No momento do reconhecimento inicial de um activo financeiro são apuradas as perdas de crédito esperadas para 12 meses (nível 1). Enquanto que se o risco de crédito de um activo financeiro 'aumentar de forma significativa' face ao momento inicial e a qualidade de crédito resultante desse aumento não for considerada como risco de crédito baixo (nível 2) ou verificar-se um aumento do risco de crédito de um activo financeiro, ao ponto deste ser considerado 'em imparidade' (nível 3) são reconhecidas as perdas esperadas para a respectiva vida útil.

d) Activos e Passivos financeiros (IFRS 9)

Conforme referido no ponto 2.2, o GCA optou por consolidar a informação respeitante à actividade seguradora de acordo com a IAS 39, pelo que esta alínea não é aplicável a esta actividade (ver alínea f)).

Alterações às políticas contabilísticas

Com a implementação da IFRS 9 com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018, os activos financeiros são classificados em três categorias em função do modelo de negócio associado à sua detenção, do tipo de instrumento financeiro (de dívida, de capital ou derivados) e das suas características, nomeadamente:

- Justo valor através dos resultados (JVAR);
- Justo valor através de outro rendimento integral (JVAORI); ou
- Custo amortizado.

A classificação de instrumentos de dívida e de capital, é conforme se apresenta:

i) Instrumentos de dívida

São considerados instrumentos de dívida aqueles que cumprem com a definição de passivo financeiro do ponto de vista do emitente, nomeadamente empréstimos, títulos de dívida pública e corporate, e contas a receber de clientes.

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida depende:

- (i) das características do fluxo de caixa do activo; e
- (ii) do modelo de negócio;

No caso de as características contratuais dos fluxos de caixa de um activo financeiro não corresponderem exclusivamente a capital e juros (critério SPPI – *Solely payments of Principal and Interest*) serão obrigatoriamente reconhecidos e mensurados ao justo valor através dos resultados.

Com base nesses factores, a Caixa classifica seus instrumentos de dívida em uma das três categorias de mensuração, nomeadamente:

ii) Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros de dívida ao justo valor através dos resultados são transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo.

Estes instrumentos, são reconhecidos inicialmente ao justo valor sendo os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

A mensuração dos activos financeiros ao justo valor tem por base os valores mais representativos do intervalo *bid/ask*. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “*discounted cash-flows*”. Quando são utilizadas técnicas de “*discounted cash-flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

Estes instrumentos financeiros de dívida ao justo valor através de resultados são desreconhecidos com a venda.

iii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos financeiros cujas características respeitem exclusivamente a capital e juros e o seu objectivo é o recebimento de fluxos de caixa contratuais e/ou a sua venda.

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são registados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente de justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio, designada “variação de justo valor de activos financeiros ao JVAORI”, até à sua venda, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de instrumentos de dívida são reconhecidos directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

A quantificação da imparidade para a carteira de títulos (instrumentos de dívida) tem por base a notação de risco e os factores de risco estabelecidos pelas principais agências de notação de risco de crédito, sendo contabilizado em rubrica específica no capital próprio por contrapartida de resultados.

iv) Instrumentos de dívida ao custo amortizado

Os instrumentos de dívida ao custo amortizado são instrumentos financeiros cujas características respeitem exclusivamente a capital e juros e o seu objectivo é o recebimento de fluxos de caixa contratuais até ao seu reembolso, nomeadamente títulos de dívida, aplicações em instituições de crédito, operações de compra com acordo de revenda e crédito a clientes (ver ponto correspondente).

Estes instrumentos mensurados ao custo amortizado são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros, bem como o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

No que respeita à quantificação da imparidade sobre a carteira de títulos (instrumentos de dívida) registadas ao custo amortizado, a mesma tem por base a notação de risco e os factores de risco estabelecidos pelas principais agências de notação de risco de crédito.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros, através do método da taxa de juro efectiva.

Para os instrumentos financeiros de dívida mensurados ao custo amortizado foram definidos limites máximos de venda com base na frequência, montante e proximidade ao vencimento. Durante o ano de 2018, as vendas não ultrapassam os limites definidos.

v) Instrumentos de capital

O GCA considera Instrumentos de capital todos os que do ponto de vista do emitente são classificados como capital próprio, isto é, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam um interesse residual nos activos líquidos do emissor.

Exemplos de instrumentos de capital próprio incluem acções ordinárias básicas.

Posteriormente, o GCA avalia todos os investimentos patrimoniais ao justo valor através de resultados, excepto quando o GCA elegeu, no reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento patrimonial ao justo valor através de outro rendimento integral. A política da Caixa é designar investimentos de capital como JVAORI quando os mesmos são mantidos com objectivos diferentes de gerar retorno através da sua venda.

Quando esta opção é utilizada, os ganhos e perdas do justo valor são reconhecidos em outro rendimento integral não sendo subsequentemente reclassificados para resultados, inclusive na sua alienação. Os dividendos, quando representam retorno sobre o capital investido são reconhecidos em resultados no momento em que o direito ao seu recebimento é estabelecido.

vi) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo justo valor na data da sua contratação, sendo subsequentemente mensurados ao justo valor através dos resultados (os ganhos e perdas de justo valor do exercício são contabilizados nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”). Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional. O justo valor é apurado do seguinte modo:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Contabilidade de cobertura

O banco aplica a partir de 1 de janeiro de 2018 as disposições da IFRS 9 em relação à Contabilidade de Cobertura.

Um relacionamento de cobertura só é elegível para contabilidade de cobertura se forem satisfeitos todos os seguintes critérios:

- a) O relacionamento de cobertura é constituído apenas por instrumentos de cobertura elegíveis e itens cobertos elegíveis;
- b) No início da relação de cobertura, existe designação e documentação formais relativamente ao relacionamento de cobertura e ao objectivo e estratégia da gestão de risco de efectuar a cobertura. Essa documentação deve incluir a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como o GCA vai avaliar se o relacionamento de cobertura satisfaz os requisitos de eficácia da cobertura (incluindo a sua análise das fontes de ineficácia da cobertura e a forma como determina o rácio de cobertura).

c) O relacionamento de cobertura satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura.

Cobertura de Justo Valor (Fair Value Hedge):

O ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura deve ser reconhecido nos resultados

O ganho ou perda de cobertura resultante do item coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto (se aplicável) e ser reconhecido nos resultados. Se o item coberto for um activo financeiro (ou uma componente do mesmo) que é mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou perda de cobertura resultante do item coberto deve ser reconhecido nos resultados. Porém, se o item coberto for um instrumento de capital próprio relativamente ao qual o GCA optou por apresentar as alterações no justo valor em outro rendimento integral, essas quantias devem permanecer em outro rendimento integral. Quando um item coberto é um compromisso firme não reconhecido (ou uma componente do mesmo), a alteração acumulada no justo valor do item coberto subsequente à sua designação é reconhecida como um activo ou passivo, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido nos resultados.

vii) Restrições de reclassificações entre categorias de activos financeiros, conforme IFRS 9

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de o GCA decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de activos financeiros.

Se o GCA reclassificar activos financeiros, essa reclassificação tem de ser aplicada prospectivamente a partir da data de reclassificação, de acordo com os seguintes critérios.

1. Se o GCA reclassificar um activo financeiro retirando-o da categoria de mensuração pelo custo amortizado e colocando-o na categoria de mensuração pelo justo valor através dos resultados, o seu justo valor é mensurado à data de reclassificação. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma diferença entre o anterior custo amortizado do activo financeiro e o justo valor deve ser reconhecido nos resultados.
2. Se o GCA reclassificar um activo financeiro retirando-o da categoria de mensuração pelo justo valor através dos resultados e colocando-o na categoria de mensuração pelo custo amortizado, o seu justo valor à data da reclassificação tornar-se a sua nova quantia escriturada bruta.
3. Se o GCA reclassificar um activo financeiro retirando-o da categoria de mensuração pelo custo amortizado e colocando-o na categoria de mensuração pelo justo valor em outro rendimento integral, o seu justo valor é mensurado à data de reclassificação. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma diferença entre o anterior custo amortizado do activo financeiro e o justo valor deve ser reconhecido em outro rendimento integral. A taxa de juro efectiva e a mensuração das perdas de crédito esperadas não são ajustadas como resultado da reclassificação.
4. Se o GCA reclassificar um activo financeiro retirando-o da categoria de mensuração pelo justo valor em outro rendimento integral e colocando-o na categoria de mensuração pelo custo amortizado, o ativo financeiro é reclassificado pelo seu justo valor à data da

reclassificação. No entanto, o ganho ou perda acumulado previamente reconhecido em outro rendimento integral é removido do capital próprio e ajustado em função do justo valor do activo financeiro à data da reclassificação. Como resultado, o activo financeiro é mensurado à data de reclassificação como se tivesse sido sempre mensurado pelo custo amortizado. Este ajustamento afecta o outro rendimento integral mas não afecta os resultados não constituindo, por conseguinte, um ajustamento de reclassificação. A taxa de juro efectiva e a mensuração das perdas de crédito esperadas não são ajustadas como resultado da reclassificação.

5. Se o GCA reclassificar um activo financeiro retirando-o da categoria de mensuração pelo justo valor através dos resultados e colocando-o na categoria de mensuração pelo justo valor em outro rendimento integral, o activo financeiro continua a ser mensurado pelo seu justo valor.

6. Se o GCA reclassificar um activo financeiro retirando-o da categoria de mensuração pelo justo valor em outro rendimento integral e colocando-o na categoria de mensuração pelo justo valor através dos resultados, o activo continua a ser mensurado pelo seu justo valor. O ganho ou perda acumulado previamente reconhecido em outro rendimento integral é reclassificado dos capitais próprios para os resultados como ajustamento de reclassificação à data da reclassificação.

Tanto a categoria de mensuração pelo custo amortizado como a categoria de mensuração pelo justo valor em outro rendimento integral exigem que a taxa de juro efectiva seja determinada no reconhecimento inicial. Ambas as categorias de mensuração exigem igualmente que os requisitos de imparidade sejam aplicados do mesmo modo. Por conseguinte, quando uma entidade reclassifica um activo financeiro entre a categoria de mensuração pelo custo amortizado e a categoria de mensuração pelo justo valor em outro rendimento integral:

a) O reconhecimento dos rendimentos com juros não é alterado e, por conseguinte, a entidade continua a aplicar a mesma taxa de juro efectiva;

b) A mensuração das perdas de crédito esperadas não se alterará, uma vez que ambas as categorias de mensuração aplicam a mesma abordagem no que se refere à imparidade. No entanto, se um activo financeiro for reclassificado da categoria de mensuração pelo justo valor em outro rendimento integral para a categoria de mensuração pelo custo amortizado, deve ser reconhecida uma provisão para perdas na forma de um ajustamento à quantia escriturada bruta do activo financeiro a partir da data de reclassificação. Se um activo financeiro for reclassificado da categoria de mensuração pelo custo amortizado para a categoria de mensuração pelo justo valor em outro rendimento integral, a provisão para perdas deverá ser desreconhecida (e, assim, deixar de ser reconhecida como um ajustamento à quantia escriturada bruta), sendo, em vez disso, reconhecida como uma quantia por imparidade acumulada (de igual quantia) em outro rendimento integral e divulgada a partir da data de reclassificação.

Contudo, o GCA não é obrigado a reconhecer separadamente os rendimentos de juros ou os ganhos ou perdas por imparidade resultantes de um activo financeiro mensurado pelo justo valor através dos resultados. Consequentemente, quando uma entidade reclassifica um activo

financeiro retirando-o da categoria de mensuração pelo justo valor através dos resultados, a taxa de juro efectiva é determinada com base no justo valor do activo à data da reclassificação

Classificação dos passivos financeiros de acordo com a IFRS 9

O GCA classifica todos os passivos financeiros como subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, à exceção de:

- a) Passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados. Esses passivos, incluindo os derivados que sejam passivos, são mensurados pelo justo valor;
- b) Passivos financeiros decorrentes da transferência de um ativo financeiro que não satisfaz as condições para o desreconhecimento, em que se continua a reconhecer o ativo transferido na sua totalidade e é reconhecido um passivo financeiro pela retribuição recebida. Em períodos subsequentes, reconhece-se qualquer rendimento do activo transferido e qualquer gasto incorrido com o passivo financeiro;
- c) Contratos de garantia financeira;
- d) Compromissos de concessão de um empréstimo a uma taxa de juro inferior à do mercado.

O GCA pode ainda no reconhecimento inicial, contabilizar irrevogavelmente um passivo financeiro como mensurado pelo justo valor através dos resultados quando um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, ou quando tal resultar em informação mais relevante, pelo facto de:

- a) Eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada «divergência contabilística») que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases;
- b) Um grupo de passivos financeiros ou ativos financeiros e passivos financeiros ser gerido e o respetivo desempenho ser avaliado com base no justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo ser fornecida internamente ao pessoal-chave responsável pela gerência da entidade nessa base.

Desreconhecimento de passivos financeiros:

Uma entidade deve remover um passivo financeiro (ou uma parte de um passivo financeiro) da sua demonstração da posição financeira quando, e apenas quando, este for extinto — isto é, quando a obrigação especificada no contrato for satisfeita ou cancelada ou expirar.

e) Anulações / Abates de Capital e Juros

Nos termos da IFRS 9, o montante escriturado bruto de um activo financeiro é reduzido quando não existem expectativas razoáveis de recuperação. Uma anulação de crédito constitui um evento de desreconhecimento. A anulação pode incidir sobre o activo financeiro na sua totalidade ou sobre apenas uma parte do mesmo. Por conseguinte, o montante escriturado bruto de um activo financeiro é reduzido no montante da anulação. Um activo financeiro deve ser anulado (abatido ao activo), no seu todo ou em parte, no período em que o empréstimo, ou uma fracção do mesmo, é considerado irrecuperável. Ao avaliar a recuperabilidade de créditos não produtivos e determinar os métodos internos de anulação, é dada atenção às situações particulares indicadas a seguir: posições com atrasos prolongados no reembolso e posições objecto de processo de insolvência.

O GCA entende que devem ser mantidos os registos pormenorizados de todos os processos de anulação de créditos incobráveis, as bases de dados que reúnem informação sobre processos de anulação de créditos considerados incobráveis devem preencher requisitos de profundidade, amplitude, fiabilidade, actualidade e rastreabilidade e a informação recolhida nas bases de dados deve ser integrada em relatórios de gestão, de forma a garantir que os relatórios e outra documentação (recorrente ou pontual) pertinentes para o processo de tomada de decisões aos vários níveis de direcção, incluindo ao nível do órgão de administração, assentam em informação actual, completa e coerente.

Surgem obrigatoriamente elegíveis para anulação as operações de crédito com as seguintes características não cumulativas:

- Nível de cobertura por imparidade superior a 80% nos créditos com colaterais imobiliários (hipoteca).
- Nível de cobertura por imparidade superior a 70% nos restantes créditos.

Deve-se, no entanto, salvaguardar os casos em que os clientes registem bom cumprimento no âmbito de acordos judiciais, PER (processo especial de revitalização) ou planos de insolvência que foram homologados e transitados em julgado, não sendo, desta forma, nestes casos, viável a sua anulação.

Os procedimentos de anulação de créditos incobráveis obedecem aos seguintes requisitos:

- i) O crédito deve encontrar-se totalmente coberto por imparidades (provisionado a 100%). Nos casos em que o grau de cobertura da exposição por imparidade seja inferior a 100% devem ser constituídas as necessárias imparidades até este limiar;
- ii) Tendo sido exigido o vencimento da totalidade do crédito e desenvolvidos os principais esforços de cobrança considerados adequados, as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas num horizonte temporal em que possam ser razoavelmente estimadas, conduzindo assim a uma elevada taxa de cobertura por imparidade e/ ou a existência de incumprimento por um período de tempo prolongado.

Em termos contabilísticos, a anulação de créditos considerados incobráveis dá origem ao respectivo reconhecimento em contas extrapatrimoniais (cfr. Carta Circular nº CC/2017/0000020), os quais ali deverão permanecer até que decorra o prazo de prescrição efectiva da dívida (prazo ordinário de 20 anos, de acordo com o artigo 309º do Código Civil) ou,

por algum motivo, se extinga juridicamente o direito ao recebimento daqueles créditos (ex. recuperação da dívida, remissão da dívida, entre outros).

f) Outros activos e passivos financeiros (IAS 39)

Conforme referido no ponto 2.2, o GCA optou por consolidar a informação respeitante à actividade seguradora de acordo com a IAS 39, pelo que esta alínea é apenas aplicável a esta actividade e ao exercício de 2017, dado que o GCA não aplicou a IFRS 9 retrospectivamente à data de início do período comparativo.

Os activos e passivos financeiros são contabilizados de acordo com as disposições da IAS 39, dependendo a sua classificação na data de reconhecimento inicial das suas características e da respectiva intenção de aquisição/detenção.

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição.

Os activos financeiros são reconhecidos no momento inicial ao justo valor, ao qual se adicionam os custos de transacção, excepto no caso dos activos financeiros detidos para negociação, os quais são reconhecidos de imediato em resultados.

Estas categorias de activos são desreconhecidas quando (i) expiram os direitos contratuais do GCA ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o GCA tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o GCA tenha transferido o controlo sobre os activos.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

O justo valor dos activos financeiros transaccionados em mercados activos é o seu “*bid-price*” ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “*discounted cash-flows*”.

Quando são utilizadas técnicas de “*discounted cash-flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que o Grupo optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados são desreconhecidos com a venda.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de instrumentos de dívida são reconhecidos directamente em resultados do período, enquanto que os ganhos ou perdas cambiais de instrumentos de capital próprio são reconhecidos directamente em reservas.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

O GCA efectua análises periódicas de imparidade relativamente aos seus activos financeiros. Quando existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados e fundos de investimento, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos, considerando-se como tal uma depreciação de valor por tempo superior a 12 meses ou de valor superior a 30%, respectivamente.

Para títulos não cotados, é considerado evidência objectiva de imparidade a existência de eventos com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por

imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

iii) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do Grupo mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

iv) Aplicações em instituições de crédito

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzidos de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, é utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial. A taxa de juro efectiva calculada para um activo financeiro com esta natureza não é alterada em períodos de relato subsequentes.

v) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, com excepção dos derivados, passivos financeiros detidos para negociação (por exemplo, posições curtas) que são classificados ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultado.

Os passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos

na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

A classificação dos passivos financeiros de acordo com a IFRS 9 não difere das políticas contabilísticas estabelecidas na IAS 39.

Desreconhecimento dos Passivos Financeiros no âmbito da IAS 39 e registo de impactos de modificação:

O GCA desreconhece um passivo financeiro (ou uma parte de um passivo financeiro) na sua demonstração da posição financeira quando, e apenas quando, for extinto — isto é, quando a obrigação especificada no contrato for satisfeita ou cancelada ou expirar.

Uma troca entre um mutuário existente e um mutuante de instrumentos de dívida com termos substancialmente diferentes é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo financeiro. De modo semelhante, uma modificação substancial nos termos de um passivo financeiro existente ou de uma parte do mesmo (seja ou não atribuível à dificuldade financeira do devedor) é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo financeiro.

1. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro (ou de parte de um passivo financeiro) extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

2. Se o GCA recomprar uma parte de um passivo financeiro, deve imputar a quantia escriturada anterior do passivo financeiro entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que é desreconhecida com base nos justos valores relativos dessas partes à data da recompra. A diferença entre a) a quantia escriturada imputada à parte desreconhecida e b) a retribuição paga, incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos, pela parte desreconhecida é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são mensurados ao custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

Outros activos tangíveis	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente nos termos da IAS 8.

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento, dos dois o mais baixo.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

h) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Os activos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o GCA.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O GCA regista em “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em recuperação de crédito (ex. dação em pagamento, arrematação

judicial, outros), sendo registados pelo menor entre o valor acordado no contrato, o qual corresponde geralmente ao valor da dívida existente que se extingue, e o valor de avaliação do bem na data da operação. Os imóveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato de promessa de dação, arrematação, outro.

Poderão ainda ser registados como “Activos não correntes detidos para venda” imóveis anteriormente registados no activo tangível, a partir do momento em que a realização esperada daquele activo passe a ser através da venda e desde que estejam cumpridos os critérios da IFRS 5.

Para estes activos existe a expectativa de venda no prazo de 12 meses estando activamente em venda e o preço é regularmente analisado e se necessário ajustado.

Em excepção ao enquadramento no parágrafo acima referido, os imóveis que apresentem a existência de “ónus” impeditivo de venda, são enquadrados em “Outros Activos”, de acordo com o mencionado no parágrafo 7 da IFRS 5 “Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas”:

Para que este seja o caso, o activo (ou grupo para alienação) deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente sujeito Apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para vendas de tais activos (ou grupos para alienação) e a sua venda deve ser altamente provável.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

j) Propriedades de investimento

O GCA regista em “Propriedades de investimento” os imóveis detidos pelo GCA não utilizados na actividade e identificados como sendo geradores de receita, isto é, sobre os quais existe o objectivo de obter rendimento. Os imóveis encontram-se mensurados ao justo valor.

Os gastos e rendimentos obtidos em propriedades de investimento do Grupo Crédito Agrícola são registados na rubrica de demonstração de resultados “Outros resultados de exploração”.

k) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos associados a processos judiciais com base na avaliação de probabilidade de condenação dos Advogados que acompanham os processos e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA, assim como provisões para garantias prestadas e compromissos irrevogáveis. O valor das garantias prestadas e compromissos irrevogáveis é registado em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo reconhecidas provisões sobre esses montantes conforme alínea c).

As provisões para outros riscos e encargos são constituídas com base nos pressupostos da IAS 37 - “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”, correspondentes a passivos ou obrigações presentes, com elevada probabilidade de ocorrência futura ou passivo cuja liquidação se espera que resulte num dispêndio de recursos. O seu elevado grau de certeza obriga ao registo de provisões, não podendo ser apenas divulgado como um “passivo contingente”.

É considerado o efeito do desconto financeiro pela actualização das provisões.

l) Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

m) Outros passivos subordinados

Os empréstimos subordinados estão registados na rubrica “Outros passivos subordinados”. Os empréstimos subordinados são relevados ao custo amortizado.

n) Benefícios dos empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Em Dezembro de 2018 o contrato constitutivo do Fundo de Pensões foi alterado no sentido de incluir a cobertura de responsabilidades com pré-reformas, relativamente a acordos que forem celebrados a partir de 1 de Janeiro de 2019.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo

dos tempos de serviço passado e total;

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do Projected Unit Credit para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

As entidades que constituem o SICAM registam anualmente a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada por actuário da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscritos.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões. Todos os colaboradores que subscreveram o ACTV têm direito aos cuidados de saúde assim como os seus familiares.

Decorrente da aplicação do IAS 19 Revisto (como início no exercício de 2013), as remensurações (anteriormente denominadas ganhos e perdas actuariais) resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidas na sua totalidade como um rendimento integral do respectivo exercício em que ocorrem, sendo registado numa rubrica de resultados transitados.

Os valores registados em resultados do exercício, são apurados da seguinte forma:

- Custo do Serviço: O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações;
- Juro Líquido: O juro líquido é determinado pela multiplicação da taxa de desconto pelo passivo (activo) líquido de benefícios definidos (ambos determinados no início do período de relato anual, tendo em conta qualquer variação do passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período em consequência do pagamento de contribuições e benefícios);

Plano de contribuição definida

De acordo com o n.º 1 da cláusula 50ª do Acordo Colectivo entre as seguradoras outras e o Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora (STAS) e outro (adiante também designado por ACT), ao qual a CA Vida e a CA Seguros aderiram, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) n.4 de 29 de Janeiro de 2016, “todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contrato de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de

um plano individual de reforma, e caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis à empresa”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão colectiva ao fundo de pensões abeto CA Reforma Garantida.

Tendo em conta o disposto no anexo V do referido ACT, a Companhia, em 2018, efectuou contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente à taxa de 3,25% aplicada sobre o ordenado anual do trabalhador.

A primeira contribuição anual do empregador para o Plano Individual de Reforma verificar-se-á, para os trabalhadores em efectividade de funções, no ano seguinte àquele em que completem 2 anos de prestação de serviço efectivo na empresa.

No caso do contrato de trabalho ter sido celebrado a termo resolutivo, a primeira contribuição anual do empregador apenas terá lugar no ano civil subsequente ao da conversão do contrato a termo em contrato de trabalho sem termo e cumprido que esteja o período de carência de 2 anos previsto acima.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora. Trata-se de um plano de contribuição definida, sendo os benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados determinados pelas contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos actuarial e de investimento recairão nos empregados, sem prejuízo da garantia de capital investido, referida acima.

Dado que a obrigação da Companhia (Associada) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respectiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efectuadas.

m) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método Projected Unit Credit. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O impacto das remensurações estimadas em cada exercício é registado em resultados do exercício.

n) Impostos sobre os lucros

As entidades pertencentes ao SICAM são tributadas individualmente, estando sujeitas ao regime fiscal previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). Dentro do GCA existe também um grupo de entidades que é tributado ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no Código do IRC.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados em outros períodos.

Os activos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base fiscal. Os créditos fiscais também são registados como activos por impostos diferidos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a empresa mãe tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros valorizados através de outro rendimento integral). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

o) Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

1) Como locador:

Enquanto locador, os activos alienados em regime de locação financeira são desreconhecidos do balanço, sendo registado um crédito concedido como “Crédito a clientes” (quantia equivalente ao valor de investimento líquido efectuado nos bens locados, juntamente com qualquer residual não garantido a favor do GCA), o qual é reembolsado através das amortizações

de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como rendimentos financeiros em “Juros e rendimentos similares”, com base numa taxa de retorno periódica constante, calculada sobre o valor do investimento líquido referido.

2) Como locatário:

Na esfera do locatário, os activos detidos em regime de locação financeira são registados no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato em “Outros activos tangíveis”, sendo depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período de locação quando a Caixa Central não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado, quando a Caixa Central tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato. É igualmente registada no passivo a responsabilidade perante o locador, a qual vai sendo reduzida pelo capital amortizado nas rendas. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

p) Locação operacional

O GCA apenas actua em contractos de locação operacional como locatário, sendo nesses contractos efectuado o registo mensal da renda relativa a cada contrato que reflecte o custo de utilização dos equipamentos em Gastos Gerais Administrativos.

q) Seguros

1) Contratos de Seguro

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afecte de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida puros).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro, não tendo risco de seguro significativo. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puramente financeiros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados), continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

As operações de resseguro e co-seguro são reconhecidas de acordo com o principio da especialização dos exercícios, pelo que quando o recebimento ocorre em momento diferente do período a que respeita, as operações são registadas como valor a receber numa rubrica de activo.

2) Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas, são as seguintes:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não expirados à data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objectivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método prorata temporis aos prémios brutos emitidos.

Ao montante calculado da provisão para prémios não adquiridos é deduzido a parte do custo a diferir das remunerações pela mediação de seguros e de outros custos de aquisição.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência, de despesas e de rendimentos, de acordo com o definido pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (“*IBNR-Incurred but not reported*”) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pelo GCA com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração e geral), foram efectuadas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem participados após o fecho do exercício. A provisão para custos de gestão de sinistros é calculada utilizando o método do custo médio.

Considerou-se ainda uma provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho, relativa às seguintes responsabilidades com sinistros ocorridos até 31 de Dezembro: (i) pensões a pagar já homologadas pelo Tribunal do Trabalho; (ii) pensões a pagar com acordo de conciliação já realizado; (iii) pensões de sinistros já ocorridos mas que se encontram pendentes de acordo final ou sentença. As provisões matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de acidentes de trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais baseados em métodos actuariais reconhecidos e na legislação laboral vigente.

Adicionalmente, constitui-se uma provisão matemática para fazer face: (i) às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento; e (ii) a sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões para sinistros não são reconhecidas pelo seu valor actual, com excepção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, actualizados a uma taxa de desconto de 3,25%.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo GCA, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo GCA.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido registadas em activo, são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

vi) Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades da Companhia e os valores actuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos actuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para cada uma das modalidades.

De acordo com estas notas técnicas, a provisão é calculada com base na tábua de mortalidade GKM80 e com as taxas de juro técnicas definidas para cada modalidade.

vii) Provisão para estabilização de carteira do ramo vida

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis, que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

viii) Provisão para compromissos de taxa do ramo vida

A cada data de reporte, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Essa avaliação é efectuada tendo por base a projecção dos cash-flows futuros associados a cada contrato, descontados considerando a estrutura temporal de taxas de juro disponibilizada pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, (EIOPA) para efeitos de cálculos de Provisões Técnicas no âmbito do regime Solvência II, sendo feita produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma diferença entre os valores das responsabilidades e a projecção de cash-flows futuros descontados, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

ix) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, através do reconhecimento de uma responsabilidade, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizados quando se realizarem.

Esta provisão corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a Seguros de Vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos, designadamente mediante a inclusão na provisão matemática dos contratos.

x) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionarieidade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

xi) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

xii) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos da IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos cash flows futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os cash flows associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado sem risco dos cash-flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes cash-flows futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas prudentes em utilização, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade. Esta análise é feita em separado para os produtos de Vida Risco e Capitalização.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base na taxa de juro de mercado sem risco. Com base nas taxas de rendimento obtidas são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Provisões para Sinistros:

São projectados os *cash flows* futuros do *run-off* da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os *cash flows*, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequação das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xiii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e

de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

t) Rédito

Rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

Comissões de instrumentos financeiros

O reconhecimento de comissões associadas a instrumentos financeiros dependerá do objectivo subjacente à sua cobrança.

Distinção entre:

- Comissões que fazem parte da taxa de juro efectiva do instrumento financeiro (“Método da taxa de juro efectiva”)
- Comissões que são recebidas de acordo com a prestação do serviço (“Método de reconhecimento linear pelo prazo da operação”)
- Comissões cobradas no momento de execução de um acto significativo (“Reconhecimento no momento”)

As comissões associadas a contratos de crédito pagas no momento inicial do empréstimo são diferidas e registadas numa rubrica de “Receitas com rendimento diferido”, sendo posteriormente registadas em rendimento do exercício ao longo da vida útil dos contratos de crédito e de acordo com o plano financeiro dos empréstimos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa de juro efectiva em “comissões recebidas” ou “comissões pagas”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem à compensação pela execução de actos únicos.

u) Passivos e activos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de existir uma saída de exfluxo económico.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados quando relevantes e for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal exercível não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser exercível no decurso normal da actividade, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do Grupo ou da contraparte.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da Demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes, engloba os valores registados no balanço nas rubricas de caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito, com maturidade inicial inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e não sujeitas a riscos de flutuação de valor.

O Grupo classifica os fluxos de caixa para compra e alienação de activos de investimento nos seus fluxos de caixa operacionais, dado que as compras têm origem nos fluxos de caixa associados ao início de contratos de seguro e de investimento, líquido dos fluxos de caixa para pagamentos de benefícios de seguro e sinistros, bem como de benefícios de contratos de investimento.

t) Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de um grupo:

a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);

b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;

c) Sobre a qual esteja disponível informação financeira discreta.

Considerando as actividades desenvolvidas pelo Grupo e a agregação da informação utilizada para as tomadas de decisão pelo Conselho de Administração Executivo, a gestão definiu como segmentos operacionais os identificados na Nota 5.

u) Capital social

Os títulos de capital nominativos são contabilizados no capital social. Os Estatutos das Caixas de Crédito Agrícolas prevêm as condições de exoneração dos associados assim como a entrada de novos sócios (ver Nota 32).

v) Justo valor dos instrumentos financeiros

Como previsto na norma IFRS 13 os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Cotações em mercado activo

Neste nível englobam-se os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos que utilizam dados observáveis no mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Englobam-se neste nível os instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente inputs não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento ou valorizados com base em bids indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização.

Para os itens classificados neste nível, os pressupostos utilizados para a obtenção do justo valor foi o preço/cotação de venda da última transacção efectuada entre partes não relacionadas.

3) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do GCA são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

O uso de estimativas e pressupostos, por parte da gestão, mais significativas são as seguintes:

(E) Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, os instrumentos financeiros são valorizados com base em *bids* indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização ou de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente *inputs* observáveis em mercado com impacto significativo na valorização do instrumento (ver Notas 8, 9, 10, 15).

(E) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas (ver Nota 50).

(E) Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir dentro do prazo de reporte estabelecido pela lei resultados fiscais positivos que possam absorver tais prejuízos fiscais. Para este efeito são efectuados julgamentos para determinar o montante de activos por impostos diferidos que pode ser reconhecido, tendo por base as projecções de resultados fiscais futuros que são, por sua vez, construídas com base em projecções económico-financeiras em condições de incerteza. Caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de ajustamento ao valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros (ver Nota 22).

(E) Avaliação de activos imobiliários

O serviço de avaliações é prestado por peritos independentes, registados na CMVM e com qualificações, reconhecida competência e experiência profissional, adequadas ao desempenho das respectivas funções.

Os procedimentos de avaliação pressupõem a recolha de informação rigorosa, quer de documentação actualizada, quer numa inspecção do imóvel e zona envolvente, quer na análise do mercado, transacções, relação oferta/procura e perspectivas de desenvolvimento. O tratamento da informação permite a adopção de valores base para o cálculo, por aplicação dos métodos e sua comparação.

O valor de realização dos activos está dependente da evolução futura das condições do mercado imobiliário (ver Notas 19, 23).

(E) Imparidade de imóveis de serviço próprio

Os imóveis de serviço próprio encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. As avaliações dos imóveis de

serviço próprio, utilizadas na realização dos testes de imparidade, foram efectuadas com o pressuposto da continuidade das operações e utilizando o método do custo da reposição depreciado (ver Notas 19).

(E) Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.3. s) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo (ver Nota 27).

(E) Imparidade na carteira de crédito a clientes e com responsabilidades extrapatrimoniais

O GCA efectua uma avaliação periódica da sua carteira de crédito a clientes, bem como das suas responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis, de forma a avaliar a existência de evidência de imparidade, tendo por base o modelo de imparidade do GCA (ver Notas 14 e 26).

Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar a necessidade de registo de perdas por imparidade.

Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através de análises em grupos homogéneos de risco através de métodos estatísticos. O modelo adoptado para o cálculo de imparidade tem por base um modelo de perda esperada, determinada a partir de cenários macroeconómicos, enquadrando necessariamente os activos em 3 níveis, consoante a evolução do seu risco de crédito face ao reconhecimento inicial.

O processo de avaliação da carteira de crédito a clientes e das responsabilidades extrapatrimoniais, de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, as notações de risco, as taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados.

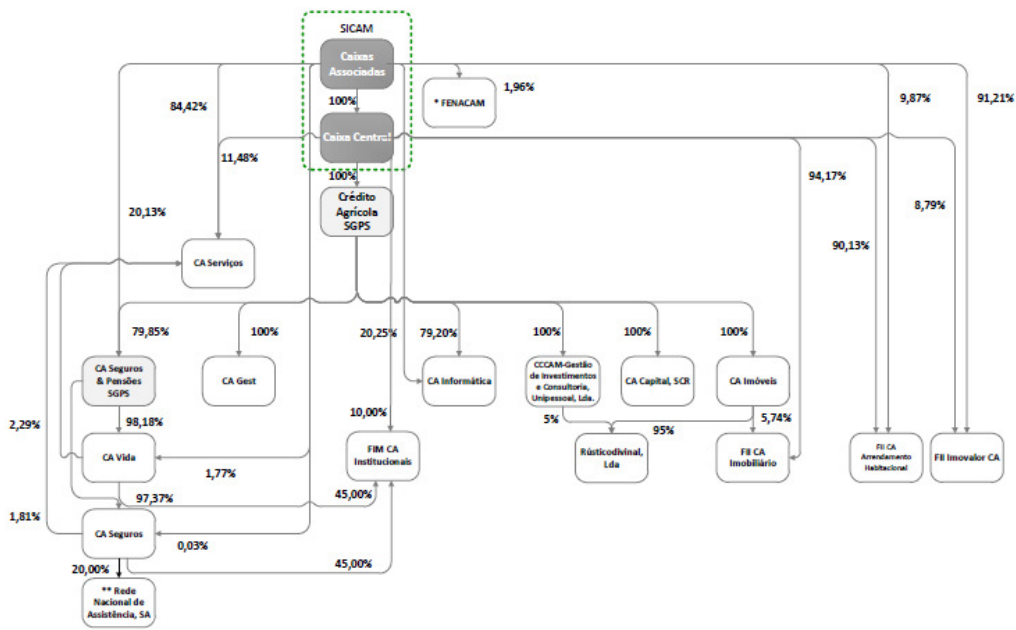
(E) Valorização dos Activos não correntes detidos para venda (imóveis)

Os activos contabilizados em activos não correntes detidos para venda estão todos em condição de venda imediata. Os imóveis encontram-se activamente em venda, existindo a expectativa de venda no prazo de 12 meses.

A valorização destes activos, e consequentemente as perdas por imparidade, encontra-se suportada em avaliações realizadas por peritos avaliadores independentes, as quais incorporam diversos pressupostos nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário, melhor uso do imóvel, e quando aplicável expectativas quanto ao desenvolvimento de projectos imobiliários, e considera ainda as intenções do Banco sobre a comercialização destes activos. Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e consequentemente na determinação da imparidade (ver Nota 17).

4) Empresas do grupo

Em 31 de Dezembro de 2018, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:



(*) A FENACAM detém 98,02% do seu próprio capital.
 (***) Consolidação por método de equivalência patrimonial.

	2018					Método de consolidação
	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	1.506.745.453	15.918.937.526	91.440.741	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	316.805.264	9.543.420.523	13.997.957	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	2.683.244	3.144.213	219.733	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	4.235.976	46.226.568	(3.028.270)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	5.313.957	8.005.696	163.933	99,98%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola Informática-Serviços de Informática S.A.	7.586.851	17.294.911	338.400	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. ⁽²⁾	988.096	1.034.921	(33.957)	100,00%	100,00%	Integral
Fundos de investimento						
FEIIA CA Imobiliário	154.108.533	156.975.431	(8.829.190)	94,17%	99,91%	Integral
FIIF CA Arrendamento Habitacional	62.949.381	64.044.610	458.031	100,00%	100,00%	Integral
FEIIF ImoValorCA	36.600.650	36.843.278	(1.213.149)	100,00%	100,00%	Integral
FIM Alternativo de Obrigações Fechado CA Institucionais	19.786.777	19.801.215	(213.223)	100,00%	100,00%	Integral
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	44.108.790	214.205.417	2.715.459	97,40%	97,38%	Integral
Crédito Agrícola Vida	100.961.208	1.224.512.629	6.823.382	99,95%	99,93%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE	-	78.357.775	-	94,53%	99,90%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	65.482.760	195.392.801	(524.484)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Seguros & Pensões SGPS S.A.	130.889.058	147.896.472	2.496.994	99,98%	99,98%	Integral
CCCAM Gestão de Investimentos e Consultoria, Unipessoal Lda	485.653	14.779.241	(636.609)	100,00%	100,00%	Integral
Rústicodivinal, Lda	4.480	4.480	(520)	100,00%	100,00%	Integral
RNA - Rede Nacional de Assistência, S.A.	7.276.287	14.095.745	2.316.535	20,00%	19,48%	Eq. Patrimonial

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2018 (saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação)

⁽¹⁾ Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

⁽²⁾ Em Janeiro de 2019 esta entidade alterou a sua designação para CA Capital, SCR, S.A.

As sedes e actividades de negócio das entidades do Grupo são as seguintes:

A Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Crédito Agrícola S.G.P.S. S.A., a Crédito Agrícola Imóveis, Sociedade Imobiliária Unipessoal, Lda, a CCCAM Gestão de Investimentos e Consultoria, Unipessoal Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

Constitui objecto da Caixa Central a concessão de crédito e a prática dos demais actos inerentes à actividade bancária. A Crédito Agrícola Imóveis Unipessoal, Lda tem por objecto a detenção, gestão e administração de imóveis e ainda a compra de imóveis para revenda. A CCAM Gestão de Investimentos e Consultoria, Unipessoal, Lda a prestação, em geral, de serviços de assessoria económica-financeira ou estratégica especializadas, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção ou gestão de empresas e a elaboração de estudos económico-financeiros.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., a Crédito Agrícola Vida, S.A., a Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S. e a Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., têm a sua sede na Rua de Campolide 372, 1070-040 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. dedicam-se à actividade de seguros para todos os ramos técnicos não vida (com excepção dos ramos aéreo, crédito e cações) e ramo vida, respectivamente.

A Crédito Agrícola S.G.P.S., S.A. e a Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S têm como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades do GCA.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. tem sede na Rua Teófilo Braga, Lote 63 Damaia – 2720-526 Amadora e tem como objecto essencialmente a prestação de serviços de informática, incluindo a consultoria em matéria de selecção de software e hardware, o desenvolvimento e apoio ao desenvolvimento de aplicações, processamento de dados, formação de pessoal e prestação de serviços de consultadoria em organização e gestão, bem como a comercialização e gestão de equipamentos e produtos informáticos.

A CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão – ACE, também com sede na Rua Teófilo Braga, Lote 63 Damaia – 2720-526 Amadora, foi constituída como unidade de serviços auxiliares ao GCA, tendo como objecto a prestação de serviços informáticos, operacionais, técnicos e de gestão de forma a complementar as actividades individuais e de grupo dos seus Agrupados.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Professor Henrique Barros, Edifício Sagres, 7.º Piso - 2685-338 Prior Velho, e o seu objecto social consiste na representação e no desenvolvimento do Crédito Agrícola Mútuo, no reforço do espírito de solidariedade e de cooperação entre as associadas, bem como na promoção, coordenação e realização de actividades de interesse comum para as mesmas, e, em especial: i) representação das Caixas Agrícolas e das uniões regionais suas associadas perante quaisquer entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais na realização e defesa dos direitos e interesses das associadas; ii) promoção do cooperativismo no seio do Grupo.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis nº.535 – 4050-325 Porto. Em Janeiro de 2019, esta entidade alterou a sua designação para CA Capital, SCR, S.A.. Esta sociedade de capital de risco tem como objecto principal a realização de investimentos em capital de risco traduzidos na aquisição de instrumentos de capital próprio e de instrumentos de capital alheio em sociedade com elevado potencial de desenvolvimento.

O FEIIA CA Imobiliário e o FIIF CA Arrendamento Habitacional são fundos de investimento imobiliário cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FEIIF Imovalor CA é um fundo de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Selecta – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua de S. Caetano à Lapa, nº 6, Bloco C, 1º Piso, 1200-829 Lisboa.

A RNA Seguros de Assistência S.A. tem sede na Av. Eng.º Duarte Pacheco – Edf. Amoreiras, Torre 1 - 12º Piso - Sala 1, 1070-101 Lisboa.

Em Dezembro de 2018 a Crédito Agrícola Consult – Assessoria Financeira e de Gestão, S.A. fundiu-se por incorporação com a CCCAM Gestão de Investimentos e Consultoria, Unipessoal, Lda.

Ainda no ano de 2018 foram constituídas duas novas participadas, a Rústicodivinal, Lda e o FIM CA Institucionais, que é um fundo de investimento mobiliário, cuja sociedade gestora é a Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

5) Relato por segmentos

De forma a cumprir o disposto na norma IFRS 8, o Grupo Crédito Agrícola efectuou uma análise às suas linhas de negócio, tendo identificado quatro segmentos materialmente relevantes. A saber:

- Banca comercial/de retalho: Inclui todas as actividades relacionadas com a carteira própria, derivados, aplicações e recursos de outras instituições de crédito, operações de tesouraria.
- Fundos de investimento e gestão de patrimónios: Inclui as operações relacionadas principalmente com a actividade de fundos de investimento imobiliário.
- Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).
- Serviços de consultoria: Inclui a prestação de serviços de assessoria económico-financeira ou estratégia especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas, a elaboração ou a revisão de estudos económico-financeiros.
- Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do GCA. No ano de 2018, decorrente da fusão por incorporação da CA Consult na CCCAM GI, os serviços de consultoria passaram a estar identificados nos “Outros”.

O principal órgão responsável pela tomada de decisão é o Conselho de Administração Executivo.

Nos exercícios de 2018 e 2017, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócios é a seguinte:

	2018					Total
	Banca comercial/de retalho	Fundos investimento e gestão de patrimónios	Actividade seguradora		Outros	
			Ramo vida	Ramo não vida		
Margem financeira	305.307.566	16.918	40.345.225	4.627.435	(1.546.723)	348.750.422
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(9.217.833)	35.763.729	0	26.545.896
Rendimentos de instrumentos de capital	726.619	-	-	29.221	150.928	906.767
Resultados de serviços e comissões	152.443.051	(3.502.387)	(10.656.937)	(20.159.739)	(1.865.198)	116.258.790
Outros resultados de exploração e outros	16.083.335	(1.260.657)	(2.087.167)	3.313.953	2.241.911	18.291.374
Produto bancário	474.560.570	(4.746.126)	18.383.288	23.574.599	(1.019.082)	510.753.250
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(314.603.387)	(4.623.276)	(8.333.117)	(16.878.150)	20.334.070	(324.103.859)
Depreicações e amortizações do exercício	(11.995.938)	(58.480)	(894.396)	(1.744.879)	(10.663.943)	(25.357.637)
Provisões e imparidade	(633.509)	(78.451)	5.845	(1.374.044)	(3.672.776)	(5.752.935)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	451.171	451.171
Resultado antes de impostos e de int que não controlam	147.327.736	(9.506.333)	9.161.621	3.577.527	5.429.439	155.989.989
Impostos	(39.326.035)	141.759	(2.338.238)	(862.068)	(1.176.430)	(43.561.012)
Resultado após impostos e antes de int que não controlam	108.001.701	(9.364.574)	6.823.382	2.715.459	4.253.010	112.428.978
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(76.407)	(76.407)
Resultado líquido do exercício	108.001.701	(9.364.574)	6.823.382	2.715.459	4.176.603	112.352.571

	2017						
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros	Total
			Ramo vida	Ramo não vida			
Margem financeira	289.679.113	4.630	38.605.426	3.510.344	121	(1.465.481)	330.334.153
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(27.518.958)	36.620.691	-	-	9.101.733
Rendimentos de instrumentos de capital	2.154.555	-	-	30.000	-	(1.078.060)	1.106.495
Resultados de serviços e comissões	148.121.592	(2.408.994)	(10.737.762)	(19.753.965)	-	(2.263.314)	112.957.557
Outros resultados de exploração e outros	92.699.910	1.139.038	17.308.693	642.532	929.581	(4.108.669)	108.611.086
Produto bancário	532.655.171	(1.265.326)	17.657.399	21.049.602	929.702	(8.915.524)	562.111.024
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(303.946.393)	(6.195.824)	(7.683.214)	(15.561.117)	(566.271)	20.731.606	(313.221.213)
Depreciações e amortizações do exercício	(12.488.471)	(45.336)	(1.076.850)	(1.666.186)	(265)	(10.907.041)	(26.184.149)
Provisões e imparidade	(14.562.585)	318.513	(9.742)	(1.365.282)	10.500	7.517.550	(8.091.046)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	311.815	311.815
Resultado antes de impostos e de int não controlados	201.657.722	(7.187.974)	8.887.593	2.457.018	373.666	8.738.407	214.926.431
Impostos	(54.026.577)	(554.545)	(2.233.800)	(425.978)	(25.423)	(5.456.206)	(62.722.530)
Resultado após impostos e antes de int não controlados	147.631.144	(7.742.519)	6.653.793	2.031.039	348.243	3.282.200	152.203.901
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	(59.260)	(59.260)
Resultado líquido do exercício	147.631.144	(7.742.519)	6.653.793	2.031.039	348.243	3.222.940	152.144.641

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a segmentação dos principais activos e passivos do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2018					
	Banca comercial/de retalho	Fundos investimento e gestão de patrimónios	Actividade seguradora			Total
			Ramo vida	Ramo não vida	Outros	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	796.044.382	13.115.560	52.546.803	7.935.690	(73.545.182)	796.097.253
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	380.950.823	875	77.361.982	-	(226.236.400)	232.077.279
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.038.461.700	26.863	1.087.305.000	175.252.898	(7.894.201)	2.293.152.260
Aplicações em instituições de crédito	31.020	5.500.733	-	-	(5.500.732)	31.021
Crédito a clientes	9.488.701.931	-	-	-	(69.124.473)	9.419.577.459
Titulos de dívida ao custo amortizado	4.832.411.283	-	-	-	(31.960.647)	4.800.450.636
Propriedades de investimento	-	59.103.468	-	-	(1.484.633)	57.618.835
Outros	1.121.185.417	181.595.115	3.196.389	15.368.252	(129.498.287)	1.191.846.886
Activo liquido total	17.657.786.556	259.342.613	1.220.410.173	198.556.841	(545.244.553)	18.790.851.630
Recursos de bancos centrais	1.677.120.398	-	-	-	-	1.677.120.398
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.178	-	-	-	-	1.178
Recursos de outras instituições de crédito	161.444.173	-	0	1.857.588	(1.857.588)	161.444.173
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.947.820.832	-	-	-	(90.732.655)	13.857.088.177
Outros	346.643.731	3.000.805	1.119.448.965	152.590.463	(41.975.382)	1.579.708.582
Passivo total	16.133.030.311	3.000.805	1.119.448.965	154.448.051	(134.565.625)	17.275.362.508

	2017						
	Banca comercial/de retalho	Fundos de investimento e gestão de patrimónios	Actividade seguradora			Total	
			Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	480.484.922	13.386.452	14.533.395	3.479.638	469.142	(31.837.178)	480.516.372
Activos financeiros detidos para negociação	23.067.678	-	26.584.581	-	-	1.612.554	51.264.812
Activos financeiros disponíveis para venda	6.008.041.271	562	1.469.939.711	183.246.062	-	(291.064.033)	7.379.409.261
Aplicações em instituições de crédito	6.956.989	5.000.313	-	0	-	(5.000.313)	6.956.989
Crédito a clientes	8.782.890.105	-	-	-	-	(61.935.899)	8.720.954.205
Propriedades de investimento	-	65.631.235	-	-	-	(2.120.652)	63.510.583
Outros	1.135.664.632	196.990.633	92.025.014	12.970.269	29.301	(151.852.278)	1.285.827.572
Activo liquido total	16.437.105.597	281.009.195	1.603.082.701	199.695.969	498.443	(542.197.797)	17.988.439.795
Recursos de bancos centrais	1.693.380.693	-	-	-	-	-	1.693.380.693
Passivos financeiros detidos para negociação	141.781	-	-	-	-	-	141.781
Recursos de outras instituições de crédito	241.704.988	89.172	0	3.488.285	-	(3.577.457)	241.704.988
Recursos de clientes e outros empréstimos	12.638.189.020	-	-	-	-	(52.504.400)	12.585.684.620
Outros	419.499.383	6.507.246	1.493.065.948	150.973.117	70.182	(51.953.040)	2.018.162.835
Passivo total	14.992.915.865	6.596.418	1.493.065.948	154.461.402	70.182	(108.034.897)	16.539.074.917

6) Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-18	31-dez-17
Caixa		
Notas	117.222.164	99.304.621
Moedas	7.593.778	9.628.052
	124.815.942	108.932.673
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	606.609.358	291.211.170
	731.425.300	400.143.843

As instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes.

O regime de reservas mínimas do Banco Central Europeu (BCE) é aplicável às instituições de crédito na área do euro e visa principalmente a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e a criação (ou alargamento) de uma escassez estrutural de liquidez.

O valor das reservas mínimas a cumprir por cada instituição é determinado a partir da aplicação dos coeficientes de reservas à base de incidência, a qual resulta do somatório de um subconjunto de rubricas do passivo do seu balanço. Presentemente, o coeficiente é de 1% para as responsabilidades de prazo igual ou inferior a dois anos.

Os períodos de manutenção de reservas mínimas são definidos de acordo com o calendário elaborado pelo BCE. Para prosseguir o objectivo de estabilização das taxas de juro, o regime de reservas mínimas do BCE permite que as instituições utilizem uma cláusula de média. Assim, o cumprimento das reservas mínimas é verificado a partir da comparação entre a média de valores dos saldos diários de depósitos à ordem detidos pela instituição no Banco de Portugal ao longo de um período de manutenção de reservas e o valor de reservas a cumprir referido anteriormente.

As reservas mínimas efectivamente constituídas são remuneradas, durante o período de manutenção, à média da taxa marginal de colocação (ponderada de acordo com o número de dias de calendário) das operações principais de refinanciamento do Eurosistema. De acordo com a Decisão do Conselho do Banco Central Europeu BCE/2014/23 de 5 de Junho de 2014, os depósitos que excedam o valor médio de reservas mínimas a cumprir serão remunerados a uma taxa de zero por cento ou à taxa de juro da facilidade permanente de depósito, consoante a que for mais baixa. Como tal, sobre as reservas excedentárias poderá incidir uma taxa de juro negativa.

No contexto actual em que as taxas de depósito são negativas, os depósitos junto do Banco de Portugal são remunerados a 0%, até ao montante das Reservas Mínimas de Caixa (RMC), e à taxa *Deposit Facility*, no montante que excede as RMC.

A taxa *Deposit Facility* situou-se em -0,40% mantendo-se assim inalterada face a 31 de Dezembro de 2017.

A variação do valor de depósitos à ordem junto do Banco de Portugal entre 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 é justificada pela natural gestão das reservas mínimas de caixa ao longo do período de manutenção de reservas e por parqueamentos temporários de liquidez associados a movimentos de recomposição da carteira de activos financeiros.

7) Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Disponibilidades em instituições de crédito no país</u>		
Cheques a cobrar	51.096.415	67.126.644
Depósitos à ordem	<u>2.788.841</u>	<u>2.901.514</u>
	53.885.256	70.028.158
<u>Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Depósitos à ordem	<u>11.210.606</u>	<u>10.343.764</u>
	11.210.606	10.343.764
Juros a receber	1	606
	<u>65.095.863</u>	<u>80.372.528</u>

Os cheques a cobrar em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram compensados na sua grande maioria nos primeiros dias de Janeiro de 2019 e 2018, respectivamente.

A taxa média de remuneração destes activos financeiros é de 0,02% mantendo-se em linha com o ano transacto.

O risco de crédito para disponibilidades em outras instituições de crédito varia entre os ratings Caa1 (133 milhares de Euros) e Aa1 (32 milhares de Euros). Do total de depósito à ordem, 4,9 milhões de Euros, situam-se entre ratings de *low* e *very low credit risk*.

8) Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital (actividade não seguradora)	-	1.612.554
Instrumentos de dívida (actividade não seguradora)	-	22.786.683
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo		
Forwards cambiais	-	1.702
Swaps de taxa de juro (actividade não seguradora)	-	279.293
Swaps de taxa de juro (actividade seguradora)	29.255.527	26.584.580
	<u>29.255.527</u>	<u>51.264.812</u>

O movimento ocorrido nos itens contabilizados nesta rubrica é como se segue:

Activos detidos para negociação	31-dez-17	01-jan-18			31-dez-18	
	Saldo inicial	Impacto IFRS 9 (nota 2.2)	Aquisições	Alienações	variação de Justo valor	Saldo final
Instrumentos de capital (act não seguradora)	1.612.554	(1.612.554)	-	-	-	-
Instrumentos de dívida (act não seguradora)	22.786.683	(22.786.683)	-	-	-	-
Forwards cambiais (act não seguradora)	1.702	(1.702)	-	-	-	-
Swaps de taxa de juro (act não seguraora)	279.293	(279.293)	-	-	-	-
Swaps de taxa de juro (activ seguradora)	26.584.580	-	-	-	2.670.947	29.255.527
Totais	51.264.812	(24.680.231)	-	-	2.670.947	29.255.527

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são analisados como se segue:

Derivados	31-dez-18			
	Valor Nocional	Activo	Passivo	Líquido
<u>Swaps</u>				
Swaps de taxa de juro*	57.795.000	29.911.803	(656.276)	29.255.527
Totais	57.795.000	29.911.803	(656.276)	29.255.527

*Swaps realizados com as seguintes contrapartes: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. e Caixa - Banco de Investimentos S.A.

A taxa destes swaps é fixo por fixo.

No âmbito das operações realizadas, foram prestadas garantias bancárias pelo Banco Bilbao Viscaya Argentaria, S.A. a favor do GCA, no valor de 16.980.000 Euros a serem accionadas em situação de *default* da contraparte.

Derivados	31-dez-17			
	Valor Nocional	Activo	Passivo	Líquido
<u>Operações cambiais</u>				
Compras	64.477	1.702	(524)	1.178
Vendas	63.740	-	-	-
	128.217	1.702	(524)	1.178
<u>Swaps</u>				
Swaps de taxa de juro	99.882.500	26.863.873	(141.258)	26.722.616
Totais	100.010.717	26.865.575	(141.781)	26.723.794

A distribuição, por prazos residuais, do valor nocional dos instrumentos financeiros derivados contratado em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 detalha-se do seguinte modo:

Derivados	31-dez-18					Total
	<= 3 meses	> 3 meses e <= 6 meses	> 6 meses e <= 1 ano	> 1 ano e <= 5 anos	> 5 anos	
<u>Swaps</u>						
Swaps de taxa de juro	-	-	57.795.000	-	-	57.795.000
Totais	0	0	57.795.000	0	0	57.795.000

Derivados	31-dez-17					Total
	<= 3 meses	> 3 meses e <= 6 meses	> 6 meses e <= 1 ano	> 1 ano e <= 5 anos	> 5 anos	
<u>Operações cambiais</u>						
Compras	64.477	-	-	-	-	64.477
Vendas	63.740	-	-	-	-	63.740
	128.217	-	-	-	-	128.217
<u>Swaps</u>						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	78.838.700	21.043.800	99.882.500
Totais	128.217	0	0	78.838.700	21.043.800	100.010.717

A distribuição destas operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 por contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Valor Nocial	Valor Contabilístico	Valor Nocial	Valor Contabilístico
<u>Operações cambiais a prazo</u>				
Forwards cambiais				
<i>Clientes</i>	-	-	128.217	1.178
<u>Swaps</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	57.795.000	29.255.527	99.882.500	26.722.616
	57.795.000	29.255.527	100.010.717	26.723.794

O impacto gerado pela variação do justo valor destes activos foi registado na Demonstração de resultados em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através dos resultados (Nota 42).

Nos termos de hierarquia de justo valor, prevista na IFRS 13, todos os instrumentos financeiros derivados encontram-se inseridos no Nível 2, ou seja, o seu justo valor é determinado utilizando modelos de avaliação suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis (ver Nota 52).

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9) Activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Operações cambiais (nota 13)	1.893	-
Títulos		
Instrumentos de dívida (actividade seguradora)	48.104.961	88.159.652
Instrumentos de dívida (actividade não seguradora)	135.864.426	26.770
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital (actividade seguradora)	2.683	-
Instrumentos de capital (actividade não seguradora)	34.910.903	-
	<u>218.884.866</u>	<u>88.186.422</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
da actividade seguradora (nota 2.2)	48.107.644	88.159.652
da actividade não seguradora (nota 2.2)	170.777.222	26.770
	<u>218.884.866</u>	<u>88.186.422</u>

O impacto gerado pela variação do justo valor destes activos foi registado na Demonstração de resultados em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através dos resultados (Nota 42).

Os activos financeiros ao justo valor através dos resultados, são mensurados ao justo valor, o qual reflecte qualquer risco de crédito e as respectivas perdas, e representa a exposição máxima do GCA ao risco de crédito.

Em termos de hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 13, os activos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados encontram-se inseridos de acordo com os níveis (ver Nota 52):

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	136.347.272	72.675.495	9.862.099	218.884.866

Por prazos de maturidade, a carteira desagrega-se da seguinte forma:

	2018							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	112.366	-	941	42.123	15.317	48.138	218.885

	2017							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	-	26.512	23.138	23.822	7.089	7.625	88.186

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida (actividade seguradora)	228.112.855	161.116.591
Instrumentos de dívida (actividade não seguradora)	-	2.981.731.212
Instrumentos de capital (actividade seguradora)	13.561.513	20.330.408
Instrumentos de capital (actividade não seguradora)	-	32.085.461
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida (actividade seguradora)	1.003.253.950	1.437.624.914
Instrumentos de dívida (actividade não seguradora)	-	2.693.735.703
Instrumentos de capital (actividade seguradora)	-	34.209.092
Instrumentos de capital (actividade não seguradora)	-	22.014.204
	<u>1.244.928.318</u>	<u>7.382.847.585</u>
Imparidade (actividade não seguradora)	-	(3.438.324)
	<u>1.244.928.318</u>	<u>7.379.409.261</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
da actividade seguradora (nota 2.2)	1.244.928.318	1.653.281.005
da actividade não seguradora (nota 2.2)	-	5.726.128.256
	<u>1.244.928.318</u>	<u>7.379.409.261</u>

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

2018	Costo amortizado (1)	Positiva	Negativa	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De dívida pública	799.825.615	11.207.187	(12.132.817)	-	798.899.985
De outro emissores públicos	34.730.713	1.894.408	(333.009)	-	36.292.112
De outros emissores	390.912.680	9.694.249	(4.432.220)	-	396.174.709
Unidades de participação fundos imobiliários	9.442.402	4.132.570	(13.460)	-	13.561.512
	<u>1.234.911.410</u>	<u>26.928.414</u>	<u>(16.911.506)</u>	<u>-</u>	<u>1.244.928.318</u>

(1) Ou custo de aquisição quando se se refere a unidades de participação em fundos de investimento, acções e outros títulos de rendimento variável.

As mais-valias e menos-valias potenciais da carteira de activos financeiros disponíveis para venda são registadas no activo por contrapartida de reservas de reavaliação no capital próprio. Os ajustamentos de justo valor desta carteira tiveram o seguinte movimento em 2018:

Por prazos residuais, a carteira é composta pelos seguintes prazos:

	2018							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos financeiros disponíveis para venda	-	16.390	109.698	202.554	398.106	513.345	4.836	1.244.928

	2017							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos financeiros disponíveis para venda	-	835.067	964.950	2.749.037	1.031.051	1.682.455	116.849	7.379.409

Em termos de hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 13, os activos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados encontram-se inseridos de acordo com os níveis (ver Nota 52):

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	1.235.438.105	9.170.694	319.519	1.244.928.318

Em 2018 não ocorreram movimentos em perdas de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda.

Adicionalmente, em 2018, não foi efectuado qualquer reclassificação de activos financeiros da categoria de activos disponíveis para venda para a categoria de activos a deter até à maturidade, ou vice-versa.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>
Títulos	
Emitidos por residentes	
Instrumentos de dívida	330.241.359
Emitidos por não residentes	
Instrumentos de dívida	700.174.481
	<u>1.030.415.840</u>

Os instrumentos de dívida emitidos por não residentes dizem essencialmente respeito a dívida Italiana, no montante de 682.623.612 Euros.

A imparidade dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, com a implementação da IFRS 9, encontra-se reflectida no capital próprio.

Todos os Instrumentos de dívida encontram-se classificados no stage 1 do modelo do ECL, sem alterações durante o ano de 2018.

Em 31 de Dezembro de 2018 o montante de imparidade dos títulos ascende a 810 milhares de Euros (ver Nota 26).

O movimento ocorrido nesta rubrica é como se segue:

	31-dez-17	01-jan-18			31-dez-18	31-dez-18	
<u>Activos financeiros ao JVAORI</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Impacto IFRS 9 (nota 2.2)</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Alienações</u>	<u>Ajustamentos de Justo Valor</u>	<u>Saldo final</u>	<u>Imparidade (nota 26)</u>
Instrumentos de dívida pública portuguesa	-	923.324.502	206.774.455	(790.778.438)	(8.870.347)	330.450.171	226.986
Instrumentos de dívida pública italiana	-	1.063.815.843	394.045.500	(756.993.300)	(22.897.271)	677.970.773	558.170
Outros	-	28.279.483	-	(6.017.808)	(266.779)	21.994.896	25324
Totais	-	2.015.419.829	600.819.955	(1.553.789.546)	(32.034.398)	1.030.415.840	810.480

Por prazos residuais, a carteira é composta pelos seguintes prazos:

	2018						em milhares de euros	
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos financeiros ao JVAORI	-	149.272.755	240.594.486	203.302.819	347.350.907	89.894.873	-	1.030.415.840

Em termos de hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 13, os activos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados encontram-se inseridos de acordo com os níveis (ver Nota 52):

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Activos financeiros ao JVAORI	1.030.415.840	-	-	1.030.415.840

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

12) aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Em outras instituições de crédito		
Empréstimos	-	6.150.000
Outras aplicações	31.020	29.608
Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Outras aplicações	-	770.000
	<u>31.020</u>	<u>6.949.608</u>
Juros a receber	1	7.382
	<u>31.021</u>	<u>6.956.989</u>

Em Dezembro de 2018 e 2017, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Até três meses	31.020	799.607
Entre três meses e um ano	-	6.150.000
	<u>31.020</u>	<u>6.949.607</u>
Juros a receber	1	7.382
	<u>31.021</u>	<u>6.956.989</u>

O detalhe desta rubrica por entidade apresenta-se de seguida:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Finanfarma	-	6.150.000
KBC BRUSSELS	-	770.000
Outras	<u>31.021</u>	<u>29.607</u>
	<u>31.021</u>	<u>6.949.607</u>

A variação ocorrida deve-se essencialmente ao facto da conta corrente caucionada da FINANFARMA não estar a ser utilizada no final do ano de 2018.

13) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

31-dez-18				
Derivados	Valor Nocial	Activo	Passivo	Líquido
<u>Operações cambiais</u>				
Compras	556.206	1.893	(1.178)	715
Vendas	555.490	-	-	-
	<u>1.111.696</u>	<u>1.893</u>	<u>(1.178)</u>	<u>715</u>
31-dez-17				
Derivados	Valor Nocial	Activo	Passivo	Líquido
<u>Operações cambiais</u>				
Compras	64.477	1.702	(524)	1.178
Vendas	63.740	-	-	-
	<u>128.217</u>	<u>1.702</u>	<u>(524)</u>	<u>1.178</u>
<u>Swaps</u>				
Swaps de taxa de juro* (ver Nota 8)	99.882.500	26.863.873	(141.258)	26.722.615
Totais	<u>100.010.717</u>	<u>26.865.575</u>	<u>(141.781)</u>	<u>26.723.793</u>

*Swaps realizados com as seguintes contrapartes: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. e Caixa - Banco de Investimentos S.A.

A taxa destes swaps é fixo por fixo.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

31-dez-18						
Derivados	<= 3 meses	> 3 meses e <= 6 meses	> 6 meses e <= 1 ano	> 1 ano e <= 5 anos	> 5 anos	Total
<u>Operações cambiais</u>						
Compras	556.206	-	-	-	-	556.206
Vendas	555.490	-	-	-	-	555.490
	<u>1.111.696</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.111.696</u>
31-dez-17						
Derivados	<= 3 meses	> 3 meses e <= 6 meses	> 6 meses e <= 1 ano	> 1 ano e <= 5 anos	> 5 anos	Total
<u>Operações cambiais</u>						
Compras	64.477	-	-	-	-	64.477
Vendas	63.740	-	-	-	-	63.740
	<u>128.217</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>128.217</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico	Valor Nocional	Valor Contabilístico
<u>Swaps</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	57.795.000	29.255.527	99.882.500	26.722.615
	57.795.000	29.255.527	99.882.500	26.722.615

14) Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-18	31-dez-17
<u>Crédito interno</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos à habitação	2.753.165.589	2.632.140.450
Empréstimos com e sem garantia real	5.122.128.009	4.690.586.638
Contratos de locação financeira	211.932.059	175.202.130
Papel comercial a desconto	272.956.537	293.407.589
Curto prazo:		
Outros créditos		
Cartões de crédito	37.326.383	32.662.998
Outros créditos	545.082.825	491.913.095
Créditos em conta corrente		
Clientes	438.995.487	398.257.281
Descobertos em depósitos à ordem		
Empresas residentes	13.757.095	12.333.357
	9.395.343.985	8.726.503.537
<u>Crédito ao exterior</u>		
Médio e longo prazo		
Empréstimos à habitação	120.032.223	102.075.491
Empréstimos	6.912.990	6.920.563
Curto prazo		
Outros créditos		
Cartões de crédito	472.477	371.439
Outros créditos	15.176.200	13.536.184
Descobertos em depósitos à ordem		
Clientes	34.982	13.775
	142.628.871	122.917.453
Juros a receber	27.195.198	25.848.173
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Despesas com encargo diferido	498.566	394.502
Receitas com rendimento diferido	(22.524.528)	(22.133.088)
	(22.025.962)	(21.738.586)
Total crédito não vencido	9.543.142.093	8.853.530.577
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito vencido	344.620.346	515.932.482
Juros vencidos	2.868.075	3.575.873
Total crédito e juros vencidos	347.488.422	519.508.355
	9.890.630.513	9.373.038.932
<u>Imparidade e provisões acumuladas</u>	(471.053.055)	(652.084.727)
	9.419.577.458	8.720.954.205

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

Descritivo	31-dez-18		Total
	Não vencido	Vencido	
Empresas			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	709.530.069	41.027.162	750.557.231
Indústrias transformadoras	629.920.671	35.245.289	665.165.960
Construção	367.063.824	49.556.359	416.620.183
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas	662.116.453	30.786.105	692.902.558
Actividades imobiliárias	666.588.260	22.722.063	689.310.323
Actividades financeiras e de seguros	240.620.646	7.907.646	248.528.292
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	521.437.433	0	521.437.433
Actividades de saúde humana e apoio social	247.372.298	2.097.429	249.469.727
Alojamento, restauração e similares	332.229.371	9.393.165	341.622.536
Transportes e armazenagem	106.021.379	4.388.492	110.409.871
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	241.202.731	1.697.765	242.900.496
Outras actividades de serviços	74.101.212	1.408.705	75.509.917
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	79.762.521	2.208.915	81.971.436
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas	40.296.358	358.367	40.654.724
Educação	52.658.984	1.924.209	54.583.193
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar	19.935.161	2.559	19.937.720
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	77.552.394	724.939	78.277.332
Indústrias extractivas	20.571.665	711.074	21.282.739
Actividades de informação e de comunicação	12.836.524	964.083	13.800.607
Outros	1.725.370	298.799	2.024.169
	<u>5.103.543.324</u>	<u>213.423.125</u>	<u>5.316.966.449</u>
Particulares			
Habituação	2.950.067.869	30.570.252	2.980.638.121
Outros fins	1.484.361.663	100.626.970	1.584.988.633
	<u>4.434.429.532</u>	<u>131.197.222</u>	<u>4.565.626.754</u>
Juros a receber	27.195.198		27.195.198
Comissões associadas ao custo amortizado	(22.025.962)		(22.025.962)
	<u>5.169.237</u>	<u>-</u>	<u>5.169.237</u>
Juros vencidos a regularizar			
Empresas		1.785.476	1.785.476
Particulares		1.082.599	1.082.599
	<u>-</u>	<u>2.868.075</u>	<u>2.868.075</u>
Total geral	<u>9.543.142.093</u>	<u>347.488.422</u>	<u>9.890.630.513</u>

Descritivo	31-dez-2017		
	Não vencido	Vencido	Total
Empresas			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	689.538.251	75.191.924	764.730.175
Indústrias transformadoras	613.012.103	47.934.416	660.946.519
Construção	345.357.058	66.984.178	412.341.235
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas	596.338.776	28.001.070	624.339.846
Actividades imobiliárias	616.508.257	38.087.372	654.595.629
Actividades financeiras e de seguros	135.645.359	13.264.405	148.909.763
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrig	348.548.990	39.795	348.588.785
Actividades de saúde humana e apoio social	244.448.799	2.462.801	246.911.600
Alojamento, restauração e similares	310.661.069	14.510.817	325.171.886
Transportes e armazenagem	92.964.883	8.243.216	101.208.099
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	327.042.936	2.817.086	329.860.022
Outras actividades de serviços	74.491.671	2.283.226	76.774.897
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	62.382.645	3.986.444	66.369.089
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas	33.764.695	3.234.631	36.999.326
Educação	41.441.482	1.749.806	43.191.288
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar	23.302.953	396.824	23.699.777
Captação, tratamento e distribuição de água; saneament	69.457.000	873.255	70.330.254
Indústrias extractivas	16.545.045	4.151.130	20.696.175
Actividades de informação e de comunicação	71.149.852	3.855.778	75.005.630
Outros	2.225.964	474.688	2.700.652
	<u>4.714.827.786</u>	<u>318.542.860</u>	<u>5.033.370.646</u>
Particulares			
Habituação	2.692.418.834	41.797.107	2.734.215.941
Outros fins	1.442.076.209	155.690.677	1.597.766.886
	<u>4.134.495.043</u>	<u>197.487.784</u>	<u>4.331.982.827</u>
Juros a receber	25.848.173	-	25.848.173
Comissões associadas ao custo amortizado	(21.738.586)	-	(21.738.586)
	<u>4.109.587</u>	<u>-</u>	<u>4.109.587</u>
Juros vencidos a regularizar			
Empresas	-	2.331.216	2.331.216
Particulares	-	1.244.657	1.244.657
	<u>-</u>	<u>3.575.873</u>	<u>3.575.873</u>
Total geral	<u>8.853.432.417</u>	<u>519.606.516</u>	<u>9.373.038.933</u>

A rubrica de crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte (valores em milhares de Euros):

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Crédito vincendo:		
Crédito com garantias reais	7.312.938	6.873.408
Crédito sem garantias	1.026.256	1.070.398
Crédito com garantias pessoais	1.203.949	909.724
	<u>9.543.142</u>	<u>8.853.530</u>
Crédito vencido:		
Crédito com garantias reais	278.252	359.044
Crédito sem garantias	27.470	58.563
Crédito com garantias pessoais	41.767	98.326
	<u>347.489</u>	<u>515.933</u>
	<u>9.890.631</u>	<u>9.369.462</u>
Justo Valor das garantias reais	<u>13.335.523</u>	<u>11.959.525</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não existia crédito vencido sem imparidade conforme se verifica no quadro abaixo (valores em milhares de Euros):

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Crédito Vencido com imparidade	344.620	515.932
Crédito Vencido sem imparidade	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>344.620</u>	<u>515.932</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o crédito a clientes apresentam a seguinte divisão entre taxas (valores expressos em milhares de Euros):

Valores em milhares de euros	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Taxa fixa	1.424.673	1.282.941
Taxa variável	8.457.920	8.082.413
Não sujeito a risco de taxa de juro	8.037	7.685
Indeterminado	-	-
	<u>9.890.631</u>	<u>9.373.039</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os prazos residuais do crédito a clientes apresentavam a seguinte estrutura (valores em milhares de Euros):

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Até três meses	718.652	804.997
Entre três meses e um ano	534.659	559.920
Entre um ano e três anos	665.528	634.789
Entre três e cinco anos	888.973	863.742
Mais de cinco anos	<u>7.077.648</u>	<u>6.505.480</u>
	9.885.461	9.368.929
Juros a receber	27.195	25.848
Comissões associadas ao custo amortizado	<u>(22.026)</u>	<u>(21.739)</u>
	5.169	4.110
	<u>9.890.631</u>	<u>9.373.039</u>

O Crédito Agrícola não realizou até ao momento qualquer operação de securitização da sua carteira de crédito.

A variação da rubrica de perdas de imparidade durante os períodos de 2018 e 2017 é como se apresenta na Nota 26.

Ver adicionalmente a Nota 52 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros: Risco de Crédito, onde é detalhado, por exemplo, a notação de risco.

15) Títulos de dívida ao custo amortizado

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>
Títulos	
Emitidos por residentes	
Instrumentos de dívida	2.683.905.253
Emitidos por não residentes	
Instrumentos de dívida	<u>2.120.047.408</u>
	4.803.952.661
	<u>4.803.952.661</u>
Imparidade (Nota 26)	(3.502.025)
	<u>4.800.450.636</u>

Os Instrumentos de dívida emitidos por residentes dizem essencialmente respeito a dívida pública portuguesa, 2.663.824 milhares de Euros.

Os instrumentos de dívida emitidos por não residentes dizem essencialmente respeito a dívida italiana 1.302.978 milhares de euros e espanhola 802.975 milhares de euros.

Durante o ano de 2018 não foram alienados activos financeiros contabilizados no modelo de negócio ao Custo Amortizado.

Os títulos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2018, tem os seguintes prazos contratuais residuais:

	2018						em milhares de euros	
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos ao custo amortizado	-	-	-	1.618.180	354.822	2.830.951	-	4.803.953

Todos os instrumentos de dívida ao custo amortizado encontram-se classificados no stage 1 do modelo do ECL e apresentam 3.502 milhares de Euros de imparidade (ver Nota 26).

Adicionalmente, ver Nota 52, com o detalhe da qualidade de crédito destes activos financeiros (justo valor).

16) Derivados de cobertura

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>
Swaps Sintéticos -Risco taxa de juro	40.723.495
Swaps de Cobertura-Risco taxa de juro	(45.399.348)
	<u>(4.675.853)</u>

A carteira de Cobertura Base de Recursos Excedentários é constituída por títulos reconhecidos contabilisticamente ao custo amortizado, encontrando-se parte desta posição coberta através de contratos de derivados sobre a taxa de juro - Interest Rate Swap (IRS), com um valor nominal coincidente com o valor nominal dos títulos cobertos. O valor nominal é de 1.394.350.000 Euros. As datas de maturidade dos instrumentos variam entre o ano de 2026 e 2033 sendo os intervalos de refixação de taxas de juro semestral e anual. Os intervalos dos indexantes associados aos derivados é de 0,776% a 1,523%.

Através da cobertura a fair value hedge pretende-se mitigar o impacto no justo valor associado aos IRS de cobertura contratados, através do registo de IRS sintéticos, de forma à variação no justo valor do IRS de cobertura evoluir inversamente ao justo valor do IRS sintético.

17) Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Imóveis		
Imóveis recebidos em recuperação de crédito	637.315.979	654.553.404
Outros imóveis detidos para venda	6.533.730	12.121.059
Equipamentos recebidos em recuperação de crédito	554.508	395.489
Outros activos	<u>2.059.778</u>	<u>2.046.964</u>
	<u>646.463.995</u>	<u>669.116.916</u>
Imparidade (Nota 26)		
Imparidade imóveis	(170.434.072)	(115.847.826)
Imparidade equipamentos e outros	<u>(694.935)</u>	<u>(505.223)</u>
	<u>(171.129.006)</u>	<u>(116.353.049)</u>
	<u>475.334.989</u>	<u>552.763.867</u>

A tipologia dos imóveis incluídos é a seguinte:

	<u>31-dez-18</u>
Terrenos agrícolas / rural	63.160.612
Terrenos com licenças para construção	100.670.605
Edifícios construídos	303.782.848
Outros	<u>5.801.572</u>
	<u>473.415.638</u>

A metodologia de cálculo da imparidade dos imóveis resulta do menor entre o justo valor, obtido através do valor de avaliação deduzido dos custos de venda, e o valor escriturado do crédito. As perdas apuradas são reconhecidas em resultado no momento em que são originadas.

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante os exercícios de 2018 e 2017 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2017			Imparidade			31-12-2018		
	Valor líquido	Aquisições	Alienações	Utilização	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:									
Imóveis	550.826.638	101.580.522	(124.405.276)	(52.962.670)	(11.112.773)	9.489.197	643.849.708	(170.434.072)	473.415.637
Equipamento	174.489	250.544	(91.525)	-	(205.279)	15.567	554.508	(410.712)	143.796
Outros	1.762.741	454.889	(442.075)	379.369	(379.369)	-	2.059.778	(284.223)	1.775.555
	<u>552.763.868</u>	<u>102.285.954</u>	<u>(124.938.876)</u>	<u>(52.583.301)</u>	<u>(11.697.421)</u>	<u>9.504.764</u>	<u>646.463.994</u>	<u>(171.129.006)</u>	<u>475.334.989</u>

	31-12-2016			Imparidade			31-12-2017
	Valor líquido	Aquisições	Alienações	Utilização	Dotações	Reposições	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:							
Imóveis	617.633.102	65.648.085	(140.257.670)	15.781.662	(18.883.755)	10.905.210	550.826.634
Equipamento	194.561	28.865	(77.901)	34.200	(20.705)	15.470	174.490
Outros	1.678.044	162.565	(81.139)	366.480	(363.207)	-	1.762.743
	<u>619.505.707</u>	<u>65.839.515</u>	<u>(140.416.710)</u>	<u>16.182.342</u>	<u>(19.267.667)</u>	<u>10.920.680</u>	<u>552.763.867</u>

A diminuição dos Activos não correntes detidos para venda em cerca de 77,4 milhões de Euros é explicada essencialmente pela alienação de activos durante o ano de 2018.

A hierarquia de justo valor a que corresponde o justo valor apurado para a avaliação dos activos é de nível 2. O justo valor é apurado por peritos avaliadores que avaliam os imóveis consoante a sua utilização sendo avaliados pelo método de mercado/comparativo ou método do rendimento.

Adicionalmente foi efectuada uma análise de sensibilidade, tendo como pressuposto uma variação de -0,5% e +0,5%, no valor das avaliações:

	<u>- 0,5%</u>	<u>+ 0,5%</u>
Terrenos agrícolas / rural	63.052.718	63.265.338
Terrenos com licenças para construção	100.471.482	100.857.711
Edifícios construídos	302.870.762	302.861.438
Outros	5.757.591	5.823.618
	<u>472.152.554</u>	<u>472.808.105</u>
Activos não correntes detidos para venda - Imóveis	<u>473.415.637</u>	<u>473.415.637</u>
Impacto	<u>-1.263.083</u>	<u>-607.532</u>

A variação de +/-0,5% tem um impacto reduzido no total da carteira de imóveis do GCA.

18) Propriedades de investimento

O saldo existente em 31 de Dezembro de 2018, no valor total de 57.618.835 Euros (2017: 63.510.583 Euros) corresponde ao justo valor dos imóveis arrendados ou que são detidos com esse objectivo.

A sua natureza respeita aos imóveis que têm o objectivo directo de arrendamento habitacional, estando dessa forma concentrados no FII CA Arrendamento Habitacional.

O movimento durante os anos de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	<u>31.12.2017</u>					<u>31.12.2018</u>
	<u>Justo valor</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Alienações</u>	<u>Transferências</u>	<u>Ajustamentos de justo valor</u>	<u>Justo valor</u>
Propriedades de investimento Imóveis	63.510.583	-	(7.198.221)	-	1.306.473	57.618.835
	<u>31.12.2016</u>					<u>31.12.2017</u>
	<u>Justo valor</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Alienações</u>	<u>Transferências</u>	<u>Ajustamentos de justo valor</u>	<u>Justo valor</u>
Propriedades de investimento Imóveis	69.945.836	-	(9.345.832)	-	2.910.579	63.510.583

A hierarquia de justo valor a que corresponde o justo valor apurado para a avaliação dos activos é de nível 2. O justo valor é apurado por peritos avaliadores que avaliam os imóveis consoante a sua utilização sendo avaliados pelo método de mercado/comparativo ou método do rendimento.

A tipologia dos imóveis incluídos é a seguinte:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Terrenos agrícolas / rural	178.000	174.000
Terrenos com licenças para construção	186.000	200.000
Edifícios construídos	<u>57.254.835</u>	<u>63.136.583</u>
	<u>57.618.835</u>	<u>63.510.583</u>

Adicionalmente foi efectuada uma análise de sensibilidade, tendo como pressuposto uma variação de -0,5% e +0,5%, no valor das avaliações:

	<u>- 0,5%</u>	<u>+ 0,5%</u>
Terrenos agrícolas / rural	177.110	178.890
Terrenos com licenças para construção	185.070	186.930
Edifícios construídos	<u>56.968.561</u>	<u>57.541.109</u>
	<u>57.330.741</u>	<u>57.906.929</u>
Propriedades de Investimento	<u>57.618.835</u>	<u>57.618.835</u>
Impacto	<u>-288.094</u>	<u>288.094</u>

A variação de +/-0,5% tem um impacto reduzido no total da carteira de imóveis do GCA.

Ver Nota 46 – Resultados de alienação de outros activos com os valores reconhecidos em resultados do exercício.

19) Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	31-12-2017						31-12-2018				
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Aquisições	Depreciações	Imparidade	Abates, alienações e outros	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Valor Líquido
Imóveis:											
De serviço próprio	298.477.860	(92.381.015)	(8.725.401)	1.770.290	(5.535.219)	(610.404)	431.077	300.479.871	(97.716.878)	(9.335.805)	193.427.188
Obras em imóveis arrendados	17.371.928	(10.696.060)	-	1.947.526	(700.183)	-	827.310	19.715.629	(10.965.108)	-	8.750.521
Outros imóveis	2.741.055	(1.002.259)	-	-	(62.882)	-	20.512	2.761.568	(1.065.142)	-	1.696.426
	<u>318.590.843</u>	<u>(104.079.334)</u>	<u>(8.725.401)</u>	<u>3.717.816</u>	<u>(6.298.284)</u>	<u>(610.404)</u>	<u>1.278.899</u>	<u>322.957.068</u>	<u>(109.747.128)</u>	<u>(9.335.805)</u>	<u>203.874.135</u>
Equipamento	209.377.486	(186.962.689)	-	7.819.014	(7.207.345)	-	(96.020)	209.440.037	(186.509.591)	-	22.930.446
Património artístico	1.080.080	-	-	21.301	-	-	-	1.101.381	-	-	1.101.381
Equipamento em locação financeira:											
Equipamento	1.092.038	(709.250)	-	94.885	(95.539)	-	(40.897)	1.042.362	(701.125)	-	341.237
Outros activos em locação financeira	-	(75.602)	-	-	(29.469)	-	47.137	-	(56.934)	-	(56.934)
	<u>1.092.038</u>	<u>(784.852)</u>	<u>-</u>	<u>94.885</u>	<u>(124.009)</u>	<u>-</u>	<u>6.240</u>	<u>1.042.362</u>	<u>(758.059)</u>	<u>-</u>	<u>284.303</u>
Outros activos tangíveis:											
Activos tangíveis em curso	7.859.245	-	-	4.096.424	-	-	(3.600.635)	8.355.034	-	-	8.355.034
Outros	1.013.023	(962.444)	-	45.563	(37.822)	-	-	1.058.977	(1.000.267)	-	58.710
	<u>8.872.268</u>	<u>(962.444)</u>	<u>-</u>	<u>4.142.377</u>	<u>(37.822)</u>	<u>-</u>	<u>(3.600.635)</u>	<u>9.414.011</u>	<u>(1.000.267)</u>	<u>-</u>	<u>8.413.744</u>
	<u>539.012.715</u>	<u>(292.789.319)</u>	<u>(8.725.401)</u>	<u>15.795.393</u>	<u>(13.667.459)</u>	<u>(610.404)</u>	<u>(2.411.516)</u>	<u>543.954.859</u>	<u>(298.015.045)</u>	<u>(9.335.805)</u>	<u>236.604.009</u>

	31-12-2016						31-12-2017				
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Aquisições	Depreciações	Imparidade	Abates, alienações e outros	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Valor Líquido
Imóveis:											
De serviço próprio	295.185.937	(87.312.962)	(7.330.376)	2.017.394	(5.593.699)	(1.395.025)	1.800.175	298.477.860	(92.381.015)	(8.725.401)	197.371.444
Obras em imóveis arrendados	17.439.408	(10.219.940)	-	252.512	(824.937)	-	28.825	17.371.928	(10.696.060)	-	6.675.868
Outros imóveis	2.718.284	(939.517)	-	22.772	(62.743)	-	-	2.741.055	(1.002.259)	-	1.738.796
	<u>315.343.629</u>	<u>(98.472.419)</u>	<u>(7.330.376)</u>	<u>2.292.678</u>	<u>(6.481.379)</u>	<u>(1.395.025)</u>	<u>1.829.000</u>	<u>318.590.843</u>	<u>(104.079.334)</u>	<u>(8.725.401)</u>	<u>205.786.108</u>
Equipamento	216.472.651	(192.254.863)	-	6.462.443	(7.788.469)	-	(476.965)	209.377.486	(186.962.689)	-	22.414.797
Património artístico	1.076.264	-	-	3.816	-	-	-	1.080.080	-	-	1.080.080
Equipamento em locação financeira:											
Equipamento	1.127.992	(772.848)	-	224.188	(78.666)	-	(117.878)	1.092.038	(709.250)	-	382.788
Outros activos em locação financeira	-	(97.501)	-	-	(33.442)	-	55.341	-	(75.602)	-	(75.602)
	<u>1.127.992</u>	<u>(870.349)</u>	<u>-</u>	<u>224.188</u>	<u>(112.108)</u>	<u>-</u>	<u>(62.537)</u>	<u>1.092.038</u>	<u>(784.852)</u>	<u>-</u>	<u>307.186</u>
Outros activos tangíveis:											
Activos tangíveis em curso	8.698.403	-	-	4.325.576	-	-	(5.164.734)	7.859.245	-	-	7.859.245
Outros	1.017.244	(922.623)	-	5.427	(50.416)	-	947	1.013.023	(962.444)	-	50.579
	<u>9.715.647</u>	<u>(922.623)</u>	<u>-</u>	<u>4.331.003</u>	<u>(50.416)</u>	<u>-</u>	<u>(5.163.787)</u>	<u>8.872.268</u>	<u>(962.444)</u>	<u>-</u>	<u>7.909.824</u>
	<u>543.736.183</u>	<u>(292.520.254)</u>	<u>(7.330.376)</u>	<u>13.314.128</u>	<u>(14.432.372)</u>	<u>(1.395.025)</u>	<u>(3.874.289)</u>	<u>539.012.715</u>	<u>(292.789.319)</u>	<u>(8.725.401)</u>	<u>237.497.995</u>

Durante os exercícios de 2018 e 2017, as mais-valias e as menos-valias apuradas na alienação de activos tangíveis encontram-se registadas na rubrica “Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis” (Nota 46).

Os imóveis de serviço próprio encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Anualmente são efectuadas

análises de imparidade aos imóveis de serviço próprio. Estas análises têm por base o justo valor apurado através de avaliação efectuada por perito avaliador, com base no uso actual do imóvel, e o valor registado à data. Caso exista imparidade a mesma é imediatamente registada.

Adicionalmente, foi efectuada uma análise de sensibilidade, tendo como pressuposto uma variação de -0,5% e +0,5% no valor das avaliações tendo se apurado um impacto reduzido de cerca de -1 milhão de Euros e de +0,5 milhares de Euros (+0,5%).

20) Activos intangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Descrição	31-dez-2017			Aquisições	Amortização	Imparidade	Abates, alienações e outros	31-dez-18			Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada					Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	
Sistema de tratamento automático de dados (software)	187.365.242	(135.973.286)	-	2.088.076	(11.690.178)	-	18.472.112	207.424.018	(147.162.051)	-	60.261.967
Goodwill	31.972.789	-	(31.972.789)	10.410	-	(10.410)	-	31.983.199	-	(31.983.199)	-
Outros activos intangíveis	4.461.717	(4.301.754)	-	-	-	-	10	4.461.728	(4.301.754)	-	159.973
Activos intangíveis em curso	10.917.145	-	-	22.135.710	-	-	(18.206.802)	14.846.053	-	-	14.846.053
	<u>234.716.893</u>	<u>(140.275.040)</u>	<u>(31.972.789)</u>	<u>24.234.196</u>	<u>(11.690.178)</u>	<u>(10.410)</u>	<u>265.320</u>	<u>258.714.998</u>	<u>(151.463.805)</u>	<u>(31.983.199)</u>	<u>75.267.993</u>

Descrição	31-dez-2016			Aquisições	Amortização	Abates, alienações e outros	31-dez-2017			Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada				Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	
Sistema de tratamento automático de dados (software)	212.159.301	(159.924.990)	-	1.764.879	(11.747.368)	9.140.134	187.365.242	(135.973.286)	-	51.391.957
Goodwill	31.972.789	-	(31.972.789)	-	-	-	31.972.789	-	(31.972.789)	-
Outros activos intangíveis	4.461.727	(4.297.344)	-	-	(4.409)	(10)	4.461.717	(4.301.754)	-	159.962
Activos intangíveis em curso	11.007.108	-	-	12.405.735	-	(12.495.697)	10.917.145	-	-	10.917.145
	<u>259.600.924</u>	<u>(164.222.334)</u>	<u>(31.972.789)</u>	<u>14.170.614</u>	<u>(11.751.778)</u>	<u>(3.355.573)</u>	<u>234.716.893</u>	<u>(140.275.040)</u>	<u>(31.972.789)</u>	<u>62.469.064</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Sistema de tratamento automático de dados (software)” inclui os montantes de 60.288.744 euros e 56.443.018 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente no CA Serviços. O valor incorrido relativo ao exercício de 2018 ascendeu a 3.845.727 Euros (2017: 3.187.945 Euros).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Activos intangíveis em curso” diz respeito essencialmente a custos incorridos afectos a software que se encontra em fase de desenvolvimento interno no CA Serviços.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos intangíveis encontram-se registadas na rubrica “Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis” (Nota 46).

21) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Rede Nacional de Assistência, SA	<u>1.417.137</u>	<u>992.950</u>
	<u>1.417.137</u>	<u>992.950</u>

Em 31 de Dezembro de 2018, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras desta empresa encontram-se resumido na Nota 4.

22) Imposto sobre o rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 detalham-se do seguinte modo:

	31-dez-18	31-dez-17
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	129.914.083	136.806.686
Por prejuízos fiscais reportáveis	6.593.011	4.715.590
	<u>136.507.094</u>	<u>141.522.276</u>
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(7.945.125)	(18.068.687)
	<u>(7.945.125)</u>	<u>(18.068.687)</u>
	<u>128.561.969</u>	<u>123.453.588</u>
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	17.752.471	5.648.259
	<u>17.752.471</u>	<u>5.648.259</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(7.336.966)	(27.687.297)
	<u>(7.336.966)</u>	<u>(27.687.297)</u>
	<u>10.415.505</u>	<u>(22.039.039)</u>

O saldo dos activos por impostos correntes é constituído pelos pagamentos por conta, adicionais por conta, especiais por conta e retenções na fonte sofridas durante o ano de 2018, líquidos do imposto corrente estimado no exercício pelas entidades que compõem o GCA.

Os impostos correntes foram calculados com base nas taxas em vigor previstas na legislação fiscal, mais concretamente (i) a taxa geral de IRC (21%), (ii) as taxas de derrama municipal (até 1,5%) e (iii) as taxas de derrama estadual, que variam em função do lucro tributável apurado (entre 3% e 9%).

Quanto aos impostos diferidos, os mesmos foram calculados utilizando as taxas que se espera que sejam aplicáveis na sua realização, tendo por base as taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço. Adicionalmente, foi apurada em 2018 uma taxa média de 25% (similar à taxa média apurada em 2017) para efeitos dos ajustamentos de consolidação a realizar relativamente aos activos e passivos por impostos diferidos.

Detalha-se de seguida, por natureza de diferença temporária, o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2018 e 2017:

Descritivo	31-dez-17	Impacto IFRS 9	Variação em resultados		Variação em reservas			31-dez-18
	Saldo inicial		Corrente	Ajustamento consolidação	Corrente	Ajustamento consolidação	Transf.	Saldo final
. Activos tangíveis e imparidade	1.057.901	-	547.889	-	-	-	-	1.605.791
. Provisões e imparidades não dedutíveis:								
- Imparidade em créditos clientes, devedores e outras aplicações e garantias e compromissos assumidos	112.417.393	3.068.225	(8.590.179)	-	-	-	-	106.895.439
- Imparidade em activos não correntes detidos para venda e outros activos	5.542.061	-	(891.671)	(226.742)	-	-	-	4.423.648
- Imparidade em títulos	7.757.640	-	(6.591.523)	-	-	-	-	1.166.117
- Imparidade em participações financeiras	6.345	-	2.584	-	-	-	-	8.929
- Provisão para riscos gerais bancários	865.261	-	(765.584)	-	-	-	-	99.677
- Provisões para outros riscos e encargos	1.347.499	-	(106.610)	-	-	-	-	1.240.889
. Pensões								
- Reformas antecipadas	922.032	-	65.820	-	-	-	-	987.852
- Fundo de pensões	200.680	-	503.496	-	-	-	-	704.176
- Prémio de antiguidade	3.877.645	-	(218.402)	-	-	-	-	3.659.242
- Encargos com saúde	88.707	-	(15.040)	-	-	-	-	73.667
. Valorização de títulos ao justo valor por resultados	(3.459)	-	(210.438)	-	-	-	-	(213.897)
. Valorização de títulos ao justo valor por reservas	(14.096.752)	-	-	-	12.281.395	3.032.533	1.272.747	2.489.923
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(507.417)	-	341.874	-	(3.144)	-	-	(168.687)
. Reavaliação imóveis - DL nº 66/2016	229.749	-	(28.719)	-	-	-	-	201.030
. Benefícios fiscais	81.220	-	(81.220)	-	-	-	-	-
. Prejuízos fiscais reportáveis	4.715.590	-	1.375.610	-	-	(145.495)	647.305	6.593.010
. Valias fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
. Imposto consolidado - eliminação vendas intragrupo	(1.048.506)	-	-	(747.728)	-	(127.708)	-	(1.923.942)
. Outros	-	-	2.639.157	-	-	-	(1.920.052)	719.105
Total	123.453.589	3.068.225	(12.022.956)	(974.470)	12.278.251	2.759.330	0	128.561.969

Descritivo	31-dez-16	Variação em resultados		Variação em reservas			31-dez-17
	Saldo inicial	Corrente	Ajustamento consolidação	Corrente	Ajustamento consolidação	Transf.	Saldo final
. Activos tangíveis e imparidade	612.076	445.825	-	-	-	-	1.057.901
. Provisões e imparidades não dedutíveis:							
- Imparidade em créditos clientes, devedores e outras aplicações e garantias e compromissos assumidos	110.805.972	1.611.421	-	-	-	-	112.417.393
- Imparidade em activos não correntes detidos para venda e outros activos	4.259.500	2.512.481	(1.229.920)	-	-	-	5.542.061
- Imparidade em títulos	7.757.640	-	-	-	-	-	7.757.640
- Imparidade em participações financeiras	15.891	(9.546)	-	-	-	-	6.345
- Provisão para riscos gerais bancários	-	865.261	-	-	-	-	865.261
- Provisões para outros riscos e encargos	705.301	642.198	-	-	-	-	1.347.499
. Pensões							
- Reformas antecipadas	536.414	385.618	-	-	-	-	922.032
- Fundo de pensões	20.069	180.611	-	-	-	-	200.680
- Prémio de antiguidade	4.461.815	(584.170)	-	-	-	-	3.877.645
- Encargos com saúde	76.866	11.841	-	-	-	-	88.707
. Valorização de títulos ao justo valor por resultados	-	(3.459)	-	-	-	-	(3.459)
. Valorização de títulos ao justo valor por reservas	9.364.309	(5.554.640)	-	(11.919.432)	(3.032.533)	(2.954.456)	(14.096.752)
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(390.408)	(113.703)	-	(3.306)	-	-	(507.417)
. Reavaliação imóveis - DL nº 66/2016	-	229.749	-	-	-	-	229.749
. Benefícios fiscais	-	81.220	-	-	-	-	81.220
. Prejuízos fiscais reportáveis	17.680.776	(12.819.691)	-	-	(145.495)	-	4.715.590
. Valias fiscais	(2.174.274)	2.174.274	-	-	-	-	-
. Imposto consolidado - eliminação vendas intragrupo	3.354.391	-	(4.447.783)	-	44.886	-	(1.048.506)
. Outros	(1.732.805)	(639.639)	(234.396)	-	(347.616)	2.954.456	-
Total	155.353.533	(10.584.349)	(5.912.099)	(11.922.739)	(3.480.758)	-	123.453.588

Conforme se pode verificar nos quadros acima, o montante mais significativo dos activos por impostos diferidos respeita à imparidade do crédito, situação que resulta da não dedução fiscal de uma parte significativa das imparidades registadas contabilisticamente ao longo dos anos. Apesar das alterações contabilísticas introduzidas nos últimos anos relativamente à imparidade do crédito, o regime fiscal que lhes é aplicável tem-se mantido, não sendo dedutíveis, grosso modo, quaisquer imparidades associadas a créditos hipotecários e/ou que excedam os limites mínimos do já revogado Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal. Para 2018, este regime foi concretizado pelo Decreto-Regulamentar nº 13/2018, de 28 de Dezembro.

Outra componente relevante dos activos por impostos diferidos, respeita aos prejuízos fiscais apurados individualmente pelas diversas entidades do GCA, na medida em que tais prejuízos fiscais ainda se encontrem dentro do período de reporte previsto na lei fiscal e a sua recuperabilidade se encontre suportada por projecções de resultados fiscais positivos que permitam a sua dedução nesse período. Estes prejuízos fiscais detalham-se do seguinte modo:

Ano	Prazo Reporte	Último ano	Prejuízos fiscais	IDA
2014	12	2026	5.747.250	1.206.923
2015	12	2027	5.996.302	1.259.223
2016	12	2028	1.173.970	246.534
2017	5	2022	944.959	198.441
2018	5	2023	17.532.807	3.681.890
			31.395.288	6.593.010

Quanto aos passivos por impostos diferidos, assumem especial relevância os ajustamentos de impostos realizados no âmbito da consolidação, que visam reflectir o impacto fiscal dos ajustamentos de consolidação, nomeadamente de anulação de operação entre entidades que consolidam nas contas do GCA.

Ainda a respeito dos passivos por impostos diferidos, constata-se uma diminuição desta componente relativamente ao justo valor dos títulos da carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, dado que ocorreu em 2018 a reversão de ganhos potenciais em relação àqueles títulos, bem como a alienação de títulos que se encontravam em situação de justo valor positivo.

No quadro abaixo detalham-se os montantes (gastos e/ou ganhos) associados a impostos sobre o rendimento registados em resultados a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, bem como a respectiva carga fiscal em cada um dos períodos, a qual é medida pela relação entre o gasto líquido com impostos sobre o rendimento e o resultado antes de impostos.

	31-dez-18	31-dez-17
Impostos correntes		
Impostos sobre os lucros do exercício	30.506.178	46.093.894
Correcções de impostos de exercícios anteriores	57.408	132.188
	<u>30.563.586</u>	<u>46.226.082</u>
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	14.373.035	3.675.646
Prejuízos fiscais reportáveis	(1.375.610)	12.820.802
	<u>12.997.426</u>	<u>16.496.448</u>
Total de impostos reconhecidos em resultados	<u>43.561.012</u>	<u>62.722.530</u>
Resultado antes de impostos	155.968.668	214.926.431
Carga fiscal	<u>27,93%</u>	<u>29,18%</u>

Tal como mostra o quadro acima, o GCA apresenta uma taxa efectiva de imposto de 27,93% em 2018, a qual se deve ao desempenho positivo da actividade do GCA no ano com impacto nos resultados apurados.

Apresenta-se no quadro abaixo a reconciliação da taxa efectiva de imposto a 31 de Dezembro de 2018, bem como a 31 de Dezembro de 2017, para efeitos comparativos:

Descritivo	31-dez-18		31-dez-17	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		155.968.668		214.926.431
IRC - taxa geral (21%)	21%	32.753.420	21%	45.134.551
Impacto IFRS9	0,3%	488.481	0,0%	-
Gastos relativos a exercícios anteriores	0,4%	657.552	0,1%	288.773
Imparidades/provisões não dedutíveis	(3,0%)	(4.603.275)	1,4%	3.052.875
Contribuição sobre o sector bancário	0,9%	1.424.171	0,5%	1.083.188
Eliminação da dupla tributação económica	(0,2%)	(244.695)	(0,1%)	(220.811)
Benefícios fiscais	(0,3%)	(423.646)	(0,2%)	(481.367)
Outros encargos não dedutíveis/tributáveis (líquido)	(0,6%)	(943.547)	0,1%	129.005
Dedução de prejuízos fiscais	(0,5%)	(839.604)	(5,8%)	(12.491.954)
Derramas municipal e estadual	0,3%	473.463	3,7%	7.929.736
Tributações autónomas	1,1%	1.763.857	0,8%	1.669.899
Impacto do imposto corrente em resultados	19,56%	30.506.178	21,45%	46.093.894
Impacto do imposto diferido em resultados *	8,33%	12.997.426	7,68%	16.496.448
Custo com imposto do exercício	27,89%	43.503.603	29,12%	62.590.342
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	0,04%	57.408	0,06%	132.188
Total de custo com imposto	27,93%	43.561.012	29,18%	62.722.530

* Ver o detalhe deste montante no quadro relativo ao movimento dos impostos diferidos no exercício de 2018

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das entidades do GCA podem ser revistas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), regra geral, durante um período de 4 anos, excepto quando seja efectuada qualquer dedução ou crédito de imposto (ex. dedução de prejuízos fiscais), sendo nesse caso o prazo de caducidade o do exercício desse direito. Deste modo, as declarações fiscais das entidades do GCA relativas aos exercícios de 2015 a 2018 poderão ainda ser revistas pela AT, estando assim sujeitas a eventuais correcções à matéria colectável.

23) Outros activos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Outros activos</u>		
Outras disponibilidades	105.175	113.602
Ouro e outros metais preciosos	622.967	626.040
Aplicações conta-caução	2.670.858	2.653.220
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	7.734.466	3.864.574
IMT - reembolsos pedidos	409.335	647.843
Outros valores a receber	373.483	768.605
Devedores por capital não realizado	6.299	1.489
Despesas de crédito em contencioso	4.181.621	4.795.479
Suprimentos	-	-
Bonificações a receber	844.770	913.226
Outros activos por recuperação de crédito	11.869.116	8.516.881
Devedores diversos - adiantamentos	2.240.983	2.334.796
Clientes de locação financeira	901.692	1.052.053
Outros devedores diversos	<u>63.988.859</u>	<u>54.760.459</u>
	<u>95.949.624</u>	<u>81.048.268</u>
<u>Rendimentos a receber</u>		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	205.025	194.700
Por serviços bancários prestados	464.364	2.067.380
Outros rendimentos a receber	613.120	422.940
	<u>1.282.510</u>	<u>2.685.021</u>
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Rendas e alugueres	490.500	477.670
Seguros	727.845	1.299.521
Outras despesas a diferir	7.278.687	6.423.178
	<u>8.497.032</u>	<u>8.200.369</u>
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</u>		
Responsabilidades totais	-	(81.903.272)
Valor patrimonial do fundo de pensões	-	82.500.000
	<u>-</u>	<u>596.728</u>
<u>Valores a regularizar</u>		
Margin Call	60.929.733	-
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	57.700.062	46.270.737
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1.084.323	75.315.540
Operações cambiais a liquidar	-	-
Posição cambial	-	-
Acordos protocolares	1.882.513	1.707.223
Sistemas informáticos	226	1.343.630
Economato	3.046.503	974.299
Compensação de valores	5.081	2.394
Outras operações a regularizar	13.043.554	12.578.092
	<u>137.691.995</u>	<u>138.191.915</u>
	<u>243.421.160</u>	<u>230.722.302</u>
<u>Imparidade – Outros activos</u>		
Imóveis - p/ recuperação crédito	(2.610.359)	(1.633.839)
Outros devedores diversos	(32.235.939)	(32.341.721)
	<u>208.574.862</u>	<u>196.746.742</u>

A rubrica “Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)” corresponde ao montante imobilizado nas caixas ATM, a aguardar regularização por parte da SIBS.

Os saldos da rubrica “Outros devedores diversos” são explicados pelo registo de valores em aberto para com devedores por serviços prestados pelas entidades do Grupo a terceiros, ainda não regularizados, os quais em 31 de Dezembro de 2018 ascendem a 51.088.235 euros (2017: 47.943.150 euros). O risco de crédito dos saldos a receber de terceiros é indeterminado.

O aumento dos valores da Margin Call deve-se a uma profunda alteração da filosofia de gestão da carteira de investimento da Caixa Central em resultado da adopção do normativo contabilístico IFRS 9. Com efeito, passou a verificar-se o recurso de forma sistemática e permanente a derivados de taxa de juro para uma gestão mais equilibrada do risco de taxa de juro. Nesse âmbito, a maioria dos contratos de derivados negociados no exercício de 2018 foi transferido para o sistema de compensação centralizada. O acesso a este regime implicou a alocação de liquidez para esta actividade específica, que resulta de duas parcelas. Por um lado, um valor de margem inicial (initial margin), calculado em função do montante transferido e da maturidade das exposições e, por outro lado, uma margem de manutenção (variation margin), que decorre do valor de mercado das posições vivas.

Em 31 de Dezembro de 2018, encontra-se registado um saldo na rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” 1.084.323 Euros, que diminuiu em 74.231.217 Euros face ao final do ano anterior. Esta diminuição deveu-se essencialmente a operações fora de Bolsa (compras e vendas) realizadas por conta e em nome de clientes na Caixa Central, encontrando-se compensados pelos saldos credores constantes no passivo em “Outros passivos” na rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” (ver nota 30). O decréscimo resultou da diminuição da actividade corrente no final de 2018 de operações e posições, não encerradas antes do final do exercício, aumentando as situações pendentes de regularização. Os saldos desta rubrica são regularizados num curto de espaço de dias.

24) Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Recursos do Banco de Portugal</u>		
Empréstimos	1.690.187.389	1.693.366.252
Juros	(13.066.991)	14.441
	<u>1.677.120.398</u>	<u>1.693.380.693</u>
 <u>Recursos de Outras Instituições de Crédito</u>		
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	101.040.605	188.306.218
Outros recursos		
 Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito:		
Depósitos	10.351.246	3.306.107
Empréstimos	50.000.000	50.000.000
	<u>60.351.246</u>	<u>53.306.107</u>
 Juros a pagar	52.322	92.664
	<u>161.444.173</u>	<u>241.704.988</u>
 Total de Recursos de bancos centrais e de Recursos de OICs	<u>1.838.564.571</u>	<u>1.935.085.681</u>

Em Dezembro de 2018 e 2017, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Até três meses	70.996.093	123.746.515
Entre três meses e um ano	112.223.147	142.872.062
Entre um ano e três anos	1.668.360.000	385.200.000
Entre três e cinco anos	0	1.283.160.000
	<u>1.851.579.240</u>	<u>1.934.978.577</u>
 Juros a pagar	(13.014.669)	107.104
 Total de Recursos de Bancos	<u>1.838.564.571</u>	<u>1.935.085.681</u>

No quadro abaixo detalhamos os empréstimos concedidos pelo Banco de Portugal que se encontram incluídos nesta rubrica:

<u>Entidade</u>	<u>Montante moeda original</u>	<u>Moeda</u>	<u>Montante EUR</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Taxa</u>
Banco de Portugal	385.200.000	EUR	385.200.000	29-06-2016	24-06-2020	-0,4%
Banco de Portugal	1.283.160.000	EUR	1.283.160.000	29-03-2017	24-03-2021	-0,4%
Banco de Portugal	25.000.000	USD	21.827.389	20-12-2018	04-01-2019	2,88%
Total			1.690.187.389			

O empréstimo concedido pelo Banco de Portugal com data reembolso de Janeiro de 2019 foi entretanto liquidado.

Em 2016 o BCE lançou a segunda série de Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direccionadas (em inglês, TLTRO II) com objectivos de reforçar a política monetária

acomodatícia do Eurosistema e de aumentar o incentivo à concessão de crédito bancário à economia real. A taxa de juro aplicada a estas operações é fixa e igual à taxa aplicada às operações principais de refinanciamento (MRO) em vigor à data da colocação. Adicionalmente, os bancos poderiam ter um benefício na taxa de juro, dependendo da evolução da actividade creditícia elegível dos bancos em relação aos valores de referência especificados para cada banco. Esse benefício corresponde a uma redução das taxas de juro aplicáveis a estas operações que pode ser, no máximo, igual à diferença entre a taxa de juro da MRO e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito em vigor à data da colocação de cada operação.

No segundo semestre de 2018 o Banco de Portugal comunicou uma taxa negativa na remuneração dos TLTRO de -0,4% reconhecendo o GCA esse juro a receber.

O detalhe dos empréstimos concedidos pelo Banco de Portugal a 31 de Dezembro de 2017 são como se segue:

Entidade	Montante moeda original	Moeda	Montante EUR	Data de início	Data de reembolso	Taxa
Banco de Portugal	385.200.000	EUR	385.200.000	29-06-2016	24-06-2020	0%
Banco de Portugal	1.283.160.000	EUR	1.283.160.000	29-03-2017	24-03-2021	0%
Banco de Portugal	30.000.000	USD	25.006.252,00	21-12-2017	11-01-2018	1,89%
Total			1.693.366.252			

Os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura de operações de financiamento junto do Eurosistema, com referência a 31 de Dezembro de 2017 são:

Designação	ISIN	Quantidade	Valor Final
SPGB 04/30/2020	ES00000122D7	20.000	21.484.768
SPGB 0.05 01/31/21	ES00000128X2	225.000	223.958.983
BTPS 3.75 03/2021	IT0004634132	55.000	54.778.953
BTPS 1.6 06/01/26	IT0005170839	200.000	168.726.903
BTPS 045 06/01/21	IT0005175598	400.000	369.148.783
CCTS 0 07/15/23	IT0005185456	210.000	188.951.493
CCTS 0 02/15/24	IT0005218968	15.000	13.183.940
BTPS 0.35% 15/06/20	IT0005250946	25.000	23.123.658
OT JUN 20	PTOTECOE0029	2.000.000.000	20.476.179
OT OUT 25	PTOTEKOE0011	20.000.000.000	201.302.112
OT OUT 22	PTOTESOE0013	10.000.000.000	98.336.470
OT JUL 26	PTOTETOE0012	10.000.000.000	99.185.405
OT ABR 27	PTOTEUOE0019	10.000.000.000	108.447.596
OT OUT 28	PTOTEVOE0018	55.000.000.000	504.354.014
OT ABR 21	PTOTEYOE0007	28.585.000.000	297.588.411
OT ABR 22	PTOTVJOE0005	8.324	8.004.502
OT AGO 22	PTOTVKOE0002	1.541	1.488.990
			2.402.541.162

Na rubrica de empréstimos de instituições de crédito no estrangeiro, encontra-se registado um montante de 50 milhões de Euros, cuja operação está englobada numa linha de crédito do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinada ao financiamento de investimentos de médio e longo prazo para pequenas e médias empresas a operar em Portugal. A taxa média deste empréstimo é 0%.

Ver adicionalmente os valores contratados escalonados por prazos de repricing da taxa de juro na Nota 52.

25) Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<i>Depósitos</i>		
À ordem	5.565.636.865	4.683.578.465
A prazo	5.027.632.165	5.121.318.173
De poupança	3.247.321.719	2.762.758.168
Outros recursos de clientes	102.026	143.708
Cheques e ordens a pagar	9.499.570	11.366.646
Outros	46.043	46.066
	<u>13.850.238.388</u>	<u>12.579.211.227</u>
Juros a pagar	5.650.652	6.473.394
	<u>13.855.889.040</u>	<u>12.585.684.620</u>

Em Dezembro de 2018 e 2017, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Até três meses	8.665.444.743	7.653.183.430
Entre três meses e um ano	4.954.500.865	4.655.738.467
Entre um ano e três anos	139.934.940	205.179.130
Entre três e cinco anos	13.438.828	11.619.486
Mais de cinco anos	76.892.211	53.472.915
Duração Indeterminada	26.801	17.798
	<u>13.850.238.388</u>	<u>12.579.211.226</u>
Juros a pagar	5.650.652	6.473.394
	<u>13.855.889.040</u>	<u>12.585.684.620</u>

26) Provisões e imparidade

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do GCA durante o exercício de 2018 e o exercício de 2017 foi o seguinte:

	31-dez-18					Saldos em 31-12-2018
	Saldos em 31-12-2017 *	Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	
Imparidade para créditos sobre clientes (Nota 14)	664.557.169	(1.736.047)	(191.768.067)	-	-	471.053.055
	<u>664.557.169</u>	<u>(1.736.047)</u>	<u>(191.768.067)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>471.053.055</u>
Provisões:						
Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis	19.230.851	(3.916.050)	(558.666)	-	-	14.756.135
Outros riscos e encargos	7.373.723	3.082.855	(428.657)	-	-	10.027.921
	<u>26.604.574</u>	<u>(833.195)</u>	<u>(987.323)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.784.056</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	-	-	-	-	-	-
Imparidade para Activos ao JVAORI (Nota 11)	2.405.934	(1.595.613)	-	-	159	810.480
Imparidade para Títulos ao custo amortizado (Nota 33)	1.260.901	2.241.123	-	-	-	3.502.024
Aplicações em Instituições de Crédito	-	703.827	(703.827)	-	-	-
	<u>3.666.835</u>	<u>1.349.337</u>	<u>(703.827)</u>	<u>-</u>	<u>159</u>	<u>4.312.505</u>
Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 17)	174.382.483	1.813.288	(5.066.765)	-	-	171.129.006
Outros activos (Nota 23)	33.975.560	659.374	-	-	211.364	34.846.298
Outros activos tangíveis (Nota 19)	8.725.401	1.028.083	(417.678)	-	-	9.335.806
Activos intangíveis (Nota 20)	33.858	-	-	-	-	33.858
	<u>159.087.868</u>	<u>3.500.746</u>	<u>(5.484.443)</u>	<u>-</u>	<u>211.364</u>	<u>215.344.968</u>
	<u>841.968.062</u>	<u>2.280.840</u>	<u>(198.943.660)</u>	<u>-</u>	<u>211.364</u>	<u>715.494.583</u>

* saldo de 31 dez 2017 com impacto IFRS 9, ver nota 2.2

	31-dez-17					Saldos em 31-12-2017
	Saldos em 31-12-2016	Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	
Imparidade para créditos sobre clientes (Nota 14)	710.417.574	2.454.418	(39.776.732)	(21.010.533)	-	652.084.727
	<u>710.417.574</u>	<u>2.454.418</u>	<u>(39.776.732)</u>	<u>(21.010.533)</u>	<u>-</u>	<u>652.084.727</u>
Provisões:						
Outros riscos e encargos	11.992.870	(5.646.261)	-	21.010.533	-	27.357.142
	<u>11.992.870</u>	<u>(5.646.261)</u>	<u>-</u>	<u>21.010.533</u>	<u>-</u>	<u>27.357.142</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	2.611.396	1.468.651	(641.723)	-	-	3.438.324
Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 17)	124.188.404	8.346.987	(16.182.342)	-	-	116.353.049
Outros activos (Nota 23)	27.164.514	72.225	-	-	6.738.821	33.975.560
Outros activos tangíveis (Nota 19)	7.330.377	1.395.025	-	-	-	8.725.401
Activos intangíveis (Nota 20)	33.858	-	-	-	-	33.858
	<u>158.717.153</u>	<u>9.814.237</u>	<u>(16.182.342)</u>	<u>-</u>	<u>6.738.821</u>	<u>159.087.868</u>
	<u>883.738.993</u>	<u>8.091.045</u>	<u>(56.600.797)</u>	<u>-</u>	<u>6.738.821</u>	<u>841.968.062</u>

Conforme resulta do quadro acima, verificou-se em 2018 uma diminuição das imparidades para crédito a clientes, que resultou essencialmente de abates e da evolução do risco associado à carteira de crédito, cuja avaliação foi realizada por aplicação dos critérios do modelo de imparidade do GCA, tal como descritos na nota 2.4 c) do presente documento.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Provisões – outros riscos e encargos” inclui provisões constituídas para fazer face a riscos legais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA.

27) Provisões técnicas

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Ramo vida:		
Provisão matemática	914.001.240	1.124.623.413
Provisão para sinistros	13.137.030	12.629.142
Outras provisões técnicas:		
Provisões para participação nos resultados	14.149.759	40.428.644
Provisões para estabilização de carteira	4.803.638	0
Provisão para compromisso de taxa	55.780.248	51.512.925
	<u>1.001.871.915</u>	<u>1.229.194.124</u>
Provisões ramo não vida:		
Provisões para prémios não adquiridos	12.616.038	17.566.646
Provisões para sinistros	97.949.021	94.668.375
Outras provisões técnicas:		
Provisões para riscos em curso	5.725.550	2.970.885
Provisões para desvios de sinistralidade	2.048.221	1.708.570
	<u>118.338.831</u>	<u>116.914.476</u>
	<u>1.120.210.746</u>	<u>1.346.108.600</u>

Ramo Vida

A redução da provisão matemática durante o ano de 2018 é explicada por dois motivos: diminuição da produção dos produtos de capitalização e ao vencimento de várias séries de produtos de capitalização ao longo do ano de 2018.

Entre 2017 e 2018 a provisão para sinistros registou um aumento pouco expressivo de 4% decorrente no final do ano de 2018 estar a ocorrer o vencimento de alguns produtos de capitalização.

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática.

A provisão para estabilização de carteira foi constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

A cada data de reporte, procedesse à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos cash-flows futuros associados a cada contrato, descontados às taxas determinadas com base na estrutura temporal de taxas de juro disponibilizada pela EIOPA. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existirem gaps, estes são registados em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

Ramo Não Vida

A variação das provisões do Ramo não Vida decorre da diminuição dos sinistros ocorridos e ainda não pagos.

O movimento ocorrido nas provisões técnicas durante o exercício de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2016	Reforços líquidos de reposições e anulações (Nota 38)	Utilizações / regulariz.	Saldo em 31-12-2017	Reforços líquidos de reposições e anulações (Nota 38)	Utilizações / regulariz.	Saldo em 31-12-2018
Ramo vida:							
Provisão matemática	1.353.105.471	(243.109.043)	14.626.985	1.124.623.413	(217.231.421)	6.609.248	914.001.240
Provisão para sinistros	8.532.787	4.096.355	-	12.629.142	507.888	-	13.137.030
Outras provisões técnicas:							
Provisões para participação nos resultados	50.661.724	15.850.790	(26.083.870)	40.428.644	7.813.812	(34.092.697)	14.149.759
Provisões para estabilização de carteira	-	-	-	-	4.803.638	-	4.803.638
Provisão para compromisso de taxa	39.670.331	11.842.594	-	51.512.925	4.267.323	-	55.780.248
	<u>1.451.970.313</u>	<u>(211.319.304)</u>	<u>(11.456.885)</u>	<u>1.229.194.124</u>	<u>(199.838.780)</u>	<u>(27.483.449)</u>	<u>1.001.871.915</u>
Provisões ramo não vida:							
Provisões para prémios não adquiridos	18.642.009	(2.434.998)	1.359.635	17.566.646	(6.246.951)	1.296.344	12.616.039
Provisões para sinistros	98.581.714	(2.474.208)	(1.439.131)	94.668.375	2.900.487	380.159	97.949.021
Outras provisões técnicas:							
Provisões para riscos em curso	2.891.886	78.999	-	2.970.885	2.754.665	-	5.725.550
Provisões para desvios de sinistralidade	1.388.688	319.882	-	1.708.570	339.651	-	2.048.221
	<u>121.504.297</u>	<u>(4.510.325)</u>	<u>(79.496)</u>	<u>116.914.476</u>	<u>(252.148)</u>	<u>1.676.503</u>	<u>118.338.831</u>
	<u>1.573.474.610</u>	<u>(215.829.629)</u>	<u>(11.536.381)</u>	<u>1.346.108.600</u>	<u>(200.090.908)</u>	<u>(25.806.946)</u>	<u>1.120.210.746</u>

O cálculo de pagamentos por sinistros futuros relaciona-se com a provisão para prémios. A melhor estimativa da provisão para prémios tem em conta diversos pressupostos que podem influenciar o seu cálculo, como por exemplo: as taxas de anulações dos prémios futuros (prémios Tipo I e Tipo II), a cadência de recebimento dos prémios futuros, a estimação dos custos associados aos contratos bem como a sua cadência. Os resultados da aplicação de métodos estatísticos no cálculo das provisões têm sempre um grau de incerteza implícito devido a factores aleatórios, mudanças estruturais ainda não reflectidas no sistema de informação do GCA e porventura no mercado, bem como de alterações legais, judiciais e políticas com reflexo nos modelos aplicados. Por outro lado, deve-se ter presente que, não só é necessário assumir padrões para algumas variáveis macro e microeconómicas, como também os métodos usados têm implícitos alguns pressupostos. Tudo isto pode sofrer alterações significativas à medida que o tempo passa, pelo que a monitorização constante destas situações é fundamental e imprescindível para uma actualização constante das conclusões obtidas.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Protecção Poupança Investimento	30.705.585	32.706.235
Protecção Poupança Reforma	88.446.425	91.616.324
Protecção Poupança Educação	16.416.412	16.714.505
CA PPR+6	3.467.905	3.897.133
CA Poupança Activa	215.888.102	263.891.373
Protecção Super-Crédito	115.229	0
CA PPR	163.535.385	175.488.440
CA Protecção Livre	394.553	405.941
CA Vida Plena	42.503	48.609
CA Super 4,25	87.944.452	85.535.232
CA Mulher	34.941	20.409
CA Pessoa-Chave	28.508	8.040
CA Pessoa-Chave Crédito	85.713	56.785
CA Garantia 5 (1ª série)	0	19.584.961
CA Garantia 5 - PPR (1ª série)	0	30.415.855
CA Garantia 5 - 2 série	11.965.420	52.346.730
CA Garantia 5 PPR - 2 série	14.112.796	64.737.889
CA Universitário (Poupança)	19.768.692	19.797.296
CA Premium	787	797
CA PPR Capital	100.504.395	101.108.090
CA Poupança Activa Capital	144.395.903	149.740.494
CA Universitário [Capital]	15.423.859	16.036.127
Protecção Super Crédito	40.284	49.680
CA Protecção Hospitalar	9.901	6.783
CA Corporate	112.152	58.571
CA Express Vida	501.897	351.111
Família	59.441	0
	<u>914.001.240</u>	<u>1.124.623.413</u>

28) Instrumentos representativos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	407.000	472.445
CCAM Pernes, CRL	-	344.420
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	209.275	209.775
CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	162.800	161.960
CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	87.895	88.830
CCAM do Guadiana Interior, CRL	53.800	67.800
CCAM Médio Ave, CRL	30.265	30.815
CCAM do Baixo Vouga, CRL	2.150	13.175
CCAM Costa Azul, CRL	4.725	4.725
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	500	500
CCAM Terra Quente, CRL	-	500
	<u>958.410</u>	<u>1.394.945</u>

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 32).

As reduções de títulos representativos de capital respeitam a reembolsos efectuados aos associados.

29) Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:</u>		
Não titulados	84.956.724	84.956.724
<u>Títulos de investimento:</u>		
Emitidos	10.765.800	21.436.800
	<u>95.722.524</u>	<u>106.393.524</u>
Juros a pagar	377.540	388.122
	<u>96.100.064</u>	<u>106.781.646</u>

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Menos de três meses	-	-
Entre três meses e um ano	1.009.300	10.671.000
Entre um ano e três anos	23.256.500	13.765.800
Entre três e cinco anos	63.456.724	62.956.724
Mais de cinco anos	8.000.000	19.000.000
Juros a pagar	377.540	388.122
	<u>96.100.064</u>	<u>116.533.500</u>

Em 31 de Dezembro de 2018, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 84.956.724 Euros (84.956.724 Euros em 31 de Dezembro de 2017).

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo detalhado por entidade é:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2018	Data de vencimento	2018			Saldo 31.12.2018
						Saldo 31.12.2017	Reembolsos	Emissões	
Empréstimo do FGCAM	C3030 - Coimbra	Euro	05-jun	0,5000%	05-06-2022	13.000.000	-	-	13.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3220 - Costa Verde	Euro	31-jan	0,5000%	31-01-2023	11.000.000	-	-	11.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	-	0,5000%	23-06-2020	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	-	0,5000%	23-06-2024	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C4050 - Beira Baixa (Sul)	Euro	15-mai	0,7500%	30-06-2020	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	19-mar	0,6000%	31-12-2022	20.956.724	-	-	20.956.724
Empréstimo do FGCAM	C6020 - Álcacer Sal e Montemor-Novo	Euro	29-abr	0,5000%	30-11-2022	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	29-abr	0,5000%	15-12-2021	1.500.000	-	-	1.500.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	29-abr	0,5000%	15-12-2022	6.500.000	-	-	6.500.000
						84.956.724	-	-	84.956.724

O saldo dos Títulos Investimento emitidos é de:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2017	Data de vencimento	2018				
								Saldo 31.12.2017	Reembolsos	Regularizações	Emissões	Saldo 31.12.2018
Tit. Investimento/2012	C1420 - Noroeste	2.142	Euro	500	2-abr	3,2280%	02-04-2018	1.071.000	(1.071.000)	-	-	-
Tit. Investimento/2015	C2090 - Beira Douro	1.513	Euro	500	16-dez	1,2500%	16-12-2020	756.500	-	-	-	756.500
Tit. Investimento/2014	C6250 - Guadiana Interior	201.860	Euro	5	28-jul	2,4280%	28-07-2019	1.009.300	-	-	-	1.009.300
Tit. Investimento/2013	C6320 - Costa Azul	32.000	Euro	500	30-dez	4,0000%	30-12-2018	9.600.000	(9.600.000)	-	-	-
Tit. Investimento/2016	C6320 - Costa Azul	18.000	Euro	500	04-jul	1,2500%	04-07-2021	9.000.000	-	-	-	9.000.000
								<u>21.436.800</u>	<u>(10.671.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.765.800</u>

Para efeitos de reconciliação da rubrica de outros passivos financeiros com a demonstração de fluxos de caixa, para além deste reembolso ainda se verificou o montante de 436 milhares de euros correspondente a juros.

30. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Recursos - conta cativa	1.521.013	2.706.965
Recursos - conta caução	7.426.187	10.704.699
Outros recursos	3.238.913	4.387.411
<u>Sector Público Administrativo</u>		
Retenção de impostos na fonte	7.871.609	8.554.098
Contribuições para a Segurança Social	3.474.372	3.512.144
IVA a pagar	925.022	928.872
Outros impostos	2.163.970	2.381.282
Cobrança por conta de terceiros	569.096	221.494
Contribuições para outros sistemas de saúde	662.297	649.339
Passivos financeiros de contratos de seguros	66.557.902	210.737.962
Passivos em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação	138.698	146.649
<u>Credores diversos</u>		
Credores por fornecimento de bens e serviços	21.618.622	14.077.365
Credores por valores a liquidar	104.683	153.328
Credores - parcelas a realizar em títulos subscritos	0	0
Credores - cartões de crédito	663.302	537.948
Adiantamento por CPCV (imóveis)	1.680.542	3.072.934
Outros credores	23.554.303	21.300.384
	<u>142.170.529</u>	<u>284.072.876</u>

Responsabilidades com pensões e outros benefícios

Responsabilidades totais	88.567.339	-
Valor patrimonial do fundo de pensões	(86.578.408)	-
	<u>1.988.931</u>	<u>-</u>

Encargos a pagar

Por gastos com pessoal

Provisão para férias e subsídio de férias	23.665.513	22.968.815
Prémio de antiguidade	18.162.619	19.098.263
Outros	2.313.260	2.935.500
Por gastos gerais administrativos	46.244	105.462
Outros	6.570.305	4.490.491
	<u>50.757.939</u>	<u>49.598.531</u>

Receitas com rendimento diferido

Comissões sobre garantias prestadas	787.730	770.710
Comissões sobre crédito irrevogáveis	1.478.744	1.366.538
Rendas	290.156	382.509
Outras	191.833	213.871
	<u>2.748.463</u>	<u>2.733.628</u>

Valores a regularizar

Juros - swap	4.492.554	-
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1.084.069	75.315.043
Câmara compensação multibanco - trânsito real time	13.849.609	5.067.822
Transferências electrónicas	640.439	7.323.117
Valores cobrados - sistema de débitos directos (SDD)	3	3

Compensação de valores	6.697.378	6.201.511
Outras operações a regularizar	52.543.952	60.451.989
	<u>79.308.004</u>	<u>154.359.484</u>
	<u>276.973.867</u>	<u>490.764.518</u>

O Grupo reconhece em “Outros passivos” as unidades de participação de fundos de investimento que estão incluídas no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo, por ser uma responsabilidade, conforme AG29A e BC68 da IAS32, deixando de as reconhecer em interesses que não controlam.

Em 31 de Dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Credores e outros recursos – Passivos financeiros de contratos de seguros” respeita a contratos da CA Vida, de taxa garantida, sem participação nos resultados discricionária, valorizados ao custo amortizado. A evolução entre 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2018 foi a seguinte:

	Montante gerido	Montantes		Variações de ganhos e	Montante gerido
	em 31.12.2017	Entradas	Saídas	perdas (juro técnico)	em 31.12.2018
Valorizados ao custo amortizado	209.133.059	-	(143.277.768)	(924.244)	64.931.047
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.604.904	-	(11.484)	33.435	1.626.855
Total	210.737.962		(143.289.252)	(890.809)	66.557.902

A maturidade dos passivos financeiros de contratos de seguros é como se segue:

2018	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivo							
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado		28.544.476	8.570.243	1.698.724	26.117.604		64.931.047
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de resultados						1.626.855	1.626.855
		28.544.476	8.570.243	1.698.724	26.117.604	1.626.855	66.557.902

O justo valor dos activos ao custo amortizado é de 64.931.047 Euros.

O valor indicado na rubrica de “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”, respeita na sua totalidade aos saldos credores de operações dentro e fora de Bolsa (compras e vendas) realizadas por e em nome de clientes, encontrando-se compensados pelos saldos devedores constantes no activo do balanço em “Outros activos” na rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”. A variação registada em 2018 decorre da diminuição corrente no final de ano, verificado na Caixa Central, de operações e posições não encerradas antes do final do exercício, diminuindo as situações pendentes de regularização (ver Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Outras operações a regularizar” inclui as contas Nostro, nomeadamente em moeda estrangeira, que ficam a aguardar a data-valor do movimento. A maior parte corresponde a operações com data-valor do início de Janeiro de 2019 e 2018, respectivamente, regularizando-se as operações nesse momento.

A variação do montante da câmara de compensação de multibanco deve-se essencialmente ao aumento de transacções efectuadas com cartão multibanco no final do ano tendo a compensação sido efectuada no dia útil seguinte.

31) Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	204.381.127	196.591.902
Créditos documentários abertos	15.734.659	1.399.314
Activos dados em garantia - títulos	2.475.289.750	2.544.248.344
Outros passivos eventuais	10.182.544	12.503.269
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	895.876.198	791.459.742
Compromissos revogáveis	339.321.022	303.453.966
Por subscrição de títulos	81.263.525	100.623.502
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos investidores	1.085.799	915.564
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	1.592.359.305	1.568.478.817
Valores administrados pela instituição	1.640.012.395	1.971.889.883
Valores recebidos para cobrança	48.874.273	39.006.606
Outras	12.053.696	7.947.973
	<u>7.316.434.293</u>	<u>7.538.518.883</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Activos dados em garantia” inclui o valor dos títulos incluídos na *pool* de colateral depositada junto do Banco de Portugal para garantia de operações de financiamento junto do Eurosistema. Esta rubrica inclui ainda títulos dados em garantia para cobertura de operações de reporte (“repos”) contratadas junto de outras instituições financeiras não residentes.

A totalidade do saldo da rubrica “Compromissos perante terceiros – Por subscrição de títulos” corresponde a tomada firme de papel comercial.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertencem ao SICAM (Nota 50).

32) Capital

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 1.157.706.041 Euros em 31 de Dezembro de 2018.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo “Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo”, o montante de 958.410 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros (Nota 28).

Com a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, em Diário de República (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho), conforme mencionado na Nota Introdutória, procedeu-se à adequação dos Estatutos das Caixas de Crédito Agrícola ao novo Regime Jurídico que, no limite, deveriam ser alterados até à data da realização da primeira assembleia geral obrigatória que se realizasse no exercício de 2010, conforme mencionado nas disposições transitórias constantes no Artigo 5º do decreto-lei n.º 142/2009 de 16 de Junho. Dessa forma, no decorrer do ano de 2009 e início de 2010, os Estatutos das CCAM foram alterados e aprovados em Assembleia Geral, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual se manteve a classificação, nos termos da IAS 32, como capital dos títulos nominativos das Caixas Agrícolas subscritos pelos seus associados, com excepção dos que se enquadram na definição de passivo, de acordo com a IAS 32.

De acordo com os Estatutos das Caixas Agrícolas, as condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- Até ao dia trinta e um de Outubro de cada ano, podem os associados que o desejarem apresentar a sua exoneração, ou solicitar a redução da sua participação, por carta dirigida ao Conselho de Administração, de acordo com as condições:
 - Terem decorrido, pelo menos, três anos desde a data da realização dos títulos de capital.
 - O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos, nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.
- A exoneração torna-se efectiva após a aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre o relatório e contas relativos ao ano em que o pedido for apresentado.
- O associado exonerado, bem como o que tenha reduzido a sua participação têm direito ao reembolso dos seus títulos de capital, nos termos do número sete do artigo oitavo dos estatutos, podendo, no entanto, o Conselho de Administração mandar suspender o reembolso conforme previsto no número oito do mesmo artigo oitavo.
- O reembolso poderá ser realizado em três prestações anuais, salvo se prazo inferior for decidido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2018, verificaram-se aumentos de capital, um no montante de 48.476.845 euros por incorporação de reservas e outro no montante de 25.179.672 euros por entrada de novos sócios.

Decorrente de Assembleias Gerais realizadas pelas diversas Caixas Associadas, realizam-se aumentos de capital por incorporação de reservas, o que origina os movimentos de transferência de saldos de reservas para realizar aumentos de capital social.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas:

	31-dez-18	31-dez-17
CCAM de Pombal, CRL	56.143.690	56.036.915
CCAM Batalha, CRL	48.378.740	46.862.330
CCAM Alto Douro, CRL	46.502.340	43.423.325
CCAM Costa Azul, CRL	44.015.665	34.424.460
CCAM Açores, CRL	34.736.405	32.684.895
CCAM da Serra da Estrela, CRL	34.377.585	31.855.410
CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	31.729.835	30.146.640
CCAM do Noroeste, CRL	36.531.330	29.920.090
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	28.090.725	25.950.695
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	31.950.930	25.890.985
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	28.472.660	22.948.565
CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém, CRL	23.948.755	22.183.305
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	21.658.670	21.612.965
CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	22.282.005	21.052.285
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	19.414.300	19.241.535
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	20.416.190	19.130.205
CCAM do Baixo Mondego, CRL	20.178.035	19.072.065
CCAM Beira Douro, CRL	19.427.375	18.178.140
CCAM de São Teotónio, CRL	18.011.520	17.933.510
CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	17.689.800	16.181.980
CCAM de Terras de Viriato, CRL	16.447.420	15.168.220
CCAM Alenquer, CRL	15.250.680	14.542.925
CCAM Coimbra, CRL	14.496.215	14.381.405
CCAM Lourinhã, CRL	15.603.000	13.805.105
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	13.328.800	12.886.630
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	12.871.370	12.722.925
CCAM Douro e Côa, CRL	13.188.800	12.716.815
CCAM do Baixo Vouga, CRL	12.322.130	12.252.640
CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	12.006.935	11.925.065
CCAM da Terra Quente, CRL	13.131.680	11.753.610
CCAM Beja e Mértola, CRL	11.322.525	11.268.740
CCAM do Guadiana Interior, CRL	11.751.760	11.228.070
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	11.523.225	11.063.920
CCAM Costa Verde, CRL	10.556.690	11.026.440
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	10.760.295	10.706.530
CCAM Albufeira, CRL	11.114.585	10.693.910
CCAM Coruche, CRL	10.513.335	10.503.280
CCAM Cadaval, CRL	10.160.050	10.129.240
CCAM de Silves, CRL	10.722.745	10.125.360
CCAM Médio Ave, CRL	9.986.490	9.832.980
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	9.931.180	9.747.775
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	9.754.565	9.589.990
CCAM Estremoz, CRL	9.109.415	9.090.045
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	9.707.120	9.012.275
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	10.320.305	8.996.465
CCAM de Lafões, CRL	9.057.445	8.841.415

	31-dez-18	31-dez-17
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	12.738.550	8.816.935
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	8.925.520	8.696.880
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	8.606.515	8.157.880
CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	9.079.415	8.130.245
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	8.213.540	8.095.265
CCAM Paredes, CRL	8.817.415	8.050.945
CCAM Oliveira de Azeméis e Estarreja, CRL	7.901.945	7.836.040
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	7.932.465	7.818.295
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	8.843.630	7.796.110
CCAM de Moravis, CRL	7.818.800	7.773.410
CCAM Alentejo Central, CRL	7.669.910	7.493.745
CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	7.361.720	7.256.030
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	7.424.325	7.121.565
CCAM Arouca, CRL	7.180.015	7.023.055
CCAM Beira Centro, CRL	7.398.150	6.987.515
CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	7.222.125	6.965.025
CCAM Porto de Mós, CRL	7.112.915	6.962.975
CCAM de Pernes e Alcanhões, CRL	13.224.675	12.558.420
CCAM do Algarve, CRL	7.035.746	6.831.821
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novo, CRL	6.696.730	6.637.380
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	6.527.170	6.414.815
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	6.874.945	6.232.790
CCAM do Norte Alentejano, CRL	6.229.390	6.180.665
CCAM Sousel, CRL	6.286.590	6.159.905
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	7.316.980	6.001.260
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	6.005.860	5.865.815
CCAM Azambuja, CRL	5.826.565	5.805.610
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	5.762.345	5.696.655
CCAM Serras de Ansião, CRL	5.836.050	5.672.845
CCAM Anadia, CRL	5.549.105	5.530.705
CCAM Borba, CRL	5.650.680	5.476.990
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	5.426.330	5.345.950
CCAM Vale de Cambra, CRL	5.182.360	5.142.085
CCAM Vagos, CRL	5.132.250	5.126.145
	1.159.706.041	1.086.403.846

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

33) Reservas, variação de justo valor ao jvaori e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de reservas de reavaliação e outras reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	31-dez-18	31-dez-17
	<hr/>	<hr/>
<u>Varição de JV de activos financeiros ao JVAORI</u>		
Valias potenciais e impostos diferidos	(10.840.873)	-
Imparidade	810.480	-
Varição de JV de activos financeiros ao JVAORI (1)	<hr/> (10.030.393)	<hr/> -
De activos financeiros disponíveis para venda	3.805.998	39.710.631
Outras Reservas de reavaliação – fundo de pensões (Nota 50)	117.809	3.045.689
Outros	2.967.664	1.176.732
	<hr/>	<hr/>
Reservas de reavaliação (2)	6.891.471	43.933.052
<u>Outras reservas e resultados transitados:</u>		
Outras reservas	370.001.388	339.030.447
Resultados transitados	(124.485.011)	(173.787.296)
	<hr/>	<hr/>
Outras reservas e resultados transitados (3)	245.516.377	165.243.151
	<hr/>	<hr/>
Lucro do exercício (4) (Nota 34)	112.352.571	152.144.641
Total (1) + (2) + (3) + (4)	<hr/> <hr/> 364.730.025	<hr/> <hr/> 361.320.844

O valor indicado em “Outras reservas” desagrega-se nas seguintes reservas estatutárias:

	31-dez-18	31-dez-17
Reserva legal	293.745.993	273.194.347
Reserva estatutária	1.709.671	1.266.992
Reserva especial	30.389.953	25.674.414
Reserva para formação e educação cooperativa	5.148.652	4.589.960
Reserva para mutualismo	4.285.754	4.058.233
Reservas por diferenças no reembolso de capital	1.043.174	1.043.174
Reservas p/remun.titulos de capital em exerc.seguintes	1.780.869	1.749.648
Reservas por direitos de capital dos associados	386.844	352.412
Outras reservas	31.510.477	27.101.267
	370.001.388	339.030.447

A rubrica de “Outras reservas” respeita a reservas de excedentes, não existindo restrições quanto à sua utilização.

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreaajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

Reservas de reavaliação

Esta rubrica inclui a reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda e de reavaliação do imobilizado. Esta reserva não poderá ser distribuída, podendo, no caso decorrente da reavaliação do imobilizado, ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

34) Lucro consolidado

No exercício de 2018, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	Dezembro 2018
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	91.420.678
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	13.997.957
	105.418.635
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	2.604.388
Resultado líquido do SICAM	108.023.023
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
<i>Crédito Agrícola Seguros e Pensões SGPS S.A.</i>	2.496.994
<i>Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.</i>	6.912.196
<i>Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.</i>	2.462.455
<i>Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A. (3)</i>	-
<i>Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.</i>	338.400
<i>Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.</i>	(33.957)
<i>Fenacam - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL</i>	163.933
<i>Crédito Agrícola Serviços - ACE (2)</i>	-
<i>CCCAM Gestão de Investimentos e Consultoria, Unipessoal, Lda</i>	(314.200)
<i>Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.</i>	219.733
<i>FII ImoValor CA</i>	(1.213.149)
<i>Crédito Agrícola SGPS S.A.</i>	(524.484)
<i>CA Imóveis, Unipessoal Lda</i>	(3.028.270)
<i>FII CA Arrendamento Habitacional</i>	458.031
<i>FII CA Imobiliário</i>	(8.829.190)
<i>FIM CA Institucionais</i>	(213.223)
<i>Rústicodivinal, Lda</i>	(520)
	(1.105.250)
Anulação da desvalorização das UPs dos Fundos Inv Imobiliários registadas no exercício	9.624.146
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	451.171
	10.075.317
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
<i>Ajustamento de provisões sobre prestações suplementares da CA SGPS na CCCAM GI, CA Consult e CA Imóveis</i>	3.386.618
<i>Anulação dos prémios de seguros cobrados a empresas do Grupo CA</i>	1.343.280
<i>Anulação de dividendos intra-grupo</i>	(7.018.967)
<i>Anulação da faturação emitida pela FENACAM, CA Serviços e CA Informática às CCAMs</i>	(1.072.596)
<i>Integração do resultado da entidade Alldomus (relações de domínio com entidade participada CCAM Alto Douro)</i>	(81.754)
<i>Ajustamento de imóveis de Fundos de Investimento imobiliários</i>	(387.688)
<i>Ajustamento de impostos na consolidação</i>	(854.827)
<i>Outros ajustamentos de consolidação</i>	(30.992)
	(4.716.927)
	112.276.164
Resultados atribuível a interesses não controlados	76.407
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	112.352.571

⁽¹⁾ Este valor resulta da soma do Resultado líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.

⁽²⁾ No final de cada exercício, o resultado do ACE é repartido na faturação às entidades do Grupo, de forma proporcional ao total facturado nesse mesmo exercício

⁽³⁾ Em 2018 a CA Consult foi incorporada na CCCAM Gestão de Investimentos e Consultoria, Unipessoal, Lda

35) Interesses que não controlam

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2018 e 2017, tem a seguinte distribuição por entidade:

	31-dez-18			31-dez-17		
	% detida	Balço	Demonstração dos resultados	% detida	Balço	Demonstração dos resultados
Crédito Agrícola Seguros	97,40%	1.146.828	(70.602)	97,40%	1.176.099	(52.807)
Agrocapital SCR				66,67%	339.796	(752)
Crédito Agrícola Informática	99,45%	41.728	(1.861)	99,45%	41.577	(1.804)
Crédito Agrícola Vida	99,95%	50.480	(3.412)	99,95%	55.008	(3.326)
Crédito Agrícola Seguros e Pensões	99,98%	26.178	(499)	99,98%	26.164	(515)
Fenacam	99,97%	1.062	(33)	99,97%	1.545	(56)
		1.266.276	(76.407)		1.640.188	(59.260)

O movimento nos interesses que não controlam durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 apresenta-se de seguida:

Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2016	1.638.767
	<u><u>1.638.767</u></u>
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam:	
Crédito Agrícola Seguros	52.807
Agrocapital SCR	752
Crédito Agrícola Informática	1.804
Crédito Agrícola Vida	3.326
Crédito Agrícola Seguros e Pensões	515
Fenacam	56
	<u>59.260</u>
Varição nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras:	(57.839)
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2017	1.640.188
	<u><u>1.640.188</u></u>
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam:	
Crédito Agrícola Seguros	70.602
Crédito Agrícola Informática	1.861
Crédito Agrícola Vida	3.412
Crédito Agrícola Seguros e Pensões	499
Fenacam	33
	<u>76.407</u>
Desreconhecimento dos Interesses não controlados da Agrocapital, SCR	(339.796)
Varição nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras:	(110.524)
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2018	1.266.276
	<u><u>1.266.276</u></u>

36) Juros e rendimentos similares

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Juros de disponibilidades em bancos centrais</u>		
Empréstimos no Banco de Portugal	13.087.945	-
	<u>13.087.945</u>	<u>-</u>
<u>Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito</u>		
Disponibilidades em instituições de crédito no país	16.044	2.331
Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro	10.159	5.316
	<u>26.203</u>	<u>7.647</u>
<u>Juros de aplicações em instituições de crédito</u>		
Aplicações em instituições de crédito no país	95.163	154.357
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2.809	0
	<u>97.972</u>	<u>154.357</u>
<u>Juros de crédito a clientes</u>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno		
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	1.018.410	1.078.375
Empréstimos	108.832.830	104.528.498
Créditos em conta corrente	13.923.576	13.752.129
Descobertos em depósitos à ordem	3.063.593	3.010.351
Operações de locação financeira		
Mobiliária	1.965.392	1.803.615
Imobiliária	1.698.818	1.414.795
Cartão de crédito	65.963	120.418
Papel comercial	5.519.411	7.416.281
Outros	15.870	18.209
Particulares		
Habituação	41.268.808	39.577.128
Consumo	29.817.331	28.932.366
Outras finalidades		
Empréstimos	35.306.875	39.368.103
Créditos em conta corrente	1.815.435	2.006.899
Descobertos em depósitos à ordem	1.431.599	1.507.752
Operações de locação financeira	481.752	456.545
Outros créditos	112.281	118.506
Crédito externo		
Empresas e administrações públicas		
Empréstimos	12.803	-
Descobertos em depósitos à ordem	360	311
Particulares		
Habituação	2.243.259	1.961.897
Outros créditos		
Consumo		
Cartão de crédito	48.627	41.710
Outros créditos	575.248	467.522
Outras finalidades		
Empréstimos	255.174	255.399
Descobertos em depósitos à ordem	5.786	5.579
	<u>249.479.202</u>	<u>247.842.389</u>

Juros de crédito vencido	11.763.288	11.990.981
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	3.167.724	3.916.783
Juros de activos financeiros detidos para negociação	7.399.231	3.985.498
Juros de activos financeiros disponíveis para venda (act não seguradora)	-	36.190.556
Juros de activos financeiros disponíveis para venda (act seguradora)	38.285.346	46.217.555
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11.358.993	-
Juros de investimentos ao custo amortizado		
Títulos de dívida emitidos por residentes	79.112.747	58.075.123
Títulos de dívida emitidos por não residentes	33.630.301	48.120.591
	<u>112.743.049</u>	<u>106.195.713</u>
Outros juros e rendimentos similares	150.204.892	36.285.886
	<u>597.613.844</u>	<u>492.787.366</u>

Em 2016 o BCE lançou a segunda série de Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direccionadas (em inglês, TLTRO II) com objectivos de reforçar a política monetária acomodatória do Eurosistema e de aumentar o incentivo à concessão de crédito bancário à economia real. A taxa de juro aplicada a estas operações é fixa e igual à taxa aplicada às operações principais de refinanciamento (MRO) em vigor à data da colocação. Adicionalmente, os bancos poderiam ter um benefício na taxa de juro, dependendo da evolução da actividade creditícia elegível em relação aos valores de referência especificados para cada banco. Esse benefício corresponde a uma redução das taxas de juro aplicáveis a estas operações que pode ser, no máximo, igual à diferença entre a taxa de juro da MRO e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito em vigor à data da colocação de cada operação.

No segundo semestre de 2018 o Banco de Portugal comunicou uma taxa negativa na remuneração dos TLTROs de -0,4% gerando juros no montante de 13 milhões de euros.

A variação da rubrica “Outros juros e rendimentos similares” é essencialmente explicada pela actividade seguradora, de juros relativos às suas provisões, com um aumento de 114 milhões de Euros. Em contrapartida os juros e encargos aumentaram 103 milhões de Euros (ver Nota 37).

37). Juros e encargos similares

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-18	31-dez-17
Juros de recursos de bancos centrais	43.152	41.365
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
No país	481.958	977.858
No estrangeiro	79.511	15.947
	<u>561.469</u>	<u>993.805</u>
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	13.373.039	17.936.885
Juros de passivos financeiros através dos resultados	16.723.177	91.600
Juros de passivos subordinados	996.903	1.119.294
Amortização do prémio das operações sobre obrigações no mercado de capitais	68.793.055	97.181.088
Outros juros e encargos similares	148.372.627	45.089.175
	<u>248.863.422</u>	<u>162.453.213</u>

A variação de Outros Juros e encargos similares é essencialmente explicada pela actividade seguradora, de juros relativos às suas provisões, com um aumento de 103 milhões de Euros. Em contrapartida os juros e rendimentos similares aumentaram 114 milhões de Euros (ver Nota 36).

Em contrapartida os juros e encargos similares com instrumentos financeiros reduziram a rubrica em cerca de 11,7 milhares de Euros.

38) Margem técnica da actividade de seguros

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Prémios líquidos de resseguro</u>		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	56.306.242	54.644.384
Prémios de resseguro cedido	<u>(7.573.545)</u>	<u>(7.048.768)</u>
	<u>48.732.697</u>	<u>47.595.616</u>
Ramo não vida		
Prémios brutos emitidos	117.410.772	107.456.957
Prémios de resseguro cedido	<u>(25.072.187)</u>	<u>(22.116.406)</u>
	<u>92.338.585</u>	<u>85.340.551</u>
	<u>141.071.282</u>	<u>132.936.167</u>
<u>Custos com sinistros</u>		
Montantes pagos		
Montantes brutos	336.940.066	358.507.976
Parte dos resseguradores	<u>(22.409.107)</u>	<u>(18.843.914)</u>
	<u>314.530.959</u>	<u>339.664.062</u>
Varição de provisões técnicas, líquidas de resseguro (Nota 27)	200.005.574	215.829.628
	<u>26.545.896</u>	<u>9.101.733</u>

39) Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-dez-17</u>
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	173.082	386.007
Emitidos por não residentes	<u>733.685</u>	<u>720.487</u>
	<u>906.767</u>	<u>1.106.495</u>
	<u>906.767</u>	<u>1.106.495</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o valor respeitante a dividendos recebidos de títulos emitidos por residentes, respeita a instrumentos de capital.

O valor de dividendos de títulos emitidos por não residentes respeita essencialmente aos títulos do Grupo CIMD - Corretaje e Información Monetária Y De Divisas, S.A., do Banco de Credito Social Cooperativo S.A., detidos pela Crédito Agrícola SGPS, no montante de 601.491 euros e 92.500 euros, respectivamente.

40) Rendimentos de serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Por garantias prestadas</u>		
Garantias e avales	4.072.536	4.064.708
Créditos documentários abertos	69.062	80.121
	<u>4.141.598</u>	<u>4.144.828</u>
<u>Por compromissos assumidos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	7.483.066	7.333.634
Outros compromissos irrevogáveis	10.898	56.584
	<u>7.493.965</u>	<u>7.390.218</u>
<u>Por serviços prestados</u>		
Depósito e guarda de valores	2.290.757	1.868.840
Cobrança de valores	517.242	658.721
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	21.248	1.480.512
Transferência de valores	3.012.434	2.532.771
Gestão de cartões	126.047	103.639
Anuidades	9.144.929	9.066.002
Montagem de operações	2.564.185	3.476.385
Operações de crédito		
Outras operações de crédito	30.887.041	30.192.051
Outros serviços prestados		
Outras comissões interbancárias	555.721	487.537
Comissões de intermediação	-	-
Colocação e comercialização	7.860.815	5.267.623
Outros	32.073.743	29.933.692
	<u>89.054.162</u>	<u>85.067.773</u>
<u>Por operações realizadas por conta de terceiros</u>		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	71.254	96.052
Em operações fora de Bolsa	10.390	8.467
Outras operações realizadas por conta de terceiros	-	-
	<u>81.644</u>	<u>104.519</u>
<u>Outras comissões recebidas</u>	34.993.813	34.299.932
	<u>135.765.182</u>	<u>131.007.270</u>

41) Encargos com serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Por garantias recebidas	326	2.610
<u>Por serviços bancários prestados por terceiros</u>		
Depósito e guarda de valores	1.415.645	1.444.588
Cobrança de valores	71.890	44.780
Administração de valores	54.551	56.248
Outros serviços bancários prestados por terceiros	<u>10.728.192</u>	<u>9.300.743</u>
	12.270.277	10.846.359
<u>Por operações realizadas por terceiros</u>	<u>4.344.275</u>	<u>4.726.499</u>
	4.344.275	4.726.499
<u>Outras comissões pagas</u>		
Outras	2.891.513	2.474.246
	<u>2.891.513</u>	<u>2.474.246</u>
	<u>19.506.392</u>	<u>18.049.713</u>

42) Resultados de activos e passivos mensurados ao justo valor através dos resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descritivo</u>	<u>31-dez-18</u>		
	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados			
Títulos	2.760.601	(4.928.685)	(2.168.084)
Derivados de negociação	105.749.777	(110.480.861)	(4.731.084)
Outros activos financ. ao justo valor através dos resultados	5.424.310	(8.022.791)	(2.598.482)
Totais	<u>113.934.688</u>	<u>(123.432.337)</u>	<u>(9.497.649)</u>
<u>Descritivo</u>	<u>31-dez-17</u>		
	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos	322.946	(73.760)	249.185
Derivados de negociação	514.998	(752.421)	(237.423)
Outros activos financ. ao justo valor através dos resultados	4.989.759	(480.080)	4.509.678
Totais	<u>5.827.704</u>	<u>(1.306.261)</u>	<u>4.521.442</u>

43) Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

Conforme mencionado no ponto 2.2 o GCA adoptou a IFRS 9 a partir de 1 de Janeiro de 2018, com excepção da actividade seguradora, consolidando a informação de acordo com a IAS 39.

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Activos disponíveis para venda</u>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	8.043.870	25.505.699
Outros títulos de rendimento variável	7.050.429	1.613.388
Acções	-	(1.092)
	<u>15.094.299</u>	<u>27.117.995</u>

A 31 de Dezembro de 2017 o valor dizia essencialmente respeito a Obrigações de Tesouro (OT) e Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado Português no montante de 20,8 milhares de Euros.

44) Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Títulos</u>		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	13.199.655	77.956.163
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	2.613.923	1.232.421
	<u>15.813.578</u>	<u>79.188.585</u>

Os ganhos em instrumentos de dívida emitidos por residentes respeitam a mais valias obtidas na alienação de Obrigações de Tesouro (OT) e Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado Português e ganhos em instrumentos de dívida emitidos por não residentes respeitam essencialmente a OT de emissores públicos estrangeiros.

45) Resultados de reavaliação cambial

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Resultados de reavaliação cambial</u>		
Operações cambiais à vista	2.016.223	1.331.716
Operações cambiais a prazo	-	-
	<u>2.016.223</u>	<u>1.331.716</u>

Os resultados registados nesta rubrica respeitam à reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de operações cambiais à vista.

Sendo operações cambiais à vista, referem-se a operações, onde o seu vencimento se processa em prazo inferior ou igual a dois dias úteis.

46) Resultados de alienação de outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12- 2018	31-dez-17
Resultados em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda (Nota 17)	2.104.754	875.907
Propriedades de investimento (Nota 18)	(452.879)	(1.073.509)
Outros activos tangíveis (Nota 19)	60.666	(2.392.012)
Resultados em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 21)	-	(64.395)
Outros activos	570.736	91.311
	2.283.277	(2.562.697)

A variação da rubrica “Resultados de alienação de outro activos” é essencialmente explicada pelo aumento dos resultados obtidos com a alienação de imóveis contabilizados em Activos não correntes detidos para venda e pela redução de resultados obtidos com os outros activos tangíveis.

47) Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-18	31-dez-17
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas	5.660.564	5.951.862
Reembolso de despesas	2.210.987	1.753.596
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	10.222.595	10.636.765
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	9.069.665	11.071.302

Rendimentos da prestação de serviços diversos	4.620.644	4.997.593
Ganhos relativos a anos anteriores	1.755.306	1.105.377
Outros	16.181.279	36.539.407
	<u>49.721.040</u>	<u>72.055.902</u>

Outros encargos de exploração

Quotizações e donativos	(1.856.293)	(2.010.004)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(4.894.988)	(2.742.798)
Contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo	(176.470)	(142.199)
Outros impostos	(10.678.988)	(9.046.205)
Anulação de juros vencidos	(3.134.600)	(3.890.835)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(618.271)	(233.505)
Outros encargos e gastos operacionais relativos a exercícios anteriores	(1.127.028)	(609.849)
Outros encargos e gastos operacionais	(34.652.755)	(54.366.461)
	<u>(57.139.394)</u>	<u>(73.041.858)</u>
	<u>(7.418.354)</u>	<u>(985.956)</u>

A variação da rubrica “outros rendimentos de exploração – outros” é explicada essencialmente pela diminuição do ganho com a venda de imóveis que ascendeu a 10.725.787 Euros (2017: 18.798.531 Euros).

O valor mais relevante registado em “outros encargos e gastos operacionais” respeita ao montante de perdas em imóveis detidos pelos fundos de investimento imobiliários e gestão de património, que no final de 2018 ascende a 10.693.280 Euros (25.860.152 Euros em 2017).

48) Custos com o pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Salários e vencimentos</u>		
Órgãos de Gestão e Fiscalização	21.592.319	20.712.312

Empregados	142.084.975	139.178.638
	<u>163.677.294</u>	<u>159.890.949</u>
<u>Encargos sociais obrigatórios</u>		
Fundos de Pensões (Nota 50)	5.710.243	1.782.687
Encargos relativos a remunerações		
Segurança Social	31.023.792	31.358.516
SAMS	6.524.212	6.578.170
Outros	120.937	104.586
Seguros de acidentes de trabalho	534.443	495.112
Outros encargos sociais obrigatórios	482.537	496.944
	<u>44.396.164</u>	<u>40.816.015</u>
Encargos sociais facultativos	130.594	128.648
<u>Outros custos com pessoal</u>		
Indemnizações contratuais	864.379	750.715
Outros	1.782.826	1.741.756
	<u>2.647.204</u>	<u>2.492.471</u>
	<u>210.851.256</u>	<u>203.328.084</u>

O número médio de colaboradores do Grupo Crédito Agrícola em 2018 e 2017 apresenta a seguinte composição:

Cargo	2018	2017
Direção	130	128
Chefias e gerência	835	836
Quadros técnicos	815	782
Comerciais	1.593	1.610
Administrativos	565	563
Outros	157	165
Totais	4.095	4.084

49. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-18	31-dez-17
<u>Com fornecimentos</u>		
Água energia e combustíveis	6.344.886	6.437.097
Material de consumo corrente	928.418	935.861
Material de higiene e limpeza	226.340	212.976
Publicações	149.887	112.983
Material para assistência e reparação	50.872	29.339
Outros fornecimentos de terceiros	1.534.741	1.351.228
	9.235.144	9.079.484
<u>Com serviços</u>		
Rendas e alugueres	7.257.199	7.011.191
Conservação e reparação	7.098.171	7.302.676
Comunicações	6.525.388	7.509.765
Publicidade e edição de publicações	8.369.798	6.661.148
Deslocações, estadas e representação	5.221.089	5.002.242
Seguros	933.158	877.867
Formação de pessoal	1.057.619	875.129
Transportes	3.284.458	2.522.317
Serviços especializados:		
Informática	16.144.250	15.977.345
Avenças e honorários	6.650.460	6.842.666
Segurança, vigilância e limpeza	3.873.855	3.763.035
Informações	1.528.199	1.702.055
Mão de obra eventual	401.502	293.628
Judiciais contencioso e notariado	3.229.039	3.297.448
Bancos de dados	194.944	182.482
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	2.398.601	2.819.016
Avaliadores externos	2.683.581	2.571.014
Outros serviços de terceiros	27.166.151	25.602.621
	104.017.460	100.813.646
	113.252.603	109.893.129

A rubrica “Outros serviços especializados – outros serviços de terceiros” inclui o montante de 1.887.453 Euros relativos aos honorários totais facturados pelos Revisores Oficiais de Contas durante o exercício de

2018 (2.870.576 euros em 2017), divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Descritivo	2018
Revisão legal de contas	1.043.050
Serviços distintos de auditoria exigidos pela legislação aplicável	205.000
Serviços distintos de auditoria não exigidos pela legislação aplicável	639.403
Totais	1.887.453

As rendas vincendas de locações operacionais relativas a leasing automóvel são como se segue:

	<u>menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>	<u>Total</u>
Rendas vincendas	29.270	493.078	522.348

50. PENSÕES DE REFORMA E CUIDADOS DE SAÚDE

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

Em 31 de Dezembro de 2018, o valor registado em reservas de reavaliação “rendimento integral”, respeitantes às remensurações é positivo em 117.809 Euros (em Dezembro de 2017 era de 3.045.689 Euros) (Nota 33).

É aplicada uma taxa única às responsabilidades e aos activos do plano, sendo que os resultados com fundo de pensões passaram a corresponder apenas ao custo corrente e aos gastos líquidos de juros. O impacto em resultados encontra-se registado na rubrica de “Custos com pessoal”, sendo respeitante ao valor dos custos com serviço corrente e do juro líquido, no montante de 5.710.243 Euros (em Dezembro de 2017 era de 1.725.417 Euros) (Nota 48). Esse valor de custos com o pessoal de 2018 inclui o montante de 4.712.481 Euros respeitante ao reconhecimento da responsabilidade com as futuras pré-reformas, que passam a ser cobertas pelo Fundo de Pensões.

Os pressupostos actuariais e financeiros, decorrentes de alteração estatutária, utilizados no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	(*)	(*)

Método de avaliação

"Projected
Unit
Credit"
"Projected
Unit
Credit"

Pressupostos financeiros

Taxa de desconto:

- Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial < 55 anos	2,35%	2,30%
- Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial >=55 anos	2,10%	2,10%
- Pré-reformados, reformados e pensionistas	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	1,40%	1,40%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Taxa de revalorização de salários para a Segurança Social:

- de acordo com nº2 Artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
- de acordo com nº1 Artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%

(*) De acordo com o Decreto-lei nº167-E/2013

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os participantes de planos de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	31-dez-18	31-dez-17
Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento	3.999	4.013
Pré-reformados	222	189
Ex-participantes	0	1
Reformados e pensionistas	680	642
Totais	4.901	4.845

As responsabilidades com pensões de reforma e cuidados de saúde em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola (FPCAM), assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	31-dez-18	31-dez-17
Estimativa das responsabilidades por serviços passados		
Responsabilidades por serviços passados (Aviso 12/2001)		

Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	51.072.915	46.283.891
Licenças sem vencimento	3.280.709	2.737.781
Pré-reformados	7.752.936	6.454.835
Pensões em pagamento	26.475.367	26.426.243
	<u>88.581.926</u>	<u>81.902.750</u>
<u>Cobertura das responsabilidades:</u>		
Valor patrimonial do Fundo (Nota 30)	86.578.408	82.500.000
Valor financiado em excesso	(2.003.518)	597.250
Nível de financiamento	<u>98%</u>	<u>101%</u>

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo.

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Maфра. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. Em 31 de Dezembro de 2018, os saldos de balanço do GCA não incluem os montantes destas Caixas Agrícolas.

As responsabilidades destas Caixas Agrícolas apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, decompõem-se como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Total das responsabilidades	(4.799.332)	(4.674.454)
Cobertura das responsabilidades		
Valor patrimonial do fundo	<u>4.745.696</u>	<u>4.757.499</u>
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	<u>(53.636)</u>	<u>83.045</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Total das responsabilidades com pensões (Nota 23 ou 30)	(88.567.339)	(81.903.272)

Cobertura das responsabilidades

Valor patrimonial do fundo (Nota 23 ou 30)	86.578.408	82.500.000
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	<u>(1.988.931)</u>	<u>596.728</u>

O valor contabilístico das responsabilidades com fundo de pensões, para além do valor respeitante ao Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mutuo – FPCAM (2018: 88.581.927 Euros; 2017: 81.901.029 euros), inclui responsabilidades assumidas por outras entidades do Grupo. Encontra-se acrescido do valor líquido do financiamento do fundo de pensões autónomo das seguradoras, os quais respeitam a planos de contribuição definidas, e não de benefício definido como o FPCAM, sendo em 2018, no valor total de 16.762 Euros (2017: 2.243 Euros).

De acordo com a IAS 19R, o valor registado no exercício em resultados, inclui o custo do serviço passado e o juro líquido. O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações, deduzido do rendimento esperado. Ainda que de pouca materialidade, em 2015, foi entendimento que os valores registados no exercício referentes aos prémios de seguro pagos e ao rendimento do seguro devem ser considerado e integrados no rendimento integral e não em resultados do exercício.

Nos exercícios de 2018 e 2017, os custos com pensões têm a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Custo dos juros líquidos (Nota 45)	13.303	66.043
Custo do serviço corrente (Nota 45)	645.061	953.351
Custo com reformas antecipadas (Nota 45)	339.398	763.293
Custo com pré-reformas (Nota 45)	4.712.481	-
	<u>5.710.243</u>	<u>1.782.687</u>

As remensurações registadas nos exercícios de 2018 e 2017, têm a seguinte composição:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Rendibilidade do fundo	3.331.491	5.517.146
Responsabilidades nas pensões de reforma	<u>(403.611)</u>	<u>(2.363.380)</u>
	<u>2.927.880</u>	<u>3.153.766</u>

De acordo com a Carta Circular do Banco de Portugal nº 106/08/DSBDR de 18 de Dezembro, a partir do exercício de 2008, o custo com o serviço corrente e o juro líquido, passaram a ser registados na rubrica "Custos com pessoal" (Nota 48).

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2016	<u>81.641.608</u>
Custo do serviço corrente:	
Das entidades do Grupo (GCA)	953.351
Da contribuição dos participantes (empregados)	1.593.923
Juro líquido	1.718.140
Remensurações	
Alteração de pressupostos financeiros (taxa de desconto)	(3.126.673)
Acréscimo de responsabilidades resultantes das reformas antecipadas	763.293
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(1.148.861)
Contribuições pagas aos SAMS	(492.030)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2017	<u>81.902.750</u>
Custo do serviço corrente:	
Das entidades do Grupo (GCA)	645.061
Da contribuição dos participantes (empregados)	1.677.838
Juro líquido	1.707.658
Custo por serviços passados (futuras pré-reformas)	4.712.481
Remensurações	
Alteração de pressupostos financeiros (taxa de desconto)	(743.009)
Alteração de pressupostos demográficos e ganhos e perdas de experiência	339.398
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(1.123.384)
Contribuições pagas aos SAMS	(536.867)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2018	<u>88.581.926</u>

O valor do pagamento de benefícios esperado por prazo de maturidade para a globalidade do fundo é o seguinte:

Valores em euros

Análise de maturidade dos benefícios esperados	
Pagamento de benefícios esperado nos próximos 12 meses	1.829.300
Pagamento de benefícios esperado no período de 1 e 3 anos	3.781.200
Pagamento de benefícios esperado no período de 3 e 5 anos	4.148.500
Pagamento de benefícios esperado no período maior que 5 anos	141.160.500

As contribuições estimadas a efectuar em 2018 dependem do montante de responsabilidades que se vier a apurar no final desse exercício.

Para efeitos da contribuição esperada para 2018, o custo normal do plano é calculado tendo por base método actuarial utilizado na avaliação actuarial (Unit Credit Projectado). Nessa base, o valor da contribuição esperada para o Grupo em 2019 é de 2.671.100 euros.

Este valor não tem em consideração qualquer estimativa de eventuais desvios actuariais resultantes quer de diferenças entre os pressupostos assumidos e os valores realizados (por exemplo ao nível do rendimento do fundo) quer de alterações de pressupostos.

A duração média das responsabilidades com pensões tendo em conta os grupos de população criados, foi a seguinte (em anos):

	2018	2017
Duração média das responsabilidades:		
Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades < 55 anos	25,9	27,1
Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades >= 55 anos	16,1	17,1
Pré-reformados, Reformados e Pensionistas	12,5	12,5

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2016	<u>79.832.419</u>
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	819.172
Contribuições dos empregados	1.593.924
Capitais de Seguro recebidos	319.536
Rendimento líquido do Fundo	1.977.559
Participação de resultados no seguro	1.170.676
Prémios de seguro pagos	(1.572.394)
Pensões de reforma e sobrevivência pagas	(1.148.861)
Contribuições pagas pelo fundo de pensões aos SAMS	(492.030)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2017	<u>82.500.000</u>
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	6.037.351
Contribuições dos empregados	1.677.839
Capitais de Seguro recebidos	536.051
Rendimento líquido do Fundo	(1.871.284)
Participação de resultados no seguro	1.154.995
Prémios de seguro pagos	(1.796.294)
Pensões de reforma e sobrevivência pagas	(1.123.384)
Contribuições pagas pelo fundo de pensões aos SAMS	(536.867)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2018	<u>86.578.408</u>

a) Em 31 de Dezembro de 2018, os activos que integram o Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, são compostos por:

	2018		2017		Cotado / Não cotado
	valor	%	valor	%	
Dívida pública	46.147.182	51%	52.645.606	60%	Cotado
Obrigações de empresas	22.761.105	25%	24.022.559	28%	Não cotado
Outros activos de investimento	15.649.209	17%	5.618.478	6%	Cotado
Acções	5.598.620	6%	3.805.044	4%	Cotado
Activos relacionados com inv. Imobiliários	1.221.623	1%	1.165.816	1%	Não cotado
Total de activos do Plano de Pensões do CAM	91.377.739	100%	87.257.503	100%	

b) De acordo com o relatório actuarial do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, no ano de 2018, a rentabilidade da carteira de activos foi de:

<u>Classes de Activos</u>	<u>Rentabilidade</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Obrigações de Dívida pública	1,54%	1,07%
Obrigações de Empresas	-1,32%	4,85%
Acções	-9,97%	13,82%
Investimentos de retorno absoluto	-4,71%	-3,22%
Activos relacionados com investimentos imobiliários	4,79%	3,35%

c) Riscos associados aos benefícios do plano:

O Plano garante pensões em caso de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e sobrevivência, de acordo com o definido no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo. No que se refere ao pagamento de pensões trata-se de um plano complementar à Segurança Social. O plano prevê ainda o pagamento de contribuições para os serviços de assistência médico-social pós-emprego.

Neste sentido, os riscos associados aos benefícios do plano são os seguintes:

- Risco de dependência dos benefícios dos regimes públicos de Segurança Social;
- Risco de mortalidade no período de formação do benefício e risco de longevidade no período pós-emprego;
- Risco de invalidez dos participantes. Actualmente este risco encontra-se mitigado na medida em que o fundo de pensões subscreveu um seguro de risco para cobrir o acréscimo de responsabilidades com a morte e invalidez dos participantes no activo;
- Risco relativo a reformas antecipadas.

d) Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de pagamento do prémio de antiguidade dos colaboradores. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades são como seguem:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Prémio de antiguidade		
Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	17.390.775	18.289.177
Licenças sem vencimento	<u>774.366</u>	<u>809.086</u>
	<u>18.165.141</u>	<u>19.098.263</u>

A movimentação ocorrida no ano é como se segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31-dez-18</u>
Prémio de antiguidade	<u>19.098.263</u>	<u>340.826</u>	<u>(1.229.884)</u>	<u>(44.064)</u>	<u>18.165.141</u>

e) Apresentação de análises de sensibilidade sobre cada pressuposto actuarial significativo:

	Valores em Euros	
	Valor das responsabilidades	Variação face Cenário Central
TAXA DE DESCONTO		
Aumento em 25 pontos base	89.187.469	-4.153.746
Diminuição em 25 pontos base	97.777.594	4.436.379
TAXA DE CRESCIMENTO DAS PENSÕES		
Aumento em 25 pontos base	96.059.380	2.718.165
Diminuição em 25 pontos base	90.749.547	-2.591.668
TÁBUA DE MORTALIDADE		
Ajustamento de -1 ano	96.616.152	3.274.937
TAXA DE CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS		
Aumento em 25 pontos base	94.937.542	1.596.327
Diminuição em 25 pontos base	91.836.207	-1.505.008

O cenário de ajustamento da tábua de mortalidade consistiu na prática a considerar para a população abrangida uma idade inferior em 1 ano à idade efectiva dos participantes e beneficiários.

Para o cenário da taxa de crescimento dos salários foi efectuada a análise de sensibilidade ao pressuposto de crescimento das tabelas salariais do ACT bem como no salário sujeito a descontos para a Segurança Social.

51. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2018, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o GCA ascende a 15.414.886 Euros (17.709.310 Euros em 31 de Dezembro de 2017).

O montante total de remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos Sociais das entidades que compõem o Grupo Crédito Agrícola, relativo ao exercício de 2018, foi de 21.592.319 Euros (em 2017, 20.712.312 Euros), dividido como se segue:

	31-dez-18
Conselho Geral e de Supervisão	416.943
Conselho de Administração	21.037.751
Mesa da Assembleia Geral	137.625
	21.592.319

Os benefícios atribuídos ao Órgãos de Gestão (executivos e não-executivos) são idênticos ao concedidos aos restantes colaboradores.

Todas as transacções realizadas entre partes relacionadas são efectuadas a condições de mercado.

52. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte o potencial de perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, spreads de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pela GCA para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

No caso da CA Vida, a carteira de títulos é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definidas políticas de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada, nas quais são definidos limites de repartição por classes de activos, por áreas geográficas, por risco de crédito, entre outros.

A carteira da Seguradora é valorizada mensalmente com base em inputs da Entidade Gestora.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São feitos contactos permanentes com a Entidade Gestora, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Mensalmente, são elaborados relatórios de análise de risco pela Entidade Gestora, sendo efectuada a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões regulares com a mesma, com periodicidade mensal e sempre que as condições e perspectivas de evolução do mercado o recomendem, redefinindo-se os perfis de risco das carteiras caso seja necessário.

O VaR da carteira em 31 de Dezembro de 2018 pode ser assim apresentado:

	Valor de mercado	Duração	VaR Monte Carlo
Posição da carteira 31.12.2018	5.751.541.636	2,23	20.054.342
Varição face a 31.12.2017	387.514.185	(0,09)	(44.945.685)

- À semelhança dos anos anteriores, apenas consideramos o VaR da carteira de activos financeiros ao justo valor através dos resultados e justo valor através de outro rendimento integral visto que a carteira ao custo amortizado não sofre o impacto de variações do preço de mercado dos títulos.
- O VaR da carteira é calculado com base na metodologia Monte Carlo, com um grau de confiança de 99% e um horizonte temporal de 1 mês (22 dias).

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das subsidiárias e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos de posição total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade da Direcção Financeira sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de repricing);
- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos, Passivos e Capital (ALCCO).

O Grupo Crédito Agrícola avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os cash flows activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Proceder-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

Na CA Vida este risco é monitorizado diariamente, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos.

O GCA poderá transaccionar instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do

património. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em Bolsa ou mercados regulamentados.

O GCA transacciona também swaps de taxa de juro, over-the-counter, destinados a garantir uma adequada modelização dos fluxos financeiros gerados pelas carteiras fechadas, negociados e contratualizados com instituições financeiras cuja notação de rating seja preferencialmente investment grade, de forma a minimizar o risco de crédito e/ou de contraparte das carteiras.

Em 31 de Dezembro de 2018, o GCA encontra-se a fazer cobertura do risco de taxa de juro resultantes de actividades de investimento, com o objectivo a manter um nível de margem financeira estável tanto na óptica de curto como médio prazo, afectando o valor económico da mesma numa perspectiva de longo prazo. Estas coberturas seguem o princípio do fair value hedge de acordo com a política definida conforme nota 2.2. No que se refere ao risco na carteira de investimento este é reduzido dado que a gestão destas posições é efectuada por uma direcção específica do grupo sendo o respectivo risco controlado com base diária, através de métricas e limites definidos para controlo de riscos de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a exposição ao risco de taxa de juro, excluindo derivados, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de euros):

Actividade seguradora (IAS 39)

	31-12-2018			em milhares de euros	
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activos					
Activos financeiros ao JVAR	48.105	-	48.105	3	48.108
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>1.227.820</u>	<u>3.547</u>	<u>1.231.367</u>	<u>13.562</u>	<u>1.244.928</u>
	<u>1.275.925</u>	<u>3.547</u>	<u>1.279.472</u>	<u>13.564</u>	<u>1.293.036</u>
Exposição líquida	<u>1.275.925</u>	<u>3.547</u>	<u>1.279.472</u>	<u>13.564</u>	<u>1.293.036</u>

	31-12-2017			em milhares de euros	
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activos					
Activos financeiros ao JVAR	88.160	-	88.160	-	88.160
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>1.598.742</u>	<u>-</u>	<u>1.598.742</u>	<u>54.539</u>	<u>1.653.281</u>
	<u>1.686.901</u>	<u>-</u>	<u>1.686.901</u>	<u>54.539</u>	<u>1.741.441</u>
Exposição líquida	<u>1.686.901</u>	<u>-</u>	<u>1.686.901</u>	<u>54.539</u>	<u>1.741.441</u>

Actividade não seguradora (IFRS 9)

	31-12-2018			em milhares de euros	
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	731.425	731.425	-	731.425
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	65.096	65.096	-	65.096
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao JVAR	113.977	8.664	122.642	48.134	170.775
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao JVAORI	1.030.416	-	1.030.416	-	1.030.416
Aplicações em Instituições de Crédito	-	31	31	-	31
Crédito a clientes (saldo bruto)	1.425.673	8.456.921	9.882.594	8.037	9.890.631
Títulos ao custo amortizado (saldo bruto)	4.803.953	-	4.803.953	-	4.803.953
	<u>7.374.019</u>	<u>9.262.137</u>	<u>16.636.156</u>	<u>56.171</u>	<u>16.692.327</u>
Passivos					
Recursos de bancos centrais	1.690.187	-	1.690.187	(13.067)	1.677.120
Passivos detidos para negociação	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de Crédito	161.392	-	161.392	52	161.444
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.869.282	4.982.155	13.851.437	5.651	13.857.088
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	958	958
Outros passivos subordinados	-	95.723	95.723	377	96.100
	<u>10.720.861</u>	<u>5.077.878</u>	<u>15.798.739</u>	<u>(6.029)</u>	<u>15.792.710</u>
Exposição líquida	<u>(3.346.842)</u>	<u>4.184.259</u>	<u>837.417</u>	<u>62.200</u>	<u>899.617</u>

	31-12-2017			em milhares de euros	
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	400.144	400.144	-	400.144
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	80.373	80.373	-	80.373
Activos financeiros detidos para negociação	15.047	7.740	22.787	1.613	24.399
Activos financeiros ao JVAR	27	-	27	-	27
Activos financeiros disponíveis para venda	5.665.792	9.675	5.675.467	54.100	5.729.567
Activos financeiros ao JVAORI	-	-	-	-	-
Aplicações em Instituições de Crédito	6.950	-	6.950	7	6.957
Crédito a clientes (saldo bruto)	1.558.263	7.787.882	9.346.145	26.894	9.373.039
Títulos ao custo amortizado (saldo bruto)	-	-	-	-	-
	<u>7.246.079</u>	<u>8.285.813</u>	<u>15.531.892</u>	<u>82.613</u>	<u>15.614.505</u>
Passivos					
Recursos de bancos centrais	1.693.366	-	1.693.366	14	1.693.380
Passivos detidos para negociação	142	-	142	-	142
Recursos de outras instituições de Crédito	198.043	43.569	241.612	93	241.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.054.657	4.524.554	12.579.211	6.473	12.585.684
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	1.395	1.395
Outros passivos subordinados	-	106.394	106.394	388	106.782
	<u>9.946.207</u>	<u>4.674.516</u>	<u>14.620.724</u>	<u>8.363</u>	<u>14.629.089</u>
Exposição líquida	<u>(2.700.128)</u>	<u>3.611.297</u>	<u>911.168</u>	<u>74.250</u>	<u>985.418</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refinação, excluindo derivados, é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

Actividade seguradora (IAS 39)

		31-12-2018						em milhares de eur
		Datas de Refixação/Datas de Maturidade						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activos								
Activos financeiros ao JVAR	-	10.227	-	24.081	13.796	3	-	48.108
Activos financeiros disponíveis para venda	-	16.390	109.698	597.696	507.584	13.562	-	1.244.928
	-	26.616	109.698	621.776	521.380	13.565	-	1.293.036
Exposição líquida	-	26.616	109.698	621.776	521.380	13.565	-	1.293.036
		31-12-2017						em milhares de euros
		Datas de Refixação/Datas de Maturidade						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activos								
Activos financeiros ao JVAR	-	-	26.512	54.559	7.088	-	-	88.159
Activos financeiros disponíveis para venda	-	48.860	148.821	613.397	784.600	57.603	-	1.653.281
	-	48.860	175.333	667.955	791.688	57.603	-	1.741.440
Exposição líquida	-	48.860	175.333	667.955	791.688	57.603	-	1.741.440

Actividade não seguradora (IFRS 9)

		31-12-2018						em milhares de eur
		Datas de Refixação/Datas de Maturidade						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activos								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	731.425	-	-	-	-	-	-	731.425
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65.096	-	-	-	-	-	-	65.096
Activos financeiros ao JVAR	-	102.137	-	18.983	1.521	48.134	-	170.775
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao JVAORI	-	149.273	240.594	550.654	89.895	-	-	1.030.416
Aplicações em Instituições de Crédito	-	31	-	-	-	-	-	31
Crédito a clientes (saldo bruto)	-	718.652	534.659	1.554.501	7.074.780	8.037	-	9.890.631
Títulos ao custo amortizado (saldo bruto)	-	-	-	1.973.002	2.830.951	-	-	4.803.953
	796.521	970.093	775.253	4.097.140	9.997.146	56.171	-	16.692.327
Passivos								
Recursos de bancos centrais	21.854	-	-	1.668.333	-	(13.067)	-	1.677.120
Recursos de outras instituições de Crédito	-	49.142	112.223	27	-	52	-	161.444
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	8.665.444	4.954.501	153.374	76.892	5.651	27	13.855.889
Outros passivos subordinados	-	-	1.009	86.714	8.000	377	-	96.100
	21.854	8.714.586	5.067.733	1.908.448	84.892	(6.987)	27	15.790.553
Exposição líquida	774.667	(7.744.493)	(4.292.480)	2.188.692	9.912.254	63.158	(27)	901.774

31-12-2017

em milhares de euros

	Datas de Refixação/Datas de Maturidade						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sujeito a risco de taxa de juro	
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	400.144	-	-	-	-	-	400.144
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80.373	-	-	-	-	-	80.373
Activos financeiros detidos para negociação	-	24.399	-	-	-	-	24.399
Activos financeiros ao JVAR	-	-	-	27	-	-	27
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.566.363	1.725.160	2.357.446	85.933	(8.774)	5.726.128
Activos financeiros ao JVAORI	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em Instituições de Crédito	800	6.150	-	-	-	7	6.957
Crédito a clientes (saldo bruto)	38.181	3.417.915	3.821.920	870.665	1.197.465	26.894	9.373.039
Títulos ao custo amortizado (saldo bruto)	-	-	-	-	-	-	-
	<u>519.497</u>	<u>5.014.827</u>	<u>5.547.080</u>	<u>3.228.138</u>	<u>1.283.398</u>	<u>18.127</u>	<u>15.611.067</u>
Passivos							
Recursos de bancos centrais	-	25.006	-	1.668.361	-	14	1.693.381
Passivos detidos para negociação	-	-	-	-	141	1	142
Recursos de outras instituições de Crédito	61.470	37.270	142.872	-	-	93	241.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.683.559	2.969.624	4.655.738	216.798	53.491	6.473	12.585.685
Outros passivos subordinados	-	7.350	9.671	88.985	388	388	106.782
	<u>4.745.030</u>	<u>3.039.249</u>	<u>4.808.282</u>	<u>1.974.144</u>	<u>54.020</u>	<u>6.969</u>	<u>14.627.695</u>
Exposição líquida	<u>(4.225.533)</u>	<u>1.975.578</u>	<u>738.798</u>	<u>1.253.994</u>	<u>1.229.378</u>	<u>11.158</u>	<u>983.372</u>

Considerando os valores apurados, verifica-se uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, relevante. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, de variações de até 200 pontos base nas taxas de referência, (valores em milhares de Euros):

Actividade seguradora (IAS 39)

	31-12-2018					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos						
Activos financeiros detidos para negociação	66	33	16	(16)	(32)	(65)
Activos financeiros ao JVAR	4.568	2.045	974	(894)	(1.721)	(3.210)
Activos financeiros disponíveis para venda	189.680	85.501	40.862	(37.693)	(72.681)	(135.905)
	<u>194.314</u>	<u>87.579</u>	<u>41.852</u>	<u>(38.603)</u>	<u>(74.434)</u>	<u>(139.180)</u>
Exposição líquida	<u>194.314</u>	<u>87.579</u>	<u>41.852</u>	<u>(38.603)</u>	<u>(74.434)</u>	<u>(139.180)</u>

31-12-2017

	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos						
Activos financeiros detidos para negociação	639	316	157	(155)	(309)	(613)
Activos financeiros ao JVAR	5.952	2.839	1.388	(1.331)	(2.610)	(5.025)
Activos financeiros disponíveis para venda	192.898	88.732	42.827	(40.249)	(78.286)	(148.793)
	<u>199.489</u>	<u>91.887</u>	<u>44.372</u>	<u>(41.735)</u>	<u>(81.205)</u>	<u>(154.431)</u>
Exposição líquida	<u>199.489</u>	<u>91.887</u>	<u>44.372</u>	<u>(41.735)</u>	<u>(81.205)</u>	<u>(154.431)</u>

Actividade não seguradora (IFRS 9)

31-12-2018

	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	888	888	219	(219)	(437)	(868)
Activos financeiros ao JVAR	8.278	3.948	1.930	(1.851)	(3.630)	(6.993)
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao JVAORI	50.065	24.250	11.938	(11.559)	(22.814)	(44.307)
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldo bruto)	155.228	59.673	15.537	(66.416)	(104.565)	(175.919)
Títulos ao custo amortizado (saldo bruto)	324.237	154.655	75.612	(72.507)	(142.180)	(273.901)
	<u>538.696</u>	<u>243.415</u>	<u>105.236</u>	<u>(152.552)</u>	<u>(273.626)</u>	<u>(501.989)</u>
Passivos						
Recursos de bancos centrais	106.003	51.908	25.687	(25.167)	(49.830)	(97.683)
Recursos de outras instituições de Crédito	1.186	586	291	(287)	(571)	(1.128)
Recursos de clientes e outros empréstimos	97.734	48.244	23.970	(23.675)	(47.065)	(93.015)
Outros passivos subordinados	768	377	186	(183)	(362)	(711)
	<u>205.691</u>	<u>101.114</u>	<u>50.135</u>	<u>(49.313)</u>	<u>(97.828)</u>	<u>(192.538)</u>
Exposição líquida	<u>333.005</u>	<u>142.301</u>	<u>55.101</u>	<u>(103.239)</u>	<u>(175.798)</u>	<u>(309.451)</u>

	31-12-2017					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	486	242	120	(120)	(239)	(475)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	2.352	1.121	548	(523)	(1.022)	(1.951)
Activos financeiros ao JVAR	0	0	0	(0)	(0)	(0)
Activos financeiros disponíveis para venda	79.152	43.040	22.041	(22.669)	(45.682)	(91.969)
Activos financeiros ao JVAORI	-	-	-	-	-	-
Aplicações em Instituições de Crédito	52	26	12	(13)	(28)	(56)
Crédito a clientes (saldo bruto)	146.802	56.434	14.694	(62.811)	(98.889)	(166.370)
Títulos ao custo amortizado (saldo bruto)	-	-	-	-	-	-
	<u>228.844</u>	<u>100.863</u>	<u>37.415</u>	<u>(86.136)</u>	<u>(145.860)</u>	<u>(260.821)</u>
Passivos						
Recursos de bancos centrais	106.203	52.006	25.736	(25.215)	(49.924)	(97.868)
Passivos detidos para negociação	0	0	0	-	-	-
Recursos de outras instituições de Crédito	1.776	877	436	(430)	(855)	(1.690)
Recursos de clientes e outros empréstimos	88.803	43.835	21.780	(21.512)	(42.764)	(84.515)
Outros passivos subordinados	857	420	208	(204)	(404)	(793)
	<u>197.639</u>	<u>97.138</u>	<u>48.160</u>	<u>(47.361)</u>	<u>(93.947)</u>	<u>(184.866)</u>
Exposição líquida	<u>31.205</u>	<u>3.725</u>	<u>(10.745)</u>	<u>(38.775)</u>	<u>(51.913)</u>	<u>(75.955)</u>

O Mapa de Análise de Sensibilidade mostra-nos a variação do valor de mercado teórico das diversas rubricas de Activos e Passivos em diversos cenários de variação das taxas de juro de mercado (+50bp, +100bp, +200bp, -50bp, -100bp, -200bp), procedendo para tal à actualização dos cash flows associados a cada operação nos distintos cenários de mercado considerados.

A variação em termos absolutos do Valor Residual (Activos menos Passivos) pode ser interpretada como o Impacto no Valor Económico dos Capitais Próprios do Grupo.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada, estando a sua gestão diária cometida à Direcção Financeira.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo e da Caixa Central dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários do Grupo Crédito Agrícola são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de boa qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 675 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controlo e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.
- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;
- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.
- Manutenção de uma almofada de activos com liquidez imediata para fazer face a um qualquer aumento inesperado de saídas de caixa.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária, existindo controlos dos saldos bancários e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez. A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes e a possibilidade de fechar posições de mercado. A Gestão monitoriza previsões actualizadas da reserva de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e das suas obrigações com contratos de seguro e a data esperada dos inflows dos activos financeiros. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento, a Entidade Gestora faz a gestão diária da tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

Actividade seguradora (IAS 39)

31-12-2018							em milhares de euros
Prazos residuais contratuais							
À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total	
Activos							
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	29.255	-	-	-	29.255
Activos financeiros ao JVAR	-	10.278	-	25.285	16.280	-	51.842
Activos financeiros disponíveis para venda	-	16.471	110.246	627.580	598.949	-	1.353.247
	-	26.749	139.501	652.865	615.229	-	1.434.344
Passivos							
Outros passivos - Passivos financeiros de contratos de seguros	-	28.544	8.570	27.817	1.627	-	66.558
	-	28.544	8.570	27.817	1.627	-	66.558
Exposição líquida	-	(1.795)	130.931	625.048	613.602	-	1.367.786

31-12-2017							em milhares de euros
Prazos residuais contratuais							
À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total	
Activos							
Activos financeiros ao JVAR	-	-	26.645	57.286	8.364	-	92.296
Activos financeiros disponíveis para venda	-	49.105	149.565	644.066	925.828	57.603	1.826.167
	-	49.105	176.210	701.353	934.192	57.603	1.918.463
Passivos							
Outros passivos - Passivos financeiros de contratos de seguros	-	34.773	111.864	62.496	1.605	-	210.738
	-	34.773	111.864	62.496	1.605	-	210.738
Exposição líquida	-	14.332	64.346	638.857	932.587	57.603	1.707.725

Actividade não seguradora (IFRS 9)

	31-12-2018						em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	440.879	204.670	-	-	-	-	645.549
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.672	-	-	-	-	-	64.672
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao JVAR	-	102.648	-	19.932	1.794	-	124.375
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao JVAORI	-	150.019	241.797	578.186	106.076	-	1.076.079
Aplicações em Instituições de Crédito	-	31	-	-	-	-	31
Crédito a clientes (saldo bruto)	-	722.245	537.332	1.632.226	8.348.240	-	11.240.044
Títulos ao custo amortizado (saldo bruto)	-	-	-	2.071.652	3.340.522	-	5.412.174
Derivados de cobertura	-	-	-	-	40.723	-	40.723
	505.551	1.179.614	779.130	4.301.997	11.837.356	-	18.603.647
Passivos							
Recursos de bancos centrais	21.854	-	-	1.751.750	-	-	1.773.604
Passivos detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de Crédito	-	49.388	112.784	28	-	-	162.200
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	8.708.771	4.979.274	161.043	90.733	32	13.939.852
Derivados de cobertura	-	-	-	-	45.399	-	45.399
Outros passivos subordinados	-	-	1.014	91.050	9.440	-	101.504
	21.854	8.758.159	5.093.072	2.003.870	145.572	32	16.022.558
Exposição líquida	483.697	(7.578.545)	(4.313.942)	2.298.127	11.691.784	(32)	2.581.089

	31-12-2017						em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	400.144	-	-	-	-	-	400.144
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80.373	-	-	-	-	-	80.373
Activos financeiros detidos para negociação	-	24.521	-	-	-	-	24.521
Activos financeiros ao JVAR	-	-	-	28	-	-	28
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.574.195	1.733.786	2.475.319	101.401	(8.774)	5.875.926
Activos financeiros ao JVAORI	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em Instituições de Crédito	800	6.181	-	-	-	7	6.988
Crédito a clientes (saldo bruto)	4.505	659.048	1.014.414	3.200.067	5.462.008	26.894	10.366.936
Títulos ao custo amortizado (saldo bruto)	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
	485.822	2.263.944	2.748.200	5.675.414	5.563.409	18.127	16.754.916
Passivos							
Recursos de bancos centrais	-	25.131	-	1.751.779	-	14	1.776.924
Passivos detidos para negociação	-	-	-	-	166	1	167
Recursos de outras instituições de Crédito	61.470	37.456	143.586	-	-	93	242.606
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.683.559	2.984.472	4.679.017	227.638	63.119	6.473	12.644.278
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	7.387	9.719	93.434	458	388	111.386
	4.745.029	3.054.446	4.832.322	2.072.851	63.744	6.969	14.775.363
Exposição líquida	(4.259.207)	(790.502)	(2.084.123)	3.602.563	5.499.665	11.158	1.979.553

Risco de Crédito

As actividades desenvolvidas em matéria de gestão de riscos e de capital pretendem habilitar o Grupo Crédito Agrícola para uma gestão do risco de crédito alinhada com as melhores práticas de mercado, através de um conjunto significativo de iniciativas que compreendem uma forte articulação com a vertente tecnológica e exigem o desenvolvimento de competências internas específicas, bem como assegurar o necessário enquadramento com os exigentes desafios de carácter regulamentar vigentes.

Os valores das tabelas seguintes para além dos montantes de Crédito divulgados na Nota 14, consideram ainda o montante relativo a extrapatrimonial (linhas irrevogáveis, garantias prestadas).

Exposição e imparidade por segmento e nível

Unidade: milhares de euros, excepto %

Segmento	Exposição										Total	
	Activos sem aumento significativo de risco (Nível 1)		Activos com aumento significativo de risco (Nível 2)		Dos quais: reestruturados		Activos em incumprimento (Nível 3)		Dos quais: reestruturados			
		%		%		%		%		%		%
Empresas	4.662.155	30,1%	429.845	57,0%	270.280	67,7%	713.091	71,1%	423.447	78,1%	5.805.091	33,6%
Negócios	1.705.020	11,0%	86.221	11,4%	75.399	18,9%	201.636	20,1%	98.908	18,2%	1.992.878	11,5%
Grandes e PME	2.067.268	13,3%	261.399	34,7%	116.570	29,2%	316.475	31,6%	208.799	38,5%	2.645.142	15,3%
Construção e actividades imobiliárias	889.866	5,7%	82.225	10,9%	78.311	19,6%	194.980	19,5%	115.741	21,3%	1.167.071	6,8%
Particulares, dos quais:	4.380.339	28,1%	317.526	42,1%	121.839	30,5%	287.900	28,7%	118.500	21,9%	4.985.765	28,7%
Habituação	2.858.617	18,3%	127.583	16,9%	31.840	8,0%	77.708	7,8%	22.868	4,2%	3.063.908	17,7%
Consumo	761.171	4,9%	69.125	9,2%	45.634	11,4%	141.808	14,1%	66.851	12,3%	972.104	5,6%
Outros	634.793	4,1%	7.000	0,9%	7.000	1,8%	1.365	0,1%	270	0,0%	643.158	3,7%
Sub Total	9.677.287	62,4%	754.371	100,0%	399.119	100,0%	1.002.355	100,0%	542.217	100,0%	11.434.013	66,2%
Aplicações em títulos	5.834.369	37,6%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5.834.369	33,8%
Total	15.511.656	100,0%	754.371	100,0%	399.119	100,0%	1.002.355	100,0%	542.217	100,0%	17.268.382	100,0%

Unidade: milhares de euros, excepto %

Segmento	Imparidade										Grau cobertura				
	Activos sem aumento significativo de risco (Nível 1)		Activos com aumento significativo de risco (Nível 2)		Dos quais: reestruturados		Activos em incumprimento (Nível 3)		Dos quais: reestruturados		Total	%	Activos sem aumento significativo de risco (Nível 1)	Activos com aumento significativo de risco (Nível 2)	Activos em incumprimento (Nível 3)
		%		%		%		%		%		%			
Empresas	38.555	75,9%	31.903	69,2%	22.771	78,4%	268.613	68,2%	164.060	75,2%	339.070	69,1%	0,8%	7,4%	37,7%
Negócios	10.469	20,6%	4.005	8,7%	3.422	11,8%	85.955	21,8%	41.092	18,8%	100.428	20,5%	0,6%	4,6%	42,6%
Grandes e PME	19.768	38,9%	17.918	38,9%	9.787	33,7%	113.717	28,9%	81.710	37,4%	151.403	30,8%	0,9%	6,9%	35,9%
Construção e actividades imobiliárias	8.318	16,4%	9.980	21,7%	9.562	32,9%	68.941	17,5%	41.258	18,9%	87.239	17,8%	0,9%	12,1%	35,4%
Particulares, dos quais:	7.405	14,2%	34.181	30,8%	6.250	21,5%	125.291	31,8%	54.206	24,8%	146.676	29,9%	0,2%	4,5%	43,5%
Habituação	3.797	3,5%	4.445	9,0%	832	2,9%	30.705	7,8%	8.694	4,0%	36.517	7,5%	0,1%	3,5%	39,5%
Consumo	2.952	5,8%	4.656	10,1%	2.757	9,5%	69.397	17,6%	31.207	14,3%	77.005	15,7%	0,4%	6,7%	48,9%
Outros	743	1,5%	9	0,0%	9	0,0%	25	0,0%	12	0,0%	776	0,2%	0,12%	0,12%	1,81%
Sub Total	46.502	91,5%	46.092	100,0%	29.030	100,0%	393.928	100,0%	218.278	100,0%	486.522	99,1%	0,5%	6,1%	39,3%
Aplicações em títulos	4.312	8,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4.312	0,9%	0,07%	0,00%	0,00%
Total	50.814	100,0%	46.092	100,0%	29.030	100,0%	393.928	100,0%	218.278	100,0%	490.835	100,0%	0,3%	6,1%	39,3%

Exposição e imparidade por segmento e tipo de análise

Unidade: milhares de euros, excepto %

Segmento	Exposição					Imparidade					Grau cobertura				
	Análise Colectiva		Análise Individual		Total	Análise Colectiva		Análise Individual		Total	Análise Colectiva	Análise Individual	Total		
		%		%			%		%						
Empresas	5.048.716	30,9%	756.375	82,6%	5.805.091	33,6%	103.419	52,1%	235.651	80,6%	339.070	69,1%	2,0%	31,2%	5,8%
Negócios	1.856.893	11,4%	135.985	14,8%	1.992.878	11,5%	45.433	22,9%	54.995	18,8%	100.428	20,5%	2,4%	40,4%	5,0%
Grandes e PME	2.242.036	13,7%	403.106	44,0%	2.645.142	15,5%	39.526	19,9%	111.877	38,3%	151.403	30,8%	1,7%	27,8%	5,6%
Construção e actividades imobiliárias	949.787	5,8%	217.284	23,7%	1.167.071	6,7%	18.460	9,3%	68.779	23,5%	87.239	17,8%	1,9%	31,7%	7,5%
Particulares, dos quais:	4.828.181	29,4%	157.584	17,2%	4.985.765	28,7%	90.017	45,3%	56.659	19,4%	146.676	29,9%	1,9%	36,0%	2,9%
Habituação	3.036.259	18,5%	27.649	3,0%	3.063.908	17,7%	28.482	14,3%	8.435	2,9%	36.917	7,5%	0,9%	30,5%	1,2%
Consumo	894.629	5,4%	77.475	8,5%	972.104	5,6%	44.370	22,4%	32.635	11,2%	77.005	15,7%	5,0%	42,1%	7,9%
Outros	640.969	3,9%	2.188	0,2%	643.158	3,7%	770	0,4%	6	0,0%	776	0,2%	0,12%	0,28%	0,12%
Sub Total	10.517.866	64,3%	916.147	100,0%	11.434.013	66,2%	194.206	97,8%	292.317	100,0%	486.522	99,1%	1,8%	31,9%	4,2%
Aplicações em títulos	5.834.369	35,7%	0	0,0%	5.834.369	33,8%	4.312	2,2%	0	0,0%	4.312	0,9%	0,07%	0,00%	0,07%
Total	16.352.235	100,0%	916.147	100,0%	17.268.382	100,0%	198.518	100,0%	292.317	100,0%	490.835	100,0%	1,2%	31,9%	2,8%

Exposição e imparidade por segmento, nível e dias em atraso

Unidade: milhares de euros

Segmento	Activos sem aumento significativo de risco (Nível 1)	Activos com aumento significativo de risco (Nível 2)				Activos em incumprimento (Nível 3)				Total
		≤ 30 dias de atraso	> 30 e ≤ 90 dias de atraso	> 90 dias de atraso	Total	≤ 30 dias de atraso	> 30 e ≤ 90 dias de atraso	> 90 dias de atraso	Total	
Empresas	4.662.155	411.964	16.362	1.520	429.845	372.314	26.730	314.047	713.091	5.805.091
Negócios	1.705.020	80.789	5.217	216	86.221	82.192	8.473	110.972	201.636	1.992.878
Grandes e PME	2.067.268	253.842	7.525	32	261.399	197.518	10.637	108.319	316.475	2.645.142
Construção e actividades imobiliárias	889.866	77.333	3.620	1.272	82.225	92.604	7.620	94.756	194.980	1.167.071
Particulares, dos quais:	4.380.339	283.057	33.853	616	317.526	81.407	15.817	190.676	287.900	4.985.765
Habituação	2.858.617	108.636	18.946	0	127.583	19.197	5.803	52.708	77.708	3.063.908
Consumo	761.171	58.123	10.530	472	69.125	34.684	6.979	100.144	141.808	972.104
Outros	634.793	7.000	0	0	7.000	1.365	0	0	1.365	643.158
Sub Total	9.677.287	702.021	50.214	2.136	754.371	455.086	42.546	504.723	1.002.355	11.434.013
Aplicações em títulos	5.834.369	0	0	0	0	0	0	0	0	5.834.369
Total	15.511.656	702.021	50.214	2.136	754.371	455.086	42.546	504.723	1.002.355	17.268.382

Exposição e imparidade por segmento, nível e notação de risco

Unidade: milhares de euros, excepto %

Segmento Notação de risco	Exposição					Imparidade						
	Activos sem aumento significativo de risco (Nível 1)		Activos com aumento significativo de risco (Nível 2)		Total	Activos sem aumento significativo de risco (Nível 1)		Activos com aumento significativo de risco (Nível 2)		Total		
	%	%	%	%		%	%	%	%			
Empresas	4.662.155	51,6%	429.845	57,5%	5.092.000	52,0%	38.555	84,3%	31.903	69,2%	70.457	76,7%
Negócios	1.660.702	18,4%	86.221	11,5%	1.746.924	17,8%	10.469	22,9%	4.005	8,7%	14.473	15,8%
Baixo	1.160	0,0%	309	0,0%	1.469	0,0%	76	0,2%	1	0,0%	76	0,1%
Médio	1.558.836	17,2%	49.685	6,8%	1.608.522	16,4%	7.714	16,9%	1.227	2,7%	8.941	9,7%
Elevado	100.706	1,1%	36.227	4,8%	136.933	1,4%	2.679	5,9%	2.777	6,0%	5.456	5,9%
Grandes e PME	2.111.586	23,4%	261.399	35,0%	2.372.985	24,2%	19.768	43,2%	17.918	38,9%	37.686	41,0%
Baixo	141.539	1,6%	3.103	0,4%	144.641	1,5%	197	0,4%	35	0,1%	232	0,3%
Médio	1.732.465	19,2%	56.721	7,6%	1.789.186	18,3%	11.688	25,5%	4.451	9,7%	16.139	17,6%
Elevado	237.583	2,6%	201.575	27,0%	439.158	4,5%	7.883	17,2%	13.432	29,1%	21.315	23,2%
Construção e actividades imobiliárias	889.866	9,8%	82.225	11,0%	972.091	9,9%	8.318	18,2%	9.980	21,7%	18.298	19,9%
Baixo	16.396	0,2%	1.725	0,2%	18.121	0,2%	20	0,0%	17	0,0%	37	0,0%
Médio	803.848	8,9%	29.434	3,9%	833.283	8,5%	3.715	8,1%	1.558	3,4%	5.273	5,7%
Elevado	69.622	0,8%	51.065	6,8%	120.687	1,2%	4.583	10,0%	8.404	18,2%	12.988	14,1%
Particulares, dos quais:	4.380.339	48,4%	317.526	42,5%	4.697.865	47,8%	7.205	15,7%	14.181	30,8%	21.385	23,3%
Habituação	2.858.617	31,6%	127.583	17,1%	2.986.200	30,5%	1.797	3,9%	4.415	9,6%	6.212	6,8%
Baixo	1.208.064	13,4%	4.283	0,6%	1.212.347	12,4%	77	0,2%	21	0,0%	98	0,1%
Médio	1.443.734	16,0%	10.553	1,4%	1.454.286	14,9%	814	1,8%	75	0,2%	890	1,0%
Elevado	206.820	2,3%	112.746	15,1%	319.566	3,3%	906	2,0%	4.319	9,4%	5.224	5,7%
Consumo	761.171	8,4%	69.125	9,2%	830.296	8,5%	2.952	6,5%	4.656	10,1%	7.608	8,3%
Baixo	267.105	3,0%	4.837	0,6%	271.943	2,8%	88	0,2%	9	0,0%	97	0,1%
Médio	450.210	5,0%	20.253	2,7%	470.463	4,8%	1.767	3,9%	742	1,6%	2.509	2,7%
Elevado	43.856	0,5%	44.034	5,9%	87.891	0,9%	1.097	2,4%	3.905	8,5%	5.002	5,4%
Total	9.042.494	100,0%	747.371	100,0%	9.789.865	100,0%	45.759	100,0%	46.083	100,0%	91.843	100,0%

Exposição e imparidade por segmento, nível e probabilidade de incumprimento

Segmento Probabilidade de incumprimento	Exposição				Imparidade							
	Activos sem aumento significativo de risco (Nível 1)		Activos com aumento significativo de risco (Nível 2)		Activos sem aumento significativo de risco (Nível 1)		Activos com aumento significativo de risco (Nível 2)					
	%	%	%	%	%	%	%	%				
Empresas	4.579.799	51,2%	320.592	51,6%	4.900.390	51,2%	26.569	0,3%	12.285	2,0%	38.854	0,4%
Negócios	1.696.743	19,0%	73.344	11,8%	1.770.088	18,5%	7.974	0,1%	1.842	0,3%	9.816	0,1%
0% a 0,10%	9.467	0,1%	24	0,0%	9.491	0,1%	1	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
0,11% a 0,40%	30.024	0,3%	159	0,0%	30.182	0,3%	9	0,0%	0	0,0%	9	0,0%
0,41% a 1,00%	497.663	5,6%	12.132	2,0%	509.795	5,3%	728	0,0%	60	0,0%	788	0,0%
1,01% a 3,00%	54.054	0,6%	1.535	0,2%	55.589	0,6%	213	0,0%	6	0,0%	220	0,0%
3,01% a 6,00%	1.013.720	11,3%	30.213	4,9%	1.043.933	10,9%	4.970	0,1%	418	0,1%	5.387	0,1%
6,01% a 11,00%	4.682	0,1%	50	0,0%	4.731	0,0%	119	0,0%	2	0,0%	121	0,0%
11,01% a 17,00%	65.204	0,7%	10.187	1,6%	75.390	0,8%	1.291	0,0%	375	0,1%	1.666	0,0%
17,01% a 25,00%	19.238	0,2%	12.247	2,0%	31.485	0,3%	547	0,0%	553	0,1%	1.100	0,0%
25,01% +	2.692	0,0%	6.800	1,1%	9.491	0,1%	96	0,0%	428	0,1%	524	0,0%
Grandes e PME	2.022.941	22,6%	200.749	32,3%	2.223.689	23,2%	14.086	0,2%	9.249	1,5%	23.334	0,2%
0% a 0,10%	15.737	0,2%	0	0,0%	15.737	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
0,11% a 0,40%	74.682	0,8%	0	0,0%	74.682	0,8%	28	0,0%	0	0,0%	28	0,0%
0,41% a 1,00%	160.598	1,8%	2.993	0,5%	163.591	1,7%	190	0,0%	33	0,0%	222	0,0%
1,01% a 3,00%	616.390	6,9%	15.783	2,5%	632.173	6,6%	1.218	0,0%	180	0,0%	1.398	0,0%
3,01% a 6,00%	707.760	7,9%	9.890	1,6%	717.649	7,5%	4.318	0,0%	108	0,0%	4.427	0,0%
6,01% a 11,00%	239.923	2,7%	13.129	2,1%	253.051	2,6%	2.582	0,0%	421	0,1%	3.003	0,0%
11,01% a 17,00%	5.602	0,1%	150	0,0%	5.752	0,1%	73	0,0%	2	0,0%	74	0,0%
17,01% a 25,00%	196.917	2,2%	130.884	21,0%	327.801	3,4%	5.375	0,1%	6.280	1,0%	11.654	0,1%
25,01% +	5.333	0,1%	27.920	4,5%	33.253	0,3%	302	0,0%	2.225	0,4%	2.527	0,0%
Construção e actividades imobiliárias	860.114	9,6%	46.499	7,5%	906.613	9,5%	4.509	0,1%	1.195	0,2%	5.704	0,1%
0% a 0,10%	1.282	0,0%	0	0,0%	1.282	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
0,11% a 0,40%	4.841	0,1%	0	0,0%	4.841	0,1%	1	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
0,41% a 1,00%	406.253	4,5%	8.315	1,3%	414.567	4,3%	501	0,0%	40	0,0%	542	0,0%
1,01% a 3,00%	17.164	0,2%	1.255	0,2%	18.419	0,2%	46	0,0%	4	0,0%	50	0,0%
3,01% a 6,00%	224.459	2,5%	7.634	1,2%	232.093	2,4%	1.450	0,0%	123	0,0%	1.573	0,0%
6,01% a 11,00%	175.254	2,0%	15.650	2,5%	190.904	2,0%	1.593	0,0%	296	0,0%	1.889	0,0%
11,01% a 17,00%	488	0,0%	130	0,0%	618	0,0%	12	0,0%	2	0,0%	14	0,0%
17,01% a 25,00%	25.758	0,3%	8.860	1,4%	34.618	0,4%	708	0,0%	430	0,1%	1.137	0,0%
25,01% +	4.615	0,1%	4.655	0,7%	9.270	0,1%	198	0,0%	300	0,0%	498	0,0%
Particulares, dos quais:	4.368.627	48,8%	301.277	48,4%	4.669.903	48,8%	4.364	0,0%	10.170	1,6%	14.534	0,2%
Habituação	2.856.924	31,9%	125.299	20,1%	2.982.223	31,2%	1.322	0,0%	3.903	0,6%	5.226	0,1%
0% a 0,10%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
0,11% a 0,40%	1.751.670	19,6%	6.503	1,0%	1.758.174	18,4%	144	0,0%	6	0,0%	150	0,0%
0,41% a 1,00%	899.043	10,0%	8.157	1,3%	907.199	9,5%	343	0,0%	29	0,0%	373	0,0%
1,01% a 3,00%	46	0,0%	21	0,0%	67	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
3,01% a 6,00%	197.999	2,2%	40.382	6,5%	238.381	2,5%	639	0,0%	605	0,1%	1.244	0,0%
6,01% a 11,00%	3	0,0%	3	0,0%	5	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
11,01% a 17,00%	4	0,0%	1	0,0%	6	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
17,01% a 25,00%	8.077	0,1%	70.232	11,3%	78.309	0,8%	196	0,0%	3.263	0,5%	3.459	0,0%
25,01% +	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Consumo	757.685	8,5%	63.545	10,2%	821.231	8,6%	1.689	0,0%	2.877	0,5%	4.566	0,0%
0% a 0,10%	7.717	0,1%	254	0,0%	7.972	0,1%	1	0,0%	0	0,0%	1	0,0%
0,11% a 0,40%	107.489	1,2%	4.021	0,6%	111.509	1,2%	36	0,0%	6	0,0%	42	0,0%
0,41% a 1,00%	139.653	1,6%	6.267	1,0%	145.920	1,5%	140	0,0%	44	0,0%	184	0,0%
1,01% a 3,00%	414.783	4,6%	11.326	1,8%	426.110	4,5%	523	0,0%	154	0,0%	677	0,0%
3,01% a 6,00%	47.286	0,5%	2.624	0,4%	49.910	0,5%	219	0,0%	42	0,0%	261	0,0%
6,01% a 11,00%	38.946	0,4%	21.074	3,4%	60.020	0,6%	652	0,0%	932	0,1%	1.584	0,0%
11,01% a 17,00%	135	0,0%	257	0,0%	392	0,0%	4	0,0%	6	0,0%	10	0,0%
17,01% a 25,00%	118	0,0%	212	0,0%	329	0,0%	9	0,0%	15	0,0%	23	0,0%
25,01% +	1.558	0,0%	17.510	2,8%	19.068	0,2%	126	0,0%	1.678	0,3%	1.804	0,0%
Total	8.948.425	100,0%	621.868	100,0%	9.570.294	100,0%	30.934	0,3%	22.455	3,6%	53.389	0,6%

Exposição e imparidade por segmento, nível e loan to value

Segmento loan to value	Exposição				Imparidade							
	Activos em cumprimento (Nível 1/ Nível 2)		Activos em incumprimento (Nível 3)		Activos em cumprimento (Nível 1/ Nível 2)		Activos em incumprimento (Nível 3)					
	%	%	%	%	%	%	%	%				
Empresas	2.830.596	42,3%	106.936	46,2%	2.937.533	42,5%	27.036	0,4%	33.347	14,4%	60.383	0,9%
Negócios	975.492	14,6%	52.481	22,7%	1.027.973	14,9%	6.030	0,1%	19.001	8,2%	25.031	0,4%
<= 50%	182.052	2,7%	12.572	5,4%	194.624	2,8%	1.023	0,0%	3.954	1,7%	4.977	0,1%
51% a 70%	182.526	2,7%	10.612	4,6%	193.139	2,8%	1.095	0,0%	3.840	1,7%	4.935	0,1%
71% a 90%	211.661	3,2%	11.805	5,1%	223.467	3,2%	1.482	0,0%	3.874	1,7%	5.356	0,1%
91% a 100%	155.500	2,3%	4.978	2,2%	160.478	2,3%	889	0,0%	1.698	0,7%	2.587	0,0%
> 100%	243.753	3,6%	12.513	5,4%	256.266	3,7%	1.542	0,0%	5.634	2,4%	7.176	0,1%
Grandes e PME	1.216.024	18,2%	33.605	14,5%	1.249.629	18,1%	16.622	0,2%	7.389	3,2%	24.011	0,3%
<= 50%	229.172	3,4%	6.340	2,7%	235.512	3,4%	3.381	0,1%	1.155	0,5%	4.537	0,1%
51% a 70%	252.357	3,8%	10.412	4,5%	262.769	3,8%	3.362	0,1%	1.963	0,8%	5.326	0,1%
71% a 90%	308.341	4,6%	6.003	2,6%	314.343	4,5%	3.872	0,1%	1.796	0,8%	5.669	0,1%
91% a 100%	182.564	2,7%	5.562	2,4%	188.126	2,7%	2.304	0,0%	1.205	0,5%	3.510	0,1%
> 100%	243.589	3,6%	5.288	2,3%	248.878	3,6%	3.701	0,1%	1.269	0,5%	4.971	0,1%
Construção e actividades imobiliárias	639.081	9,6%	20.850	9,0%	659.931	9,5%	4.384	0,1%	6.957	3,0%	11.341	0,2%
<= 50%	137.429	2,1%	7.053	3,0%	144.483	2,1%	760	0,0%	2.206	1,0%	2.966	0,0%
51% a 70%	85.909	1,3%	4.040	1,7%	89.949	1,3%	886	0,0%	989	0,4%	1.875	0,0%
71% a 90%	123.347	1,8%	3.519	1,5%	126.867	1,8%	822	0,0%	1.358	0,6%	2.180	0,0%
91% a 100%	109.854	1,6%	1.530	0,7%	111.384	1,6%	672	0,0%	536	0,2%	1.208	0,0%
> 100%	182.541	2,7%	4.708	2,0%	187.249	2,7%	1.244	0,0%	1.868	0,8%	3.112	0,0%
Particulares, dos quais:	3.858.016	57,7%	124.343	53,8%	3.982.359	57,5%	11.570	0,2%	55.812	24,1%	67.382	1,0%
Habituação	2.973.112	44,5%	52.361	22,6%	3.025.473	43,7%	5.197	0,1%	21.805	9,4%	27.002	0,4%
<= 50%	276.118	4,1%	5.183	2,2%	281.300	4,1%	388	0,0%	2.302	1,0%	2.690	0,0%
51% a 70%	482.568	7,2%	8.938	3,9%	491.506	7,1%	923	0,0%	3.814	1,6%	4.737	0,1%
71% a 90%	878.072	13,1%	19.739	8,5%	897.811	13,0%	2.114	0,0%	7.921	3,4%	10.035	0,1%
91% a 100%	1.136.752	17,0%	11.507	5,0%	1.148.259	16,8%	1.390	0,0%	3.668	1,6%	5.058	0,1%
> 100%	199.603	3,0%	6.993	3,0%	206.597	3,0%	382	0,0%	4.099	1,8%	4.481	0,1%
Consumo	453.779	6,8%	51.113	22,1%	504.892	7,3%	3.032	0,0%	26.070	11,3%	29.102	0,4%
<= 50%	82.500	1,2%	7.341	3,2%</								

Exposição e imparidade por segmento, nível e perda dado o incumprimento

Segmento Perda dado o incumprimento	Unidade: milhares de euros, excepto %						Unidade: milhares de euros, excepto %					
	Exposição				Total		Imparidade				Total	
	Activos em cumprimento (Nível 1/ Nível 2)	%	Activos em incumprimento (Nível 3)	%			Activos em cumprimento (Nível 1/ Nível 2)	%	Activos em incumprimento (Nível 3)	%		
Empresas	4.900.390	51,2%	192.644	54,9%	5.093.034	51,3%	38.854	72,8%	64.565	46,1%	103.419	53,5%
Negócios	1.770.088	18,5%	86.805	24,7%	1.856.893	18,7%	9.816	18,4%	35.617	25,4%	45.433	23,5%
Garantias hipotecárias	975.492	10,2%	52.481	15,0%	1.027.973	10,4%	6.030	11,3%	19.001	13,6%	25.031	12,9%
0% a 20%	975.492	10,2%	7.874	2,2%	983.366	9,9%	6.030	11,3%	1.196	0,9%	7.227	3,7%
21% a 40%	0	0,0%	23.373	6,7%	23.373	0,2%	0	0,0%	6.279	4,5%	6.279	3,2%
41% a 60%	0	0,0%	12.922	3,7%	12.922	0,1%	0	0,0%	5.592	4,0%	5.592	2,9%
61% a 80%	0	0,0%	5.951	1,7%	5.951	0,1%	0	0,0%	3.791	2,7%	3.791	2,0%
81% +	0	0,0%	2.361	0,7%	2.361	0,0%	0	0,0%	2.142	1,5%	2.142	1,1%
Garantias não hipotecárias	794.596	8,3%	34.324	9,8%	828.920	8,4%	3.786	7,1%	16.616	11,9%	20.402	10,5%
0% a 20%	442.979	4,6%	3.292	0,9%	446.271	4,5%	1.471	2,8%	516	0,4%	1.988	1,0%
21% a 40%	80.098	0,8%	6.266	1,8%	86.364	0,9%	414	0,8%	1.734	1,2%	2.147	1,1%
41% a 60%	271.519	2,8%	8.540	2,4%	280.060	2,8%	1.901	3,6%	3.745	2,7%	5.646	2,9%
61% a 80%	0	0,0%	7.236	2,1%	7.236	0,1%	0	0,0%	4.264	3,0%	4.264	2,2%
81% +	0	0,0%	8.989	2,6%	8.989	0,1%	0	0,0%	6.357	4,5%	6.357	3,3%
Grandes e PME	2.223.689	23,2%	62.664	17,9%	2.286.354	23,0%	23.334	43,7%	16.192	11,6%	39.526	20,4%
Garantias hipotecárias	1.216.024	12,7%	33.605	9,6%	1.249.629	12,6%	16.622	31,1%	7.389	5,3%	24.011	12,4%
0% a 20%	1.216.024	12,7%	9.571	2,7%	1.225.595	12,4%	16.622	31,1%	1.507	1,1%	18.129	9,4%
21% a 40%	0	0,0%	19.009	5,4%	19.009	0,2%	0	0,0%	4.449	3,2%	4.449	2,3%
41% a 60%	0	0,0%	3.103	0,9%	3.103	0,0%	0	0,0%	809	0,6%	809	0,4%
61% a 80%	0	0,0%	782	0,2%	782	0,0%	0	0,0%	525	0,4%	525	0,3%
81% +	0	0,0%	1.140	0,3%	1.140	0,0%	0	0,0%	100	0,1%	100	0,1%
Garantias não hipotecárias	1.007.666	10,5%	29.059	8,3%	1.036.725	10,4%	6.713	12,6%	8.802	6,3%	15.515	8,0%
0% a 20%	680.412	7,1%	3.750	1,1%	684.163	6,9%	2.590	4,9%	523	0,4%	3.114	1,6%
21% a 40%	81.550	0,9%	12.897	3,7%	94.446	1,0%	1.465	2,7%	3.095	2,2%	4.560	2,4%
41% a 60%	245.704	2,6%	5.112	1,5%	250.816	2,5%	2.658	5,0%	2.251	1,6%	4.909	2,5%
61% a 80%	0	0,0%	4.252	1,2%	4.252	0,0%	0	0,0%	1.839	1,3%	1.839	1,0%
81% +	0	0,0%	3.048	0,9%	3.048	0,0%	0	0,0%	1.094	0,8%	1.094	0,6%
Construção e actividades imobiliárias	906.613	9,5%	43.174	12,3%	949.787	9,6%	5.704	10,7%	12.756	9,1%	18.460	9,5%
Garantias hipotecárias	639.081	6,7%	20.850	5,9%	659.931	6,7%	4.384	8,2%	6.957	5,0%	11.341	5,9%
0% a 20%	639.081	6,7%	1.580	0,5%	640.660	6,5%	4.384	8,2%	202	0,1%	4.587	2,4%
21% a 40%	0	0,0%	9.343	2,7%	9.343	0,1%	0	0,0%	2.335	1,7%	2.335	1,2%
41% a 60%	0	0,0%	6.474	1,8%	6.474	0,1%	0	0,0%	2.598	1,9%	2.598	1,3%
61% a 80%	0	0,0%	2.229	0,6%	2.229	0,0%	0	0,0%	1.008	0,7%	1.008	0,5%
81% +	0	0,0%	1.226	0,3%	1.226	0,0%	0	0,0%	813	0,6%	813	0,4%
Garantias não hipotecárias	267.532	2,8%	22.324	6,4%	289.856	2,9%	1.319	2,5%	5.799	4,1%	7.119	3,7%
0% a 20%	192.231	2,0%	1.863	0,5%	194.094	2,0%	669	1,3%	252	0,2%	921	0,5%
21% a 40%	10.165	0,1%	1.913	0,5%	12.077	0,1%	60	0,1%	256	0,2%	316	0,2%
41% a 60%	65.137	0,7%	2.543	0,7%	67.680	0,7%	591	1,1%	1.031	0,7%	1.622	0,8%
61% a 80%	0	0,0%	2.156	0,6%	2.156	0,0%	0	0,0%	825	0,6%	825	0,4%
81% +	0	0,0%	13.849	3,9%	13.849	0,1%	0	0,0%	3.435	2,5%	3.435	1,8%
Particulares, dos quais:	4.669.903	48,8%	158.277	45,1%	4.828.181	48,7%	14.534	27,2%	75.483	1	90.017	46,5%
Habituação	2.982.223	31,2%	54.036	15,4%	3.036.259	30,6%	5.226	9,8%	23.256	16,6%	28.482	14,7%
Garantias hipotecárias	2.973.112	31,1%	52.361	14,9%	3.025.473	30,5%	5.197	9,7%	21.805	15,6%	27.002	14,0%
0% a 20%	2.973.112	31,1%	12.674	3,6%	2.985.786	30,1%	5.197	9,7%	1.979	1,4%	7.177	3,7%
21% a 40%	0	0,0%	17.476	5,0%	17.476	0,2%	0	0,0%	4.912	3,5%	4.912	2,5%
41% a 60%	0	0,0%	9.030	2,6%	9.030	0,1%	0	0,0%	4.396	3,1%	4.396	2,3%
61% a 80%	0	0,0%	6.207	1,8%	6.207	0,1%	0	0,0%	4.393	3,1%	4.393	2,3%
81% +	0	0,0%	6.974	2,0%	6.974	0,1%	0	0,0%	6.124	4,4%	6.124	3,2%
Garantias não hipotecárias	9.111	0,1%	1.675	0,5%	10.786	0,1%	28	0,1%	1.451	1,0%	1.479	0,8%
0% a 20%	9.111	0,1%	31	0,0%	9.142	0,1%	28	0,1%	5	0,0%	34	0,0%
21% a 40%	0	0,0%	30	0,0%	30	0,0%	0	0,0%	9	0,0%	9	0,0%
41% a 60%	0	0,0%	73	0,0%	73	0,0%	0	0,0%	37	0,0%	37	0,0%
61% a 80%	0	0,0%	129	0,0%	129	0,0%	0	0,0%	98	0,1%	98	0,1%
81% +	0	0,0%	1.412	0,4%	1.412	0,0%	0	0,0%	1.302	0,9%	1.302	0,7%
Consumo	821.231	8,6%	73.398	20,9%	894.629	9,0%	4.566	8,6%	39.804	28,4%	44.370	22,9%
Garantias hipotecárias	453.779	4,7%	51.113	14,6%	504.892	5,1%	3.032	5,7%	26.070	18,6%	29.102	15,0%
0% a 20%	453.779	4,7%	3.490	1,0%	457.269	4,6%	3.032	5,7%	645	0,5%	3.677	1,9%
21% a 40%	0	0,0%	18.546	5,3%	18.546	0,2%	0	0,0%	5.277	3,8%	5.277	2,7%
41% a 60%	0	0,0%	10.227	2,9%	10.227	0,1%	0	0,0%	4.943	3,5%	4.943	2,6%
61% a 80%	0	0,0%	8.568	2,4%	8.568	0,1%	0	0,0%	5.805	4,1%	5.805	3,0%
81% +	0	0,0%	10.283	2,9%	10.283	0,1%	0	0,0%	9.399	6,7%	9.399	4,9%
Garantias não hipotecárias	367.452	3,8%	22.284	6,4%	389.736	3,9%	1.534	2,9%	13.734	9,8%	15.268	7,9%
0% a 20%	22.022	0,2%	17	0,0%	22.039	0,2%	76	0,1%	3	0,0%	79	0,0%
21% a 40%	332.048	3,5%	4.361	1,2%	336.408	3,4%	1.429	2,7%	1.379	1,0%	2.808	1,5%
41% a 60%	13.382	0,1%	5.236	1,5%	18.618	0,2%	29	0,1%	2.575	1,8%	2.604	1,3%
61% a 80%	0	0,0%	4.809	1,4%	4.809	0,0%	0	0,0%	3.209	2,3%	3.209	1,7%
81% +	0	0,0%	7.861	2,2%	7.861	0,1%	0	0,0%	6.567	4,7%	6.567	3,4%
Total	9.570.294	100,0%	350.921	100,0%	9.921.215	100,0%	53.389	100,0%	140.047	100,0%	193.436	100,0%

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
<u>Patrimoniais</u>		
Crédito a clientes	9.890.630.513	9.373.038.932
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.671.953	80.372.528
Aplicações em instituições de crédito	31.021	6.956.989
	<u>9.955.333.487</u>	<u>9.460.368.449</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>		
Garantias prestadas	2.705.588.080	2.753.294.941
Compromissos irrevogáveis	895.876.198	791.459.742
Por subscrição de títulos	81.263.525	100.623.502
Indemnização aos investidores	1.085.799	915.564
Activos dados em garantia - títulos	2.475.289.750	2.544.248.344
Derivados	99.179.683	126.515.780
	<u>6.258.283.035</u>	<u>6.317.057.873</u>
	<u>16.213.616.522</u>	<u>15.777.426.322</u>

Governo e Sistema de Controlo

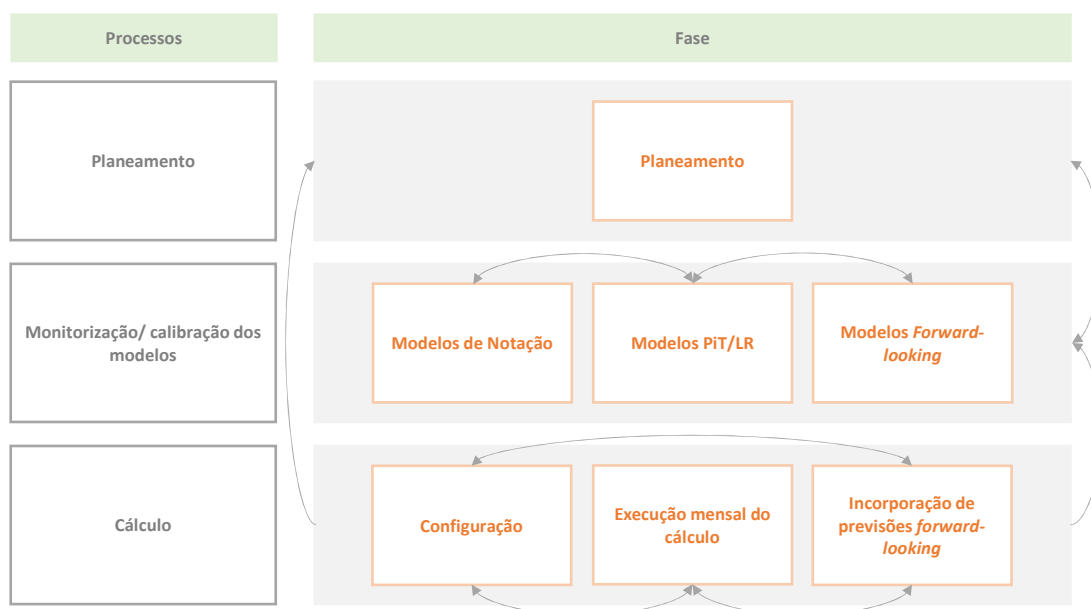
O Grupo Crédito Agrícola é um grupo financeiro de natureza cooperativa, composto pelo Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo que, por sua vez, compreende a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, e por um conjunto de empresas especializadas. Neste contexto foi estabelecido um modelo de governação e sistema de controlo que acomoda as características do Grupo. Por forma a garantir a validade e sustentabilidade do processo de quantificação de imparidade encontram-se estabelecidas as funções de cada interveniente, designadamente ao nível de órgãos de aprovação, áreas de supervisão e áreas de suporte, onde se salienta:

- A descrição dos intervenientes do processo;
- Identificam-se as principais actividades associadas ao processo de cálculo mensal de perdas por imparidade e respectiva calendarização;
- Considera-se o processo de recalibração dos modelos, configuração e actualização de parâmetros.

No sentido de garantir uma gestão eficaz do modelo de perdas por imparidade, torna-se fundamental apresentar o ciclo de actividades previstas pelo modelo de governação:

- i) O processo de planeamento deverá ocorrer de acordo com as normas actualmente em vigor no Grupo Crédito Agrícola, pelo que, devem intervir os diversos órgãos que estão previstos nas mesmas;
- ii) Definição, manutenção e aprovação dos modelos necessários ao cálculo de perdas por imparidade. Este processo pressupõe uma revisão periódica à aderência dos modelos à realidade. Sempre que forem executados os cálculos, o resultado dos mesmos deverá ser incorporado no processo de tomada de decisão. O ciclo de gestão do modelo de imparidade visa ainda assegurar que este continua a reflectir apropriadamente a imparidade individual e colectiva.

- iii) Dever-se-á proceder à configuração e execução do cálculo das perdas por imparidade com uma periodicidade mínima mensal. Sempre que for executado o cálculo, deverá ser elaborado um relatório com as respectivas conclusões. Adicionalmente, semestralmente deverá incorporar-se as previsões *forward-looking* das variáveis macroeconómicas.



Política de Investimento

A Caixa Central estabeleceu uma Política de Investimento com os conceitos, princípios, regras e o modelo de negócio aplicável ao controlo da actividade em mercados financeiros em concordância com a Política de Investimento do Grupo Crédito Agrícola.

A política de investimento prossegue a seguinte finalidade principal que corporiza a sua missão, designadamente assegurar que a remuneração do excedente de liquidez disponível se compagina com um adequado controlo dos riscos da sua aplicação, em particular, os de crédito, de transformação (ou seja, de falta de alinhamento entre a permanência de activos e de passivos) e de taxa de juro, que se traduz nos seguintes critérios gerais:

- Investimento em títulos de rendimento fixo com elevada qualidade de risco de crédito, com o objectivo de garantia de reembolso do capital no vencimento.
- Mitigação do consumo de fundos próprios.
- Manutenção do risco da carteira sob gestão em níveis adequados.
- Aquisição de emissões que cumprem os critérios SPPI.

Modelos de negócio

No âmbito da actividade dos mercados financeiros, encontram-se definidos os seguintes modelos de negócio:

- i) O Modelo de Negócio (MN) designado por Cobertura Base de Recursos Excedentários (CBRE) enquadra a gestão de uma carteira de investimento constituída exclusivamente por activos financeiros cujos cash-flows possam ser considerados capital e juros (“SPPI”), particularmente obrigações de dívida pública, mas não necessariamente em exclusivo, com o objectivo de permitir rentabilizar os recursos comerciais do SICAM não afectos directamente ao financiamento da sua actividade creditícia. Em termos de resultados, o aspecto crítico associado ao MN CBRE é a geração de uma margem estável sobre o custo dos recursos financeiros utilizados no financiamento da carteira, não sendo a evolução do justo valor dos activos financeiros um aspecto crítico de avaliação dos resultados associados ao MN CBRE, nem tão pouco a remuneração dos seus gestores depende maioritariamente do justo valor da carteira. O presente Modelo de Negócio tem como objectivo a detenção para receber fluxos financeiros contratuais e os activos associados ao MN CBRE deverão ser mensurados ao Custo Amortizado.
- ii) O MN designado por Cobertura de TLTRO (CTLTRO) enquadra a gestão de uma carteira de investimento constituída exclusivamente por activos financeiros cujos cash-flows possam ser considerados exclusivamente capital e juros (“SPPI”), particularmente obrigações de dívida pública, mas não necessariamente em exclusivo, com o objectivo de permitir rentabilizar os recursos obtidos via participação nas TLTRO II promovidas pelo BCE. Em termos de resultados, o aspecto crítico associado ao MN CTLTRO é a geração de uma margem estável sobre o custo dos recursos financeiros utilizados no financiamento da carteira, não sendo a evolução do justo valor dos activos financeiros um aspecto crítico de avaliação dos resultados associados ao MN CTLTRO, nem tão pouco a remuneração dos seus gestores depende maioritariamente do justo valor da carteira. O presente Modelo de Negócio tem como objectivo a detenção para receber fluxos financeiros contratuais e os activos associados ao MN CTLTRO deverão ser mensurados ao Custo Amortizado.
- iii) O MN designado por Cobertura Dinâmica de Recursos Excedentários (CDRE), complementar ao MN CBRE, enquadra a gestão de uma carteira de investimento constituída exclusivamente por activos financeiros cujos cash-flows possam ser considerados exclusivamente capital e juros (“SPPI”), particularmente obrigações de dívida pública, mas não exclusivamente, com o objectivo de permitir rentabilizar através da conjugação da geração de margem financeira mas também de resultados de operações financeiras os recursos comerciais do SICAM não afectos directamente ao financiamento da sua actividade creditícia. Em termos de resultados, o aspecto crítico associado ao MN CDRE é a conjugação da geração de uma margem estável sobre o custo dos recursos financeiros utilizados no financiamento da carteira com a potencial realização de resultados de operações financeiras associados a vendas em caso de verificação de evolução particularmente favorável do justo valor dos activos financeiros, aspecto relevante na avaliação dos resultados associados ao MN CDRE, embora não maioritariamente determinante da remuneração dos seus gestores. O presente Modelo de Negócio tem como objectivo a detenção para receber fluxos financeiros contratuais e/ou vender. Os activos associados ao MN CDRE deverão ser mensurados a FVTOCI.
- iv) O MN designado por Gestão Dinâmica de Posições Próprias de Tesouraria (GDPPT) enquadra a gestão de uma carteira de negociação constituída por activos financeiros cujos cash-flows possam ou não ser considerados exclusivamente capital e juros (“SPPI”), incluindo instrumentos derivados, com o objectivo de permitir rentabilizar posições próprias da tesouraria, de modo particular através da realização de resultados de operações financeiras. O aspecto crítico associado ao MN GDPPT é a realização de resultados de operações financeiras associados a operações de compra e venda de activos financeiros, sendo, portanto, a evolução do justo valor dos activos financeiros particularmente

relevante na avaliação dos resultados associados ao MN GDPPT, embora não maioritariamente determinante da remuneração dos seus gestores. O objecto do presente Modelo de Negócio é o de venda, pelo que os activos associados ao MN GDPPT deverão ser mensurados a FVTPL.

- v) O MN designado por Gestão de Liquidez de Curto Prazo (GLCP) enquadra a gestão de uma carteira de activos financeiros com vencimento a curto prazo cujos cash-flows possam ser considerados exclusivamente capital e juros (“SPPI”), particularmente Bilhetes do Tesouro ou activos equiparáveis, com o objectivo de permitir manter a cada momento uma almofada de liquidez imediata. A geração de resultados, estejam eles associados à geração de uma margem financeira ou à realização de operações financeiras, não assume particular relevância no MN GLCP. A evolução do justo valor dos activos financeiros não é um aspecto crítico de avaliação dos resultados associados ao MN GLCP, nem tão pouco a remuneração dos seus gestores depende maioritariamente do justo valor da carteira. Os activos associados ao MN GDPPT deverão ser mensurados a FVTOCI.

Gestão da actividade em mercados financeiros

Considerando as alterações regulamentares face à IFRS 9, identificou-se a necessidade de promover o desenvolvimento interno de um sistema adequado de gestão da actividade em mercados financeiros, o qual incorpora processos de identificação, mensuração, análise e monitorização dos investimentos. Para o efeito, no âmbito da mencionada Política, foram desenvolvidos e implementados procedimentos, organizacionais e de controlo, os quais serão revistos e actualizados com periodicidade mínima anual ou sempre que se considere necessário, tendo em vista a gestão prudente dos riscos. No processo de aquisição de instrumentos de dívida, existem responsáveis pela verificação do cumprimento do teste SPPI, a correcta classificação dos títulos nos modelos de negócio adequados, o cumprimento dos limites presentes na Política de Investimento, a correcta justificação de exclusão de vendas dos indicadores de frequência de vendas, caso seja aplicável, o processo anual de monitorização da frequência e montante de vendas para verificação do cumprimento com o modelo de negócio de cada carteira.

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue (valores brutos):

Actividade seguradora (IAS39)

Activo	2018								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 e B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	29.255	29.255
Activos financeiros ao JVAR	-	-	-	-	-	10.131	-	37.976	48.107
Activos financeiros disponíveis para venda	10.592	52.892	-	-	53.971	916.523	-	210.951	1.244.928
	10.592	52.892	0	0	53.971	926.654	0	278.182	1.322.290

Activo	2017								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 e B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	26.585	26.585
Activos financeiros ao JVAR	-	-	-	-	63.761	24.399	-	-	88.160
Activos financeiros disponíveis para venda	28.608	-	-	-	141.416	1.466.793	-	16.464	1.653.281
	28.608	0	0	0	205.177	1.491.192	0	43.049	1.768.026

Restantes actividades (IFRS 9)

Activo	2018								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 e B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros ao JVAR	-	-	-	-	-	160.915	-	9.862	170.777
Activos financeiros ao JVAORI	-	-	-	-	-	541.715	-	488.701	1.030.416
Títulos ao custo amortizado	-	2.995	-	-	-	4.721.864	-	79.094	4.803.953
	0	2.995	0	0	0	5.424.494	0	577.657	6.005.146

Activo	2017								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 e B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	5.682	-	-	-	17.105	1.893	24.680
Activos financeiros ao JVAR	-	-	-	-	-	183.971	-	34.914	218.885
Activos financeiros disponíveis para venda	-	17.961	76.281	85.313	130.151	3.603.709	-	1.816.152	5.729.567
	0	17.961	81.963	85.313	130.151	3.787.680	17.105	1.852.959	5.973.132

O Grupo Crédito Agrícola utiliza como rating de referência, o rating divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos ratings divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, o Grupo dispõe de um modelo heurístico de rating associado a um processo de workflow, que visa uniformizar o processo de análise do risco de crédito das empresas e de modelos de scoring de aceitação associados ao processo de concessão de crédito a clientes particulares. Deste modo, o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base na adopção de metodologias que permitem obter uma visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira.

As principais áreas nas quais a CA Vida se encontra exposta ao risco de crédito são:

- Montantes devidos por resseguradores referentes a indemnizações que já foram pagas;
- Risco de crédito de títulos de dívida em carteira;
- Risco de contraparte devido a transacções com derivados.

A Companhia define os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites à sua exposição a uma única contraparte ou à contraparte no todo, e a segmentos geográficos e de sector. Estes riscos estão sujeitos a uma revisão anual ou a uma supervisão mais frequente. Os limites dos níveis de risco de crédito por categoria e território são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração Executivo.

Exposições a entidades de forma individual e a entidades do mesmo sector de actividade ou geográfico são anexadas à monitorização contínua dos controlos associados aos investimentos, existindo limites de diversificação definidos na política de investimentos da Companhia. A análise do risco de crédito das entidades a que a Companhia se encontra exposta através dos títulos de dívida emitidos por estas é efectuada através de ratings de entidades externas independentes, Moody's, Standard & Poors e Fitch. O rating adoptado é o segundo melhor divulgado.

Risco de concentração

Princípios e Políticas de Gestão do Risco de Concentração

1. Gestão do risco no GCA

A gestão dos riscos constitui um eixo prioritário de actuação para o Grupo, reconhecendo este o seu impacto decisivo na criação de valor.

A definição da estratégia global de assunção de riscos, incorporando objectivos mensuráveis relativamente ao risco que se pretende assumir e à rentabilidade que se deseja alcançar é da competência do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central (adiante designado por CAE).

A Direcção de Risco Global (adiante designado por DRG) e o Comité de Activos, Passivos e Capital (ALCCO), em coordenação com as restantes unidades orgânicas responsáveis, têm um papel central na definição de políticas e procedimentos para a gestão de riscos, sendo aprovadas pelo CAE.

1.1 Funções da Direcção de Risco Global

Ao nível da gestão de riscos, a CCCAM, através da DRG, é responsável pela definição dos princípios e políticas globais de gestão de riscos, através do desenvolvimento e disponibilização de instrumentos de análise e apoio à decisão, cálculo de imparidade numa base consolidada, ICAAP (Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno), concepção de modelos e de sistemas para suporte à função risco, criação de normativos e o estabelecimento de orientações de procedimentos e processos.

Cabe à DRG a supervisão da gestão do risco de crédito e a promoção e coordenação da gestão de todos os demais riscos, do ponto de vista estratégico. Por outro lado, é a Direcção de Risco de Crédito (DRC) o órgão responsável por garantir a operacionalização das políticas definidas pela DRG relativamente ao risco de crédito no âmbito da CCCAM, cabendo às CCAM a gestão local do mesmo.

No que diz respeito ao risco de concentração, a DRG é responsável pela execução do Modelo de Gestão do Risco de Concentração: identificação de variáveis relevantes para a avaliação, medição do nível de concentração associado e elaboração do reporte interno e externo.

No contexto do processo de identificação, avaliação e acompanhamento do Risco de Concentração, a DRG é ainda responsável pela execução do reporte da Instrução n.º 23/2007, no sentido de permitir o cálculo do Índice de Concentração Individual previsto pela Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal.

1.2 Funções do Comité ALCCO

O Comité ALCCO é presidido pela Caixa Central e engloba os vários Direcções e Gabinetes com responsabilidade directa sobre:

- 1) Controlo das actividades relacionadas com o Balanço da Caixa Central e do GCA.
- 2) Controlo do risco pela produção de informação de gestão, contabilística e de reporte da Caixa Central e do GCA.

De entre as funções do ALCCO, compete em particular a este órgão e no contexto da Gestão de Risco:

- Avaliar e acompanhar em permanência os diversos riscos financeiros (nomeadamente, o risco de concentração) a que o GCA e a Caixa Central estão sujeitos, efectuando a sua medição e controlo através de metodologias e indicadores pré-definidos.
- Propor ao CAE os limites de risco pertinentes no âmbito da Gestão de Activos e Passivos.

No que respeita ao Risco de Concentração, caberá ao Comité ALCCO a supervisão da gestão da concentração nos riscos financeiros (em particular, risco de taxa de juro, de taxa de câmbio, de liquidez e de mercado) com o contributo da Direcção Financeira, bem como o acompanhamento dos riscos de concentração globais do Grupo em coordenação com a DRG.

1.3 Funções da Direcção de Acompanhamento e Supervisão

A DAS tem como funções no contexto da gestão de riscos, acompanhar e orientar a gestão das Caixas Associadas, em particular, quanto à política de assunção de riscos.

Relativamente à gestão do risco de concentração, a DAS é responsável pela articulação entre os órgãos da CCCAM (DRG e ALCCO) e as CCAM, cabendo a estas a gestão local do risco de concentração.

2. Integração de boas práticas na gestão do risco de concentração

Segundo as orientações do Comité de Basileia e da CEBS (Committee of European Banking Supervisors), as instituições devem implementar uma prática sistematizada de gestão do risco de concentração, incluindo a sua identificação, avaliação, ajustamento, acompanhamento e controlo.

O Comité de Basileia apresenta como alternativas duas abordagens à gestão do risco de concentração: abordagem base (metodologias unidimensionais de avaliação do risco de concentração) e abordagem avançada (aplicação modelos internos de capital económico que deverão medir adequadamente o risco de concentração, mas que por vezes são limitados devido à insuficiência de dados).

2.1 Medição do risco concentração: abordagem implementada

O GCA tem vindo a implementar a gestão do risco de concentração, matéria que continuará a merecer a atenção e o esforço do Grupo a médio prazo.

A avaliação do risco de concentração (da responsabilidade da DRG) baseia-se na avaliação da carteira de crédito, de investimento e de recursos segundo as diferentes variáveis relevantes numa perspectiva unidimensional e multidimensional, através dos índices de Herfindahl e de Gini, bem como o Peso Relativo das Exposições. Em situações em que se considere pertinente, é também utilizado o Coeficiente de Correlação de Variáveis a fim de explorar eventuais ligações entre variáveis em risco ou ainda relacionar variáveis internas com a realidade.

O GCA tem como objectivo robustecer permanentemente as metodologias empregues na gestão do risco de concentração.

2.2 Acompanhamento do risco de concentração

O GCA estabeleceu um Modelo de Gestão de forma a enquadrar o acompanhamento e controlo do risco de concentração, através da revisão periódica das análises de concentração efectuadas e a implementação de medidas de prevenção ou correcção do risco.

3. Características comuns que identificam cada concentração

Análise da concentração de risco de crédito:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para a Carteira de Crédito a Clientes do GCA (SICAM) considerada para Reporte Prudencial do Grupo (no que diz respeito a Crédito a Clientes). O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o Saldo Utilizado da operação (leia-se, o somatório

do capital vencido e capital vincendo), que difere do conceito considerado para o Anexo à Instrução 5/2011 (no cálculo do Índice de Concentração Sectorial e Índice de Concentração Individual): Montante Total (somatório de saldo utilizado e limites de crédito não utilizados).

São efectuadas análises unidimensionais (Região, Família de Produto, Taxa, Garantia, Cliente, Sector de Actividade, Prazo Total e Prazo Residual) e também análises multidimensionais (Família de Produto por Região, Sector de Actividade por Região e Garantia por Família de Produto) à exposição ao Risco de Concentração. A análise multidimensional segundo a Família de Produto e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a sua distribuição por Família de Produto. A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a sua distribuição por Sector de Actividade (CAE). Dentro de cada análise multidimensional mencionada, foram seleccionados três regiões como alvo de análise de concentração. Por último, a análise multidimensional segundo Garantia e Família de Produto pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes de uma determinada família de produto segundo a sua distribuição por tipo de garantia associada. Dentro desta última análise foram seleccionadas duas famílias de produto como alvo de análise de concentração.

3.1 Análise por região

Foi escolhida a variável “Região” para analisar o risco de concentração geográfica no território nacional, tendo sido considerado o Balcão Domicílio como referência da região da operação. Por região consideram-se as regiões NUTS III, do Instituto Nacional de Estatística.

Foi efectuada uma análise de correlação entre a distribuição da carteira de crédito a clientes por região e a variável “PIB” por região

Foi igualmente efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões GCA por região e a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) por região

Foi ainda efectuada uma análise de correlação entre peso do crédito a clientes e a proporção da Imparidade, por região.

Considerou-se igualmente pertinente comparar ainda a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.2 Análise por família de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de crédito a clientes por tipo de Família de Produto.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do Crédito a Clientes e a proporção da Imparidade por Família de Produto.

3.3 Análise por tipo de taxa

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de Taxa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.4 Análise por garantias

A análise de concentração da carteira de crédito a clientes por tipo de Garantia toma em consideração apenas uma das Garantias disponíveis e registadas em sistema, seleccionando a mesma de acordo a sua relevância numa hierarquia estabelecida conceptualmente. Foi feita e analisada a distribuição da Carteira (Peso por tipo de Garantia: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Garantia.

3.5 Análise por tipo de cliente

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de cliente: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Cliente.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por tipo de cliente no GCA (SICAM) com o sector bancário português. Num universo de clientes Particulares e Empresas, verifica-se a seguinte distribuição do Grupo face ao mercado.

3.6 Análise por sector de actividade económica (CAE)

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por secção do CAE: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre Peso do Crédito a Sociedades não Financeiras no Sector Bancário e a Carteira de Crédito GCA.

3.7 Análise por prazo total

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Total: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por prazo da operação no GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.8 Análise por prazo residual

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Residual: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.9 Análise por dimensão de empresas

A análise por dimensão de empresas procura averiguar a concentração do crédito concedido por tipo de clientes “Empresa” no Crédito Agrícola. Nesse estudo, as empresas repartem-se por volume de negócios. As “Grandes Empresas” apresentam um volume de negócios superior a 50 milhões de euros, as “Empresas Médias” um Volume de Negócios situado entre 10 e 50 milhões, as “Pequenas” entre 2 e 10 milhões e, por fim, as “Micro Empresas” com um Volume de Negócios inferior a 2 milhões de euros.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Dimensão da Empresa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.10 Análise por família de produto na região da grande Lisboa

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região da Grande Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na mesma região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem as que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.11 Análise por família de produto na região do Oeste

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.12 Análise por família de produto na região do Algarve

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.13 Análise por sector de actividade na região de Lisboa

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade em Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região de Lisboa segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem os que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.14 Análise por sector de actividade na região de Oeste

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.15 Análise por sector de actividade na região de Algarve

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.16 Análise por tipo de garantia para o crédito à actividade a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas para financiamento da sua actividade pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito à Actividade de Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.17 Análise por tipo de garantia para o crédito ao investimento a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas com a finalidade de investimento pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito ao investimento a Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Análise da concentração da carteira de recursos:

4.1 Análise por região

Para analisar o risco de concentração da carteira de recursos geográfica no território nacional, a metodologia escolhida foi a variável “Região”.

Foi efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões por região e a distribuição da carteira de recursos SICAM por Região.

Foi igualmente realizada uma análise de correlação entre a Distribuição de Depósitos e Equiparados por Distrito em Portugal (Sector Bancário) e SICAM.

4.2 Análise por grupo de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Grupo de Produto.

4.3 Análise por cliente

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Cliente, entre particulares e empresas, sendo estas repartidas por tipo de actividade económica.

Foi efectuada uma análise de correlação entre o peso de cada tipo de Cliente em Portugal (Sector Bancário) e no GCA (SICAM)

Foi também efectuada uma análise de correlação entre os tipos de clientes de recursos em OIC e na Carteira de Recursos GCA (SICAM) por Sector Institucional

4.4 Análise por sector actividade

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Sector de Actividade.

4.5 Análise por prazo residual

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Prazo Residual.

4.6 Análise por montante

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por classe de Montante.

4.7 Análise por prazo residual para a classe de montante: 5 a 25 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 5 a 25 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

4.8 Análise por prazo residual para a classe de montante: 25 a 50 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 25 a 50 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

Análise da concentração de risco de liquidez:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para as rubricas de Balanço SICAM. O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o cash flow à data de 31 de Dezembro de 2013.

São efectuadas análises segundo a maturidade residual das rubricas de Activo, Passivo e Gap de Liquidez.

1. ANÁLISE DO ACTIVO

O total do Activo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

2. ANÁLISE DO PASSIVO

O total do Passivo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

3. ANÁLISE DO GAP DE LIQUIDEZ

O Gap de Liquidez foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual (Gap Positivo e Gap Negativo).

Riscos específicos da actividade seguradora

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do risco específico de seguros.

Natureza do risco específico de seguros

O risco específico de seguros inclui os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- a) Risco de desenho dos produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- b) Risco de prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).
- c) Risco de subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.
- d) Risco de provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas venham a revelar-se insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- e) Risco de sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- f) Risco de retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Existe ainda o risco catastrófico, o qual resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

Gestão do risco específico de seguros

O risco específico de seguros é gerido pela Companhia através da implementação de processos operacionais, com controlos preventivos e detectivos embebidos, com elevada automatização, utilizando pessoal qualificado e com responsabilidades atribuídas aos directores de topo:

- a) Desenho dos produtos (novos e alterações aos existentes) e tarificação, no âmbito do qual são identificados os riscos resultantes das coberturas e capitais seguros, definidos os sistemas de determinação dos prémios, verificada a adequação do programa de resseguro associado aos novos produtos, verificado o cumprimento das normas legais e regulamentos internos, efectuado um programa de testes completo, definido o plano de formação e contratação de serviços em outsourcing associados ao novo produto. As tarifas aplicadas aos riscos são ajustadas em função de factores de tarificação, que permitem avaliar o nível de risco associado a cada contrato de seguro, o que é determinado com base em estudos técnico-actuariais.
- b) Distribuição e gestão da carteira de riscos, no âmbito do qual são definidas as políticas de subscrição, os níveis de delegação de poderes na aceitação de riscos, os sistemas de incentivos à venda e à subscrição de novos seguros e os procedimentos de gestão da carteira e de revisão de prémios. As regras de aceitação de riscos são parametrizadas nos sistemas informáticos de suporte, bem como fixados mecanismos de impedimento e alerta sempre que alguma dessas regras seja violada. Nos casos de risco de aceitação

condicionada, a subscrição é efectuada centralmente, havendo evidência das condições e do responsável pela decisão.

c) Provisionamento, no âmbito do qual são geridas e definidas as provisões técnicas, assegurando a cobertura das obrigações da Companhia perante os segurados e sinistrados, com base em estudos de adequação das provisões regularmente preparados pela Actuária Responsável.

d) Gestão de sinistros, no âmbito do qual são efectuados os pagamentos de indemnizações a sinistrados, assegurando: (i) o tratamento e gestão dos sinistros de forma atempada; (ii) o cumprimento rigoroso das leis, normas regulamentares e regulamentos internos; (iii) a minimização do custo médio dos sinistros, sem comprometer o tratamento justo de todos os reclamantes e sinistrados.

e) Gestão do resseguro, no âmbito do qual é efectuada a especificação, implementação, monitorização, reporte e controlo dos tratados e outras condições acordadas com as resseguradoras; a política de resseguro desempenha um papel central na mitigação dos riscos específicos de seguros, permitindo uma maior estabilização de resultados e dos níveis de solvência, a utilização mais eficiente dos capitais disponíveis e aumentar a capacidade de aceitação de riscos da Companhia.

A gestão do risco específico de seguros é ainda suportada pela realização de estudos diversos pelo Gabinete Técnico e pela Actuária Responsável, que analisam a adequação das tarifas, identificam os tipos de risco e segmentos mais rentáveis, e determinam os valores adequados para as provisões técnicas.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

Actividade seguradora (IAS 39)

	2018			milhares de euros	
	Saldos analisados		Diferença	Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor		Valor de balanço	
<u>Activos</u>					
Activos financeiros detidos para negociação	29.255	29.255	-	-	29.255
Activos financeiros ao JVAR	48.108	48.108	-	-	48.108
Activos financeiros disponíveis para venda	1.244.928	1.244.928	-	-	1.244.928
	1.322.291	1.322.291	-	-	1.322.291
<u>Passivos</u>					
Outros passivos - Passivos financeiros de contratos de seguros	66.558	66.558	-	-	66.558
	66.558	66.558	-	-	66.558

	2017			milhares de euros	
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	26.585	26.585	-	-	26.585
Activos financeiros ao JVAR	88.160	88.160	-	-	88.160
Activos financeiros disponíveis para venda	1.653.281	1.653.281	-	-	1.653.281
	<u>1.768.026</u>	<u>1.768.026</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.768.026</u>
Passivos					
Outros passivos - Passivos financeiros de contratos de seguros	210.738	210.738	-	-	210.738
	<u>210.738</u>	<u>210.738</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>210.738</u>

Actividade não seguradora (IAS 39)

	2018			milhares de euros	
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activos					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	731.425	731.425	-	-	731.425
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65.096	65.096	-	-	65.096
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao JVAR	170.775	170.775	-	-	170.775
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao JVAORI	1.030.416	1.030.416	-	-	1.030.416
Aplicações em Instituições de Crédito	31	31	-	-	31
Crédito a clientes	9.890.631	9.682.126	(208.505)	-	9.682.126
Títulos ao custo amortizado	4.800.451	5.247.769	447.318	-	447.318
	<u>16.688.825</u>	<u>16.927.638</u>	<u>238.813</u>	<u>-</u>	<u>12.127.187</u>
Passivos					
Recursos de bancos centrais	1.677.120	1.677.120	-	-	1.677.120
Recursos de outras instituições de Crédito	161.444	161.444	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.855.889	13.873.561	17.672	-	13.855.889
Outros passivos subordinados	96.100	134.367	38.267	-	96.100
	<u>15.790.553</u>	<u>15.846.492</u>	<u>55.939</u>	<u>-</u>	<u>15.629.109</u>

	2017			milhares de euros	
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activos					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	400.144	400.144	-	-	400.144
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80.373	80.373	-	-	80.373
Activos financeiros detidos para negociação	24.680	24.680	-	-	24.680
Activos financeiros ao JVAR	27	27	-	-	27
Activos financeiros disponíveis para venda	5.729.567	5.729.567	-	-	5.729.567
Activos financeiros ao JVAORI	-	-	-	-	-
Aplicações em Instituições de Crédito	6.957	7.082	125	-	7.082
Crédito a clientes	9.373.039	11.049.146	1.676.107	-	11.049.146
	15.614.787	17.291.019	1.676.232	-	17.291.019
Passivos					
Recursos de bancos centrais	1.693.381	1.693.381	-	-	1.693.381
Recursos de outras instituições de Crédito	241.705	241.472	(233)	-	241.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	12.585.685	12.549.238	(36.447)	-	12.585.685
Outros passivos subordinados	106.782	114.022	7.240	-	106.782
	14.627.553	14.598.113	(29.440)	-	14.627.553

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo GCA com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - a) Taxas de juro de mercado para “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Outros Passivos Subordinados”;
 - b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pelo GCA para tipos de créditos comparáveis;
 - c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.
 - d) Taxas de juro praticadas nas operações intra-grupo realizadas ao abrigo do Regime Jurídico do Crédito Agrícola, designadamente tomada de recursos das Caixas Associadas para aplicação centralizada na Caixa Central.

Foram utilizadas curvas específicas para as rubricas de “Crédito a Clientes”, “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” que tiveram por base a aplicação sobre a curva Euribor/SWAP a 31 de Dezembro de 2018 dos spreads médios das operações efectuadas nos últimos 3 meses até 31 de Dezembro de 2018. As taxas aplicadas foram as seguintes:

	Euribor - Euribor / Swap	Spread Crédito Particulares	Spread Crédito Negócio	Spread Crédito Habitação	Spread Recursos Clientes	Spread Recursos OIC's
1 day (overnight)	(0,36%)	4,49%	2,86%	1,70%	0,33%	0,37%
1 month(s)	(0,36%)					
2 month(s)	(0,34%)					
3 month(s)	(0,31%)					
4 month(s)	(0,29%)					
5 month(s)	(0,26%)					
6 month(s)	(23,70%)					
9 month(s)	(0,19%)					
12 month(s)	(0,12%)					
2 year(s)	(0,16%)					
3 year(s)	(0,05%)					
4 year(s)	0,09%					
5 year(s)	0,23%					
8 year(s)	0,59%					
10 year(s)	0,83%					
15 year(s)	1,18%					
20 year(s)	1,33%					
30 year(s)	1,38%					

Como previsto na norma IFRS 13 e para efeitos de apresentação, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Cotações em mercado activo

Neste nível englobam-se os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos que utilizam dados observáveis no mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Englobam-se neste nível os instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente inputs não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento ou valorizados com base em bids indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização.

Para os itens classificados neste nível, os pressupostos utilizados para a obtenção do justo valor foi o preço/cotação de venda da última transacção efectuada entre partes não relacionadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

Actividade seguradora (IAS 39)

	2018				
	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	Técnicas de Valorização		Total
Dados de mercado (3)			Modelos (4)		
Activos financeiros detidos para negociação	-	29.255.527	-	-	29.255.527
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	10.131.364	37.976.280	-	48.107.644
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.235.438.105	9.170.694	319.519	1.244.928.318
	-	1.274.824.996	47.146.974	319.519	1.322.291.489

	2017				
	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	26.584.581	-	26.584.581
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	88.159.652	-	-	88.159.652
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.644.517.283	8.763.722	-	1.653.281.005
	-	1.732.676.935	35.348.303	-	1.768.025.238

Restantes actividades (IFRS 9)

	2018				
	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo (2)	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	126.215.908	34.699.215	9.862.099	170.777.222
Activos financeiros ao justo valor através de outros rendimentos integrais	-	1.030.415.840	-	-	1.030.415.840
	-	1.156.631.748	34.699.215	9.862.099	1.201.193.062
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.178	-	1.178
	-	-	1.178	-	1.178

	2017				
	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros detidos para negociação	-	24.400.939	279.292	-	24.680.232
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	26.770	-	-	26.770
Activos financeiros disponíveis para venda	12.769.117	5.702.386.658	10.972.481	-	5.726.128.256
	12.769.117	5.726.814.367	11.251.773	-	5.750.835.257
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	141.781	-	141.781
	-	-	141.781	-	141.781

(1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

(2) Para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, esta categoria inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados activos divulgados através de plataformas de negociação (Nível 1).

(3) Valorização baseada em taxas de mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro, curvas de swap e taxas de câmbio (Nível 2).

(4) Correspondem a títulos valorizados através de Bids indicativos informados pelo emissor (Nível 3).

No que concerne à dívida soberana, a mesma encontra-se desagregada por país, conforme quadro explicativo, sendo as mais expressivas:

	2018							
	AF JVAR		AFDV		JVAORI		CA	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	157.479.904	34.416.367	446.445.000	444.052.368	1.917.687.389	330.241.359	237.406.822.187	2.683.905.253
Itália	511.766	102.549.954	392.905.000	387.357.861	683.196	682.623.612	1.235.900	1.302.978.400
Espanha	14.520.207	16.180.311	243.041.000	278.461.675	47	4.929.694	733.300	802.974.587
França	10.649.277	10.441.029	43.240.000	44.916.978				
Irlanda							9.000	9.101.340
Holanda	30.000.000	32.718.317	87.950.000	91.878.943	124	12.621.176		
Canadá							3.000	2.995.398
Totais	213.161.154	196.305.977	1.213.581.000	1.246.667.825	1.918.370.756	1.030.415.840	237.408.803.387	4.801.954.978

	AFDN		OAFJVAR		AFDV	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	629.100.000	7.101.684	1.250.500	1.645.630	154.517.237.401	3.028.178.553
Itália	7.554	7.739.750			2.178.139.446	2.491.072.930
França	4.942.000	5.681.731			45.878.000	52.003.346
Espanha	2.245	2.263.517			510.554.755	560.286.465
Irlanda					149.800.000	154.837.854
Holanda					5.477.000	6.017.817
Bélgica					49.500.000	52.256.234
Alemanha					6.000.000	6.628.840
Áustria					16.300.000	17.961.054
Coreia do Sul					2.400.000	2.526.635
Totais	634.051.799	22.786.683	1.250.500	1.645.630	157.481.286.602	6.371.769.728

53. RÁCIOS PRUDENCIAIS CONSOLIDADOS

A partir de 1 de Janeiro de 2014 a solvabilidade da banca europeia passou a ser avaliada através do rácio *Common Equity Tier 1* (CET1), ao abrigo do Acordo de Basileia III. Durante o ano 2014 encontrou-se em vigor um regime transitório que permite o cálculo do rácio CET1 na forma de implementação “phase in”.

Em Dezembro de 2018, os fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola ascenderam a 1.440 milhões de euros, o que representou um reforço de 53 milhões de euros em relação ao período homólogo. Os requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito (que incluem requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito), do risco de mercado e do risco operacional aumentaram globalmente 0,3% quando comparados com a posição do final de 2017.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Em milhões de euros	2015	2016	2017	2018	Δ 18/17
Fundos Próprios totais ^(a)	1.142	1.227	1.387	1.440	3,8%
Common equity tier 1	1.105	1.163	1.322	1.371	3,7%
Fundos Próprios de Nível 1 (<i>Tier 1</i>)	1.105	1.163	1.322	1.371	3,7%
Posição em risco de activos e equivalentes	14.245	17.203	16.938	18.187	7,4%
Requisitos de fundos próprios	8.476	8.544	9.008	9.037	0,3%
Crédito ^(b)	7.377	7.426	7.908	7.866	-0,5%
Mercado				85	
Operacional	1.099	1.118	1.100	1.086	-1,3%
Rácios de solvabilidade ^(c)					
<i>Common equity tier 1</i>	13,0%	13,6%	14,7%	15,2%	0,49 p.p.
<i>Tier 1</i>	13,0%	13,6%	14,7%	15,2%	0,49 p.p.
<i>Total</i>	13,5%	14,4%	15,4%	15,9%	0,53 p.p.

(a) Incluindo os resultados líquidos do final do exercício em fundos próprios.

(b) Incluindo os requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito (requisitos para risco cambial incluídos até 2017).

(c) Até dezembro 2013 os rácios são calculado de acordo com o Avisos nºs 5/2007 e 6/2010 do Banco de Portugal, após o que são aplicadas as regras da Diretiva 2013/36/UE (CRD IV - Capital Requirements Directive) e Regulamento (U.E.) nº 575/2013 (CRR – Capital Requirements Regulation).

No final do exercício de 2018, o rácio de fundos próprios totais do Grupo Crédito Agrícola fixou-se nos 15,9% e o rácio de fundos próprios principais de nível 1 atingiu os 15,2%, cumprindo amplamente os requisitos prudenciais sobre o nível de fundos próprios, a respeitar permanentemente, em conformidade com o n.º1

do artigo 92º do Regulamento (UE) nº 575/ 2013. O rácio de fundos próprios totais e o rácio de fundos próprios principais de nível 1 com a aplicação integral das disposições previstas no Regulamento (U.E.) n.º 575/2013 (fully implemented) posicionam-se, respectivamente, nos 15,9%, e 15,2%.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA			
	CRD IV transitional definition (1)	CRD IV fully definition (2)	Δ 2/1
<i>Em milhões de euros</i>			
Capital Common equity tier 1	1.371	1.371	0,0%
Fundos próprios totais	1.440	1.440	0,0%
Requisitos de fundos próprios	18.187	18.187	0,0%
Rácios de solvabilidade			
<i>Common equity tier 1</i>	15,2%	15,2%	0 p.p.
<i>Total</i>	15,9%	15,9%	0 p.p.

54. FUNDO DE RESOLUÇÃO

No âmbito dos mecanismos de resolução bancária implementados nos últimos anos a nível europeu, o Crédito Agrícola, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução Português e no Fundo Único de Resolução Europeu.

Fundo Resolução Português

O Fundo de Resolução é uma pessoa colectiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Crédito Agrícola, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efectuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2017 a contribuição periódica efectuada pelo Crédito Agrícola ascendeu a 876.906 Euros.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de Agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”), que consistiu na transferência da generalidade da sua actividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 377 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos factores, incluindo a respectiva dimensão. O restante montante (3.823 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Em Dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos activos e passivos associados à actividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, S.A. (“Santander Totta”), por 150 milhões de Euros, também no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros, que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros directamente pelo Estado Português. No contexto desta medida de resolução, os activos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de activos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de Euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português.

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao BES (processo que deu origem à criação do Novo Banco) e em 2015 ao Banif criaram incertezas relacionadas com o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução, que é significativo, bem como com o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Foi neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes no Fundo de Resolução, por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustassem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de Março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução assumiu que está assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respectiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Também no dia 31 de Março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter seleccionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de Outubro de 2017, mediante a injeção, pelo novo accionista, de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. O Fundo Lone Star passou a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%. Adicionalmente, as condições aprovadas incluem um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto accionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas, relacionadas com: (i) o desempenho de um conjunto restrito de activos do Novo Banco e (ii) a evolução dos níveis de capitalização do banco, nomeadamente a prevista emissão em mercado de 400 milhões de Euros de instrumentos de capital Tier 2. As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual a Caixa Central se inclui, e aos comunicados públicos

efectuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, as presentes demonstrações financeiras reflectem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas à Caixa Central contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, bem como o mecanismo de capitalização contingente referido no parágrafo precedente. Eventuais alterações relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras no GCA.

Fundo Único de Resolução Europeu

Para além do Fundo de Resolução Português, conforme mencionado acima, o Crédito Agrícola participa também no Fundo Único de Resolução Europeu.

O Fundo Único de Resolução Europeu, financiado pelo sector bancário europeu, destina-se a apoiar a resolução de bancos em risco ou situação de insolvência, depois de esgotadas outras opções como a recapitalização interna das instituições.

O Fundo Único de Resolução Europeu é parte integrante do Mecanismo Único de Resolução (MUR), que é o sistema europeu de resolução de bancos não viáveis. No MUR, a responsabilidade pela resolução de instituições de crédito é partilhada entre o Conselho Único de Resolução e as autoridades nacionais de resolução dos Estados-Membros da área do euro, entre as quais o Banco de Portugal, e de outros países da União Europeia que optem por aderir à União Bancária. O MUR visa assegurar a resolução ordenada dos bancos em situação de insolvência com custos mínimos para os contribuintes e para a economia real.

O MUR entrou em pleno funcionamento a 1 de Janeiro de 2016.

Em 2018 a contribuição periódica efectuada pelo Crédito Agrícola para o Fundo Único de Resolução Europeu ascendeu a 3.109.707 Euros, tendo o valor individual da Caixa Central ascendido a 1.039.725 Euros.

55. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da elaboração e conclusão das presentes Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, não se verificava nenhum evento subsequente a 31 de Dezembro de 2018, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 - Acontecimentos após a data do balanço.

Anexo 1: Inventário da Carteira de Títulos

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do ativo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
Instrumentos financeiros derivados													
Swaps de taxa de juro	CA Vida	AFDN	-	-	-	-	-	-	29.255.527	-	29.255.527	-	0
Forwards cambiais	CCCAM	JVAR	-	-	-	-	-	-	-	-	1.893	-	0
Instrumentos de dívida													
PGB 5.65% 15/02/24..	CA Vida	OAFJVAR	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	125,34%	1.220.500	0,01	JV	1.590.170	-	0
BBVASM 6.75% 29/12/49 - 20	CA Vida	OAFJVAR	XS1190663952	OUT	ES	S	98,52%	8.600.000	1	JV	8.541.194	-	0
DEMETR 4% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1027954822	OUT	NL	S	99,15%	10.000.000	1	JV	10.226.573	-	0
DEMETR 4.75% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071977539	OUT	NL	S	108,35%	4.000.000	1	JV	4.481.934	-	0
DEMETR 4.9% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071975830	OUT	NL	S	105,32%	4.000.000	1	JV	4.365.383	-	0
DEMETR 5.1% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071973389	OUT	NL	S	107,27%	4.000.000	1	JV	4.449.442	-	0
DEMETR 5.25% 20/03/2022	CA Vida	OAFJVAR	XS1071974601	OUT	NL	S	111,88%	4.000.000	1	JV	4.638.592	-	0
DEMETR 5.25% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071972225	OUT	NL	S	109,83%	4.000.000	1	JV	4.556.394	-	0
SOCGEN 0 13/08/26	CA Vida	OAFJVAR	XS1386463944	OUT	FR	S	97,32%	5.400.000	1	JV	5.255.280	-	0
AZORES 1.85% 21/08/25	CA Vida	AFS	PTRAADOM0004	OUT	PT	S	103,61%	15.487.500	1	JV	16.153.071	-	125.303
BOTS 0% 14/08/19	CA Vida	AFS	IT0005341109	OUT	IT	S	99,88%	60.400.000	1	JV	60.325.104	-	-4.125
BTPS 0.35% 01/11/21	CA Vida	AFS	IT0005216491	OUT	IT	S	98,44%	3.500.000	1	JV	3.447.414	-	-31.195
BTPS 0.95% 01/03/23	CA Vida	AFS	IT0005325946	OUT	IT	S	97,49%	46.200.000	1	JV	45.185.878	-	-562.401
BTPS 0.95% 15/03/23	CA Vida	AFS	IT0005172322	OUT	IT	S	97,57%	3.670.000	1	JV	3.591.040	-	-67.432
BTPS 1.25% 01/12/26	CA Vida	AFS	IT0005210650	OUT	IT	S	92,37%	8.500.000	1	JV	7.860.183	-	-53.284
BTPS 2% 01/02/28	CA Vida	AFS	IT0005323032	OUT	IT	S	95,68%	119.800.000	1	JV	115.622.426	-	-2.695.171
BTPS 2.15% 15/12/21	CA Vida	AFS	IT0005028003	OUT	IT	S	103,31%	57.000.000	1	JV	58.940.421	-	-452.186
BTPS 2.5% 01/05/19	CA Vida	AFS	IT0004992308	OUT	IT	S	100,82%	3.000.000	1	JV	3.037.091	-	3.278
BTPS 2.8% 01/03/67	CA Vida	AFS	IT0005217390	OUT	IT	S	85,77%	20.300.000	1	JV	17.599.738	-	-313.537
BTPS 3.45% 01/03/48	CA Vida	AFS	IT0005273013	OUT	IT	S	99,08%	4.600.000	1	JV	4.610.290	-	-165.465
BTPS 3.75% 01/05/21	CA Vida	AFS	IT0004966401	OUT	IT	S	106,75%	2.400.000	1	JV	2.576.965	-	88.399
BTPS 4% 01/09/20	CA Vida	AFS	IT0004594930	OUT	IT	S	105,74%	200.000	1	JV	214.130	-	-1.225
BTPS 4.50% 01/03/24	CA Vida	AFS	IT0004953417	OUT	IT	S	112,54%	449.000	1	JV	512.058	-	0
BTPS 4.75% 01/09/28	CA Vida	AFS	IT0004889033	OUT	IT	S	118,15%	736.000	1	JV	881.270	-	0
BTPSH 0 01/02/19	CA Vida	AFS	IT0004848583	OUT	IT	S	100,02%	3.550.000	1	JV	3.550.728	-	2.852
CCTS Float 15/04/25	CA Vida	AFS	IT0005311508	OUT	IT	S	93,18%	3.800.000	1	JV	3.546.501	-	-204.240
FRTR 0.5% 25/05/26	CA Vida	AFS	FR0013131877	OUT	FR	S	101,03%	440.000	1	JV	445.876	-	0
IRISH 0.8% 15/03/22	CA Vida	AFS	IE00BJ38CQ36	OUT	IE	S	103,21%	500.000	1	JV	519.254	-	10.087
IRISH 2.4% 15/05/30	CA Vida	AFS	IE00BJ38CR43	OUT	IE	S	113,38%	500.000	1	JV	574.462	-	0
PGB 2.2% 17/10/22	CA Vida	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PT	S	107,84%	1.500.000	1	JV	1.624.501	-	21.419
PGB 2.25% 18/04/34	CA Vida	AFS	PTOTEWOE0017	OUT	PT	S	99,73%	148.100.000	1	JV	150.055.528	-	-426.852
PGB 2.875% 21/07/26	CA Vida	AFS	PTOTETOEO012	OUT	PT	S	110,85%	3.000.000	1	JV	3.388.607	-	68.675
SPGB 1.6% 30/04/25	CA Vida	AFS	ES00000126Z1	OUT	ES	S	105,30%	8.300.000	1	JV	8.828.874	-	108.580
SPGB 1.95% 30/07/30	CA Vida	AFS	ES00000127A2	OUT	ES	S	103,07%	9.400.000	1	JV	9.765.918	-	-46.886
SPGB 2.7% 31/10/48	CA Vida	AFS	ES00000128A7	OUT	ES	S	101,83%	9.600.000	1	JV	9.818.902	-	-401.860
SPGB 2.9% 31/10/46	CA Vida	AFS	ES00000128C6	OUT	ES	S	107,10%	7.600.000	1	JV	8.176.738	-	-322.283
SPGB 3.8% 30/04/24	CA Vida	AFS	ES00000124W3	OUT	ES	S	117,01%	60.950.000	1	JV	72.878.583	-	1.562.539
SPGB 4.4% 31/10/23	CA Vida	AFS	ES00000123X3	OUT	ES	S	119,04%	878.000	1	JV	1.051.636	-	44.135
SPGB 4.6% 30/07/19	CA Vida	AFS	ES00000121L2	OUT	ES	S	102,89%	1.660.000	1	JV	1.740.142	-	8.092
SPGB 5.15% 31/10/28	CA Vida	AFS	ES00000124C5	OUT	ES	S	134,11%	628.000	1	JV	847.692	-	114
SPGB 5.85% 31/01/22	CA Vida	AFS	ES00000123K0	OUT	ES	S	118,12%	50.550.000	1	JV	62.417.194	-	565.123

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
ADIFAL 3.5% 27/05/24	CAVida	AFS	XS1072141861	OUT	ES	S	113,86%	4.600.000	1	JV	5.333.489	-	197.506
BNDES 3.625% 21/01/19	CAVida	AFS	XS1017435782	OUT	BR	S	100,04%	6.100.000	1	JV	6.310.965	-	-5.932
CDEP 1.875% 07/02/26	CAVida	AFS	IT0005323438	OUT	IT	S	94,85%	6.500.000	1	JV	6.274.697	-	-150.155
EIBKOR 2% 30/04/20	CAVida	AFS	XS0925003732	OUT	KR	S	102,77%	1.300.000	1	JV	1.353.397	-	4.526
ICO 4.375% 20/05/19	CAVida	AFS	XS0428962921	OUT	ES	S	101,77%	6.575.000	1	JV	6.868.371	-	28.847
MADRID 4.125% 21/05/24	CAVida	AFS	ES0000101602	OUT	ES	S	117,69%	6.200.000	1	JV	7.453.423	-	254.230
MADRID 4.688% 12/03/20	CAVida	AFS	ES0000101396	OUT	ES	S	105,68%	1.700.000	1	JV	1.860.668	-	15.122
RATFPF 2.875% 09/09/22	CAVida	AFS	XS0540501359	OUT	FR	S	110,72%	750.000	1	JV	837.102	-	15.452
ABBAY 2% 14/01/19	CAVida	AFS	XS1014539289	OUT	GB	S	100,06%	600.000	1	JV	611.924	-	104
ABBV 0.375% 18/11/19	CAVida	AFS	XS1520897163	OUT	US	S	100,26%	1.400.000	1	JV	1.404.273	-	3.510
ACEIM 1% 24/10/26	CAVida	AFS	XS1508912646	OUT	IT	S	89,83%	1.900.000	1	JV	1.710.291	-	-146.626
ACEIM 2.625% 15/07/24	CAVida	AFS	XS1087831688	OUT	IT	S	103,77%	3.200.000	1	JV	3.359.629	-	26.839
ADPPF 1.5% 24/07/23	CAVida	AFS	FR0012861821	OUT	FR	S	104,54%	1.100.000	1	JV	1.157.129	-	40.560
AEMSPA 3.625% 13/01/22	CAVida	AFS	XS1004874621	OUT	IT	S	108,98%	4.700.000	1	JV	5.286.414	-	90.313
ALB 1.875% 08/12/21	CAVida	AFS	XS1148074518	OUT	US	S	103,68%	5.642.000	1	JV	5.856.517	-	134.877
AMSSM 0% 19/05/19	CAVida	AFS	XS1616407869	OUT	ES	S	99,98%	900.000	1	JV	899.802	-	-82
BACRED 0.75% 17/02/20	CAVida	AFS	XS1551000364	OUT	IT	S	99,73%	3.900.000	1	JV	3.914.951	-	-7.457
BCPPL 0.75% 31/05/22	CAVida	AFS	PTBCPIOM0057	OUT	PT	S	101,02%	3.000.000	1	JV	3.043.792	-	16.596
BCPPL 4 1/2 12/07/27	CAVida	AFS	PTBCPWOM0034	OUT	PT	S	91,93%	5.000.000	1	JV	4.611.245	-	-257.116
BDX 0.368% 06/06/19	CAVida	AFS	XS1622560842	OUT	US	S	100,09%	500.000	1	JV	501.484	-	421
BKIASM 1% 14/03/23	CAVida	AFS	ES0413307127	OUT	ES	S	102,62%	3.300.000	1	JV	3.412.860	-	42.577
BKIASM 6% PERP-22	CAVida	AFS	XS1645651909	OUT	ES	S	94,09%	3.800.000	1	JV	3.621.493	-	-97.773
BKIR 3.25% 15/01/19	CAVida	AFS	XS1014670233	OUT	IE	S	100,11%	4.000.000	1	JV	4.129.138	-	-421
BMW 0.875% 17/11/20	CAVida	AFS	XS1321956333	OUT	NL	S	101,27%	2.500.000	1	JV	2.534.287	-	23.527
BNP 6.125% 29/12/49 - 22	CAVida	AFS	XS1247508903	OUT	FR	S	103,23%	7.400.000	1	JV	7.656.231	-	-154.768
BPCCEGP 0.875% 31/01/24	CAVida	AFS	FR0013312493	OUT	FR	S	97,99%	3.700.000	1	JV	3.655.144	-	-25.887
C 0.75% 26/10/23	CAVida	AFS	XS1457608013	OUT	US	S	98,14%	2.600.000	1	JV	2.555.244	-	-20.960
CABKSM 5.25% PERP - 26	CAVida	AFS	ES0840609012	OUT	ES	S	84,57%	1.400.000	1	JV	1.185.605	-	-217.739
CABKSM 6.75% PERP - 24	CAVida	AFS	ES0840609004	OUT	ES	S	100,81%	4.800.000	1	JV	4.854.714	-	-55.604
CAIXAB 4.625% 04/06/19	CAVida	AFS	ES0414970402	OUT	ES	S	102,02%	3.400.000	1	JV	3.558.983	-	16.424
CAJAMM 5% 28/06/19	CAVida	AFS	ES0414950693	OUT	ES	S	102,43%	2.550.000	1	JV	2.676.938	-	15.196
CARGIL 2.50% 15/02/23	CAVida	AFS	XS1031019562	OUT	US	S	107,70%	1.850.000	1	JV	2.032.890	-	23.094
CESDRA 4.125% 23/07/19	CAVida	AFS	XS0807706006	OUT	CZ	S	102,07%	250.000	1	JV	259.724	-	840
CNH 2.875% 27/09/21	CAVida	AFS	XS1114452060	OUT	LU	S	105,44%	2.350.000	1	JV	2.495.307	-	117.013
CONGR 0% 05/02/20	CAVida	AFS	XS1529561182	OUT	DE	S	99,98%	1.000.000	1	JV	999.790	-	1.827
CS 1.375% 29/11/19	CAVida	AFS	XS1074053130	OUT	CH	S	101,35%	1.400.000	1	JV	1.420.546	-	2.523
CXGD 1% 27/01/22	CAVida	AFS	PTCGH1OE0014	OUT	PT	S	102,15%	4.800.000	1	JV	4.947.601	-	26.320
CXGD 4.25% 27/01/20	CAVida	AFS	PTCG2YOE0001	OUT	PT	S	104,56%	5.000.000	1	JV	5.424.931	-	77.384
CXGD 5.75% 28/06/28 - 23	CAVida	AFS	PTCGDKOM0037	OUT	PT	S	100,91%	3.700.000	1	JV	3.842.085	-	16.076
CXGD 5.98% 03/03/28	CAVida	AFS	PTCGHFOM0006	OUT	PT	S	94,75%	9.200.000	1	JV	9.170.694	-	-501.058
DANBNK 5.875% 29/04/49 - 22	CAVida	AFS	XS1190987427	OUT	DK	S	100,01%	8.600.000	1	JV	8.719.819	-	-186.641
ECLLEAR 1.125% 07/12/26	CAVida	AFS	XS1529559525	OUT	LU	S	100,60%	2.600.000	1	JV	2.617.575	-	8.790
EDF 5% 22/01/49 - 26	CAVida	AFS	FR0011697028	OUT	FR	S	97,34%	2.000.000	1	JV	2.040.673	-	-75.470
ELIASO 1.375% 27/05/24	CAVida	AFS	BE0002239086	OUT	BE	S	102,37%	2.300.000	1	JV	2.373.467	-	9.331
ENGIFP 3.875% PERP-24	CAVida	AFS	FR0011942283	OUT	FR	S	102,46%	1.700.000	1	JV	1.780.133	-	-52.450
ENGSM 2.5% 11/04/22	CAVida	AFS	XS1052843908	OUT	ES	S	107,51%	2.000.000	1	JV	2.186.424	-	28.904
ENIIM 0.625% 19/09/24	CAVida	AFS	XS1493322355	OUT	IT	S	96,65%	7.600.000	1	JV	7.358.956	-	-124.332
ENIIM 2.625% 22/11/21	CAVida	AFS	XS0996354956	OUT	IT	S	106,64%	2.100.000	1	JV	2.245.309	-	23.571
ERSTBK 1.875% 13/05/19	CAVida	AFS	XS0993272862	OUT	AT	S	100,61%	900.000	1	JV	916.198	-	705
EVKGR 0% 08/03/21 - 20	CAVida	AFS	DE000A185QC1	OUT	NL	S	99,27%	4.200.000	1	JV	4.169.508	-	-26.354
EVKGR 0.375% 07/09/24	CAVida	AFS	DE000A185QA5	OUT	NL	S	96,34%	1.800.000	1	JV	1.736.229	-	-59.433
F 1.114% 13/05/20	CAVida	AFS	XS1232188257	OUT	GB	S	99,86%	2.100.000	1	JV	2.111.825	-	21
FERROV 3.5% 13/12/21	CAVida	AFS	XS1004118904	OUT	IT	S	105,65%	2.800.000	1	JV	2.962.949	-	37.789

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
FERSM 3.375% 07/06/21	CA Vida	AFS	XS0940284937	OUT	ES	S	106,72%	1.600.000	1	JV	1.738.065	-	17.491
GASSM 3.50% 15/04/21	CA Vida	AFS	XS0981438582	OUT	NL	S	107,86%	2.300.000	1	JV	2.538.076	-	25.772
GASSM 6.375% 09/07/19	CA Vida	AFS	XS0436928872	OUT	ES	S	103,34%	1.600.000	1	JV	1.702.280	-	9.677
GE 2.875% 18/06/19	CA Vida	AFS	XS0794230507	OUT	IE	S	101,15%	1.700.000	1	JV	1.745.829	-	1.753
GLENLN 2.75 01/04/21	CA Vida	AFS	XS1051003538	OUT	LU	S	103,57%	1.700.000	1	JV	1.795.853	-	9.158
GS 5.125% 23/10/19	CA Vida	AFS	XS0459410782	OUT	US	S	104,03%	2.800.000	1	JV	2.939.939	-	22.455
GSZFP 0.5% 13/03/22	CA Vida	AFS	FR0012602753	OUT	FR	S	100,99%	3.200.000	1	JV	3.244.492	-	12.694
HEIANA 1% 04/05/26	CA Vida	AFS	XS1401174633	OUT	NL	S	98,32%	2.400.000	1	JV	2.375.575	-	-22.587
HERIM 2.375% 04/07/24	CA Vida	AFS	XS1084043451	OUT	IT	S	105,19%	2.300.000	1	JV	2.446.331	-	29.839
IBESM 1.75% 17/09/23	CA Vida	AFS	XS1291004270	OUT	NL	S	104,92%	1.500.000	1	JV	1.581.336	-	28.819
IBESM 2.5% 24/10/22	CA Vida	AFS	XS1057055060	OUT	NL	S	107,73%	4.600.000	1	JV	4.977.189	-	80.032
IGT 4.125% 15/02/20	CA Vida	AFS	XS1204431867	OUT	US	S	102,44%	4.750.000	1	JV	4.939.282	-	97.375
INTNED 1.25% 13/12/19	CA Vida	AFS	XS1080078428	OUT	NL	S	101,31%	3.000.000	1	JV	3.041.089	-	13.579
IREIM 0.875% 04/11/24	CA Vida	AFS	XS1511781467	OUT	IT	S	92,97%	6.100.000	1	JV	5.679.505	-	-168.547
ISPM 3.625% 03/12/22	CA Vida	AFS	IT0004872328	OUT	IT	S	112,00%	1.300.000	1	JV	1.459.310	-	40.119
ISPM 5.15% 16/07/20	CA Vida	AFS	XS0526326334	OUT	IT	S	106,02%	1.300.000	1	JV	1.409.049	-	16.539
JPM 3.875% 23/09/20	CA Vida	AFS	XS0543758246	OUT	US	S	106,40%	650.000	1	JV	698.399	-	4.136
KBCBB 0.75% 18/10/23	CA Vida	AFS	BE0002266352	OUT	BE	S	98,82%	2.800.000	1	JV	2.771.106	-	-38.569
KHC 2% 30/06/23	CA Vida	AFS	XS1253558388	OUT	US	S	103,49%	1.100.000	1	JV	1.149.502	-	32.549
LGFP 5.50% 16/12/19	CA Vida	AFS	XS0473114543	OUT	FR	S	105,02%	250.000	1	JV	263.125	-	1.836
LLOYDS 5.375% 03/09/19	CA Vida	AFS	XS0449361350	OUT	GB	S	103,58%	2.500.000	1	JV	2.633.385	-	18.384
MAERSK 1.5% 24/11/22	CA Vida	AFS	XS1324446092	OUT	DK	S	102,16%	1.400.000	1	JV	1.432.313	-	10.336
MAERSK 1.75% 18/03/21	CA Vida	AFS	XS1381693248	OUT	DK	S	102,54%	1.300.000	1	JV	1.350.997	-	30.708
MLFP 1.125% 28/05/22	CA Vida	AFS	XS1233732194	OUT	LU	S	102,43%	2.300.000	1	JV	2.371.296	-	28.871
MRDGF 4.50% 04/12/23	CA Vida	AFS	XS0989845041	OUT	NL	S	116,23%	3.400.000	1	JV	3.963.274	-	93.157
MRK 0.5% 02/11/24	CA Vida	AFS	XS1513055555	OUT	US	S	98,62%	3.500.000	1	JV	3.454.599	-	-15.431
MS 5% 02/05/19	CA Vida	AFS	XS0298899534	OUT	US	S	101,70%	1.950.000	1	JV	2.047.963	-	6.951
MSFT 2.125% 06/12/21	CA Vida	AFS	XS1001749107	OUT	US	S	105,56%	1.600.000	1	JV	1.691.337	-	14.599
NAB 0.625% 18/09/24	CA Vida	AFS	XS1685481332	OUT	AU	S	98,12%	1.100.000	1	JV	1.081.290	-	-16.293
NAB 0.875% 16/11/22	CA Vida	AFS	XS1321466911	OUT	AU	S	102,45%	1.600.000	1	JV	1.640.894	-	1.154
NAB 2% 12/11/20	CA Vida	AFS	XS0993248052	OUT	AU	S	103,54%	2.000.000	1	JV	2.076.150	-	11.154
NDAQ 3.875% 07/06/21	CA Vida	AFS	XS0942100388	OUT	US	S	108,32%	2.900.000	1	JV	3.205.010	-	57.061
NOSPL 1.125% 02/05/23	CA Vida	AFS	PTNOSFOM0000	OUT	PT	S	99,39%	700.000	1	JV	700.938	-	-2.979
ODGR 2.375% 10/02/21	CA Vida	AFS	XS1025752293	OUT	DE	S	104,15%	4.700.000	1	JV	4.994.230	-	46.101
OMVAV 6.25% 29/12/49 - 25	CA Vida	AFS	XS1294343337	OUT	AT	S	113,77%	4.800.000	1	JV	5.478.850	-	97.434
PEMEX 2.5% 21/08/21	CA Vida	AFS	XS1568875444	OUT	MX	S	98,24%	3.100.000	1	JV	3.073.591	-	8.140
PEMEX 3.125% 27/11/20	CA Vida	AFS	XS0997484430	OUT	MX	S	101,45%	8.600.000	1	JV	8.749.304	-	-92.525
RABOBK 2.375% 22/05/23	CA Vida	AFS	XS0933540527	OUT	NL	S	108,27%	3.250.000	1	JV	3.565.998	-	39.115
RABOBK 5.5% 22/01/49 - 20	CA Vida	AFS	XS1171914515	OUT	NL	S	102,23%	10.900.000	1	JV	11.146.028	-	40.087
RBS 1.625% 25/06/19	CA Vida	AFS	XS1080952960	OUT	GB	S	100,66%	1.000.000	1	JV	1.015.034	-	972
RBS 5.375% 30/09/19	CA Vida	AFS	XS0454984765	OUT	GB	S	103,76%	3.400.000	1	JV	3.573.937	-	27.628
REESM 2.125% 01/07/23	CA Vida	AFS	XS1079698376	OUT	ES	S	107,16%	1.500.000	1	JV	1.623.441	-	17.919
REESM 2.375% 31/05/19	CA Vida	AFS	XS0935803386	OUT	ES	S	101,04%	1.500.000	1	JV	1.536.532	-	3.068
REESM 3.875% 25/01/22	CA Vida	AFS	XS0876289652	OUT	ES	S	111,41%	800.000	1	JV	920.125	-	14.351
RENAUL 0.25% 12/07/21	CA Vida	AFS	FR0013322120	OUT	FR	S	98,32%	3.500.000	1	JV	3.445.253	-	-19.473
RENAUL 1.25% 08/06/22	CA Vida	AFS	FR0012759744	OUT	FR	S	99,91%	4.800.000	1	JV	4.829.399	-	31.319
RENEPL 4.75% 16/10/20	CA Vida	AFS	XS0982774399	OUT	NL	S	107,55%	400.000	1	JV	434.144	-	2.161
REPSM 2.125% 16/12/20	CA Vida	AFS	XS1334225361	OUT	NL	S	103,72%	4.700.000	1	JV	4.879.085	-	74.605
REPSM 2.625% 28/05/20	CA Vida	AFS	XS0933604943	OUT	NL	S	103,25%	3.000.000	1	JV	3.144.171	-	19.286
REPSM 3.875% 29/12/49 - 21	CA Vida	AFS	XS1207054666	OUT	NL	S	102,47%	6.400.000	1	JV	6.749.070	-	134.019
RIOLN 2.875% 11/12/24	CA Vida	AFS	XS0863127279	OUT	GB	S	111,80%	700.000	1	JV	783.703	-	16.388
SANFP 0% 13/09/22	CA Vida	AFS	FR0013201621	OUT	FR	S	99,16%	300.000	1	JV	297.486	-	-266
SANFP 1.875% 04/09/20	CA Vida	AFS	FR0011560333	OUT	FR	S	102,78%	1.900.000	1	JV	1.964.394	-	10.141
SRGIM 0% 25/10/20	CA Vida	AFS	XS1508588875	OUT	IT	S	99,49%	3.200.000	1	JV	3.183.520	-	-12.206

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
SRGIM 1,5% 21/04/23	CA Vida	AFS	XS1126183760	OUT	IT	S	102,82%	4.100.000	1	JV	4.258.294	-	33.179
SRGIM 3.25% 22/01/24	CA Vida	AFS	XS1019326641	OUT	IT	S	110,30%	3.800.000	1	JV	4.307.418	-	65.060
TELEFO 1.477% 14/09/24	CA Vida	AFS	XS1290729208	OUT	ES	S	103,12%	300.000	1	JV	310.674	-	8.980
TELEFO 1.495% 11/09/25	CA Vida	AFS	XS1877846110	OUT	ES	S	100,02%	3.800.000	1	JV	3.818.074	-	150
TELEFO 3.987% 23/01/23	CA Vida	AFS	XS0874864860	OUT	ES	S	113,23%	300.000	1	JV	350.890	-	3.169
TELEFO 4.693% 11/11/19	CA Vida	AFS	XS0462999573	OUT	ES	S	104,01%	1.950.000	1	JV	2.040.673	-	16.597
TELEFO 5.875 31/03/49 - 24	CA Vida	AFS	XS1050461034	OUT	NL	S	106,21%	8.500.000	1	JV	9.403.836	-	-83.841
TITIM 5.375% 29/01/19	CA Vida	AFS	XS0184373925	OUT	ITA	S	100,16%	1.700.000	1	JV	1.786.784	-	549
UCGIM 1% 18/01/23	CA Vida	AFS	XS1754213947	OUT	ITA	S	93,51%	2.500.000	1	JV	2.361.417	-	-62.773
UCGIM 2.625% 31/10/20	CA Vida	AFS	IT0004957137	OUT	ITA	S	104,35%	3.200.000	1	JV	3.353.174	-	26.239
UCGIM 3% 31/01/24	CA Vida	AFS	IT0004988553	OUT	ITA	S	110,98%	900.000	1	JV	1.023.554	-	7.417
UCGIM 3.25% 14/01/21	CA Vida	AFS	XS1014627571	OUT	ITA	S	104,20%	200.000	1	JV	214.641	-	1.061
VALEBZ 3.75% 10/01/23	CA Vida	AFS	XS0802953165	OUT	BR	S	108,62%	2.800.000	1	JV	3.143.511	-	62.974
VOTORA 3.25% 25/04/21	CA Vida	AFS	XS1061029614	OUT	BR	S	102,06%	4.100.000	1	JV	4.275.645	-	16.661
VW 0.5% 30/03/21	CA Vida	AFS	XS1586555606	OUT	NL	S	99,35%	3.700.000	1	JV	3.690.013	-	-8.592
VW 2.7% PREP-22	CA Vida	AFS	XS1629658755	OUT	NL	S	94,21%	6.100.000	1	JV	5.754.191	-	-168.907
WFC 1.125% 29/10/21	CA Vida	AFS	XS1130067140	OUT	US	S	102,00%	2.200.000	1	JV	2.248.294	-	8.497
WSTP 0.25% 17/01/22	CA Vida	AFS	XS1506396974	OUT	AU	S	99,42%	5.400.000	1	JV	5.381.551	-	-8.796
BTPS 0.05% 15/04/21	CA Seguros	AFS	IT0005330961	OUT	ITA	S	98,46%	2.500.000	1	JV	2.461.767	-	45.569
BTPS 0.2% 15/10/20	CA Seguros	AFS	IT0005285041	OUT	ITA	S	99,50%	2.500.000	1	JV	2.488.568	-	43.627
BTPS 0.35% 15/06/20	CA Seguros	AFS	IT0005250946	OUT	ITA	S	97,35%	2.500.000	1	JV	2.497.934	-	44.968
BTPS 3.75% 01/05/21	CA Seguros	AFS	IT0004966401	OUT	ITA	S	106,75%	19.000.000	1	JV	20.402.942	-	556.080
BTPS 4.50% 01/03/24	CA Seguros	AFS	IT0004953417	OUT	ITA	S	112,54%	3.800.000	1	JV	4.334.150	-	-69.426
BTPS 4.75% 01/09/28	CA Seguros	AFS	IT0004889033	OUT	ITA	S	105,69%	2.500.000	1	JV	2.993.771	-	359.651
BOTS 0% 14/08/19	CA Seguros	AFS	IT0005341109	OUT	ITA	S	99,88%	5.000.000	1	JV	4.993.800	-	-501
DBR 3% 04/07/20	CA Seguros	AFS	DE0001135408	OUT	NLD	S	105,55%	6.000.000	1	JV	6.422.200	-	253.390
FRTR 2.25% 25/10/22	CA Seguros	AFS	FR0011337880	OUT	FR	S	109,50%	9.500.000	1	JV	10.442.227	-	410.025
PGB 2.2% 17/10/22	CA Seguros	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PT	S	107,84%	8.250.000	1	JV	8.934.757	-	366.992
PGB 2.875% 21/07/26	CA Seguros	AFS	PTOTETOE0012	OUT	PT	S	110,85%	5.500.000	1	JV	6.167.158	-	316.388
PGB 4.125% 14/04/27	CA Seguros	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PT	S	120,08%	5.000.000	1	JV	6.151.998	-	68.098
SPGB 0.4% 30/04/22	CA Seguros	AFS	ES0000012801	OUT	ESP	S	101,36%	3.000.000	1	JV	3.048.918	-	44.394
SPGB 1.6% 30/04/25	CA Seguros	AFS	ES0000012621	OUT	ESP	S	105,30%	5.000.000	1	JV	5.318.818	-	222.691
SPGB 4.4% 31/10/23	CA Seguros	AFS	ES00000123X3	OUT	ESP	S	119,04%	2.800.000	1	JV	3.354.075	-	32.089
SPGB 5.15% 31/10/28	CA Seguros	AFS	ES00000124C5	OUT	ESP	S	134,11%	2.500.000	1	JV	3.374.570	-	679.326
SPGB 5.5% 30/04/21	CA Seguros	AFS	ES00000123B9	OUT	ESP	S	113,22%	16.000.000	1	JV	18.708.296	-	1.103.169
SPGB 5.85% 31/01/22	CA Seguros	AFS	ES00000123K0	OUT	ESP	S	118,12%	4.400.000	1	JV	5.433.656	-	113.433
MADRID 4.125% 21/05/24	CA Seguros	AFS	ES0000101602	OUT	ESP	S	117,69%	500.000	1	JV	601.139	-	89.863
ADIFAL 3.5% 27/05/24	CA Seguros	AFS	XS1072141861	OUT	ESP	S	113,86%	1.000.000	1	JV	1.159.550	-	141.848
ABBEY 2% 14/01/19	CA Seguros	AFS	XS1014539289	OUT	GBR	S	100,06%	500.000	1	JV	509.964	-	106
ACEIM 2.625% 15/07/24	CA Seguros	AFS	XS1087831688	OUT	ITA	S	103,77%	500.000	1	JV	524.978	-	21.642
ADPPF 2.375% 11/06/19	CA Seguros	AFS	FR0011266519	OUT	FRA	S	101,05%	500.000	1	JV	511.892	-	5.627
AEMSPA 3.625% 13/01/22	CA Seguros	AFS	XS1004874621	OUT	ITA	S	108,98%	1.000.000	1	JV	1.124.868	-	89.038
ALB 1.875% 08/12/21	CA Seguros	AFS	XS1148074518	OUT	USA	S	103,68%	900.000	1	JV	934.266	-	46.053
BACRED 0.75% 17/02/20	CA Seguros	AFS	XS1551000364	OUT	ESP	S	99,73%	400.000	1	JV	401.542	-	644
BBVASM 2.375% 22/01/19	CA Seguros	AFS	XS1016720853	OUT	ESP	S	100,12%	500.000	1	JV	511.782	-	121
BMW 0.875% 17/11/20	CA Seguros	AFS	XS1321956333	OUT	NLD	S	101,27%	1.000.000	1	JV	1.013.739	-	13.144
BNFP 2.60% 28/06/23	CA Seguros	AFS	FR0011527241	OUT	FRA	S	108,63%	500.000	1	JV	549.785	-	43.579
CARLB 2.625% 03/07/19	CA Seguros	AFS	XS0800572454	OUT	DNK	S	101,32%	500.000	1	JV	513.165	-	7.197
CESDRA 4.125% 23/07/19	CA Seguros	AFS	XS0807706006	OUT	CZE	S	102,07%	500.000	1	JV	519.504	-	10.742
CONGR 0% 05/02/20	CA Seguros	AFS	XS1529561182	OUT	DEU	S	99,98%	500.000	1	JV	499.895	-	926
CS 1.375% 29/11/19	CA Seguros	AFS	XS1074053130	OUT	CHE	S	101,35%	500.000	1	JV	507.357	-	6.889
ECLEAR 1.125% 07/12/26	CA Seguros	AFS	XS1529559525	OUT	LUX	S	100,60%	500.000	1	JV	503.395	-	8.476
EDF 2.75% 10/03/23	CA Seguros	AFS	FR0011318658	OUT	FRA	S	108,86%	500.000	1	JV	555.463	-	46.764

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
ELEPOR 2% 22/04/25	CA Seguros	AFS	XS1222590488	OUT	NLD	S	101,40%	300.000	1	JV	308.369	-	4.534
ELEPOR 2.625% 18/01/22	CA Seguros	AFS	XS1111324700	OUT	NLD	S	106,08%	500.000	1	JV	542.904	-	32.327
ELIASO 1.375% 27/05/24	CA Seguros	AFS	BE0002239086	OUT	BEL	S	102,37%	300.000	1	JV	309.594	-	8.825
ENGS2 2.5% 11/04/22	CA Seguros	AFS	XS1052843908	OUT	ESP	S	107,51%	300.000	1	JV	327.984	-	26.217
ENIIM 2.625% 22/11/21	CA Seguros	AFS	XS0996354956	OUT	ITA	S	106,64%	500.000	1	JV	534.633	-	33.561
ENIIM 4.25% 03/02/20	CA Seguros	AFS	XS0741137029	OUT	ITA	S	104,45%	250.000	1	JV	270.797	-	11.652
ERSTBK 1.875% 13/05/19	CA Seguros	AFS	XS0993272862	OUT	AUT	S	100,61%	500.000	1	JV	509.025	-	3.415
ESBIRE 3.494% 12/01/24	CA Seguros	AFS	XS0992646918	OUT	IRL	S	113,10%	500.000	1	JV	582.464	-	66.364
FERROV 3.5% 13/12/21	CA Seguros	AFS	XS1004118904	OUT	ITA	S	105,65%	500.000	1	JV	529.146	-	29.960
FERROV 4% 22/07/20	CA Seguros	AFS	XS0954248729	OUT	ITA	S	104,63%	300.000	1	JV	319.234	-	14.870
FERSM 3.375% 07/06/21	CA Seguros	AFS	XS0940284937	OUT	ESP	S	106,72%	500.000	1	JV	543.191	-	11.656
GALPPL 4.125% 25/01/19	CA Seguros	AFS	PTGALIOE0009	OUT	PRT	S	100,35%	1.000.000	1	JV	1.042.058	-	3.631
GASSM 3.50% 15/04/21	CA Seguros	AFS	XS0981438582	OUT	NLD	S	107,86%	500.000	1	JV	551.804	-	39.876
GLENLN 2.75 01/04/21	CA Seguros	AFS	XS1051003538	OUT	LUX	S	103,57%	500.000	1	JV	528.230	-	19.327
HEIANA 1% 04/05/26	CA Seguros	AFS	XS1401174633	OUT	NLD	S	98,32%	1.500.000	1	JV	1.484.775	-	-4.064
HERIM 2.375% 04/07/24	CA Seguros	AFS	XS1084043451	OUT	ITA	S	105,19%	1.190.000	1	JV	1.265.788	-	40.754
HOLNVX 2,625% 07/09/20	CA Seguros	AFS	XS0825829590	OUT	LUX	S	104,01%	500.000	1	JV	524.216	-	20.909
IBESM 2.5% 24/10/22	CA Seguros	AFS	XS1057055060	OUT	NLD	S	107,73%	500.000	1	JV	541.033	-	39.618
INTNED 1.25% 13/12/19	CA Seguros	AFS	XS1080078428	OUT	NLD	S	101,31%	500.000	1	JV	506.865	-	6.898
MLFP 2.75% 20/06/19	CA Seguros	AFS	XS0794392588	OUT	LUX	S	101,23%	200.000	1	JV	205.380	-	2.535
MRDGF 4.50% 04/12/23	CA Seguros	AFS	XS0998945041	OUT	NLD	S	116,23%	500.000	1	JV	582.896	-	95.439
MRK 0.5% 02/11/24	CA Seguros	AFS	XS1513055555	OUT	USA	S	98,62%	600.000	1	JV	592.225	-	8.436
NAB 2% 12/11/20	CA Seguros	AFS	XS0993248052	OUT	AUS	S	103,54%	500.000	1	JV	519.065	-	19.192
NDAQ 3.875% 07/06/21	CA Seguros	AFS	XS0942100388	OUT	USA	S	108,32%	300.000	1	JV	331.585	-	22.982
NEGANV 1% 11/05/26	CA Seguros	AFS	XS1409382030	OUT	NLD	S	100,28%	700.000	1	JV	705.872	-	2.499
NOSPL 1.125% 02/05/23	CA Seguros	AFS	PTNOSFOM0000	OUT	PRT	S	99,39%	800.000	1	JV	801.096	-	-3.404
ODGR 2.375% 10/02/21	CA Seguros	AFS	XS1025752293	OUT	DEU	S	104,15%	500.000	1	JV	531.334	-	21.752
OMVAV 1.75% 25/11/19	CA Seguros	AFS	XS0996734868	OUT	AUT	S	101,57%	500.000	1	JV	508.712	-	8.304
PEMEX 2.5% 21/08/21	CA Seguros	AFS	XS1568875444	OUT	#N/A	S	98,24%	600.000	1	JV	594.930	-	3.645
PEMEX 3.125% 27/11/20	CA Seguros	AFS	XS0997484430	OUT	MEX	S	101,45%	500.000	1	JV	508.723	-	8.340
RABOBK 2.375% 22/05/23	CA Seguros	AFS	XS0933540527	OUT	NLD	S	108,27%	1.000.000	1	JV	1.097.295	-	75.450
REESM 2.125% 01/07/23	CA Seguros	AFS	XS1079698376	OUT	ESP	S	107,16%	200.000	1	JV	216.470	-	14.899
REESM 2.375% 31/05/19	CA Seguros	AFS	XS0935803386	OUT	ESP	S	101,04%	500.000	1	JV	512.210	-	2.160
REESM 3.875% 25/01/22	CA Seguros	AFS	XS0876289652	OUT	ESP	S	111,41%	500.000	1	JV	575.131	-	57.603
RENAUL 0.625% 04/03/20	CA Seguros	AFS	FR0012596179	OUT	FRA	S	100,33%	500.000	1	JV	504.234	-	1.921
RENEPL 4.75% 16/10/20	CA Seguros	AFS	XS0982774399	OUT	NLD	S	107,55%	1.000.000	1	JV	1.085.491	-	26.880
REPSM 2.125% 16/12/20	CA Seguros	AFS	XS1334225361	OUT	NLD	S	103,72%	1.000.000	1	JV	1.038.162	-	38.299
REPSM 2.625% 28/05/20	CA Seguros	AFS	XS0933604943	OUT	NLD	S	103,25%	300.000	1	JV	314.439	-	239.853
RIOLN 2.875% 11/12/24	CA Seguros	AFS	XS0863127279	OUT	GBR	S	111,80%	500.000	1	JV	559.827	-	22.367
SANFP 1.875% 04/09/20	CA Seguros	AFS	FR0011560333	OUT	FRA	S	102,78%	300.000	1	JV	310.183	-	9.261
SRGIM 3.25% 22/01/24	CA Seguros	AFS	XS1019326641	OUT	ITA	S	110,30%	500.000	1	JV	566.810	-	54.377
STLNO 1.25% 17/02/27	CA Seguros	AFS	XS1190624038	OUT	NOR	S	101,17%	1.000.000	1	JV	1.022.620	-	13.022
TELEFO 3.987% 23/01/23	CA Seguros	AFS	XS0874864860	OUT	ESP	S	113,23%	500.000	1	JV	584.872	-	63.110
TITIM 4.5% 25/01/21	CA Seguros	AFS	XS1020952435	OUT	ITA	S	105,53%	500.000	1	JV	548.666	-	28.927
TRNIM 0.875% 02/02/22	CA Seguros	AFS	XS1178105851	OUT	ITA	S	100,38%	1.000.000	1	JV	1.011.793	-	6.644
VALEBZ 3.75% 10/01/23	CA Seguros	AFS	XS0802953165	OUT	BRA	S	108,62%	500.000	1	JV	561.393	-	44.959
VINCI 3.375% 30/03/20	CA Seguros	AFS	FR0011225127	OUT	FRA	S	104,13%	400.000	1	JV	426.757	-	16.984
VOD 1% 11/09/20	CA Seguros	AFS	XS1109802303	OUT	GBR	S	101,29%	500.000	1	JV	507.974	-	7.593
VOTORA 3.25% 25/04/21	CA Seguros	AFS	XS1061029614	OUT	BRA	S	102,06%	500.000	1	JV	521.465	-	12.994
WFC 1.125% 29/10/21	CA Seguros	AFS	XS1130067140	OUT	USA	S	102,00%	500.000	1	JV	510.991	-	11.752
BPLN 1.526% 26/09/22	CA Seguros	AFS	XS1114477133	OUT	GBR	S	103,69%	500.000	1	JV	520.098	-	18.191
BCPPL 0.75% 31/05/22	CA Seguros	AFS	PTBCPIOM0057	OUT	PRT	S	101,02%	500.000	1	JV	507.309	-	7.235
BKIASM 1% 14/03/23	CA Seguros	AFS	ES0413307127	OUT	ESP	S	102,62%	300.000	1	JV	310.268	-	8.526
CXGD 1% 27/01/22	CA Seguros	AFS	PTCGH1OE0014	OUT	PRT	S	102,15%	1.000.000	1	JV	1.030.778	-	24.579

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
CXGD 3% 15/01/19	CA Seguros	AFS	PTCGHAE0019	OUT	PRT	S	100,06%	500.000	1	JV	514.710	-	347
ISPIM 3.625% 03/12/22	CA Seguros	AFS	IT0004872328	OUT	ITA	S	112,00%	500.000	1	JV	561.323	-	49.449
UCGIM 2.625% 31/10/20	CA Seguros	AFS	IT0004957137	OUT	ITA	S	104,35%	500.000	1	JV	523.969	-	23.273
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Médio Ave, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Médio Ave, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Médio Ave, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Médio Ave, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Médio Ave, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Médio Ave, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Médio Ave, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000	CA	598.013	377	0
PORTUGAL REPUBLIC	CAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CR	CA	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	120,08%	121.800.000	0,01	CA	1.263.167	854	0
PORTUGAL REPUBLIC	CAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CR	CA	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	110,85%	100.000.000	0,01	CA	938.309	660	0
PORTUGAL REPUBLIC	CAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CR	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CR	CA	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	121,41%	100.000.000	0,01	CA	1.082.109	762	0
PORTUGAL REPUBLIC	CAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CR	CA	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	125,34%	100.000.000	0,01	CA	1.146.151	692	0
PORTUGAL REPUBLIC	CAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CR	CA	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	111,36%	100.000.000	0,01	CA	949.194	686	0
PORTUGAL REPUBLIC	CAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CR	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CR	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CR	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CR	CA	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	120,08%	500.000.000	0,01	CA	5.465.033	3.702	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Paredes, CRL	CA	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	120,08%	100.000.000	0,01	CA	1.162.296	789	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Paredes, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Paredes, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Paredes, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Paredes, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000,00	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Paredes, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000,00	CA	598.013	377	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Noroeste, CRL	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	JV	20.579	15	562
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Noroeste, CRL	JVAORI	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	JV	20.575	15	485
REPUBLIC OF ITALY	CCAM do Noroeste, CRL	CA	IT0005340929	OUT	ITA	S	100,66%	8.000	1.000	CA	7.547.434	9.277	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000,00	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	CA	PTOTEROE0014	OUT	PRT	S	118,99%	100.000.000	0,01	CA	1.157.649	782	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	309	1.000	CA	311.499	183	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000,00	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000,00	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	181	1.000	CA	181.774	119	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000	CA	598.013	377	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alto Douro, CRL	JVAORI	PTOTEROE0014	OUT	PRT	S	118,99%	1.000.000.000	0,01	JV	12.238.426	8.518	1.915.738
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alto Douro, CRL	CA	PTOTEBOE0020	OUT	PRT	S	121,65%	365.000.000	0,01	CA	4.959.385	3.506	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Beira Douro, CRL	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	JV	20.579	15	562
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Beira Douro, CRL	JVAORI	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	JV	20.575	15	485
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Beira Douro, CRL	JVAORI	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	JV	10.502	7	328
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Beira Douro, CRL	JVAORI	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	309	1.000	JV	327.329	194	14.417
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Beira Douro, CRL	JVAORI	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	JV	21.059	14	947
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	JVAORI	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	110,85%	150.000.000	0,01	JV	1.682.127	1.200	-852
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	JVAORI	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	111,36%	150.000.000	0,01	JV	1.679.541	1.223	4.984
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	JVAORI	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	309	1.000	JV	327.329	194	15.830
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Terra Quente, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Terra Quente, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	309	1.000,00	CA	311.499	183	0

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Terra Quente, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	181	1.000	CA	181.774	119	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Terra Quente, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	CA	20.135	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	CA	PTOTEVJOE0018	OUT	PRT	S	103,63%	500.000.000	0,01	CA	5.192.889	3.832	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	CA	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	110,85%	100.000.000	0,01	CA	995.442	701	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000,00	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	181	1.000	CA	181.774	119	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	242	1.000	CA	243.635	154	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Mondego, CRL	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	JV	365.268	258	9.976
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Mondego, CRL	JVAORI	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	121,41%	150.000.000	0,01	JV	1.835.028	1.303	191.147
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Mondego, CRL	JVAORI	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	125,34%	100.000.000	0,01	JV	1.302.884	822	140.226
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Mondego, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000,00	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Mondego, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Mondego, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	309	1.000	CA	311.499	183	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Mondego, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Mondego, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000,00	CA	598.013	377	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Coimbra, CRL	CA	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	110,85%	250.000.000	0,01	CA	2.490.672	1.753	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Coimbra, CRL	CA	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	125,34%	80.000.000	0,01	CA	943.576	570	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	CA	20.036	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pombal, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pombal, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pombal, CRL	CA	PTOTEQOE0029	OUT	PRT	S	107,53%	500.000.000	0,01	CA	5.387.881	2.723	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pombal, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pombal, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pombal, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.036	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pombal, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pombal, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira do Bairro, CRL	CA	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	121,41%	130.000.000	0,01	CA	1.482.391	1.044	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira do Bairro, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira do Bairro, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.036	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira do Bairro, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	181	1.000	CA	181.774	119	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Verde, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Verde, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Verde, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Verde, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.036	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Verde, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Verde, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	CA	20.135	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Vouga, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000,00	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Vouga, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Vouga, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Baixo Vouga, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.036	13	0

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Anadia, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000,00	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Albergaria e Sever, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Albergaria e Sever, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	309	1.000	CA	311.499	183	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Albergaria e Sever, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Albergaria e Sever, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vagos, CRL	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000,00	JV	365.268	258	9.976
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vagos, CRL	JVAORI	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	JV	21.186	13	1.025
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vagos, CRL	JVAORI	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	166	1.000	JV	174.793	117	8.498
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vagos, CRL	JVAORI	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000,00	JV	21.045	14	959
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vagos, CRL	JVAORI	PTOTVKE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	JV	20.982	13	847
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira do Hospital, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	181	1.000,00	CA	181.774	119	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Oliveira do Hospital, CRL	CA	PTOTVKE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000,00	CA	598.013	377	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	JV	20.579	15	562
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	JVAORI	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	JV	20.575	15	485
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	JVAORI	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000,00	JV	10.502	7	475
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	JVAORI	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	JV	21.186	13	1.025
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	JVAORI	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	JV	21.059	14	1.024
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	JVAORI	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	JV	21.045	14	959
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	CA	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	110,85%	200.000.000	0,01	CA	1.936.156	1.362	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	CA	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	120,08%	150.000.000	0,01	CA	1.586.411	1.074	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.036	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Serra da Estrela, CRL	CA	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	120,08%	200.000.000	0,01	CA	2.017.934	1.364	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Serra da Estrela, CRL	CA	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	121,41%	100.000.000	0,01	CA	1.076.885	758	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Serra da Estrela, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Serra da Estrela, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.036	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	CA	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	109,29%	270.000.000	0,01	CA	2.887.758	1.591	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	120	1.000	CA	120.213	80	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	CA	PTOTVKE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	CA	20.135	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	AM Alcobaca Cartaxo NZ R Maior Santarém C	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	201	1.000	CA	201.859	132	0
PORTUGAL REPUBLIC	AM Alcobaca Cartaxo NZ R Maior Santarém C	CA	PTOTVKE0002	OUT	PRT	S	104,23%	535	1.000	CA	538.614	340	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alenquer, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alenquer, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000,00	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alenquer, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alenquer, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	309	1.000	CA	311.499	183	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alenquer, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Alenquer, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	99	1.000,00	CA	99.423	65	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	JV	20.579	15	562
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	JVAORI	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	JV	20.575	15	485
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	JVAORI	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000,00	JV	10.502	7	475
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	JVAORI	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	JV	21.186	13	1.025
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	JVAORI	PTOTVKE0002	OUT	PRT	S	104,23%	301	1.000	JV	315.778	201	12.744
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Azambuja, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	90	1.000	CA	90.160	60	0

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Batalha, CRL	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	JV	365.268	258	9.976
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Batalha, CRL	JVAORI	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	JV	20.575	15	485
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Batalha, CRL	JVAORI	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	107,53%	50.000.000	0,01	JV	550.781	285	52.592
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Batalha, CRL	JVAORI	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	121,41%	50.000.000	0,01	JV	611.676	434	52.952
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Batalha, CRL	JVAORI	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000,00	JV	10.502	7	419
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Batalha, CRL	JVAORI	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	JV	21.186	13	997
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Batalha, CRL	JVAORI	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	181	1.000	JV	190.456	125	8.683
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Batalha, CRL	JVAORI	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000	JV	623.163	396	21.894
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Batalha, CRL	CA	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	120,08%	300.000.000	0,01	CA	3.621.136	2.459	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Cadaval, CRL	CA	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	120,08%	80.000.000	0,01	CA	885.489	600	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Cadaval, CRL	CA	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	110,85%	300.000.000	0,01	CA	2.931.069	2.063	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	JVAORI	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	110,85%	200.000.000	0,01	JV	2.242.836	1.600	313.147
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	CA	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	110,85%	100.000.000	0,01	CA	975.328	686	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	CA	PTOTEVOE0018	OUT	PRT	S	103,63%	100.000.000	0,01	CA	1.018.194	751	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	JV	20.579	15	562
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Coruche, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Coruche, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000,00	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Coruche, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Coruche, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	535	1.000	CA	538.614	340	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Lourinhã, CRL	CA	PTOTECE0029	OUT	PRT	S	107,53%	550.000.000	0,01	CA	5.608.341	2.830	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Lourinhã, CRL	CA	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	121,41%	500.000.000	0,01	CA	4.676.869	3.289	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pernes e Alcanhões, CRL	JVAORI	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	JV	10.502	7	475
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pernes e Alcanhões, CRL	JVAORI	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	JV	21.186	13	1.025
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pernes e Alcanhões, CRL	JVAORI	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000,00	JV	21.045	14	959
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de Pernes e Alcanhões, CRL	JVAORI	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000	JV	623.163	396	25.150
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	309	1.000	CA	311.499	183	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.036	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000,00	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	CA	20.135	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	CA	20.135	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	20	1.000	CA	20.086	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	CA	20.135	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Ajustrel e Almodovar, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Ajustrel e Almodovar, CRL	CA	PTOTEROE0014	OUT	PRT	S	118,99%	140.000.000	0,01	CA	1.641.782	1.110	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Ajustrel e Almodovar, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	CA	20.135	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Beja e Mértola, CRL	CA	PTOTECE0029	OUT	PRT	S	107,53%	500.000.000	0,01	CA	5.110.754	2.579	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Borba, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	219	1.000	CA	219.194	155	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Borba, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Borba, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.163	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Borba, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.037	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Borba, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	148	1.000,00	CA	148.641	97	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Borba, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	CA	20.136	13	0

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Nordeste Alentejano, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	270	1.000,00	CA	270.223	191	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	309	1.000	CA	311.499	183	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	181	1.000	CA	181.774	119	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000	CA	598.013	377	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Estremoz, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Guadiana Interior, CRL	JVAR	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000,00	JV	10.502	0	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Guadiana Interior, CRL	JVAR	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	JV	21.186	0	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Azul, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Azul, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Azul, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000,00	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Azul, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Costa Azul, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000	CA	598.013	377	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de São Teotónio, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000,00	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de São Teotónio, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de São Teotónio, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de São Teotónio, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	140	1.000	CA	140.599	92	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM de São Teotónio, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000,00	CA	598.013	377	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Albufeira, CRL	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000,00	JV	20.579	15	562
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Albufeira, CRL	JVAORI	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	JV	10.502	7	475
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Albufeira, CRL	JVAORI	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	JV	21.186	13	1.025
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM Albufeira, CRL	JVAORI	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	JV	21.059	14	1.024
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	355	1.000	CA	355.293	251	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	CA	PTOTVMOE0000	OUT	PRT	S	102,43%	20	1.000,00	CA	20.090	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	CA	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	10	1.000	CA	10.026	6	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	CA	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	20	1.000	CA	20.162	12	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	CA	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	318	1.000	CA	318.565	213	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	CA	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	181	1.000,00	CA	181.774	119	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	594	1.000	CA	598.013	377	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	CA	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	20	1.000	CA	20.017	14	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	CA	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	20	1.000	CA	20.135	13	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Algarve, CRL	JVAR	PTOTEWEO0017	OUT	PRT	S	99,73%	150.000.000	0,01	JV	1.519.806	0	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCAM do Algarve, CRL	CA	PTOTEVIOE0018	OUT	PRT	S	103,63%	250.000.000	0,01	CA	2.590.447	1.911	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAR	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	150	1.000	JV	154.339	0	0
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAR	IT0003493258	OUT	ITA	S	100,37%	100.000	1.000	JV	102.138.984	0	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAR	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	60	1.000,00	JV	63.009	0	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAR	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	80	1.000	JV	84.745	0	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAR	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	180	1.000	JV	189.534	0	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAR	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	70	1.000	JV	73.657	0	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAR	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	328	1.000	JV	344.103	0	0
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAORI	IT0005311508	OUT	ITA	S	93,18%	25.000	1.000	JV	23.332.246	29.132	-1.797.433
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAORI	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	102,81%	425	1.000	JV	437.293	309	1.598
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAORI	IT0005338576	OUT	ITA	S	100,03%	85.000	1.000	JV	85.022.100	5.419	32.544
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAORI	IT0005332413	OUT	ITA	S	99,98%	65.000	1.000	JV	64.984.400	20.152	41.337
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAORI	IT0005351082	OUT	ITA	S	99,76%	90.000	1.000	JV	89.783.100	95.147	101.554
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAORI	IT0005344863	OUT	ITA	S	100,03%	60.000	1.000	JV	60.017.400	10.856	21.979
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAORI	PTPBTDGE0038	OUT	PRT	S	100,28%	10.000.000	1	JV	10.027.600	4.926	2.794
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAORI	PTPBTSGE0034	OUT	PRT	S	100,16%	55.000.000	1	JV	55.088.000	12.350	14.140
GRUPO PESTANA SGPS, SA	CCCAM	JVAORI	PTGRPCOE0002	OUT	PRT	S	100,31%	350	10.000,00	JV	3.553.830	5.241	11.112
NOS SGPS SA	CCCAM	JVAORI	PTNOSBOE0004	OUT	PRT	S	101,89%	100	100.000	JV	10.234.567	23.989	176.159
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAORI	IT0005056541	OUT	ITA	S	99,99%	12.000	1.000	JV	12.002.459	12.722	-151.031
BIAL PORTELA & COMPANHIA, S.A.	CCCAM	JVAORI	PTBPCAEO0006	OUT	PRT	S	101,60%	390	10.000	JV	4.030.901	4.120	56.219

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTAO SGPS S	CCCAM	JVAORI	PTSEMFOE0003	OUT	PRT	S	100,24%	5.000	1.000,00	JV	5.043.648	5.823	-1.596
OC INTERNATIONAL INVESTMENTS B.V	CCCAM	JVAORI	ES0305088009	OUT	NLD	S	101,21%	100	100.000	JV	10.197.549	8.840	120.880
DAVIDE CAMPARI- MILANO S.P.A.	CCCAM	JVAORI	XS1300465926	OUT	ITA	S	103,51%	5.000	1.000	JV	5.210.734	277	89.662
SAUDAÇOR- SOCIEDADE GESTORA DE RECURSOS E EQUIPAME	CCCAM	JVAORI	PTSDRCOE0002	OUT	PRT	S	103,64%	500	10.000	JV	5.182.636	2.302	182.019
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAORI	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	104,75%	39.519	1.000,00	JV	41.501.185	26.501	180.408
GRUPO PESTANA SGPS, SA	CCCAM	JVAORI	PTGRPEOE0000	OUT	PRT	S	100,12%	20	100.000,00	JV	2.038.918	4.434	5.973
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAORI	IT0005185456	OUT	ITA	S	95,71%	285.000	1.000	JV	273.362.263	305.380	-14.154.195
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAORI	IT0000366655	OUT	ITA	S	133,45%	6.196	2.582	JV	21.594.972	23.983	-990.878
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAORI	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	105,12%	64.600	1.000	JV	68.431.821	40.465	631.434
ACTIVIDADES DE CONSTRUCCION Y SERVICIOS S.A.	CCCAM	JVAORI	XS1207309086	OUT	ESP	S	102,72%	47	100.000	JV	4.929.694	15.079	85.490
OC INTERNATIONAL INVESTMENTS B.V	CCCAM	JVAORI	ES0305088017	OUT	NLD	S	100,37%	24	100.000	JV	2.423.627	1.405	8.788
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	JVAORI	IT0005218968	OUT	ITA	S	94,44%	50.000	1.000	JV	47.313.939	55.103	-2.463.095
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAORI	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,12%	47.168	1.000	JV	49.666.384	33.277	546.042
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL E.P.E.	CCCAM	JVAORI	PTCFPAOM0002	OUT	PRT	S	103,07%	80	50.000	JV	4.158.028	12.244	17.354
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAORI	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	14.359	1.000	JV	15.109.186	9.938	151.732
METROPOLITANO DE LISBOA EPE	CCCAM	JVAORI	PTMTLDM00005	OUT	PRT	S	100,62%	80	50.000	JV	4.233.255	3.232	5.199
MADEIRA GOVERNO REGIONAL	CCCAM	JVAORI	PTRAMKOM0006	OUT	PRT	S	102,85%	900	10.000	JV	9.265.570	6.425	256.417
REDE FERROVIARIA NACIONAL- REFER EP	CCCAM	JVAORI	PTCPEDOM0000	OUT	PRT	S	110,11%	18	50.000	JV	992.990	5.219	22.867
SAUDAÇOR- SOCIEDADE GESTORA DE RECURSOS E EQUIPAME	CCCAM	JVAORI	PTSDRDOM0001	OUT	PRT	S	101,01%	500	10.000	JV	5.055.183	1.810	50.545
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	JVAORI	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	9.321	1.000	JV	9.778.620	6.210	32.263
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	CA	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	120,08%	28.300.000.000	0,01	CA	341.416.825	231.871	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	CA	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	110,85%	22.000.000.000	0,01	CA	242.127.092	170.662	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES00000128X2	OUT	ESP	S	100,50%	255.700	1.000	CA	256.236.105	45.861	0
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	CA	IT0005250946	OUT	ITA	S	99,90%	222.400	1.000	CA	223.922.104	218.935	0
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	CA	IT0005175598	OUT	ITA	S	99,31%	428.000	1.000	CA	431.307.521	469.427	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	CA	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	109,29%	33.500.000.000	0,01	CA	372.756.395	205.609	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES00000128P8	OUT	ESP	S	102,27%	70.000	1.000	CA	71.362.251	16.895	0
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	CA	IT0005170839	OUT	ITA	S	95,49%	304.000	1.000	CA	301.859.869	369.324	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	CA	PTOTEVOE0018	OUT	PRT	S	103,63%	68.835.000.000	0,01	CA	701.304.141	517.450	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES00000123C7	OUT	ESP	S	135,34%	25.000	1.000	CA	34.153.033	7.688	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES00000122E5	OUT	ESP	S	124,57%	29.500	1.000	CA	36.983.456	8.319	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES00000124C5	OUT	ESP	S	134,11%	50.000	1.000	CA	66.798.021	15.896	0
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	CA	IT0001444378	OUT	ITA	S	131,16%	15.000	1.000	CA	21.151.897	25.420	0
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	CA	IT0003256820	OUT	ITA	S	129,78%	108.500	1.000	CA	153.428.268	179.627	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES00000128Q6	OUT	ESP	S	105,01%	130.500	1.000	CA	137.312.323	32.886	0
REGIAO AUTONOMA DOS AÇORES	CCCAM	CA	PTRAADOM0004	OUT	PRT	S	103,61%	100	87.500,00	CA	8.983.436	6.406	0
AIB GROUP PLC	CCCAM	CA	XS1849550592	OUT	IRL	S	97,22%	9.000	1.000,00	CA	9.101.340	25.084	0
banco de sabadell alicante	CCCAM	CA	XS1876076040	OUT	ESP	S	96,70%	100	100.000	CA	10.020.163	14.695	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	CA	PTOTEEOE0029	OUT	PRT	S	107,53%	6.000.000.000	0,01	CA	65.864.577	33.299	0
CAISSE CENTRAL DESJARDINS DU QUEBEC	CCCAM	CA	XS1885605391	OUT	CAN	S	99,79%	3.000	1.000	CA	2.995.398	8.485	0
EDP FINANCE BV	CCCAM	CA	XS1893621026	OUT	NLD	S	100,29%	2.000	1.000,00	CA	1.997.682	1.562	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES00000124W3	OUT	ESP	S	117,01%	25.000	1.000	CA	29.669.991	6.564	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES00000122D7	OUT	ESP	S	105,87%	69.000	1.000	CA	74.706.906	12.099	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES00000123U9	OUT	ESP	S	121,16%	28.500	1.000,00	CA	35.701.950	6.922	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	CA	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	121,41%	10.600.000.000	0,01	CA	127.848.945	90.102	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	CA	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	125,34%	21.850.000.000	0,01	CA	280.734.981	170.261	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	CA	PTOTEKEOE0011	OUT	PRT	S	111,36%	25.435.000.000	0,01	CA	278.699.022	201.728	0
REPUBLIC OF ITALY	CCCAM	CA	IT0004634132	OUT	ITA	S	106,54%	150.000	1.000	CA	163.761.307	151.062	0
PORTUGAL REPUBLIC	CCCAM	CA	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	107,84%	14.000.000.000	0,01	CA	148.930.836	105.224	0
KINGDOM OF SPAIN	CCCAM	CA	ES0000012C12	OUT	ESP	S	100,51%	50.000	1.000	CA	50.030.387	12.552	0
BIAL PORTELA & COMPANHIA, S.A.	CCCAM	CA	PTBPCDOM0003	OUT	PRT	S	98,53%	200	100.000	CA	20.080.500	68.960	0
PORTUGAL REPUBLIC	CA Gest	JVAORI	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	107,84%	2.500.000	0,01	JV	26.863	20	-681

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
PGB Float 02/08/22	CA Institucionais	JVAR	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	104,23%	179	1.000	JV	187.145	-	0
PGB Float 12/04/22	CA Institucionais	JVAR	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	104,80%	1.385	1.000	JV	1.457.851	-	0
ABNANV Float 03/12/21	CA Institucionais	JVAR	XS1917574755	OUT	NDL	S	100,01%	200.000	1,00	JV	200.028	-	0
ACAAP 4.55% 08/02/22	CA Institucionais	JVAR	FR0011170091	OUT	FR	S	112,44%	339.735	1,00	JV	337.320	-	0
ACAAP Float 06/03/26	CA Institucionais	JVAR	XS1787278008	OUT	FR	S	97,04%	297.595	1,00	JV	291.132	-	0
AMSSM Float 18/03/22	CA Institucionais	JVAR	XS1878190757	OUT	FR	S	98,91%	400.559	1,00	JV	395.632	-	0
AUCHAN 0.625% 07/02/22 - 21	CA Institucionais	JVAR	FR0013236312	OUT	FR	S	97,35%	295.269	1,00	JV	292.041	-	0
BAC Float 04/05/23	CA Institucionais	JVAR	XS1602557495	OUT	USD	S	98,22%	301.280	1,00	JV	294.669	-	0
BAYNGR Float 26/06/22	CA Institucionais	JVAR	XS1840614736	OUT	LUX	S	99,23%	401.841	1,00	JV	396.900	-	0
BBVASM 6.75% 29/12/49 - 20	CA Institucionais	JVAR	XS19190663952	OUT	ES	S	98,52%	205.750	1,00	JV	197.042	-	0
BCPPL 4 1/2 12/07/27	CA Institucionais	JVAR	PTBCPWOM0034	OUT	PT	S	91,93%	196.000	1,00	JV	183.858	-	0
BKIASM 6% PERP-22	CA Institucionais	JVAR	XS1645651909	OUT	ES	S	94,09%	198.500	1,00	JV	188.172	-	0
BNFP 0.424% 03/11/22	CA Institucionais	JVAR	FR0013216900	OUT	FR	S	99,86%	301.524	1,00	JV	299.571	-	0
BNP Float 22/09/22	CA Institucionais	JVAR	XS1584041252	OUT	FR	S	98,99%	403.320	1,00	JV	395.956	-	0
BPCEGP Float 09/03/22	CA Institucionais	JVAR	FR0013241130	OUT	FR	S	99,69%	405.481	1,00	JV	398.756	-	0
BWA 1.8% 07/11/22	CA Institucionais	JVAR	XS1317708805	OUT	US	S	102,12%	414.360	1,00	JV	408.472	-	0
C 0.75% 26/10/23	CA Institucionais	JVAR	XS1457608013	OUT	US	S	98,14%	296.982	1,00	JV	294.429	-	0
CABKSM 1.125% 12/01/23	CA Institucionais	JVAR	XS1679158094	OUT	FR	S	97,89%	196.580	1,00	JV	195.780	-	0
CABKSM 5.25% PERP - 26	CA Institucionais	JVAR	ES0840609012	OUT	ES	S	84,57%	183.500	1,00	JV	169.142	-	0
CAFP Float 15/06/22	CA Institucionais	JVAR	FR0013342664	OUT	FR	S	98,72%	299.721	1,00	JV	296.154	-	0
CCL 1.875% 11/07/22	CA Institucionais	JVAR	XS1317305198	OUT	US	S	104,13%	631.224	1,00	JV	624.804	-	0
CEZCP 0.875% 21/11/22	CA Institucionais	JVAR	XS1912656375	OUT	LUX	S	100,28%	399.720	1,00	JV	401.132	-	0
CRHID 1.75% 16/07/21	CA Institucionais	JVAR	XS1088129660	OUT	DEU	S	103,15%	206.734	1,00	JV	206.296	-	0
CS Float 20/12/22	CA Institucionais	JVAR	XS1317432620	OUT	CAY	S	100,36%	410.644	1,00	JV	401.454	-	0
CXGD 5.75% 28/06/28 - 23	CA Institucionais	JVAR	PTGDKOM0037	OUT	PT	S	100,91%	105.107	1,00	JV	100.910	-	0
DANBNK 0.875% 22/05/23	CA Institucionais	JVAR	XS1799061558	OUT	DEN	S	96,40%	483.945	1,00	JV	481.975	-	0
DECFP Float 24/10/20	CA Institucionais	JVAR	FR0013374881	OUT	FR	S	99,78%	400.355	1,00	JV	399.124	-	0
EDENFP 1.875% 06/03/26-25	CA Institucionais	JVAR	FR0013385655	OUT	FR	S	99,14%	298.845	1,00	JV	297.405	-	0
EXPE 2.5% 03/06/22	CA Institucionais	JVAR	XS1117297512	OUT	US	S	103,15%	310.800	1,00	JV	309.450	-	0
FERROV 3.5% 13/12/21	CA Institucionais	JVAR	XS1004118904	OUT	IT	S	105,65%	212.766	1,00	JV	211.294	-	0
FIAT 4.75 22/03/21	CA Institucionais	JVAR	XS1048568452	OUT	UK	S	106,61%	322.150	1,00	JV	319.818	-	0
GS Float 26/09/23-22	CA Institucionais	JVAR	XS1691349523	OUT	US	S	95,29%	297.570	1,00	JV	285.870	-	0
HAR 2% 27/05/22	CA Institucionais	JVAR	XS1238991480	OUT	IN	S	104,01%	471.528	1,00	JV	468.050	-	0
HSBC Float 04/12/21-20	CA Institucionais	JVAR	XS1917614569	OUT	UK	S	99,92%	500.000	1,00	JV	499.605	-	0
INTNED Float 26/11/21	CA Institucionais	JVAR	XS1914936726	OUT	NLD	S	100,04%	300.000	1,00	JV	300.105	-	0
ISPIM Float 15/06/20	CA Institucionais	JVAR	XS1246144650	OUT	IT	S	99,84%	199.000	1,00	JV	199.676	-	0
JPM 3.875% 23/09/20	CA Institucionais	JVAR	XS0543758246	OUT	US	S	106,40%	319.707	1,00	JV	319.185	-	0
LGFP 4.75% 23/03/20	CA Institucionais	JVAR	XS0215159731	OUT	FR	S	105,45%	212.618	1,00	JV	210.890	-	0
MAN 1.875% 11/09/22	CA Institucionais	JVAR	XS1289193176	OUT	US	S	104,28%	418.800	1,00	JV	417.116	-	0
MS Float 08/11/22	CA Institucionais	JVAR	XS1603892065	OUT	US	S	98,67%	401.616	1,00	JV	394.688	-	0
NAB 0.875% 20/01/22	CA Institucionais	JVAR	XS1167352613	OUT	AU	S	101,34%	610.066	1,00	JV	608.064	-	0
NDAQ 1.75% 19/05/23	CA Institucionais	JVAR	XS1418630023	OUT	US	S	103,47%	414.888	1,00	JV	413.892	-	0
PEMEX 2.5% 21/08/21	CA Institucionais	JVAR	XS1568875444	OUT	MX	S	98,24%	194.976	1,00	JV	196.488	-	0
PKOBP 0.75% 25/07/21	CA Institucionais	JVAR	XS1650147660	OUT	POL	S	100,06%	402.900	1,00	JV	400.252	-	0
RBS 1.625% 25/06/19	CA Institucionais	JVAR	XS1080952960	OUT	GB	S	100,66%	201.496	1,00	JV	201.324	-	0
RENAUL 1.25% 08/06/22	CA Institucionais	JVAR	FR0012759744	OUT	FR	S	99,91%	101.271	1,00	JV	99.907	-	0
SANTAN Float 21/03/22	CA Institucionais	JVAR	XS1578916261	OUT	ES	S	99,07%	303.417	1,00	JV	297.210	-	0
SOCGEN Float 01/04/22	CA Institucionais	JVAR	XS1586146851	OUT	FR	S	98,87%	100.368	1,00	JV	98.870	-	0
SOCGEN Float 06/03/23	CA Institucionais	JVAR	FR0013321791	OUT	FR	S	96,23%	294.820	1,00	JV	288.684	-	0
T Float 05/09/23	CA Institucionais	JVAR	XS1907118464	OUT	US	S	98,81%	304.149	1,00	JV	296.435	-	0
TWX 1.95% 15/09/23	CA Institucionais	JVAR	XS1266734349	OUT	US	S	103,77%	208.680	1,00	JV	207.532	-	0
UBS Float 20/09/22-21	CA Institucionais	JVAR	CH0359915425	OUT	FR	S	99,12%	502.475	1,00	JV	495.595	-	0
UCGIM 3.25% 14/01/21	CA Institucionais	JVAR	XS1014627571	OUT	ITA	S	104,20%	314.060	1,00	JV	315.711	-	0
VW Float 06/07/21	CA Institucionais	JVAR	XS1642546078	OUT	FR	S	98,23%	398.741	1,00	JV	392.932	-	0

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
Instrumentos de capital													
Fundo Compensação Trabalho	CA Vida	OAFJVAR		OUT	PRT	N		2.683		JV	2.683	-	0
CA Património Crescente	CA Vida	AFS	PTSQBHM0002	OUT	PRT	S	16,69	552.614		JV	9.223.570	-	257.448
CA Património Crescente	CA Seguros	AFS	PTSQBHM0002	OUT	PRT	S	16,69	230.750		JV	3.851.402	-	823.602
PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLANTICA - FEIFF	CA Seguros	AFS	PTFLTBM0004	OUT	PRT	S	48,65	10.000		JV	486.540	-	-13.460
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Baixo Vouga, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.652		JV	2.778	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		345		JV	361	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		705		JV	738	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Douro e Côa, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		690		JV	723	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.465		JV	1.535	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Azambuja, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.012		JV	1.060	-	0
ABAP	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	5.000	-	0
AIBAP	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	5.000	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Beja e Mértola, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		624		JV	653	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Batalha, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		139		JV	146	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Moravis, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		510		JV	535	-	0
Regivouga	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		100		JV	0	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Costa Azul, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.700		JV	1.780	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Sousel, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		164		JV	172	-	0
Credicentro	CCAM de Pombal, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	0	-	0
FERECC	MM Alcobaça Cartaxo NZ R Maior Santarém	JVAR		OUT	PRT	N		6		JV	15	-	0
Sicogest	CCAM de Pombal, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	0	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Costa Verde, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		129		JV	135	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Laões, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.394		JV	1.460	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Alto Douro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.894		JV	1.984	-	0
FERECC	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	5	-	0
FERECC	CCAM de Pernes e Alcanhões, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	5	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		59		JV	62	-	0
Fundo Compensação Trabalho	MM Alcobaça Cartaxo NZ R Maior Santarém	JVAR		OUT	PRT	N		22		JV	23	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Anadia, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		735		JV	770	-	0
Sicogest	CCAM Serras de Ansião, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	0	-	0
Coop. Agro-Pecuária Beira Central CRL	CCAM Oliveira do Hospital, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		5		JV	12	-	0
Escola Profissional da Mealhada	CCAM da Bairrada e Aguiçeira, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	82.538	-	0
Parkurbis, S.A.	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		5.000		JV	0	-	0
Cerfundão, Lda.	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	10.000	-	0
Dolmen	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		300		JV	499	-	0
FERECC	CCAM Alenquer, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	5	-	0
FERECC	CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	0	-	0
FERECC	CCAM Azambuja, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		10		JV	50	-	0
FERECC	CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		21		JV	105	-	0
FERECC	CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	5	-	0
União Regionais	CCAM Coruche, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2		JV	0	-	0
DAI, S.A.	CCAM Coruche, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		47.140		JV	0	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Paredes, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.155		JV	1.209	-	0
FERECC	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		360		JV	0	-	0
ADIRN	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		10		JV	50	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.777		JV	1.862	-	0
FERECC	CCAM do Ribatejo Sul, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		50		JV	249	-	0
Cortiçol	CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		120		JV	600	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Noroeste, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		843		JV	883	-	0
Agroraiana	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.000		JV	0	-	0
Agroraiana	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		6.000		JV	0	-	0

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
Mobitral	CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		60		JV	0	-	0
Epralima	CCAM do Noroeste, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		5		JV	249	-	0
Cooperativa Agrícola da Vidigueira	CCAM do Guadiana Interior, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	50	-	0
Cooperativa de Melgaço	CCAM do Noroeste, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		499		JV	0	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Guadiana Interior, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.242		JV	1.301	-	0
Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvitto CRL	CCAM do Guadiana Interior, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		103		JV	2.118	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Norte Alentejano, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.561		JV	2.683	-	0
CARMIM	CCAM Alentejo Central, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		20		JV	100	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.203		JV	1.260	-	0
Centro Tecnológico de Citricultura	CCAM de Silves, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		25		JV	0	-	0
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.000		JV	0	-	0
Globalgarve	CCAM do Algarve, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		250		JV	0	-	0
Matadouro Regional do Algarve	CCAM do Algarve, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		7.000		JV	0	-	0
Cooperzoo	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		5		JV	1.000	-	0
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	CCAM Açores, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		10.000		JV	580.000	-	0
Visa Inc	CCCAM	JVAR		OUT	USA	S		3.343		JV	5.347.512	-	0
GARVAL	CCCAM	JVAR	PTGGM0AM0004	OUT	PRT	N		69.000		JV	93.195	-	0
NORGARANTE	CCCAM	JVAR	PTNGM0AM000	OUT	PRT	N		86.860		JV	160.741	-	0
LISGARANTE	CCCAM	JVAR	PTLGR0AM0003	OUT	PRT	N		100.000		JV	142.986	-	0
SWIFT	CCCAM	JVAR		OUT	BEL	N		23		JV	99.228	-	0
AGROGARANTE	CCCAM	JVAR	PTAGM0AM0007	OUT	PRT	N		82.600		JV	113.353	-	0
UNICRE	CCCAM	JVAR	PTUNEOAM0016	OUT	PRT	N		7.207		JV	300.305	-	0
FCR Fundo Revitalizar Sul	CCCAM	JVAR		OUT	PRT	N		697.647		JV	706.019	-	0
FCR Fundo Revitalizar Norte	CCCAM	JVAR		OUT	PRT	N		1.073.532		JV	1.125.684	-	0
FCR Fundo Revitalizar Centro	CCCAM	JVAR		OUT	PRT	N		1.090.909		JV	1.232.727	-	0
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	CCCAM	JVAR	PTSIB0AM0008	OUT	PRT	N		25.680		JV	1.489.440	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Pernes e Alcanhões, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		928		JV	973	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Açores, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.329		JV	2.439	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCCAM	JVAR		OUT	PRT	N		18.898		JV	19.796	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		114		JV	119	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.242		JV	1.302	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Oliveira do Bairro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.350		JV	2.462	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Nordeste Alentejano, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.645		JV	1.723	-	0
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR (CAT E)	CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		5.593		JV	4.937.668	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Baixo Mondego, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		549		JV	575	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Albufeira, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.505		JV	2.624	-	0
Discovery Portugal Real Estate Fund	CCCAM	JVAR	LU0820789831	OUT	LUX	N		9.752		JV	9.380.534	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.447		JV	1.516	-	0
Spidouro	CCAM Alto Douro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.500		JV	0	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Algarve, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.331		JV	1.394	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.923		JV	3.062	-	0
Régie Lima	CCAM do Noroeste, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		200		JV	1.000	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Porto de Mós, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		610		JV	639	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Pombal, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.435		JV	2.551	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Beira Douro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		990		JV	1.037	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.749		JV	1.832	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Alentejo Central, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.348		JV	1.412	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.263		JV	2.371	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.859		JV	2.995	-	0
fundo compensação trabalho	CCAM Lourinhã, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.744		JV	1.827	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Médio Ave, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		313		JV	328	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Oliveira do Hospital, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		325		JV	340	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.444		JV	1.513	-	0
ASDOURO	CCAM do Douro e C&a, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1		JV	0	-	0

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Imparidade	Valias (+/-)
Fundo Compensação Trabalho Spidouro	CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		4.207		JV	4.407	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.500		JV	0	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		1.406		JV	1.473	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novos, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		553		JV	580	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM da Terra Quente, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		2.021		JV	2.117	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Coimbra, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		3.455		JV	3.619	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Cadaval, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		418		JV	438	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM da Serra da Estrela, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		923		JV	967	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		3.023		JV	3.167	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		468		JV	490	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Beira Centro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		813		JV	852	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Estremoz, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		320		JV	335	-	0
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.	CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		50.000		JV	0	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Alenquer, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		465		JV	487	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		200		JV	210	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Ribatejo Sul, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		261		JV	274	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		377		JV	395	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		158		JV	166	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	JVAR		OUT	PRT	N		276		JV	289	-	0
FIM CA Rendimento	FENACAM	JVAR	PTYCFLHM003	OUT	PRT	N		207.232		JV	1.564.373	-	0
CA Monetário	FENACAM	JVAR	PTYCFLHM007	OUT	PRT	N		71.143		JV	400.000	-	0
Acções ADRAL, S.A.	FENACAM	JVAR		OUT	PRT	N		400		JV	1.148	-	0
Acções MAP, S.A.	FENACAM	JVAR		OUT	PRT	N		82.535		JV	220.238	-	0
Acções SUCRAL, S.A.	FENACAM	JVAR		OUT	PRT	N		12.254		JV	0	-	0
Títulos CONFAGRI	FENACAM	JVAR		OUT	PRT	N		2.800		JV	14.000	-	0
Fundo Compensação Trabalho	FENACAM	JVAR		OUT	PRT	N		1.412		JV	1.479	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CA GEST	JVAR		OUT	PRT	N		835		JV	875	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CASERVIÇOS	JVAR		OUT	PRT	N		3.017		JV	3.161	-	0
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.SA	CASGPS	JVAR		OUT	PRT	S	13,11	10.125		JV	132.736	-	0
Corretaje e Información Monetária Y De Divisas, SA	CASGPS	JVAR		OUT	ESP	N		29.040		JV	1.819.631	-	0
Banco de Crédito Social Cooperativo SA	CASGPS	JVAR		OUT	ESP	N		5.000.000		JV	4.967.920	-	0
Fundo Compensação Trabalho	CA Imóveis	JVAR		OUT	PRT	N		783		JV	820	-	0
SICAFI NEXPONOR	CCCAM GI	JVAR	PTNEX0AM002	OUT	PRT	S	4,09	535.000		JV	2.189.274	-	0
ADRAVE - AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO REGIONAL VALE AVE SA	CCCAM GI	JVAR		OUT	PRT	N		30.486		JV	0	-	0
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (B)	CCCAM GI	JVAR		OUT	PRT	S	9.421,92	111		JV	1.045.833	-	0
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (cat. C)	CCCAM GI	JVAR		OUT	PRT	S	6.148,60	100		JV	614.860	-	0
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR (CAT D)	CCCAM GI	JVAR		OUT	PRT	S	899,79	8.735		JV	7.859.666	-	0
PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLANTICA - FEIFF	CCCAM GI	JVAR	PTFLTBM0004	OUT	PRT	S	48,65	18.000		JV	875.610	-	0
UNICAMPUS - FEIFF	CCCAM GI	JVAR	PTYE1GIM0001	OUT	PRT	S	1.009,58	500		JV	504.791	-	0

7.327.437.211 4.312.504 -9.390.436

7.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Crédito Agrícola (constituído pelo Grupo Crédito Agrícola – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (Caixa Central), Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e subsidiárias), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 18.789.866 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.515.702 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 112.353 milhares de euros), a demonstração de resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao exercício findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Crédito Agrícola em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Crédito Agrícola nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20261485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros do PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

4

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Perdas por imparidade de crédito a clientes

Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.4, alínea c) e 14, anexas às demonstrações financeiras consolidadas

A significativa expressão da rubrica de crédito a clientes bem como as perdas por imparidade de crédito que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Grupo Crédito Agrícola no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento, bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2018 o valor bruto da rubrica de crédito a clientes ascende a 9.890.631 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 471.053 milhares de euros.

A implementação da IFRS 9 – Instrumentos financeiros (“IFRS 9”) em 1 de janeiro de 2018 pelo Grupo Crédito Agrícola implicou a introdução de um conjunto de novos requisitos com impacto na mensuração e reconhecimento da imparidade de crédito sobre ativos financeiros, apurada através de um modelo de perdas esperadas em detrimento do modelo de perdas incorridas subjacente à IAS 39. Os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola decorrentes da adoção desta nova norma foram estimados por referência a 1 de janeiro de 2018, tendo por base a informação disponível àquela data e a assunção de um conjunto de pressupostos, que se encontram apresentados nas notas 2.2 e 2.4, alínea c) anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola.

As perdas por imparidade de crédito a clientes são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação dos controlos chave instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola no que se refere à aprovação, registo e monitorização do risco de crédito concedido a clientes, bem como os controlos chave do Grupo Crédito Agrícola subjacentes à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas por imparidade.

No âmbito específico da implementação da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018, acompanhámos o plano de ação desenvolvido pelo Grupo Crédito Agrícola e desenvolvemos, de entre outros, os seguintes procedimentos:

- Reuniões com o órgão de gestão e com os principais responsáveis pelo plano de ação no sentido de compreendermos e acompanharmos o calendário, o âmbito e a profundidade do trabalho a realizar pelas diferentes áreas do Grupo Crédito Agrícola;
- Compreensão do processo de governança do Grupo Crédito Agrícola, nomeadamente quanto aos controlos implementados sobre a revisão e aprovação dos principais pressupostos, julgamentos e perspetivas económicas futuras utilizados nos modelos definidos para a mensuração das perdas por imparidade;
- Leitura e análise dos documentos metodológicos de adoção da IFRS 9 preparados pelo Grupo Crédito Agrícola e revisão da sua aderência aos princípios da referida norma; e
- Revisão dos efeitos apurados pelo Grupo Crédito Agrícola decorrentes da adoção da IFRS 9 com impacto na situação líquida do Grupo Crédito Agrícola em 1 de janeiro de 2018.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

significativa do total da carteira de crédito, sendo que para a carteira remanescente a imparidade é apurada através de análise coletiva. Este processo sumariza-se como segue:

- Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do Grupo Crédito Agrícola e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Grupo Crédito Agrícola desenvolve um processo de análise individual que inclui uma análise individual de staging ("AIS"), no sentido de corroborar a atribuição indicativa de stage automático, e uma análise individual de quantificação de imparidade ("AII"). Neste último caso, a análise é realizada apenas para as exposições classificadas em stages 2 e 3, em que o montante de imparidade é apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão gerar no futuro para o cumprimento das suas responsabilidades – abordagem going; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda – abordagem gone.
- Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Grupo Crédito Agrícola desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, nomeadamente a classificação das exposições por diferentes stages consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de reporte (stages 1, 2 ou 3). Estes modelos internos baseiam-se na informação histórica interna de defaults e recuperações. Por forma a serem representativos do atual contexto económico, mas também a incorporar uma perspetiva de evolução económica futura, estes

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Grupo Crédito Agrícola, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Grupo Crédito Agrícola na análise individual de stage ("AIS") e na análise individual de quantificação de imparidade ("AII"); (ii) obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Grupo Crédito Agrícola na sua metodologia.

Assim, para uma amostra de exposições classificadas em stages 2 e 3, representativa da população de crédito sujeita a análise individual pelo Grupo Crédito Agrícola em 31 de dezembro de 2018, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a adequação dos cash flows (planos financeiros) utilizados para efeitos de determinação de imparidade com os que se encontram refletidos no suporte contratual; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Grupo Crédito Agrícola; (iv) analisar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (v) examinar os critérios para determinação de aumento significativo do risco de crédito (stage 2) e em situação de imparidade (stage 3), numa base individual; (vi) rever a incorporação de informação prospetiva (forward looking); (vii) analisar os discounted cash flows subjacentes ao cálculo de imparidade; (viii) apreciar a evolução das exposições; e (ix) compreender a visão dos responsáveis do Grupo Crédito Agrícola quanto à situação económico-financeira dos clientes, quanto à previsibilidade de cash flows esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos

4

Matérias relevantes de auditoria

modelos utilizam informação prospetiva disponível “forward looking” como é exemplo (i) a taxa de crescimento do PIB; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a taxa de juro Euribor; e/ou (iv) as perspetivas para o mercado imobiliário. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada em cada segmento.

Neste contexto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizados pelo Grupo Crédito Agrícola na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito a clientes, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o timing do seu recebimento e podem ter impacto relevante na determinação do montante de perdas por imparidades reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola em 31 de dezembro de 2018.

Síntese da abordagem de auditoria

créditos.

Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Grupo Crédito Agrícola, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e de recuperações da carteira de crédito a clientes do Grupo Crédito Agrícola, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica de desenvolvimento e de validação dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de backtesting dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (iii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iv) análise à definição de default do Grupo Crédito Agrícola e aos critérios aplicados na classificação de staging, em base de amostragem; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento da LGD (Loss Given Default), incluindo o teste das recuperações históricas incorporadas nesse apuramento, em base de amostragem; e (vii) recálculo da Expected Credit Loss (“ECL”) para a carteira de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito a clientes, bem como as respetivas imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

A

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Valorização de imóveis recebidos por recuperação de créditos

Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de imóveis recebidos por recuperação de créditos apresentados nas notas 17, 18, e 23, anexas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 o valor líquido dos imóveis recebidos por recuperação de créditos e incluídos nas rubricas de Ativos não correntes detidos para venda ("ANCDV"), Propriedades de investimento ("PI") e Outros ativos ("OA") ascende a 473.416 milhares de euros, 57.619 milhares de euros e 9.259 milhares de euros, respetivamente.

De acordo com as políticas em vigor no Grupo Crédito Agrícola, os imóveis são objeto de avaliações periódicas, realizadas por peritos avaliadores registados na CMVM, que incorporam um conjunto de pressupostos, e que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos de venda, seja inferior ao seu valor contabilístico.

Dada a significativa expressão destes ativos no balanço consolidado do Grupo Crédito Agrícola e tendo em atenção que a respetiva valorização requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão, para efeitos da determinação do montante e do momento de reconhecimento das correspondentes perdas por imparidade, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a apreciação dos controlos chave instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola para identificar os imóveis com indícios de imparidade, classificados em ANCDV, PI e OA, para determinar os correspondentes montantes de perdas por imparidade e para assegurar o correspondente reflexo contabilístico de forma adequada e tempestiva. Os nossos procedimentos incluíram ainda a realização de testes de detalhe.

Para uma amostra de imóveis, foi analisada a sua valorização e, quando aplicável, a respetiva perda por imparidade registada resultante das avaliações elaboradas pelos peritos avaliadores independentes. Esta análise incluiu igualmente a apreciação da razoabilidade da metodologia aplicada e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores na determinação do valor de avaliação dos imóveis selecionados. Sempre que necessário, efetuámos reuniões para compreensão, entendimento e desafio dos julgamentos e pressupostos adotados na preparação das avaliações.

Avaliámos a competência, capacidade e a objetividade dos peritos avaliadores contratados pelo Grupo Crédito Agrícola, incluindo a confirmação do respetivo registo na CMVM.

Para uma amostra de imóveis vendidos durante o exercício de 2018, comparámos o valor de alienação com a última avaliação obtida, de forma a aferir sobre a razoabilidade das avaliações anteriormente obtidas pelo Grupo Crédito Agrícola.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre ANCDV, PI e OA, constantes das notas anexas às demonstrações

A

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Financiamento do Fundo de Resolução*Divulgações relacionadas com o Fundo de Resolução apresentadas na nota 44, alínea a) anexa às demonstrações financeiras consolidadas*

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao Banco Espírito Santo, S.A. - processo que deu origem à criação do Novo Banco, S.A. ("Novo Banco") - e em 2015 ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") criaram incertezas relacionadas com a eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos que contraiu para o efeito. Essas incertezas têm vindo a evidenciar maior relevância em função das responsabilidades e passivos contingentes assumidos, nomeadamente as resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista do Novo Banco, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e da evolução dos seus níveis de capitalização; e
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante, sendo que esta garantia está contragarantida pelo Estado Português.

O mecanismo de capitalização contingente foi acionado pela primeira vez pelo Novo Banco em 791.695 milhares de euros relativos às contas auditadas com referência a 31 de dezembro de 2017, e

No âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- confirmação junto da Caixa Central de que não se registaram alterações às condições contratuais dos contratos de mútuo celebrado entre os Bancos e o Fundo de Resolução, bem como dos respetivos aditamentos assinados em agosto de 2016 e fevereiro de 2017;
- monitorização das alterações de maior significado ao modelo simplificado de projeções de fluxos de caixa do Fundo de Resolução;
- acompanhamento das comunicações relevantes sobre as responsabilidades e passivos contingentes assumidos pelo Fundo de Resolução e/ou Estado Português;
- análise da comunicação pública do Fundo de Resolução de 28 de março de 2018 e de 1 de março de 2019, referente ao pagamento a efetuar pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco, no âmbito do mecanismo de capitalização contingente previsto no contrato de venda do Novo Banco;
- leitura dos últimos relatórios e contas disponíveis do Fundo de Resolução e do Novo Banco;
- análise da evolução das exposições da Caixa Central junto do Fundo de Resolução, bem como a compreensão da visão dos responsáveis da Caixa Central quanto à situação económico-financeira do Fundo de Resolução e à previsibilidade de fluxos de caixa esperados das suas receitas regulares; e
- realização de reuniões com o órgão de gestão da Caixa Central para acompanhamento da informação disponível sobre: (i) o desfecho de ações judiciais em curso relacionadas com as referidas medidas de resolução; e (ii) o mecanismo de capitalização contingente associado à operação de venda do Novo Banco à Lone Star e as responsabilidades assumidas pelo Fundo de Resolução no âmbito dessa operação.

A

Matérias relevantes de auditoria

do qual resultou a contração de um empréstimo no montante de 430.000 milhares de euros do Estado Português. Na sequência da divulgação de resultados do exercício de 2018, recentemente efetuada, o Novo Banco comunicou que em 2019 irá solicitar 1.149.000 milhares de euros ao Fundo de Resolução ao abrigo do acima referido mecanismo de capitalização contingente.

No início de 2017, o Fundo de Resolução comunicou publicamente a revisão contratual dos financiamentos que contraiu junto do Estado Português e dos bancos participantes que visou ajustar e equiparar os termos e condições associados a esses financiamentos, em particular o alargamento do prazo de reembolso, à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária. A avaliação dessa capacidade, e consequentemente do risco de imparidade do financiamento concedido pela Caixa Central ao Fundo de Resolução, assentou então num conjunto de pressupostos e estimativas cuja evolução futura requer contínua monitorização.

Nestas circunstâncias, a possibilidade de os bancos participantes no Fundo de Resolução virem a ser chamados a realizar contribuições extraordinárias para o Fundo de Resolução, constitui uma preocupação para o Grupo Crédito Agrícola e para o setor bancário em geral, e nessa medida a evolução futura desta temática requer um atento acompanhamento da nossa parte, pelo que esta foi considerada uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Mensuração e divulgações relacionadas com benefícios pós-emprego apresentadas nas notas 2.4, alínea m) e 50, anexas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 as responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola com Benefícios pós-emprego dos pensionistas, colaboradores e administradores ascendem a 88.582

Síntese da abordagem de auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre provisões e passivos contingentes constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Matérias relevantes de auditoria

milhares de euros, abrangendo essencialmente benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, cuidados médicos e subsídio por morte, nomeadamente os que estão previstos no Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola, denominado por Acordo Coletivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo.

Estas responsabilidades são estimadas tendo por base avaliações atuariais desenvolvidas por um atuário do Grupo Crédito Agrícola certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, de entre outros, os quais correspondem à melhor estimativa da gestão quanto às características dos benefícios e da população de colaboradores e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis.

No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar no futuro nos pressupostos financeiros e atuariais seguidos podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas e nos ativos associados a estes benefícios, pelo que esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Sistemas e tecnologias de informação

Os sistemas e tecnologias de informação e os controlos sobre o processo de preparação da informação financeira, no que diz respeito à gestão do acesso lógico e aos controlos de segregação de funções, foram por nós considerados como uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, na

Síntese da abordagem de auditoria

informação recolhida e fornecida ao atuário para calcular as responsabilidades e as futuras necessidades de financiamento do plano, bem como a adequacidade do processo de apuramento do justo valor dos ativos do fundo.

Os nossos trabalhos incluíram reuniões com a gestão e com o atuário a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos atuariais e financeiros adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos da gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos comparando-os com os dados que de forma independente nos foi possível obter.

Foi efetuada a revisão da conformidade (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; (ii) do reconhecimento contabilístico de custos respeitantes a serviços passados e outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício; e (iii) do justo valor dos ativos do fundo calculando-o, sempre que possível, de forma independente para uma amostra de ativos.

Por último, desenvolvemos a análise detalhada do estudo atuarial elaborado com referência a 31 de dezembro de 2018, tendo por base os resultados dos procedimentos referidos acima.

Os procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre benefícios pós-emprego dos administradores, colaboradores e pensionistas constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Os nossos especialistas em sistemas e tecnologias de informação apreciaram a conceção e a eficácia operacional dos controlos chave instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola sobre os sistemas de informação críticos para a preparação da informação financeira. Complementarmente, realizámos um

A

Matérias relevantes de auditoria

medida em que todo o processo de processamento contabilístico e de preparação da informação financeira do Grupo Crédito Agrícola está fortemente dependente de sistemas informáticos complexos.

Síntese da abordagem de auditoria

conjunto alargado de testes sobre esses controlos, bem como testes de detalhe nos sistemas aplicativos e bases de dados relevantes para efeitos de auditoria, por forma a assegurar um nível de conforto satisfatório quanto à integridade e à precisão da informação financeira gerada pelos sistemas informáticos.

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas nos contratos de seguros do ramo vida

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas nos contratos de seguros do ramo vida apresentadas nas notas 27. e 30. anexas às demonstrações financeiras consolidadas

A rubrica de Provisões técnicas de contratos de seguro é matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no passivo, mas também por requerer, no que respeita à sua determinação, a aplicação de todo um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão do Grupo Crédito Agrícola. Em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica ascende a 1.120.211 milhares de euros, sendo, de entre outras, constituída pela (i) provisão matemática do ramo vida no montante de 914.001 milhares de euros e pela (ii) provisão para compromissos de taxa de juro no montante de 55.780 milhares de euros. Adicionalmente, na rubrica de Outros passivos estão refletidos os Passivos financeiros de contratos de seguros, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento que em 31 de dezembro de 2018 ascendem a 66.558 milhares de euros.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros é efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato. Estes fluxos de caixa incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Esta avaliação é efetuada produto a produto e a curva utilizada para desconto da

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão do processo e dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, nomeadamente, no respeitante a produtos de seguros com garantias financeiras assumidas;
- Verificação da efetividade dos controlos associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa de juro e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- Identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pelo Órgão de Gestão na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e
- Desenvolvimento de testes independentes para as carteiras de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelo Órgão de Gestão.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>responsabilidade é uma curva de taxas de juro sem risco. Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto e taxas de resgates. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pelo Grupo Crédito Agrícola para os contratos comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.</p>	<p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre a provisão matemática do ramo vida e provisão para compromisso de taxa de juro, constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Crédito Agrícola de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo Crédito Agrícola de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo Crédito Agrícola.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Crédito Agrícola;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Crédito Agrícola para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Crédito Agrícola descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo Crédito Agrícola para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e

desempenho da auditoria do Grupo Crédito Agrícola e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo Crédito Agrícola, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508º G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo Crédito Agrícola referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que irá incluir a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508º G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

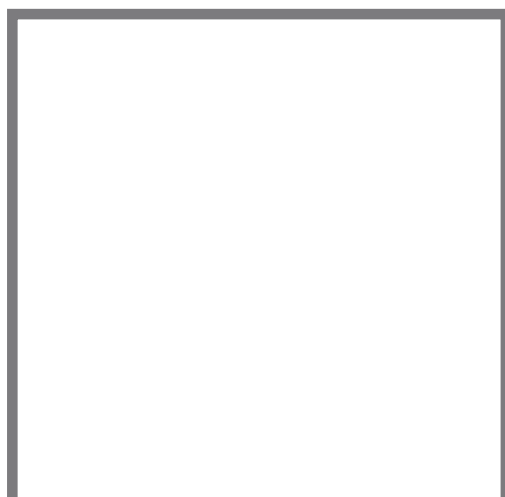
4

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores do Grupo Crédito Agrícola pela primeira vez e para o exercício de 2015 na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de maio de 2016 para o mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo Crédito Agrícola em 28 de março de 2019.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo Crédito Agrícola durante a realização da auditoria.

30 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.



	08
--	-----------

Parecer do
Conselho
Consultivo

VIII. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

757200
2/ H2 11
2014
Ry
AS
H2
ds

O Conselho Consultivo da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo vem emitir parecer sobre o Relatório e Contas Consolidado do Grupo Crédito Agrícola Mútuo para o exercício de 2018.

Analisado o relatório de gestão e as contas, referentes ao exercício de 2018, que irá ser submetido à discussão e aprovação na Assembleia Geral Ordinária de 25 de Maio, os membros do Conselho Consultivo emitem o presente parecer.

O Conselho Consultivo registou, com apreço, os resultados do Grupo Crédito Agrícola que superaram os 112 milhões de euros, facto particularmente expressivo num contexto económico marcado por uma ligeira retoma mas em que os níveis de rentabilidade do sector financeiro continuaram a estar pressionados pelas taxas Euribor historicamente baixas, pela retracção da procura de crédito, pelos desafios no domínio da digitalização e da eficiência (ex. directiva europeia de pagamentos, PSD2), pelos elevado peso de activos não produtivos (crédito e activos imobiliários), e pelos crescentes requisitos de controlo e governo interno e de capital no quadro da regulamentação vigente.

No Relatório de Gestão e Contas são elencadas as alterações ocorridas nas principais áreas de actividade e as variações patrimoniais e saldos registados em final de ano que, em nossa opinião, reflectem de forma apropriada o trabalho desenvolvido por todos os elementos que integram o Grupo Crédito Agrícola, relevando o bom desempenho das Caixas Agrícolas que, no seu agregado, contribuíram com 91,4 milhões de euros para os resultados obtidos pelo Grupo e o bom desempenho da Caixa Central que resultou num resultado do exercício de 14 milhões de euros.

O Conselho Consultivo reconhece que a implementação de uma estratégia de bancassurance, centrada no Cliente e dinamizada através de um modelo de acompanhamento comercial, aliada ao esforço quotidiano dos Órgãos Sociais e colaboradores que integram cada uma das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, apoiados pelas estruturas centrais (Caixa Central e Empresas do Grupo), constituíram factores críticos para alcançar por um ano mais, um assinalável desempenho consubstanciado nos resultados do Grupo.

O documento apresentado elenca de forma verdadeira e completa o que de mais importante ocorreu no exercício de 2018, tanto no que concerne à estrutura do Grupo como das actividades desenvolvidas na prossecução do cumprimento dos objectivos estabelecidos, tendo sempre presente a missão e os valores que sempre nortearam o Crédito Agrícola.

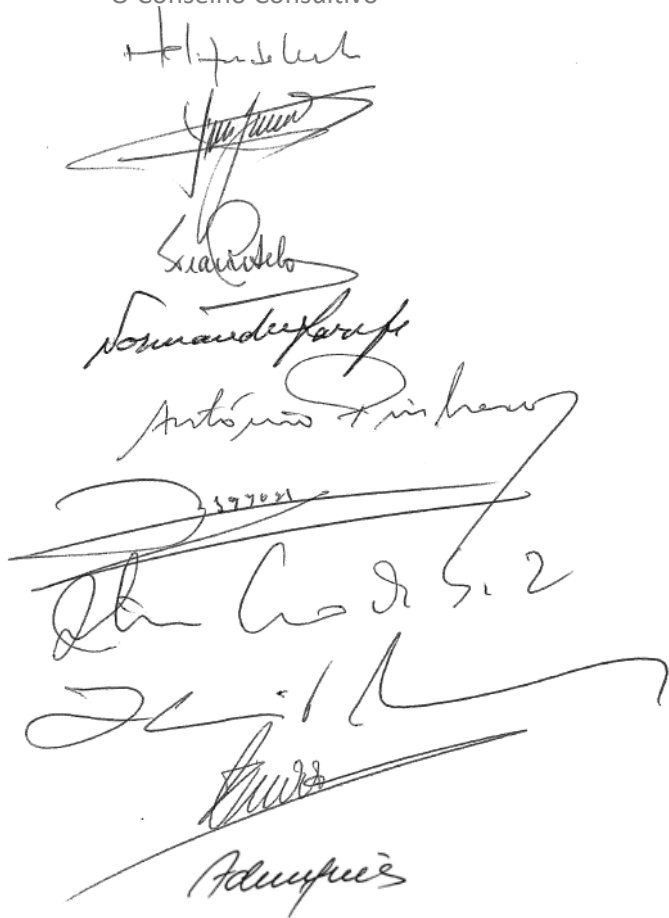
Aproximando-se o terminus do mandato para que fomos eleitos, pretendemos deixar expresso o nosso agradecimento e reconhecimento pela cooperação que sempre nos foi disponibilizada pela Caixa Central, Empresas do Grupo, seus dirigentes e colaboradores, certos de que saberão dar a resposta adequada aos,

muitos desafios que nos serão colocados no futuro próximo, com enfoque certamente na área dos meios de pagamento, dada a crescente evolução tecnológica e inovação e numa célere revisão do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, potenciando o crescimento e uma ainda maior afirmação do Grupo Crédito Agrícola.

Assim, vem o Conselho Consultivo propor à Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas Consolidado do Grupo Crédito Agrícola relativo ao ano de 2018.

Lisboa, 7 de Maio de 2019

O Conselho Consultivo



The image shows a vertical list of handwritten signatures in black ink. The signatures are written in a cursive style. From top to bottom, the signatures are: a small signature, a signature with a large horizontal stroke, a signature that appears to be 'S. ...', a signature that appears to be 'R. ...', a signature that appears to be 'A. ...', a signature that appears to be 'J. ...', a signature that appears to be 'L. ...', and a signature that appears to be 'A. ...'. The signatures are arranged in a vertical column, with some overlapping.

2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022

